UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850-1888

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

Marco Aurélio dos Santos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em:

Professor Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

É impossível deixar de agradecer as inúmeras pessoas que me ajudaram a fazer esta pesquisa. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer minha esposa Clarissa e meus filhos Tomás e Tarsila. Eles foram de fundamental importância para que eu pudesse me sentir motivado a terminar um trabalho árduo e que foi feito de modo honesto. Lutei muito por este doutorado e eles se sacrificaram por causa da minha necessidade de ficar isolado, estudando. Também devo agradecer minha mãe, Maria José, que me ajudou a conferir inventários de alguns proprietários de Bananal e lembrar a memória de meu pai, Mauricio dos Santos, que faleceu durante a minha empreitada.

Gostaria de agradecer aos meus tios Kid e Ademar, que vivem em Cruzeiro e que sempre me receberam em suas casas. Sempre que eu precisei viajar, as portas de suas casas estiveram abertas para mim. Isso sem dúvida foi um facilitador para as pesquisas no Museu Histórico e Pedagógico Major Dias Novaes. Também tenho de agradecer ao colega do museu Carlos Felipe do Nascimento que sempre me recebeu e me ajudou, disponibilizando, desde o primeiro dia, o acervo do museu para minhas pesquisas.

Também sou grato ao amigo Breno Aparecido Servidone Moreno, que muitas vezes me auxiliou e sempre me disponibilizou seu Bando de Dados. Viajamos juntos muitas vezes para realizarmos nossas pesquisas e daí se desenvolveu uma boa amizade. Aos amigos do grupo de estudos que leram e fizeram apontamentos críticos Tâmis Parron, Waldomiro Lourenço da Silva Junior, Priscila Lima, Marcelo Ferraro, Felipe Landim e Gabriel Aladrén.

Tenho de realizar um agradecimento especial ao meu orientador, Rafael de Bivar Marquese, que me recebeu em sua sala no início de 2008 e sempre me auxiliou. Aprendi muito nesses anos de pesquisa e o Rafael foi de fundamental importância nesse processo. Tiro do relacionamento orientador-orientando uma boa amizade e um amadurecimento intelectual que nunca me abandonará. O aprendizado foi muito grande.

Gostaria de agradecer ao professor Ricardo Salles por ter esclarecido inúmeras dúvidas. Trocamos vários *e-mails* ao longo desses anos e sua atenção merece elogios.

Também sou grato à professora Maria Cristina Cortez Wissenbach e ao professor Carlos de Almeida Prado Bacellar, que participaram de minha banca de qualificação e fizeram inúmeros e proveitosos comentários.

Por fim, o apoio financeiro do CNPq foi crucial para a realização deste trabalho de pesquisa. Este auxílio é importante para que o pesquisador possa ter meios para desenvolver seu trabalho científico.

RESUMO

SANTOS, Marco Aurélio dos. **Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850-1888**. 2014. 281 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A pesquisa tem como objetivo investigar os usos do espaço agrário como um dos elementos centrais para os mecanismos de dominação senhorial e também para as estratégias de resistência escrava. Tendo como base os processos criminais do município de Bananal, o trabalho procura entender que o espaço foi vetor fundamental para produzir o controle senhorial sobre o conjunto dos homens livres e dos escravos. No entanto, o desejo de ordem e disciplina imposto pelos senhores era constantemente burlado pelos cativos, que se valiam dos conhecimentos adquiridos dos espaços e dos tempos permitidos e proibidos para realizarem um grande número de ações de resistência. Nesta pesquisa, a geografia da escravidão refere-se à dialética existente entre os usos alternativos ou não que os escravos faziam do espaço de plantação e os controles realizados por feitores, administradores e senhores sobre a mobilidade e o corpo dos cativos. Dos conflitos que se originavam desses embates tem-se a possibilidade de se compreender uma nova dinâmica para a resistência escrava. A pesquisa procurou também ultrapassar a escala do município e ampliar os horizontes. Desse modo, conseguiu-se entender a localidade de Bananal não como um estudo de caso, mas como um município articulado a um quadro mais amplo de consolidação, transformação e crise do Estado Imperial. Deste modo, a escravidão e seus corolários geográficos estavam interligados com o momento de crise da escravidão no plano nacional. Por esta razão, foi possível delinear uma nova dimensão da geografia, relacionada com as redes desenvolvidas pelos sujeitos para além dos limites do município.

Palavras-chave: escravidão, abolicionismo, espacialidade, geografia.

ABSTRACT

SANTOS, Marco Aurélio dos. **Geography of slavery during the crisis of Imperial Brazil: Bananal, 1850-1888.** 2014. 281 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The aim of this research is to investigate the uses of plantation space as a central tool to slaveholders' domination and the strategies used by slaves to resist it. Studying the county of Bananal, an important town of coffee production in the nineteenth century, the work focuses on the understanding of the space as a crucial vector to produce control over free men and slaves. Nonetheless, slaves usually challenged slaveholders. In this way, they used to apply their knowledge about the uses of the permitted and prohibited times and spaces in order to act against and resist slaveholders' impositions. In this work, the Geography of slavery is related to the dialectic between slave uses of plantation space and the controls made by slaveholders and their agents. This relation provoked many conflicts and this shed light to the issue of slave resistance and their reaction to power. Therefore, it is possible to comprehend a new dynamics of slave resistance. On the other hand, the research is not simply a case study, because slavery in Bananal and its geographical corollaries were intertwined with the moment of crisis of slavery in Imperial Brazil. For this reason, it was possible to figure a new dimension of geography, related to the networks developed by the subjects beyond the limits of the municipality.

Keywords: slavery, abolitionism, geography, spatiality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – “(...) E TUDO ISSO A TEMPO E A HORA!”: A GEOGRAFIA SENHORIAL EM BANANAL	38
CAPÍTULO II – MOBILIDADE ESCRAVA, VIZINHANÇA E REDES DE RELACIONAMENTOS	98
CAPÍTULO III – OS USOS DO ESPAÇO DE PLANTAÇÃO E A RESISTÊNCIA ESCRAVA	131
CAPÍTULO IV – LUTAS POLÍTICAS, ABOLICIONISMO E A DESAGREGAÇÃO DA ORDEM ESCRAVISTA: O ESPAÇO DE ATUAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
FONTES E BIBLIOGRAFIA	244
ANEXOS	277

"(...) o homem, uma vez criado, desobedeceu logo ao Criador, que aliás, lhe dera um paraíso para viver; mas não há paraíso que valha o gosto da oposição. Que o homem se acostume às leis, vá; que incline o colo à força e ao bel-prazer, vá também; é o que se dá com a planta quando sopra ao vento. Mas que abençoe a força e cumpra as leis sempre, sempre, sempre, é violar a liberdade primitiva, a liberdade do velho Adão." (Machado de Assis em *Esau e Jacó*)

INTRODUÇÃO

É a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. (...) Tudo o que não retira sua significação desse comércio com o homem, é incapaz de um movimento próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética.

Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, isto é, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo¹.

No dia 19 de setembro de 1881, por volta das cinco horas da manhã, o escravo Marcolino feriu, na Fazenda do Resgate, seus parceiros Clemente e Lourenço. No dia 10 de outubro do mesmo ano, a proprietária desses escravos, D. Domiciana Maria de Almeida Vallim, prestou depoimento e afirmou que

era de madrugada e achava-se ainda no seu quarto, quando ouvindo barulho e choro e *tendo vindo uma preta lhe pedir a chave do hospital*, tratou de indagar o que havia e soube a princípio por alguns escravos que haviam morto a Lourenço. Pouco depois dirigiu-se ao hospital e encontrou a Lourenço apenas ferido e inquirindo do autor do ferimento soube do mesmo Lourenço que tinha sido o acusado [Marcolino]”.

Indagada sobre o motivo que teria levado Marcolino a cometer esse crime, D. Domiciana respondeu que

os escravos da Fazenda têm ordem de não voltarem mais às senzalas, depois da forma ou revista, e como o acusado infligisse [sic] essa ordem foi avisado por Lourenço para que acompanhasse seus parceiros que vinham trabalhar na Fazenda das Três Barras. Nessa ocasião, se bem se recorda, Lourenço deu no acusado uma relhada sendo esse o motivo que levou o mesmo acusado a feri-lo com uma faca pequena”².

¹ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 109.

² Museu Histórico e Pedagógico Major Dias Novais, Cruzeiro/SP (doravante MMN)/ Caixa 44/ nº de ordem 943. (grifos meus)

Deixando de lado o crime propriamente enunciado, o depoimento de D. Domiciana explicita que das várias exigências disciplinares que existiam na Fazenda do Resgate, era vedado aos escravos o retorno às senzalas após a forma ou revista. Mais ainda, a fala da proprietária mostra como foi comum uma ordem verbal ser acompanhada por uma punição física (no caso em questão, a “relhada”). Características marcantes e mesmo óbvias de relações de poder que se apoiam na violência. Contudo, um aspecto de fundamental importância vem sendo trabalhado de forma apenas circunstancial, qual seja, a organização do espaço como um mecanismo para auxiliar o cumprimento das normas disciplinares e facilitar o bom funcionamento dos trabalhos. No processo em questão, fica evidente que em uma fazenda de café o hospital era um lugar que deveria ser controlado. O hospital ficava trancado e uma escrava de D. Domiciana teve de se dirigir ao quarto dela, ainda de madrugada, para solicitar a chave que se encontrava em poder da proprietária da Fazenda do Resgate. Só assim seria possível abrir o hospital.

A historiografia sobre a escravidão há muito tempo investiga as formas de controle e as ações de resistência dos escravos. São dois temas correlatos e cruciais para a compreensão da realidade escravista. Com base em inúmeras fontes documentais, especialmente os processos criminais, os periódicos, os Relatórios de Presidentes de Província, entre outras, os historiadores perscrutaram, sob diferentes perspectivas, a importância daqueles dois assuntos. Esses temas verificaram um grande salto qualitativo a partir da década de 1980 quando diversos pesquisadores apresentaram novas interpretações para o estudo da escravidão no Brasil. Nesse quadro, vários temas correlacionados surgiram, como, por exemplo, o da roça escrava, o da família, o das irmandades, o do compadrio, desvendando cada vez mais o cotidiano das relações escravistas³.

³ A bibliografia a esse respeito é ampla e bastante diversificada. Dentre os autores diretamente relacionados com esta pesquisa, estão CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)*. São Paulo: Globo, 2008. 2 v. GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1888)*.

Também os pesquisadores que trabalharam especificamente com a matriz política, por um lado, e com o abolicionismo e a crise da escravidão, por outro, foram de fundamental importância para se entender a formação, consolidação e derrocada do Estado Imperial e a agência escrava. A escravidão sempre esteve presente nesses estudos ora de maneira determinante, ora de modo incidental, como pano de fundo para as análises do funcionamento político do Estado brasileiro. No primeiro grupo, cumpre destacar os trabalhos de José Murilo de Carvalho, Thomas Flory, Ilmar Rohloff de Mattos, Miriam Dolhnikoff e Maria Aparecida de Fátima Gouvêa. No que tange aos estudos que focam o movimento abolicionista, destacam-se Elciene Azevedo, Maria Helena Machado, Robert Conrad, Robert Brent Toplin, Joseli Maria Nunes Mendonça e Jonas Marçal de Queiroz⁴. A crise do Estado imperial e a crise da escravidão são dois processos concomitantes e muitos desses autores estudaram as implicações políticas do abolicionismo e dos movimentos sociais nas décadas finais do Império do Brasil. Os trabalhos do primeiro grupo são de fundamental importância para se entender o funcionamento do poder no século XIX e as articulações desenvolvidas pelos sujeitos entre os diferentes níveis de governo. Já os estudos sobre o abolicionismo também se

São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. MACHADO Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas: 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. WISSENBACH, Maria Cristina C. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998. Para diversos historiadores que pautaram suas pesquisas nas leituras de processos criminais a concepção de Edward P. Thomson sobre legislação, vista não apenas como uma imposição das classes dominantes, foi determinante para o estudo e a compreensão da resistência escrava. Além de Edward P. Thompson, vale, contudo, mencionar a importância de Eugene D. Genovese para os estudos sobre a escravidão no Brasil. Ver THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987e GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988.

⁴ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2010. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico...* MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2008. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Da senzala à República: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. TOPLIN, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975.

preocuparam com a agência escrava e abordaram a crise política e a crise da escravidão a partir de diversas perspectivas. Distingue-se, nesse último grupo, o mestrado de Jonas Marçal de Queiroz, que estudou a questão das disputas políticas na crise do Estado Imperial, nas décadas de 1870 e 1880. Essa distinção é necessária porque nenhum dos trabalhos citados do segundo grupo (e muitos do primeiro) analisa a crise do Estado imperial da perspectiva das lutas políticas e do esfacelamento do que se convencionou denominar de “classe senhorial”.

Malgrado o avanço das pesquisas, as fontes documentais acima mencionadas, principalmente os processos criminais, ainda podem elucidar muitas facetas da escravidão no Brasil. Uma delas é a dos usos do espaço de plantação. As questões da organização do espaço agrário, da sua conexão com o poder senhorial e dos diversos usos feitos pelos escravos e homens livres de diferentes categorias sociais são temas ainda relativamente pouco explorados pelos pesquisadores.

Apesar disso, a interação entre o histórico e o geográfico não é um assunto totalmente ausente dos estudos sobre escravidão. Diversos pesquisadores vêm se utilizando de uma gama de conceitos que remetem diretamente à consideração de que a geografia pode ser um dos elementos cruciais para que se compreendam as relações sociais e de poder construídas em localidades que fundamentaram sua economia no trabalho escravo. Por outro lado, esses mesmos estudos demonstram que as considerações geográficas podem ser de extrema importância para se entenderem as ações de resistência dos escravos. Apesar de não transformarem a geografia em um objeto central de seus estudos, o trabalho dos historiadores aponta para a compreensão de que uma “epistemologia essencialmente histórica”⁵ não contribui para se entender os diversos aspectos da escravidão.

O trabalho pioneiro de Stanley J. Stein sobre o município de Vassouras pode representar uma boa porta de entrada para apresentar o objeto da investigação ora proposto. Lançado originalmente em inglês em 1957, essa pesquisa aborda uma série de temas que se relacionam diretamente com a questão do espaço e com a conformação de uma paisagem agrária em processo de humanização. Desde as formas tradicionais de ocupação da terra, como a posse e as sesmarias, até os conflitos de terra gerados pela

⁵ SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 17.

expansão da agricultura do café, vê-se nessa obra o modo de estruturação de um espaço agrário com economia voltada para o mercado mundial. Temas concernentes à expansão da cafeicultura, como os litígios entre os pequenos e os grandes proprietários e a consequente concentração da propriedade, foram abordados por Stein, que analisou, ainda, os espaços da fazenda, notando que muitas delas eram organizadas em “quadriláteros funcionais”, ao redor dos quais se enfileiravam os demais edifícios como as senzalas, as tulhas e os armazéns⁶.

No processo de conformação da paisagem agrária em Vassouras, Stein identificou “as bases sólidas” para que o café pudesse se expandir: autossuficiência das fazendas, terra abundante e barata e um contingente de mão de obra escrava sempre crescente. Ao expor a tríade “fiscalização, disciplina e castigo”, esse autor revelou os pressupostos do que era reputado como um “fazendeiro bom administrador”, ou seja, aquele que extraía a maior quantidade de trabalho de seus escravos com o menor custo possível. Para conseguir tal intento, seria necessário que o fazendeiro fosse ao mesmo tempo um pai e um déspota para com seus cativos⁷.

Partindo da obra de Stanley Stein, é possível identificar cinco abordagens que tratam de questões referentes ao espaço na conformação da paisagem rural escravista no Vale do Paraíba e em outras regiões escravistas.

Os trabalhos na área de arquitetura compõem uma primeira linha de abordagem. Os estudos de Marcos José Carrilho, Vladimir Benincasa e Carlos A. C. Lemos se destacam como pesquisas que analisam e catalogam os diversos espaços de uma fazenda cafeeira, com a demonstração de plantas, das técnicas construtivas e dos estilos e critérios de composição arquitetônica⁸. Marcos José Carrilho estudou a organização das instalações, a arquitetura, as formas e os padrões, as variações e as particularidades das fazendas cafeeiras remanescentes do Vale do Paraíba, especialmente do município de

⁶ STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba – com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

⁷ Ibid. p. 30.

⁸ LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: EDUSP, 1999. CARRILHO, Marcos José. *Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba*. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 59-80, jan.-jun. 2006. CARRILHO, Marcos José. *As fazendas de café do caminho novo da Piedade*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. BENINCASA, Vladimir. *Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. 2007. 694 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. 2 v.

Bananal⁹. Vladimir Benincasa, em um trabalho bastante extenso, procurou mapear o “acervo arquitetônico rural produzido durante o ciclo cafeeiro” de uma ampla área do Estado de São Paulo ao longo do século XIX até os anos 40 do século XX. O objetivo do autor foi verificar “a criação do modo paulista de construir e morar no meio rural”, “as influências externas sofridas” e relacioná-las com “os impactos das transformações introduzidas pelo capitalismo – como mecanização, eletrificação, etc. – na configuração dos espaços de produção e de moradia”. O autor pretendeu analisar também possíveis alterações “na tipologia, nos usos dos materiais e nas técnicas construtivas empregadas” e “desvendar as relações de poder existentes nas fazendas cafeeiras, à época em que foram construídas e como estas relações determinaram as estratégias de sua configuração”¹⁰. Esses trabalhos de arquitetura têm o mérito de examinar os ambientes construídos pelos proprietários de escravos, observando a organização espacial das propriedades rurais e lançando pistas para compreendermos os possíveis usos que senhores, prepostos e escravos fizeram dos espaços de plantação. Contudo, é evidente que essas pesquisas não trabalham com o conjunto mais amplo das relações sociais. Os seres humanos e a multiplicidade de usos que são feitos dos espaços construídos são colocados em segundo plano ou simplesmente negligenciados.

Um segundo grupo é representado pelas pesquisas na área de História Social. A relação exaustiva dessas obras não caberia nesta introdução. Contudo, vale a pena apresentar algumas delas para circunscrever o campo historiográfico desta pesquisa. Maria Helena P. T. Machado, Robert W. Slenes, João Luis Ribeiro Fragoso, Carlos Eugênio Líbano Soares, Maria Cristina Cortez Wissenbach, Flávio dos Santos Gomes e Mariana Muaze são alguns exemplos de estudos que introduzem, em suas perspectivas, questões relacionadas com o espaço¹¹. Em todos esses estudos de História Social, o espaço sempre desponta como uma dimensão importante da agência escrava e das ações de contenção dos senhores. Líbano Soares abordou a questão dos territórios que os escravos do Rio de Janeiro construíram em diversas partes da cidade e estudou os

⁹ CARRILHO, Marcos José. op. cit. p. 60.

¹⁰ BENINCASA, Vladimir. op. cit. p. VI. v 1.

¹¹ Além dos trabalhos já citados de Maria Cristina C. Wissenbach, Maria Helena Pereira Toledo Machado, Flávio dos Santos Gomes e Robert W. Slenes, ver SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*: um estudo de relações não-capitalistas de produção. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983. MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

espaços de concentração escrava como as áreas de comércio ambulante, as “igrejas de pretos e pardos”, as praças, principalmente as que tinham fontes de água, e a zona portuária. Maria Helena P. T. Machado entrou no interior das fazendas para compreendê-lo como espaço de conflitos e Mariana Muaze investiu no entendimento dos espaços interiores da casa de vivenda da fazenda Pau Grande, localizada em Paty do Alferes, para entender a convivência familiar de uma abastada família do século XIX. Com o intuito de compreender a convivência de diversos núcleos familiares habitando a casa de vivenda senhorial, “geografia”, “arquitetura” e “espaço” se entrecruzam na análise dessa historiadora. Por sua vez, Robert W. Slenes tratou dos espaços conquistados pelos escravos dentro do precário acordo que eles extraíam dos seus senhores. Também abordou elementos da organização do espaço agrário (arquitetura das senzalas). A cultura material (as ferramentas de trabalho) e os espaços agrários (capoeiras, matos etc.) foram um dos fundamentos centrais no estudo de Fragoso. Na pesquisa de Wissenbach, o espaço apareceu na mobilidade dos escravos, nas estradas, nas pontes, com seu significado simbólico, nos chafarizes, na rua como lócus das camadas desfavorecidas, na cozinha, como local de convivência delicada e palco de crimes. Por fim, em seu trabalho sobre os quilombos do Rio de Janeiro, Flávio dos Santos Gomes destacou, em diversos momentos, a importância da localização dos mocambos em áreas pantanosas ou sítios de difícil acesso para a proteção dos quilombolas. Apesar disso, havia quilombos situados próximos a áreas agrícolas e centros de comércio, permitindo os contatos da “comunidade de fugitivos” com os demais sujeitos. Nesses estudos, foi possível entrever o espaço como elemento para a configuração do poder senhorial e para que os cativos realizassem suas ações de resistência e suas estratégias de sobrevivência.

Uma terceira linha de abordagem remete para a pesquisa de Rafael de Bivar Marquese, que examinou a ação dos senhores na construção de um complexo produtivo cujo objetivo seria atender, ao mesmo tempo, às exigências da produção econômica e aos anseios simbólicos de demonstração de poder. O espaço aparece como elemento importante do poder senhorial porque esse autor intentou analisar a planta arquitetônica de grandes propriedades rurais no ocidente de Cuba, no Baixo Vale do rio Mississipi e no Vale do Paraíba. Daí sua preocupação em entender, no que se refere a essa última área agrícola, a organização das senzalas em quadra (manifestação do desejo de

vigilância dos senhores sobre seus trabalhadores) e os significados simbólicos das casas de vivenda monumentais, que expressavam o poder social e político dos senhores¹².

Em outro artigo, Marquese examinou como os senhores adotaram “formas de administração da paisagem” que serviram para “restringir a autonomia dos cativos no processo de trabalho”. As configurações espaciais existentes em muitas fazendas de café, como o quadro e os pés de café plantados em linha, com grande espaçamento entre as fileiras, visavam ao controle da mão de obra escravizada e ao aumento da taxa de exploração do trabalho dos escravos. Partindo de uma lógica de administração da paisagem que promoveu um significativo desperdício de recursos naturais, os proprietários do Vale do Paraíba também permitiram que seus escravos ampliassem suas margens de autonomia através do usufruto de uma economia própria. Tais estratégias não evitaram conflitos. Porém, permitiram a muitos senhores adequarem suas exigências econômicas a uma demografia de *plantation* que se consolidou nas localidades vale-paraibanas. Sendo assim, a conformação do espaço agrário, segundo Marquese, levou em consideração o controle da escravaria e aconteceu a partir de um “esquema agrônomo devastador” que foi “adotado de forma consciente pelos proprietários das fazendas” para permitir o aumento da exploração dos escravos¹³.

Por fim, Marquese, estudando um caso particular – o da Fazenda do Resgate, em Bananal (Estado de São Paulo) – e utilizando-se da categoria de “regime visual”, procurou estudar o “ordenamento visual” dessa fazenda. A casa de vivenda estava inscrita em um conjunto de construções que se encontravam articuladas ao terreiro. Tal configuração conferiu “uma pesada carga de representação” à sede da fazenda e construiu um “espaço fortemente disciplinado”, aspectos que foram ressaltados por diversos viajantes que percorreram a região do Vale do Paraíba¹⁴. No que dizia respeito aos escravos, os domingos eram dias especiais porque significavam, antes de tudo, “quebra dos protocolos espaciais”. E, salienta Marquese, muitos conflitos aconteceram

¹² MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, Jul.-Dez 2005. MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-57, jan.-jun, 2006.

¹³ MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora Africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Brasileiro*, v. 7, p. 138-152, 2008. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/alb/article/view/11686/13457>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

¹⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da Fazenda Resgate. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, n.1, p. 83-128, jan.-jul 2010.

porque envolveram “disputas diretas em torno dos significados dos protocolos espaciais”¹⁵. Por fim, nas pinturas parietais da Fazenda do Resgate e na arquitetura carregada de simbolismo da casa de vivenda senhorial, o regime visual da segunda escravidão¹⁶ se norteou a partir de um duplo eixo que se pautou pelo refinamento e pela brutalidade.

As pesquisas que procuram estudar a demografia e relacioná-la com as questões econômicas e sociais compõem uma quarta linha de abordagem. Neste grupo, destacam-se os trabalhos de Maria Luiza Marcílio, Francisco Vidal Luna, Herbert S. Klein, Iraci Del Nero da Costa, José Flávio Motta e Breno A. S. Moreno¹⁷. De um modo geral, tais estudos são importantes porque permitem identificar, junto com os trabalhos mencionados anteriormente, algumas linhas de força da agricultura praticada ao longo do século XVIII e, principalmente, no século XIX, com a expansão do café. Tendo a Vale do Paraíba cafeeiro como referência e partindo das conclusões gerais dos autores acima indicados verificou-se nessa região crescimento demográfico significativo, pautado na imigração compulsória, aumento do número de escravos, principalmente de origem africana, expansão da agricultura comercial de exportação (cana de açúcar e café), elevação das taxas de natalidade e mortalidade, aumento da diferenciação fundiária (concentração de terras) e social (por exemplo, concentração da propriedade escrava; pequenos proprietários de escravos que deixam de produzir café a passam a produzir alimentos), prática de uma agricultura predatória e extensiva, que necessitava de grandes espaços, dificuldades para se regularizar a propriedade da terra por causa das características da agricultura extensiva e itinerante, aumento populacional que produzia transformações econômicas, elevada razão de masculinidade entre os escravos, devido ao tráfico negreiro, e, por fim, importância da produção de gêneros alimentícios para dar suporte à expansão da agricultura cafeeira.

¹⁵ Ibid. p. 98-99.

¹⁶ Para o conceito de “segunda escravidão”, ver TOMICH, Dale. *Through the prism of slavery: labor, capital, and world economy*. Boulder: Rowman & Littlefield, 2004. p. 56-71.

¹⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700 – 1836*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005. LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da; KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999. MORENO, Breno A. S. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

Uma última vertente da bibliografia sobre a escravidão enfatizou a importância do espaço como ferramenta essencial nas relações sociais escravistas. Theresa A. Singleton e William C. Van Norman Jr. para os cafezais cubanos e James A. Delle para os da Jamaica são exemplos de autores que trabalharam com as questões relacionadas ao espaço e às ações de resistência dos escravos em uma realidade marcada pela necessidade de controle¹⁸. Já Stephanie M. H. Camp chamou a atenção para as questões geográficas da configuração e do funcionamento da escravidão no “Velho Sul”, nos Estados Unidos. Utilizando-se de uma série de conceitos geográficos, tais como o de “geografia da contenção”, “geografia rival” e “usos alternativos do espaço de plantação”¹⁹, a historiadora norte-americana abordou as ações de resistência dos escravos em termos geográficos. Em seu trabalho, ficou evidente o esforço dos senhores e das autoridades – através da aprovação de leis repressivas, por exemplo – para controlar a mobilidade dos escravos. Para Camp, a “geografia rival” foi uma forma de resistência ao cativeiro que se caracterizou por um mapeamento alternativo do espaço de plantação. Desse modo, a mobilidade não autorizada foi um dos componentes da resistência. Estabelecendo uma diferenciação de gênero, Camp escreveu que as escravas estavam mais firmemente vinculadas à propriedade senhorial do que os escravos. Daí que às escravas eram mais difíceis a fuga e as ações de resistência com base no conhecimento alternativo do espaço. A importância desse mapeamento alternativo foi tamanha que essas práticas de espaço desempenharam um importante papel na fuga de escravos durante a Guerra Civil americana (1861-1865), quando os controles senhoriais se fragilizaram²⁰. Já Anthony E. Kaye, ao procurar reconsiderar a categoria de “comunidade” e trabalhar com o conceito de “vizinhança”, prestou atenção para as questões geográficas na configuração do poder senhorial e nas ações de resistência dos escravos. Para esse autor, os cativos do Distrito de Natchez, em Mississippi, não se expressavam em termos de comunidade, mas sim em termos de vizinhança. Tal noção,

¹⁸ NORMAN JR., William C. Van. *Shade-grown slavery: the lives of slaves on coffee plantations in Cuba*. Nashville, Tennessee: Vanderbilt University Press, 2013. Ver especialmente o capítulo 3, “Space is the place: intentions and subversion of design”. SINGLETON, Theresa A. *Slavery and spatial dialectics on Cuban coffee plantations*. *World Archaeology*. v. 33, n. 1, p. 98-114. 2001. DELLE, James A. op. cit.

¹⁹ Stephanie Camp fala também de “alternative mapping of plantation space” e “alternative ways of knowing and using plantation space”. Ver CAMP, Stephanie M. H. “I could not stay there”: enslaved women, truancy and the geography of everyday forms of resistance in the antebellum plantation south. *Slavery & Abolition*, London, v. 23, n. 3, p. 1-20. 2002. James A. Delle definiu nesses termos o “espaço alternativo”: “alternative space will be defined, proactively and in direct resistance to the spatial definitions imposed by elites”. DELLE, James A. op. cit. p. 3.

²⁰ CAMP, Stephanie M. H. *Closer to freedom: enslaved women and everyday resistance in the plantation South*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2004.

por si só, já indica práticas de espaço que se direcionam para além da propriedade senhorial. Dessa maneira, a vizinhança foi o local em que os escravos puderam desenvolver “identidades coletivas”. Kaye observou que muitos cativos violavam as exigências senhoriais de controle da mobilidade. Apesar dos riscos inerentes a essa empreitada, muitos escravos não deixavam de se encontrar com cativos de outras propriedades e procuravam, sempre que possível, estender laços para além da propriedade senhorial. A vizinhança adquiriu, dessa maneira, um significado social e geográfico. Ela foi o campo onde se pôde cultivar relações de parentesco, de trabalho, de propriedade, de religiosidade e de sociabilidade. A mobilidade de escravos provocou conflitos e, ao mesmo tempo, construiu relações entre os sujeitos escravizados de diversas propriedades. O ir-e-vir de cativos livrava-os, temporariamente, da supervisão dos seus proprietários e permitia – também provisoriamente, deve-se sublinhar – alguma liberdade para se relacionarem com pessoas e escravos de outras localidades ou plantações. Portanto, a vizinhança escrava pressupunha um conhecimento do espaço por parte dos sujeitos escravizados que ultrapassava os limites da propriedade senhorial. Em seu trabalho, a Guerra Civil apareceu como um dos eventos que transformaram a vida e os contornos da vizinhança escrava. Após esse trágico episódio, muitos ex-escravos expuseram suas lembranças dos anos de escravidão em termos de vizinhança e outros tantos libertos tentaram reconstruir a vizinhança dos tempos anteriores à guerra²¹.

O objeto desta pesquisa vincula-se, portanto, às questões suscitadas pela historiografia a respeito do espaço. Este trabalho investiga os usos do espaço agrário como um dos elementos centrais para os mecanismos de dominação senhorial e também para as estratégias de resistência escrava. Esta pesquisa lida, portanto, com o entendimento de que o espaço foi um dos vetores fundamentais para produzir o controle senhorial sobre o conjunto dos homens livres e dos escravos. No entanto, o desejo de ordem e disciplina imposto pelos senhores era constantemente burlado pelos cativos, que se valiam dos conhecimentos adquiridos dos espaços e dos tempos permitidos e proibidos para realizarem um grande número de ações de resistência. Neste estudo, a geografia da escravidão refere-se à dialética existente entre os usos alternativos ou não que os escravos faziam do espaço de plantação e os controles realizados por feitores, administradores e senhores sobre a mobilidade e o corpo dos cativos. Dos conflitos que

²¹ KAYE, Anthony E. *Joining places: slave neighborhoods in the Old South*. The University of North Carolina Press, 2007.

se originavam desses embates tem-se a possibilidade de se compreender uma nova dinâmica para a resistência escrava. Sendo assim, pode-se entender que os escravos agiam em relação a uma geografia construída pelos senhores que estava inscrita na arquitetura das grandes fazendas e na paisagem rural com a disposição dos edifícios em quadra; com a centralidade dos terreiros; com a paisagem agrária dos morros de pés de café plantados em linha, formando corredores que facilitavam a fiscalização do trabalho; com a aplicação cotidiana da ideia do cativo que implicava promover o controle do espaço, do tempo e do movimento dos cativos; com a legislação que visava à repressão (para citar um exemplo, as definições dos Códigos de Posturas dos Municípios); com os investimentos senhoriais sobre o corpo dos escravos (ferro ao pescoço, tronco etc.); com as reservas de mata virgem para garantir as futuras plantações; com o plano dos estabelecimentos construídos que procurava unir, sempre que possível, a adequação estética (espaço cognitivo) e as funções econômicas; com a disciplina de trabalho que fazia do eito uma obra pensada e severamente organizada; por fim, com o governo dos trabalhadores (livres ou não) no plano local – e mesmo nos planos regional e nacional – com vistas à manutenção da ordem. A construção de uma geografia senhorial ocorreu ao longo do século XIX e teve como preocupação central a manutenção da ordem. Ela pode ser entendida como um processo histórico que se desenvolveu com a estruturação do Estado Nacional e com a expansão da cafeicultura pela região do Vale do Paraíba a partir do início do século XIX.

O *corpus* documental que ampara esta pesquisa é bastante diversificado. Contudo, os processos criminais e os inventários dos atuais municípios de Bananal e Arapeí do período entre 1850 e 1888 são a base para o estudo do objeto acima proposto. Muitos processos criminais e inventários pesquisados fazem referência ao “Curato do Alambary” ou ao “Capitão-Mór”. Atualmente, esses dois bairros rurais correspondem ao município de Arapeí. Foram catalogados 146 processos criminais que possuem escravos como réus, como testemunhas informantes ou como vítimas²². É importante

²² São 4 processos criminais para a década de 1850, 31 para a de 1860, 52 para os anos 1870 e, finalmente, 59 para o período entre 1880 e 1887 (Ver bibliografia das fontes documentais e os anexos 2, 3 e 4). Infelizmente a documentação da década de 1850 estava demasiadamente danificada. Foi impossível trabalhar com grande parte dela e isso marca uma história lastimosa de preservação de documentos históricos do século XIX. Vários municípios do Vale do Paraíba Paulista têm processos criminais, inventários e outros documentos jogados, sem manutenção e conservação, no Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes. O risco de se perder uma documentação importante de municípios como Bananal, São José do Barreiro, Cruzeiro, entre outros, é significativamente grande. Por essa razão,

sublinhar que apesar de priorizar o conjunto documental que conta com os depoimentos de escravos, o presente trabalho não esqueceu os demais sujeitos, de diferentes categorias sociais, que conviveram na realidade escravista em foco. Desse modo, a presente pesquisa propõe uma leitura diferenciada dos processos criminais. A criminalidade de escravos e homens livres terá interesse apenas circunstancial. Partindo do par de conceitos “controle/resistência”, realizou-se uma leitura das fontes documentais que priorizou a análise da ação dos sujeitos no espaço.

Esses processos criminais foram devidamente lidos e se procedeu à construção de um Banco de Dados com as informações básicas para identificá-los: data da ocorrência do incidente (crime ou outro acontecimento que gerou um processo criminal), local da ocorrência, natureza do processo (suicídio, homicídio, furto, fuga etc.), nome do escravo envolvido como réu ou como vítima (quando for o caso), sua origem e seu senhor, sexo do escravo, nome da fazenda de seu senhor e, por fim, resumo do caso acompanhado da transcrição de trechos dos depoimentos que interessavam a este estudo.

A pesquisa agregou também um amplo conjunto de fontes documentais que serviram para inserir a localidade de Bananal no contexto mais amplo de crise da escravidão e de crise política do Império do Brasil. Ao longo da leitura dos processos criminais, foi possível perceber que essas fontes documentais favoreciam uma visão estrita, limitada, dos acontecimentos do período ora em estudo. Por exemplo, muitos processos dos anos 1870 e 1880 mostravam indícios de abolicionistas trabalhando ao lado dos escravos para defendê-los. Mas o que se via era apenas isso: indícios, pistas fragmentárias, algumas com fortes indicações que mostravam uma realidade mais ampla que os próprios processos criminais não conseguiam expor com clareza. Sendo assim, recorreremos também aos ofícios produzidos pelas autoridades de Bananal que estão arquivados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, ao livro de casamentos de escravos que estão no Arquivo da Mitra Diocesana de Lorena²³, ao *Almanak*

procurei fotografar todos os processos criminais utilizados para compor o Banco de Dados desta pesquisa. Além disso, é importante ressaltar que enviei *e-mails* para as autoridades do município de Cruzeiro e marquei reuniões, propondo projetos para a organização do arquivo. Desnecessário dizer que todos os meus esforços foram infrutíferos.

²³ Esse Banco de Dados com os casamentos de escravos de Bananal foi construído por Juliana de Paiva Magalhães, que pesquisou nos documentos do Arquivo da Mitra Diocesana de Lorena – Livro de Casamentos de Bananal – Escravos (1836-1890), Livro 2. Ver MAGALHÃES, Juliana de Paiva. *Moçambique e Vale do Paraíba na dinâmica do comércio de escravos: diásporas e identidades étnicas*,

Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil do ano de 1885, ao *Almanak da Província de São Paulo* do ano de 1873 e à pesquisa que é possível fazer no sítio do Museu da Casa Brasileira, referente ao *Acervo Equipamentos da Casa Brasileira, Usos e Costumes* – Arquivo Ernani Silva Bruno²⁴. Também se realizou a leitura de viajantes como Jean Baptiste Debret e Auguste de Saint-Hilaire. Como o contexto político de crise da escravidão foi de fundamental importância para a compreensão do objeto deste estudo, consultamos, sempre que foi necessário, a *Collecção das leis do Império do Brasil* e a *Discussão da Reforma do Estado Servil na Câmara dos Deputados e no Senado*. Este último trata da aprovação da Lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. Por fim, a consulta aos periódicos permitiu a compreensão do quadro mais amplo de crise na qual o município de Bananal estava inserido. Essa diversidade de fontes permitiu um complemento necessário aos processos criminais. Com base nesse conjunto documental, foi possível ultrapassar a escala do município e ampliar os horizontes. Conseguimos, com isso, entender a localidade de Bananal não como um “estudo de caso”, mas como um município articulado a um quadro mais amplo de consolidação, transformação e crise do Estado imperial.

A orientação metodológica partiu das sugestões propostas por Edward W. Soja, geógrafo norte-americano, que criticou, em trabalho instigante, uma epistemologia fundamentalmente histórica das ciências humanas e propôs maior diálogo e proximidade da história com a geografia. Esse autor sugeriu o estudo das realidades a partir de uma dialética tríplice que se fundamentaria no espaço, no tempo e no ser social. Em seus termos, “a imaginação histórica nunca é completamente desprovida de espaço, e os historiadores sociais críticos escreveram e continuam a escrever algumas das melhores geografias do passado”²⁵.

O conceito de espacialidade é essencial para a compreensão da realidade em foco e do objeto deste estudo. Esse conceito supõe o entendimento de que os sujeitos

século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

²⁴ O endereço eletrônico é: <<http://www.mcb.org.br/mcbText.asp?sMenu=P007>>.

²⁵ SOJA, Edward W. op. cit. p. 19-22. Contudo, vale a pena sublinhar que a integração interdisciplinar entre a geografia e a história remete a uma tradição historiográfica que vem desde, pelo menos, o início do século XX com o surgimento da *Annales*. Ver LE GOFF, Jacques. A História nova. In: _____. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 25-64. REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994. p. 74-100.

constroem, em uma determinada realidade, conexões com três níveis do espaço, quais sejam, o espaço material, o espaço social e o espaço cognitivo. Estas três qualidades estão inter-relacionadas e formam o conceito de espacialidade.

O espaço material, uma das categorias da espacialidade, corresponderia ao “universo empiricamente mensurável” que os seres humanos criaram ou definiram. Na acepção proposta por James A. Delle, o espaço material corresponde a uma infinita “variedade de formas” e sofre interferências e mudanças oriundas de mudanças maiores ocorridas na sociedade²⁶. Como é possível notar, essa noção remete à ideia de cultura material. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses definiu essa categoria como o “segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem”. Para esse autor, apropriação social refere-se à intervenção do homem no meio físico, modelando-o e dando forma a este meio, “segundo propósitos e normas culturais”. O conceito de cultura material abrange, assim, “artefatos, estruturas, modificações da paisagem” e também “coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica)”. A cultura material, continua Ulpiano, deve ser situada “como suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social”²⁷. Marcelo Rede também formulou uma definição muito próxima da de Ulpiano Meneses. Para ele, os “segmentos do universo físico culturalmente apropriado” pelos homens estariam relacionados à categoria de cultura material²⁸. Para além das discussões historiográficas a respeito da definição de “cultura material”, Ulpiano Meneses e Marcelo Rede apresentam definições que servem de ponto de partida para se trabalhar com a noção de espaço material como um componente da cultura material. Porque, para ambos, não há cultura, relações sociais e de poder sem materialidade.

²⁶ Delle escreve que “the meaning of the material space will change as the larger social or spatial context changes”. DELLE, James A. op. cit. p. 38.

²⁷ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, p.103-17, jul./dez. 1983.

²⁸ REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 265-282, jan.-dez., 1996.

O espaço social, outro elemento da espacialidade, refere-se às relações que existem entre os sujeitos de uma realidade e que são vivenciadas no espaço material²⁹. Essa segunda característica da espacialidade constitui um elemento importante para definir como acontece o acesso ao espaço material de homens e mulheres de diferentes camadas sociais e, conseqüentemente, fixar o comportamento adequado dentro de espaços materiais específicos. Como se viu anteriormente, as definições dos arqueólogos pressupõem a consideração de que é possível compreender as relações sociais e de poder a partir da materialidade.

Mas estas relações sociais produziram o que Delle classificou como o espaço cognitivo. Os escravos e homens livres construíram uma interpretação da geografia senhorial. A consideração de um espaço cognitivo se dá em termos de apropriação³⁰. Como salientou Marcelo Rede, os valores simbólicos da cultura material mudam no interior de uma sociedade “em função dos subgrupos considerados: homens e mulheres; jovens e velhos etc” e, seria possível acrescentar, livres e escravos. Desse modo, os “valores e funções são atribuídos socialmente e sua variação em uma mesma forma física apenas confirma que não existe imanência”³¹. Este é um alerta metodológico importante: não se pode considerar que as informações que os objetos da cultura material podem revelar são imanentes ao próprio objeto. Elas só podem ser inferidas se entendermos as funções e os valores dentro de determinada sociedade, com determinadas práticas sociais e de acordo com os sujeitos existentes. Para concluir, Rede escreveu que “o universo material não se situa fora do fenômeno social, emoldurando-o, sustentando-o. Ao contrário, faz parte dele, como uma de suas dimensões e compartilhando de sua natureza, tal como as ideias, as relações sociais, as instituições”³².

O conceito de espacialidade permite compreender os sujeitos em uma realidade dinâmica e entender como os escravos atribuíam determinados valores aos espaços e como eles usavam os espaços de dentro e de fora das propriedades de seus senhores.

²⁹ “Social space is the complex set of relations that define a person’s spatial relationship with other people and with material space. It can be experienced on either the personal or the cultural level”. DELLE, J. A. op. cit. p. 38-39.

³⁰ “As the term implies, cognitive space is a mental process by which people interpret social and material space”. Ibid. p. 39.

³¹ REDE, op. cit., p. 272.

³² Ibid., p. 274.

Permite ainda observar como esses sujeitos utilizavam a geografia senhorial de uma forma alternativa atribuindo à espacialidade um conteúdo social próprio. Além disso, essa noção esclarece sobre como os usos dos espaços eram apreendidos de modo diferenciado através de um conjunto de variáveis, como a função do sujeito em determinada sociedade, seu sexo, sua posição social ou sua vinculação com outras pessoas.

Os conceitos de espaço e de espacialidade são empregados neste trabalho de maneiras distintas, mas inter-relacionadas. As menções aos espaços específicos da propriedade rural (a tulha, o terreiro, as matas virgens, a casa de vivenda, as senzalas etc.) serão referidos como *espaço*. A *espacialidade* é um conceito que remete a um conjunto maior, que unifica os espaços componentes da propriedade rural, associando-se por vezes ao simbolismo das edificações e aos usos que os sujeitos faziam dos diversos espaços. Remete para um *todo* organizacional, aos espaços de plantação (no plural e não em sua singularidade) que tem como objetivo, em última instância, a produção de café. O conceito de espacialidade interage, outrossim, com a noção de usos dos espaços de plantação. O que se pretende com essa discussão é, em resumo, apresentar o espaço como um elemento que não é estático e neutro, mas sim como um componente importante das relações entre senhores, homens livres de diferentes categorias e escravos. Ou, em outros termos, o espaço é visto neste trabalho igualmente como um campo de ação dos sujeitos e como uma variável a ser levada em conta, seja para dominar e garantir as relações do poder, seja para resistir.

Com sua agência, os escravos construíram uma infinidade de “redes de relacionamentos”. Essa categoria difere de outra comumente usada pelos historiadores, qual seja, a categoria de “redes de solidariedade”. “Solidariedade” e “redes de solidariedade” são termos utilizados por uma gama bastante significativa de importantes historiadores. São categorias que estão associadas com as agências dos escravos e que procuram enfatizar as diversas formas de sobrevivência dos cativos na dura realidade da escravidão. “Solidariedade” e “redes de solidariedade” são frequentemente associadas às ideias de autonomia, comunidade, comunidades de senzala, identidade nas senzalas e conflitos. Conforme notou Sheila de Castro Faria, a historiografia trabalhou com quatro linhas de força para estudar a “formação de identidades, de comunidade ou de

classe social”: as revoltas, os casamentos, as relações de compadrio e as irmandades³³. Considerando as importantes contribuições conseguidas no entendimento da escravidão e da vida rural brasileira no século XIX a partir das categorias acima explicitadas, é preciso sublinhar que as fontes coligidas para esta pesquisa permitem entender as ações de muitos escravos também em outra perspectiva. Nesse sentido, a categoria “redes de relacionamentos” relaciona-se melhor com a agência escrava porque apresenta um campo semântico mais dinâmico que enfatiza as articulações desenvolvidas dentro da fazenda e para além da propriedade senhorial. Tais articulações, com homens livres ou com outros escravos, poderiam acontecer em diversos sentidos. Mas tais redes de relacionamentos não se pautaram necessariamente pela ideia de autonomia ou pela consideração de comunidades coesas e monolíticas. A expressão “redes de relacionamentos” permite, outrossim, compreender de modo mais elástico as relações desenvolvidas pelos escravos e que não foram orientadas exclusivamente pela solidariedade. Ao contrário, dessas redes se produziram conflitos, delações e mortes. Em muitas ocasiões, os escravos, agindo individualmente ou em grupos, estiveram movidos por interesses diversos, como os econômicos. Muitas dessas ações tiveram como pressuposto as redes de relacionamentos construídas anteriormente à ação propriamente dita³⁴.

Assim, orientado por tais pressupostos, a presente pesquisa divide-se em quatro capítulos. O primeiro, intitulado ““(...) E tudo isso a tempo e a hora!”: a geografia senhorial em Bananal”, se propõe a estudar o modo como os senhores e seus prepostos efetivaram o controle dos escravos com base na utilização de objetos da cultura material (roupas, instrumentos de punição, sino, portão) e de uma espacialidade típica das regiões cafeeiras. Para consumir a ordem e realizar de modo satisfatório os trabalhos agrícolas, os senhores procuraram praticar uma mecânica de poder que funcionou com base na utilização de recursos espaciais e da cultura material. O capítulo propõe, ainda, uma análise não somente da espacialidade das fazendas cafeeiras de grande porte que,

³³ FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. *Tempo*, Rio de Janeiro, 22, p. 122-146, 2007.

³⁴ Além do artigo de Sheila de Castro Faria mencionado na nota anterior, e dos livros de Robert W. Slenes, Maria Helena Machado, Flávio dos Santos Gomes, Hebe Maria Mattos, Stephanie M. H. Camp e Anthony E. Kaye, ver, no caso da historiografia norte-americana, JOHNSON, Walter. On agency. *Journal of Social history*. New York, v. 37, n. 1, Fall 2003. p. 113-124. GRIFFIN, Rebecca J. “Goin’ back over there to see that girl”: competing social spaces in the lives of the enslaved in Antebellum North Carolina. *Slavery & Abolition*, London, v. 25, n. 1, p. 94-113, April, 2004.

em sua grande maioria, apresentavam como marco distintivo de organização espacial a disposição em quadra. A espacialidade de proprietários escravistas de menor porte será estudada com o objetivo de entender os mecanismos de controle da escravidão nessas fazendas. O segundo capítulo, “Mobilidade escrava, vizinhança e redes de relacionamentos”, examina aspectos da estrutura fundiária das fazendas cafeeiras partindo da noção de vizinhança. Nesse sentido, pode-se entender as relações sociais que os escravos construíram para além da propriedade senhorial. Esse capítulo pode ser considerado de transição entre o primeiro e o terceiro porque procura demonstrar que, apesar dos controles exercidos sobre os escravos, foi possível a eles desenvolverem relações para além da propriedade senhorial que permitiram as ações de resistência e de protesto. O capítulo III, denominado “Os usos do espaço de plantação e a resistência escrava”, procura examinar os usos alternativos do espaço de plantação feito pelos escravos. Malgrado o funcionamento rotineiro da mecânica do poder senhorial, foi possível perceber que os escravos construíram uma geografia própria a partir dos conhecimentos de suas movimentações autorizadas para além do espaço de plantação. A resistência adquire, assim, uma nova dimensão que parte não somente dos pressupostos da autonomia escrava, mas também de elementos mais concretos como os seus usos conscientes da espacialidade senhorial. Por fim, o quarto capítulo, “Lutas políticas, abolicionismo e a desagregação da ordem escravista: o espaço de atuação dos proprietários rurais”, procura entender as disputas políticas entre liberais e conservadores ocorridas em Bananal a partir do ano de 1878 e estuda as articulações dos proprietários rurais para além dos limites de suas fazendas e do município. A geografia da escravidão é aqui entendida na dinâmica das disputas senhoriais no momento de crise do Império. Nesse capítulo, a “geografia” adquire outra dimensão que se refere diretamente à mobilidade dos sujeitos e à sua atuação política, seja no âmbito da fazenda ou do município, seja nos níveis da Província ou da Corte.

Para terminar, é preciso situar brevemente a importância histórica de Bananal e entender o desenvolvimento da agricultura cafeeiro-escravista nesse município ao longo do século XIX. Bananal localizava-se na Província (hoje Estado) de São Paulo. Estava próximo a Angra dos Reis, por onde grande parte do café era escoado para a Corte para, daí, alcançar os mercados mundiais. Além disso, as redes de relacionamentos de diversos sujeitos de Bananal permitem entender que muitos dos que aí moravam tinham fortes vínculos com municípios da Província do Rio de Janeiro como Barra Mansa, Pirai e Resende ou mesmo Baependi, na Província de Minas Gerais. A figura 1 mostra a localização de Bananal em um mapa do Império do Brasil e, em uma versão mais atualizada (figura 2), vislumbra-se a localização do município e de uma série de cidades circunvizinhas que, de algum modo, aparecem referenciadas nesta pesquisa. A figura 3 apresenta um detalhe do mapa da Província do Rio de Janeiro, com a referência a importantes municípios escravistas e à Corte. Essas referências geográficas são importantes porque, como se verá no capítulo IV, as características do funcionamento da política no Império do Brasil forçaram os sujeitos de Bananal, principalmente aqueles com maior projeção política, a construir um espaço de atuação que ultrapassava os limites territoriais do município alcançando outros municípios e os níveis da Província e da Corte.

Figura 2 – Localização do município de Bananal, no Sudeste brasileiro, bem como de diversos municípios circunvizinhos. Sem escala. Fonte (do mapa de Bananal): Arquivo do Estado de São Paulo (doravante AESP).

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Cartografico/mapas/TemplateWebPage.php?imagem=BR_APESP_IGC_IGG_CAR_I_B_0002_001_001>

Figura 3 – Detalhe do sul da Província do Rio de Janeiro. A seta amarela indica a localização do município de Bananal e a seta verde aponta para a Corte. Fonte: SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008. p. 149.

No caso que abriu esta introdução, viu-se um acontecimento ocorrido em um momento histórico de crise nacional da escravidão. Mas o café fincou raízes em Bananal no início do século XIX. Em 1801, a referida localidade pertencia à 6ª Companhia de Ordenanças da Freguesia de Areias, Vila de Lorena. Bananal ligou-se a Areias em 1816, quando essa última localidade se tornou Vila. Em 1817, havia em Bananal 449 fogos que estavam atrelados à 4ª Companhia de Ordenanças da Vila de Areias. Em 1829, em novo rearranjo administrativo, Bananal correspondia à 5ª e à 6ª Companhias de Ordenança da Vila de Areias. Era conhecida, nesta época, como Freguesia do Senhor Bom Jesus do Livramento do Bananal. Nesse último ano, o café já era um produto dominante na localidade. A elevação da localidade a freguesia deu-se no ano de 1811; Bananal elevou-se a vila em 1832 e, por fim, através de lei da Assembleia Provincial, tornou-se cidade em 3 de abril de 1849³⁵.

³⁵ Para um histórico desta localidade, ver MOTTA, José Flávio. op. cit., especialmente o Capítulo I, intitulado “Bananal: das suas origens à decadência da cafeicultura”. Para outras informações a respeito do povoamento da região de Bananal e dos sujeitos que construíram essa sociedade escravista, ver

A escravidão desenvolveu-se em Bananal na proporção direta do aumento da produção cafeeira. Utilizando-se das listas nominativas de habitantes dessa localidade relativas aos anos de 1801, 1817 e 1829, José Flávio Motta estudou tal correlação. No princípio do século XIX, esse autor anotou as seguintes ocupações/atividades de acordo com o domicílio: produtores de açúcar e aguardente, agricultores, criadores de animais, negociantes ou rentistas, eclesiásticos, artesãos e “agricultores novos habitantes”. Motta não identificou, em sua pesquisa, domicílios cuja ocupação/atividade estivesse ligada à cafeicultura no ano de 1801, o que faz supor que o café ainda não havia se estabelecido com intensidade nesse momento. Para o ano de 1817, no entanto, o autor identificou 62 domicílios (51,2% do total) de um universo de 121, ligados à atividade econômica do café. Em 1829, o número subiria para 147 (75,4% do total). Com relação à população escrava, o mesmo autor verificou a presença de 401 escravos em 1801. Dezesesseis anos depois, em 1817, havia nessa localidade 1.010 cativos. O número aumentou novamente em 1829, chegando agora a 2.282 escravos³⁶.

No princípio do século XIX, os efeitos do tráfico intercontinental interferiam diretamente na composição demográfica da população: havia um expressivo número de escravos oriundos da África nesse momento inicial de expansão da agricultura do café em Bananal. Em 1801, eram 229 os africanos (homens e mulheres somados), compondo 57,1% do total de escravos. No ano de 1817, verificou-se a existência de 623 africanos para um universo de 1.010 cativos (61,7%). E, por fim, em 1829, os números seriam 1.785 para os africanos e 497 para aqueles nascidos no Brasil, portanto 78,2% dos primeiros em relação aos últimos. Tais escravos eram majoritariamente do sexo masculino³⁷.

A disseminação da lavoura cafeeira continuou a produzir mudanças importantes na composição demográfica da escravaria ao longo do século XIX. Com base em pesquisas nos inventários *post mortem* de Bananal para as décadas de 1830, 1840 e 1850, Breno Aparecido Servidone Moreno verificou que o aumento do número de escravos e a concentração deles nas mãos de poucos cafeicultores foram processos

RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. *O caminho novo: povoadores do Bananal*. São Paulo: Governo do Estado, 1980. Ver também COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. *Ensaio sócio-econômico de áreas valeparaibanais*. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1984, especialmente o capítulo II, “Dados sobre a cafeicultura em Bananal – SP (Século XIX)”.

³⁶ MOTTA, José Flávio. op. cit., pp. 113-114.

³⁷ Ibid., pp. 133-134.

contínuos. Especialmente nas fazendas que possuíam mais de 50 cativos, Breno Moreno identificou a presença de grande quantidade de africanos e uma alta razão de masculinidade. Nessa localidade, a propriedade cativa foi um dos fatores que distinguia os diversos grupos sociais de homens livres, produzindo uma significativa diferenciação social no interior da sociedade³⁸.

No processo de desenvolvimento da agricultura cafeeiro-escravista em Bananal, os proprietários que possuíam 100 ou mais cativos dominaram a paisagem agrária. Esse é um dado importante e que é necessário sublinhar. Entre as décadas de 1830 e 1850, esses senhores praticamente monopolizavam as terras cultivadas com o café. Os dados dessas três décadas mostram que 30,3% das propriedades rurais do município pertenciam a esses proprietários. Porém, eles chegaram a controlar cerca de 63,5% da superfície rural da localidade. No mesmo período, esses proprietários que possuíam 100 ou mais escravos compunham apenas 11,4% da população de escravistas, mas detinham sob seu poder 62,6% dos trabalhadores escravizados. Nesse sentido, tais senhores foram responsáveis pela maior parte da produção de café de Bananal. Isso porque, no período acima indicado, 66,2% dos pés de café estavam em suas propriedades³⁹.

Os dados coletados por Breno Moreno informam uma tendência paulatina, ao longo das três décadas estudadas, de concentração da produção cafeeira nas mãos desses proprietários mais ricos. Os números da década de 1850, período em que Bananal se tornou o maior produtor de café da Província de São Paulo, mostram que os proprietários com 100 ou mais escravos concentravam 83,7% da área ocupada do município. Além disso, esses mesmos escravistas tinham 75,8% dos pés de café plantados e 70,2% dos escravos. Ou seja, o que se vê é uma concentração brutal da riqueza. O maior escravista dessa década, com 833 trabalhadores escravizados, foi o comendador Luciano José de Almeida, dono da Fazenda Boa Vista, além de outras seis propriedades rurais⁴⁰. A tabela abaixo permite comparar o domínio desses escravistas, comparando com escravistas de outras categorias:

³⁸ MORENO, Breno Servidone Moreno. op. cit., pp. 149-153. Para dados semelhantes sobre o município cafeeiro de Vassouras, ver o trabalho já citado de Ricardo Salles.

³⁹ MORENO, Breno Aparecido Servidone. op. cit. pp. 165-219.

⁴⁰ Ibid. Os dados sobre a distribuição dos escravos estão na tabela 2.11, à página 89. A respeito da área ocupada, ver a tabela 3.12 da página 193. Por fim, sobre os pés de café, ver a tabela 3.18 na página 205.

Tabela 1 – Distribuição de escravos, terras e cafezais por Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Bananal, 1850-1859.

	Escravos	Terras	Cafezais
FTP	%	%	%
1 a 4 escravos	0,7	0,8	1,3
5 a 19	5,4	3,9	4,0
20 a 49	8,3	3,4	6,4
50 a 99	15,4	8,2	12,6
100 ou mais	70,2	83,7	75,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: MORENO, Breno A. S. op. cit.

Apesar da pesquisa de Breno Moreno ter abrangido os inventários *post mortem* do período entre 1830 e 1859, não há razão para desconfiar que essa tendência para a concentração da riqueza tenha se revertido significativamente nas duas décadas seguintes. Também é importante salientar que, além da paisagem agrária, da posse de escravos e dos pés de café cultivados, esses proprietários foram os atores centrais da política do município.

Outro dado indicativo desse mapeamento sobre a escravidão e a produção cafeeira em Bananal diz respeito aos dados coligidos por Renato Leite Marcondes para a década de 1870. Tendo como base o Recenseamento realizado no ano de 1872 e projetando uma comparação com diversos municípios da Província de São Paulo, Marcondes anotou uma população de 94.926 pessoas para Bananal, Lorena e Cruzeiro (juntos), Paraibuna, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga e Taubaté. Desse total, 20,4%, ou 19.364 habitantes, eram escravos. Dos dados apresentados pelo autor, três extremos se destacam: o maior número de habitantes estava na cidade de Taubaté (20.847), sendo que 4.122 (19,8%) eram escravos; Paraibuna e São José dos Campos percebiam a menor população escrava sobre o total de pessoas livres (9,1% e 9,2% respectivamente); e Bananal tinha a maior população escrava das localidades estudadas, cumprindo um maior percentual em relação à população livre (53,1%). Segundo o Censo de 1872, em Bananal viviam 15.606 pessoas, sendo 8.281 escravos e 7.325 pessoas livres. O autor concluiu, com isso, que os escravos não estavam distribuídos

“uniformemente pela região. As cidades mais envolvidas na produção cafeeira revelavam, em geral, uma maior população escrava em relação à livre”⁴¹.

Quanto à análise da posse de cativos, esse dado revelou resultados bastante díspares nas seis localidades pesquisadas por Marcondes. Do levantamento feito a partir das listas de classificação, a cidade de Bananal apresentou uma média de 15,2 escravos por proprietário, e nenhuma outra localidade mostrou um resultado tão elevado nesse quesito. Para efeito de comparação, verificou-se em São José dos Campos a menor média: 4,6; Paraibuna, em segundo lugar após Bananal, apresentou média de 6,8 e Taubaté, em terceiro, teve média de 6,3. Esses “indicadores estatísticos da propriedade escrava” para o período de 1872-1874 revelam que Bananal se destacava, na época, entre as outras localidades, como cidade com um grande número de escravos ⁴².

O ápice da produção cafeeira em Bananal aconteceu na década de 60. Isso se refletiu, por exemplo, no orçamento dos municípios. Entre os anos de 1864 e 1866, Bananal despontou com o maior orçamento dentre os da província de São Paulo⁴³. De uma perspectiva mais ampla, Sérgio Milliet situou a pujança da produção cafeeira para todo o Vale do Paraíba entre os anos de 1854 e 1886. Para o primeiro momento, Milliet apontou uma população de 146.055 pessoas para uma produção de 2.737.639 arrobas. Já no ano de 1886, o autor identificou uma população de 338.533 pessoas e uma produção de café em arrobas de 2.074.267⁴⁴. Esses dados, sublinhe-se, são da região do Vale do Paraíba, a “zona norte”, como denomina o autor. Segundo se depreende dos dados acima, os anos 80 já denunciavam uma queda na produção do café para todo o Vale. Mas Milliet observou que “2 milhões de arrobas ainda representam uma riqueza digna de atrair gente nova e ambiciosa”⁴⁵.

⁴¹ MARCONDES, Renato Leite. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 29, p. 56-59, 2002. Vale sublinhar que esse autor excluiu as localidades do Vale do Paraíba fluminense.

⁴² Ibid., p. 63-64.

⁴³ TAUNAY, Affonso de E. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café. 15v. 1939. v. 3. p. 235-244. Ver também MOTTA, José Flávio. op. cit. p. 56-57.

⁴⁴ Esses números, conforme indica o autor, são imprecisos, principalmente no que se refere ao ano de 1886. De acordo com esse autor, “o recenseamento de 1890, não é mais preciso, e, por outro lado, não se fez por município com o detalhe desejável. Em muitos pontos procuramos estabelecer um termo de comparação com o *Almanaque para 1896 – Estado de São Paulo*. Mas já então vai a zona em franca decadência” MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL/MEC, 1982, p. 34. (Coleção Departamento de Cultura, 25).

⁴⁵ Ibid., p. 34-35.

Na crise final, em 1887, a *Gazeta da Tarde*, periódico abolicionista, apresentou um quadro de decadência econômica. Esse jornal noticiou que a matrícula de escravos de Bananal havia se encerrado. A notícia informa que havia nessa localidade, no ano de 1872, 8.256 escravos e que foram averbados 1.402 escravos, totalizando 9.658 cativos. De modo confuso, a conta da *Gazeta* prossegue dizendo que “pela rematrícula, a população escrava atingiu o número de 4.192”. Depois dessa rematrícula, faleceram ou foram libertados cerca de 52 escravos, produzindo um líquido de 4.140. Por fim, a notícia finaliza com uma informação que demonstra a profunda decadência econômica do município. Diz o texto que “atendendo a que grande número de escravos matriculados neste município residem com seus senhores no Oeste da província pode-se calcular no município de Bananal que a população escrava não excede ao algarismo de 3.000”. Além disso, se em 1872 havia 534 proprietários de escravos, no ano de 1887 esse número era de 381⁴⁶. Mesmo que os dados apresentados pela *Gazeta* estejam incorretos, uma tão grande migração não passaria despercebida dos habitantes locais, bem como da imprensa. Os dados revelam a profunda decadência da agricultura cafeeiro-escravista de Bananal. A crise da escravidão no município foi acompanhada de uma crise econômica que produziu um movimento populacional em direção à região Oeste da Província.

Segundo os dados apresentados por Renato Leite Marcondes e pela reportagem da *Gazeta da Tarde*, o município de Bananal tinha aproximadamente 8.300 escravos em 1872. Esse número não foi o maior para o Vale do Paraíba cafeeiro. Para efeito de comparação, vale a pena mencionar que Vassouras, nesse mesmo ano, contava com 20.168 escravos que compunham 51,38% da população desse município. Em outras importantes localidades da Província do Rio de Janeiro como Valença (23.496 escravos ou 55,77% da população), Paraíba do Sul (17.107 escravos ou 45,67% da população), e mesmo Campos, importante área produtora de açúcar, com 32.620 cativos que perfaziam 36,72% da população, o número de trabalhadores escravizados em termos absolutos era maior do que aquele encontrado em Bananal. Em termos relativos, contudo, Bananal pode ser colocado ao lado dos grandes municípios cafeeiros da província fluminense⁴⁷.

⁴⁶ *Gazeta da Tarde*. 04/04/1887. Edição 74. p. 1.

⁴⁷ SALLES, Ricardo. op. cit. pp. 258-259.

De qualquer modo, composto esse quadro do processo histórico de desenvolvimento, apogeu e queda da produção cafeeira em Bananal, consegue-se dimensionar a importância da escravidão para esse município. Trata-se, pelos números de concentração de riqueza apresentados, de um município exemplar. Como se verá a seguir, um estudo dessa localidade pode abrir caminhos para a compreensão mais ampla do apogeu e queda do escravismo no Brasil, além de iluminar a complexidade desse momento histórico de crise do Segundo Reinado e, conseqüentemente, do Império do Brasil. Nesse cenário, a escravidão teve um papel importante na vida social e nas relações de poder construídas na localidade ora em estudo.

CAPÍTULO I – “(...) E TUDO ISSO A TEMPO E A HORA!”: A GEOGRAFIA SENHORIAL EM BANANAL

Em seu livro de memórias sobre o Vale do Paraíba fluminense, Eloy de Andrade descreveu em que medida o controle e a fiscalização aconteciam e indicou que faziam parte das preocupações senhoriais a organização planejada da espacialidade das fazendas e a atenção com a circulação dos escravos. O memorialista escreveu que o duro trabalho dos escravos na lavoura caracterizava-se pela “perfeita ordem”, pelo “trabalho intenso” e pela “produção e riqueza senhoriais”. Essa descrição revela o controle que se exerceu sobre os cativos. Para Andrade, “tudo estava antecipadamente previsto e calculado”, e pode-se compreender facilmente “como deveria ser produtivo esse trabalho contínuo, metódico, bem feito... um milhão de braços a produzir sob o regime de uma disciplina mais severa do que a militar”. Conclui o memorialista que

[...] o braço escravo roçava, derrubava e queimava a mata virgem; desembaraçava o terreno para facilitar a plantação, fazendo coivaras nos lugares obstruídos pelos galhos não queimados; drenava os terrenos úmidos, abrindo valetas ou canais para os córregos, que eram também desobstruídos; abria caminhos; cortava, lavrava e serrava as madeiras de lei; construía a casa, as senzalas, os ranchos, paiol, tulhas, monjolo, moinho e engenho; fazia tapumes e valas, mangueiras e currais; tratava da horta e do pomar; plantava todos os cereais, algodão, cacauzeiros, inhame e milhoes de cafeeiros; capinava todas as roças, tirava as ervas daninhas, extinguiu os formigueiros; colhia, beneficiava e exportava e tudo isso a tempo e a hora!⁴⁸.

Sem dúvida, Eloy de Andrade enfatizou o trabalho do escravo e sua intervenção na paisagem, modificando-a intensamente para ajustá-la aos trabalhos agrícolas. As relações que se estabeleciam entre os homens e a paisagem tinham um objetivo final: a riqueza. Para conseguir alcançar tal intento, seriam necessários ordem, trabalho e produção.

⁴⁸ ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989. p. 96-98. Manoel Eloy dos Santos Andrade nasceu em 14 de janeiro de 1872 na Fazenda Penafiel, em Juiz de Fora, Província de Minas Gerais. Fazendeiro e advogado, foi eleito em 1917 deputado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Faleceu em 14 de dezembro de 1948. O livro de memórias de Eloy de Andrade foi resultado de suas lembranças de infância e dos relatos contados por seu pai, um médico de partido em Valença. Essa profissão possibilitou “a oportunidade de penetrar na intimidade de um grande número de propriedades de vasta zona do Vale”, conforme escreveu Joaquim, filho do memorialista. Além disso, “velhos amigos e parentes”, nas palavras do próprio autor, também contribuíram para a construção da narrativa do livro. Escrito na década de 1920, o livro é rico em detalhes sobre as relações sociais e a vida cotidiana das fazendas cafezeiras do Vale do Paraíba.

O depoimento mostra claramente algumas exigências fundamentais dos senhores para com seus escravos. Pela tríade “perfeita ordem”, “trabalho intenso” e “produção e riqueza”, é possível observar que o espaço (a “perfeita ordem”) e o tempo (o “trabalho intenso”) tiveram vital importância para a disciplina da escravaria e a garantia da riqueza do senhor. A intensidade do trabalho significava controle do tempo e do movimento. A ordem que buscava a perfeição demandava, além disso, um conhecimento que se construía sobre os lugares determinados e autorizados para os trabalhadores. Pressupunha também uma organização da espacialidade para a construção dos edifícios, para a plantação, colheita, enfim todo o necessário para fazer funcionar uma fazenda cujos trabalhadores eram escravizados. Assim, o controle do espaço e do tempo dos cativos, os limites, a configuração de territórios permitidos e proibidos, a criação dos lugares determinados, as exigências do trabalho braçal foram desejos senhoriais vividos diuturnamente pelos escravos e pelos trabalhadores livres das fazendas. A perfeita ordem, o trabalho intenso e a produção e riqueza revelam a “disciplina militar” imposta aos trabalhadores escravizados das fazendas do Vale do Paraíba.

O “espaço disciplinar”⁴⁹ escravista de uma fazenda de café visava a promover um controle rigoroso sobre os escravos. Os cativos vivenciariam, desse modo, o que

⁴⁹ O conceito de “espaço disciplinar” foi desenvolvido por Michel Foucault: “o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico”. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 123. O que Foucault escreveu para o século XVIII europeu e para uma nova tecnologia de poder que estava surgindo na realidade da Revolução Industrial vale também para as sociedades escravistas do Novo Mundo e mesmo para a realidade brasileira da segunda metade do século XIX. É importante observar como Foucault entende o espaço como um elemento importante para o exercício do poder. Nesse sentido, é possível falar de um “espaço disciplinar escravista” que produz, como consequência, uma “disciplina escravista”. Esse arranjo espacial, com seu corolário disciplinar, deve ser entendido dentro de suas especificidades de produção da submissão tão frequentemente utilizadas na sociedade brasileira do Império do Brasil. As tentativas de disciplinamento que daí surgiam baseavam-se na visibilidade das técnicas punitivas e de controle e na indeterminação das regras a serem seguidas pelos subalternos, que ficavam sujeitos aos arbítrios dos senhores. Ver KOERNER, Andrei. O impossível “panóptico tropical-escravista”: práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 35, p. 211-224, jul.-set. 2001. KOERNER, Andrei. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX. *Lua Nova*, São Paulo, n. 68, p. 205-242, 2006. Outro desdobramento dessa perspectiva para o estudo de uma sociedade escravista pode ser lido em JOHNSON, Walter. *The river of the dark dreams: slavery and empire in the cottom kingdom*. Cambridge, London: The Belknap Press of Havard University Press. 2013. P. 209-243. As teses de Koerner e Foucault foram analisadas no contexto do Império do Brasil por

Fernando Henrique Cardoso classificou como uma “coação direta e contínua”⁵⁰. Ou seja, o escravo encontrava-se vinculado ao processo produtivo através da coerção. Tal vínculo se mantinha pela vigilância contínua, pelo controle do tempo e da locomoção, pelos castigos físicos e também pelo paternalismo. Para facilitar o emprego de diversos preceitos coativos foi necessário ao proprietário de escravos e seus prepostos o gerenciamento de um conjunto de mecanismos espaciais que deveriam facilitar o domínio sobre uma ampla massa de trabalhadores escravizados. Esses mecanismos espaciais fizeram parte da estrutura fundiária de muitas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba.

A “disciplina mais severa do que a militar”, como ressaltou o memorialista Eloy de Andrade, foi algo comum nas palavras de escravistas e teóricos da agricultura no século XIX. Rafael de Bivar Marquese, ao estudar a teoria desenvolvida nesse período a respeito da gestão dos escravos, verificou que muitos autores os quais escreveram sobre o tema conjugavam disciplina e paternalismo. Os teóricos da gestão escravista escreveram a respeito dos cuidados para se conseguir o funcionamento da tríade indicada por Eloy de Andrade⁵¹. Nesse sentido, Stanley J. Stein, em seu clássico estudo sobre o município de Vassouras, já havia observado que o fazendeiro proprietário de escravos era um déspota “onipotente, onipresente, beneficente; um pai para sua turma de escravos, quando eram obedientes e resignados; um senhor impiedoso e vingativo quando desobedeciam”⁵².

No âmbito das fazendas cafeeiras, a ordem engendrou um espaço disciplinar que foi caracterizado, dentre outras medidas, pela solução em quadra dos edifícios construídos. A disposição em quadra foi um dos investimentos senhoriais que, segundo Marcos José Carrilho, atendeu à “necessidade de controle sobre as atividades no interior

FERRARO, Marcelo. As práticas de controle e punição na sociedade escravista cafeeicultora do Brasil oitocentista: uma análise à luz do pensamento de Michel Foucault. *Epígrafe*, São Paulo, Edição Zero, p. 7-42, 2013.

⁵⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962. p. 191. A historiadora Stephanie M. H. Camp já havia notado que “places, boundaries and movement were central to how slavery was organized, and to how it was resisted”. CAMP, Stephanie M. H. “I could not stay there”: enslaved women, truancy and the geography of everyday forms of resistance in the antebellum plantation south. *Slavery & Abolition*, London, v. 23, n. 3, p. 1-20, 2002.

⁵¹ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 292.

⁵² STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba – com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 162. O autor não deixa de enfatizar a visão senhorial que associava fiscalização, disciplina e castigo.

do quadro”. Portanto, era uma disposição que procurava responder às exigências da produção do café⁵³. Conforme observou Eloy de Andrade, para a escolha do local de construção dos edifícios da fazenda, várias exigências deveriam ser atendidas. Além da “proximidade de um córrego de bom volume” para movimentar o monjolo, o moinho de fubá e os pilões para o descascamento do café, o local deveria permitir a construção de caminhos para o acesso à estrada mais próxima e também o terreno escolhido deveria apresentar “o aspecto de um largo tabuleiro” de modo que existisse “espaço suficiente para, com largueza, conter, além da principal, todas as edificações subsidiárias: paiol, tulhas, engenho, senzalas, currais, chiqueiros de porcos e, principalmente, os terreiros para a seca do café”⁵⁴. Tal disposição dos edifícios próximos à casa-grande e com o terreiro como espaço centralizador foi também resultado da necessidade de se realizar a vigilância e a fiscalização sobre os trabalhos dos escravos⁵⁵. As construções eram feitas em torno do terreiro, que organizava os edifícios construídos. Como salientou Marquese, a quadra tinha como característica o isolamento “garantido por meio de sua disposição retangular, pelos compartimentos de habitação dos cativos que se comunicavam apenas com o terreiro, pela inexistência de janelas, pelos muros altos ou cercas em balaústres e pela entrada única fechada com portão”⁵⁶. Para Marcos José Carrilho, houve dois tipos básicos de arranjos em quadro. O primeiro deles pode ser chamado de simétrico. Nesse tipo, foi adotado “um esquema muito regular que, situado em geral em terrenos mais propícios ao exercício formal, é constituído de um quadro muito bem alinhado em que a distribuição das partes está perfeitamente ordenada”. Nas fazendas assim construídas, a casa de vivenda senhorial ocupou lugar de destaque “no centro de uma composição cujas massas se distribuem de maneira rigorosamente simétrica”. O outro arranjo, denominado de assimétrico, “talvez como resultado de terrenos mais adversos e da exigência incontornável de viabilizar o vasto terrapleno do terreiro, a residência, embora se conserve em posição de destaque, na maioria das vezes

⁵³ CARRILHO, Marcos José. AS fazendas de café do caminho novo da Piedade. 1994. 166 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 125.

⁵⁴ ANDRADE, Eloy de. op. cit. p. 47.

⁵⁵ Sobre a “espacialidade de controle” nas fazendas cafeeiras da Jamaica, ver DELLE, James A. *An archaeology of social space: analyzing coffee plantations in Jamaica's Blue Mountains*. New York: Plenum Press, 1998. p. 155-161.

⁵⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, jul.-dez. 2005.

comparece deslocada em relação ao eixo da composição”⁵⁷. Não se pode desconsiderar que tais investimentos foram resultado de uma engenharia bastante complexa para viabilizar o processo de humanização da paisagem e de modificação do meio ambiente.

Em seu trabalho sobre o café no Vale do Paraíba, Stanley Stein já havia sublinhado o caráter funcional desse arranjo arquitetônico. Segundo Stein, “as primitivas fazendas, assim como as mais recentes, eram projetadas em quadriláteros funcionais”. E ainda: “ao redor do quadrilátero se alinhavam as senzalas, as tulhas e os armazéns; os paióis, os ranchos de tropas; as estrebarias e os chiqueiros”⁵⁸. Esta opção pelo quadrilátero foi adotada em diversas fazendas de Bananal ainda na primeira metade do século XIX⁵⁹. As figuras 1, 2 e 3 mostram claramente o modelo em quadra na Fazenda das Antinhas e na Fazenda Boa Vista. A primeira fazenda pertenceu ao Padre Bento José Duarte até seu falecimento em 18 de dezembro de 1854. No início da década seguinte, essa fazenda foi adquirida por Laurindo José de Almeida, o futuro Visconde de São Laurindo. Quando do falecimento do padre, a fazenda contava com 138 escravos e 305.000 pés de café. Já a Fazenda Boa Vista também pertencia a um membro da família Almeida. Seu proprietário foi o maior escravista de Bananal: Luciano José de Almeida, pai de Laurindo José de Almeida e que, no ano de seu falecimento (1854), possuía 833 escravos e mais as fazendas da Cachoeira, da Jararaca, do Campo Alegre,

⁵⁷ CARRILHO, Marcos José. op. cit. p. 124.

⁵⁸ STEIN, Stanley J. op. cit. p. 26.

⁵⁹ O registro mais antigo que esta pesquisa anotou refere-se ao inventário de Felícia Maria de Santa Ana, na paragem da Perapetinga. MMN/ Caixa 21/ nº de ordem 328. Inventário de 1836. Nesse inventário, lê-se que a propriedade tinha 81 escravos e “19 lanços de casas em 01 quadro, que servem de senzalas, tudo coberto de telha, feixos de madeiras lavradas, rebocadas e caiadas as frentes, e calçado tudo de pedra à roda, com 21 portas e 02 janelas”. Em muitos outros inventários também é possível verificar a quadra como uma solução arquitetônica. Assim, por exemplo, na fazenda das Antinhas, do padre Bento José Duarte, notamos que havia “um quadro de senzalas com trinta lanços, e dois portões e uma tenda de ferreiro”. Inventário de 1855. MMN/ Caixa 74/ nº de ordem 1459. 138 escravos. Ou ainda, na Fazenda do Bom Retiro de Antônio Barbosa da Silva existia uma “casa de morada no Bom Retiro, com sacada de ferro, cozinha anexa e tulhas, senzalas, formando um quadro interior, engenho de café, casa anexa, pomar e casa de tropa”. Inventário de 1875. MMN/ Caixa 161/ nº de ordem 3344. 60 escravos. São vários os exemplos que informam a respeito do quadrado (ou quadra, ou quadrilátero). Ver também, o inventário de José Gonçalves Pereira (1844) com 165 escravos, o inventário de Ignácia Gonçalves Penna (1848) com 215 escravos, o inventário de Manoel Braz de Souza Arruda (1869) com 178 escravos, o inventário de Maria Arruda Barbosa (1870) com 143 escravos, o inventário de Manoel de Aguiar Vallim (1878), o inventário da Viscondessa de Ariró (1880) também com 71 trabalhadores, o inventário de Alda Cardoville Barbosa de Souza Arruda (1881) com 104 trabalhadores, o inventário de Maria Joaquina de Almeida (1882) com 338 trabalhadores. Todos os inventários pertencem a Bananal e estão localizados no Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes. As referências com o número da caixa e o número de ordem podem ser consultadas no final deste trabalho. Agradeço a Breno Servidone Moreno por me ceder seu Banco de Dados com os inventários de Bananal catalogados. O trabalho desse pesquisador catalogou os inventários das décadas de 1830, 1840 e 1850. Todos os inventários usados nesta pesquisa relativos às décadas acima referem-se a consultas nesse Banco de Dados.

da Bocaina e o Sítio Ricardo e mais posses no Capitão Mor⁶⁰. Após o falecimento de Luciano, sua esposa, Maria Joaquina de Almeida, cognominada “matriarca de Bananal” segundo biógrafos, administrou a Fazenda Boa Vista até sua morte, em 1882, já nos momentos finais da escravidão⁶¹. Todos esses proprietários construíram e administraram grandes fortunas e a espacialidade das suas fazendas demonstra isso.

Figura 1 – Fazenda das Antinhas, de José de Lima, c. 1870.

⁶⁰ MORENO, Breno A. S. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. 2013. 270 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 90.

⁶¹ PORTO, L. de A. Nogueira. Fazenda do Bananal. In: RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. *O caminho novo: povoadores do Bananal*. São Paulo: Governo do Estado, 1980. p. 169-172. RAMOS, Agostinho. *Pequena história do Bananal*. São Paulo: Gráfica Sangirard, 1975. p. 372-380. MELLO, Geraldo C. de. *Os Almeidas e os Nogueiras de Bananal*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro. s/d. p. 55-73.

Figura 2 – Fazenda Boa Vista, anônimo⁶², c. 1880. Fonte das figuras 1 e 2: MARTINS, Paulo Cesar Garcez. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETUBAL, M. A. (coord.) *Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*. São Paulo: Cenpec; Imprensa Oficial, 2004. (Coleção Terra Paulista: histórias, arte, costumes, V2). p. 160.

Figura 3 – Fazenda Boa Vista, com destaque para as senzalas em quadra em frente à casa-grande (azul) e para a localização aproximada da senzala em quadra atrás da casa de vivenda (seta amarela). Fonte: Google Earth.

⁶² Carlos Roberto Maciel Levy contesta de modo veemente a atribuição dessa tela a Johann Georg Grimm classificando-a como uma “pintura amadora de ínfima categoria”. Levy acredita que a “Fazenda Boa Vista” pode ter sido pintada por José de Lima, mesmo artista do óleo sobre tela da Fazenda das Antinhas. LEVY, Carlos Roberto Maciel. Johann Georg Grimm e as fazendas de café. <institutocidadeviva.org.br>. Acesso em: 19 jan. 2014.

Segundo Benincasa, a configuração espacial com a casa grande em destaque facilitava a fiscalização “das atividades no conjunto das edificações”. O pátio fechado, portanto, permitia uma vantagem na observação dos trabalhos, auxiliando a vigilância, que se daria também pela presença física dos feitores espalhados pelos terreiros, conforme se observa na fotografia abaixo, de Christiano Júnior:

Figura 4 – “O feitor observa os escravos trazerem café para secagem no terreiro”. Christiano Júnior, c. 1865. In: ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2004. p. 41.

Essa imagem é um bom exemplo da concepção senhorial de disciplina de trabalho em um terreiro de café. Como se pode observar, os escravos estão em fila, aguardando a sua vez para despejar o café no lugar indicado. Enfileirados, os escravos, mulheres em sua maioria, mantêm a cesta em cima da cabeça. A fila está dividida em quatro partes, sendo que a primeira é composta pelos escravos à esquerda, no fundo da imagem; a segunda mostra 10 escravas alinhadas; na seguinte, dois escravos avançam perpendicularmente em relação à fila anterior, aguardando sua vez e, por fim, um último grupo se aproxima do local indicado para o despejo do café. Outro escravo, “varrendo” o café derramado das cestas, trabalha concentrado. Por fim, vê-se a figura do feitor que, vigilante, fiscaliza o trabalho de seus subordinados. O seu braço direito dobrado segura

um relho ou outro instrumento de punição⁶³. Pela disposição dos edifícios (ao fundo da imagem), vê-se que se trata de um exemplo típico do “quadrilátero funcional”.

A planta da Fazenda Boa Vista é outro modelo exemplar desse arranjo espacial. A disposição arquitetônica dessa propriedade permite entender porque a casa de vivenda se voltava para o terreiro, espaço importante para os trabalhos da fazenda: o alpendre⁶⁴ favorecia uma visibilidade ampla e bastante privilegiada (figuras 5, 6 e 7). O primado do “visual” de outras importantes fazendas cafeeiras variou bastante e não seguiu rigorosamente o exemplo das figuras 5, 6 e 7. Contudo, não há razão para duvidar que essa “espacialidade da vigilância”, como denominou James A. Delle⁶⁵, existiu, com variações, para administrar uma grande quantidade de escravos que estavam vinculados ao trabalho a partir da coação.

Figura 5 – Osmar Cassiano Gomes Jr., Fazenda Boa Vista, 2005, planta baixa. In: MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 14 (1): 11-57, jan.-jun, 2006. p. 26.

⁶³ Para uma análise sobre a profissão de feitor em fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba com base em processos criminais do município de Vassouras, ver MCCANN, Bryan Daniel. The whip and the watch: overseers in the Paraíba Valley, Brazil. *Slavery & Abolition*, London, v. 18, n. 2, p. 30-47, 1997.

⁶⁴ Segundo Vladimir Benincasa, o alpendre da Fazenda Boa Vista não existia na pintura do século XIX. BENINCASA, Vladimir. *Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. 2007. 694 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. 2 v. p. 78. Contudo, conforme comunicação pessoal, é possível que houvesse uma escadaria original que permitisse o acesso ao piso superior. Há uma escadaria pelo porão que facultaria o acesso a esse piso, mas é pouco provável que essa fosse a única entrada. De qualquer modo, a possibilidade de uma visualização a partir de uma escadaria original ou das janelas do andar superior não invalida o regime visual exposto nas figuras 5, 6 e 7.

⁶⁵ DELLE. James A. op. cit. pp. 155-161.

Figura 6 – Imagem do alpendre da Fazenda Boa Vista. Foto: Marco Aurélio dos Santos.

Figura 7 – Vista da paisagem e do antigo terreiro a partir do alpendre, hoje um caminho de acesso que se bifurca. Essa imagem permite imaginar o campo visual dos sujeitos que tinham a oportunidade de observar os trabalhos desse local da casa de vivenda. Foto: Marco Aurélio dos Santos.

A espacialidade de muitas fazendas cafeeiras pressupunha um ordenamento visual que teve como objetivo, em última instância, a disciplina e a fiscalização dos trabalhos. Essa dimensão do poder senhorial extrapolou os limites do quadro e se estendeu para os morros com os pés de café plantados em linha e também para o espaço público. A visualização como meio de controle foi um recurso que permitiu, como consequência indireta, o aumento da exploração do trabalho dos escravos⁶⁶.

A disposição arquitetônica do quadrilátero funcional destacou, em muitas propriedades, a casa de vivenda. A residência senhorial exibia muitos espaços hierarquizados e disciplinares. No Vale do Paraíba, um dos meios para a distinção social estava presente nos requintes dos casarões dos ricos proprietários sendo que, por consequência, uma das estratégias das elites cafeeiras foi produzir espaços de representação. Definir os locais de convivência, de moradia e de produção foi o subterfúgio necessário na afirmação das relações sociais hierarquizadas. As casas de vivenda, com sua grandiosidade e forte carga simbólica, manifestavam muitas separações. O morar, o conviver e o produzir eram espaços diferenciados e delimitados⁶⁷. Os espaços internos da casa de vivenda demonstravam claramente essa intenção. Carrilho observou uma “nítida separação entre o universo da vida social e o da vida privada” nas residências senhoriais⁶⁸. As “casas de vivenda monumentais” manifestavam uma “carga de representação” que expressava o poder social e político dos senhores sobre a população⁶⁹. Mariana Muaze, ao estudar a fazenda Pau Grande, localizada atualmente no município de Paty do Alferes, no Vale do Paraíba fluminense, observou que a arquitetura da casa-grande dessa fazenda tinha, no universo da vida privada, o objetivo funcional de abrigar diversos núcleos familiares. Ali, os núcleos

⁶⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da Fazenda Resgate. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 83-128, jan.-jun 2010.

⁶⁷ SCHNOOR, Eduardo. Das casas de morada às casas de vivenda. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (orgs). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 31-62. Ver sobre esses assuntos o excelente trabalho de LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 133-202. Como exemplo de construção que separa de modo nítido os espaços de convívio social, de trabalho e de intimidade, Lemos cita a Fazenda Santana, localizada em Cunha. Contudo, tais separações foram bastante generalizadas. As diversas plantas e casas de vivenda reproduzidas por Lemos demonstram a carga simbólica de muitas sedes no período áureo da produção cafeeira. Em muito delas, a solução em quadra e o terreiro como elemento agregador dos diversos edifícios são facilmente percebidos.

⁶⁸ CARRILHO, Marcos José. Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n.1, p. 59-80, 2006. p. 76.

⁶⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-57, jan.-jun, 2006. p. 50.

familiares foram instalados, no interior da casa-grande, a pouca distância uns dos outros com o objetivo de garantir ao mesmo tempo a intimidade e a proximidade da família extensa. Conclui Muaze que tal disposição arquitetônica influiria “nos padrões de intimidade e privacidade experimentados ao longo do século XIX”. De modo que a família extensa seria mantida no mesmo espaço, o que facilitaria os “laços afetivos, [as] dependências pessoais e [a] troca de favores”. Mas, apesar de a família extensa estar reunida “no mesmo ambiente geográfico”, a intimidade preservou-se com espaços reservados para os núcleos familiares reduzidos. Para Muaze, a arquitetura das casas-grandes refletiu tal “ambivalência de valores” vivenciada pelas famílias mais ricas do século XIX (núcleo familiar extenso convivendo no mesmo espaço com núcleos familiares mais reduzidos)⁷⁰.

Conforme demonstrou Marcos José Carrilho, as adequações estéticas, ou o que James Delle denominou de espaço cognitivo, não eram privilégios apenas das casas de vivenda. Em algumas fazendas, Carrilho identificou a construção de edifícios de engenho assobradados que reuniam “estritas exigências funcionais” com a “atenção formal”. O edifício assobradado do engenho era necessário para acomodar as máquinas de beneficiamento. Além disso, fazendo referência ao manual de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Carrilho relatou necessidades de se aformosear caminhos e estradas, com a presença de pomares, jardins e aleias. Os investimentos de embelezamento paisagísticos podem ser vistos na imagem da Fazenda das Antinhas, no canto inferior direito, à entrada da casa de vivenda (ver figuras 1 e 8). Esses elementos, associados, mostram os investimentos feitos no espaço de plantação para acomodar uma planta produtiva que pudesse unir “o útil com o agradável”, conforme se expressou Werneck⁷¹.

Figura 8 – Detalhe da casa de vivenda da Fazenda das Antinhas, com destaque para a entrada com jardins e árvores plantadas. FONTE: MARTINS, Paulo Cesar Garcez. op. cit. p. 160.

⁷⁰ MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 147.

⁷¹ Apud CARRILHO, Marcos José. *As fazendas de café do caminho novo...* p. 87. Sobre os edifícios de engenho, ver Ibid. p. 139.

Sendo assim, a espacialidade de muitas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba foi pensada como uma “organização espacial hierárquica rígida e intencional” dos espaços produtivos⁷². O planejamento das construções dos edifícios de uma fazenda cafeeira levou em conta as relações sociais existentes, as condições produtivas do sistema agrário vigente no vale cafeeiro e, em muitos casos, os valores simbólicos agregados, principalmente, às casas de vivenda monumentais. Sobre o simbolismo das casas de vivenda, Eloy de Andrade escreveu que “as fachadas das casas eram índice seguro do grau de prosperidade dos que as possuíam”. O mesmo autor salientou que “a sede da fazenda ou o prédio residencial e a casaria que o circundava indicavam (...) a fortuna do seu proprietário”⁷³. Tem-se claramente uma configuração espacial que se operou na materialidade das casas de vivenda, nos morros com as plantações de pés de café, no terreiro, no quadro e nos demais edifícios, nos caminhos e demais espaços de uma propriedade rural. E tal configuração espacial não serviu para atender, como é possível perceber, apenas a desejos econômicos, mas também a prerrogativas de *status* social, de dominação sobre a população de escravos e homens livres e de controle sobre as atividades de produção do café. Ou seja, tem-se uma organização da espacialidade que foi também um instrumento de poder. Os processos criminais não deixam de evidenciar e dar vida a esse todo organizacional e ao modo como ele era usado e percebido por senhores, prepostos e escravos. As fazendas cafeeiras eram organizadas com uma espacialidade que serviu para colocar em prática, principalmente nas grandes propriedades rurais com numerosa escravaria, a tríade mencionada pelo memorialista Eloy de Andrade. Sem dúvida, tal espacialidade direcionou as relações sociais aí construídas e vivenciadas por senhores, homens livres e escravos. O universo físico existente na espacialidade das fazendas cafeeiras foi, de algum modo, objeto de uso senhorial para o controle da escravaria. Desde os objetos da cultura material (ferramentas de trabalho, sino das fazendas, roupas dos escravos, o portão do quadro etc.) até a própria organização da espacialidade das propriedades rurais, quase tudo serviu para construir um espaço disciplinar que favoreceu a efetivação da “perfeita ordem”, do “trabalho intenso” e da “produção e riqueza”.

Nessa arquitetura das fazendas cafeeiras, o paternalismo foi outro componente das relações sociais entre os grandes proprietários e os demais sujeitos das localidades

⁷² BENINCASA, Vladimir. op. cit. p. 49.

⁷³ ANDRADE, Eloy de. op. cit. p. 249.

valeparaibanas. Por exemplo, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (barão de Pati do Alferes) demonstrou, em sua *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*, que foi publicada nas páginas d'*O Auxiliador da Indústria Nacional* entre junho e agosto de 1847, quais seriam os procedimentos de construção da senzala que deveriam respeitar a saúde dos escravos e atender aos requisitos da vigilância. A construção em linha, com 24 palmos quadrados para os quartos e a existência de uma varanda, sendo que as portas dos cubículos dos escravos estariam voltadas para o quadro das fazendas, seriam os pré-requisitos que atenderiam às questões de vigilância e saúde dos cativos⁷⁴. É difícil afirmar que houve uma generalização desse pressuposto paternalista para a construção de senzalas, conforme preconizavam os manuais agrícolas. Apenas poucos inventários mencionam senzalas avarandadas e o comum é aparecer as senzalas dispostas em linha, não importando se o proprietário possui muitos ou poucos escravos, e as senzalas em quadra⁷⁵. De qualquer modo, o paternalismo foi mais um componente que se manifestou na arquitetura rural do século XIX.

A capela foi outro espaço em que a ação paternalista do proprietário rural se evidenciou. “Das sacadas dos salões do sobrado, os convidados podiam assistir à cerimônia dos batizados e casamentos que ali se realizavam”, escreveu Eduardo Schnoor ao se referir à capela da fazenda do Resgate, de propriedade de Manoel de Aguiar Vallim⁷⁶. Na já mencionada Fazenda Pau Grande, a capela, segundo Muaze, era uma construção que se localizava no centro da casa de vivenda, separando “ao meio as duas formações de casas assobradadas”. Nessa fazenda, o edifício da capela destacava-se do conjunto da casa de vivenda onde, “de cima, a família assistia à missa em lugar de destaque”⁷⁷. Elemento central da construção, a capela da fazenda Pau Grande, com seu teto distinto do conjunto da casa de vivenda, mostrava-se, para os sujeitos da localidade, como um símbolo da religião oficial. Se no Vale do Paraíba a capela de muitas propriedades rurais portentosas foi o local em que o fazendeiro expôs o seu paternalismo, “congregando todos no mesmo ambiente, no espaço familiar ele exclui[u] a todos”⁷⁸. Essas capelas evidenciariam, portanto, as hierarquias existentes na sociedade escravista. Assim, “pequenos proprietários que levavam seus escravos para serem

⁷⁴ Cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente...* p. 281-282.

⁷⁵ CARRILHO, Marcos José. *As fazendas de café do caminho novo...* p. 56-57.

⁷⁶ SCHNOOR. op. cit. p. 50.

⁷⁷ MUAZE. op.cit. p. 81 e p. 145.

⁷⁸ Ibid. p. 51.

batizados em capelas de grandes fazendas/senhores que os recebiam; senhores que promoviam casamentos e batismos de seus escravos/conjunto da escravaria; os que ficavam no andar superior/os que ficavam no inferior”⁷⁹. Como observou James A. Delle, o espaço da plantação em uma fazenda de café era separado em diversas áreas. Havia, nessa separação, uma segregação em termos de raça e de classe social. Os proprietários rurais teriam o poder de definir o espaço social de seus subordinados controlando o espaço material⁸⁰. A capela foi um desses espaços em que se evidenciaram, de modo bastante nítido, as separações que segregavam as raças e os sujeitos.

A enfermaria foi outro espaço que mereceu a atenção dos proprietários rurais. No caso da Fazenda do Resgate citado na introdução desta tese, viu-se que o hospital era um espaço que exigia o controle senhorial. Uma escrava da proprietária da fazenda teve de solicitar sua chave ainda de madrugada para que dois escravos pudessem ser socorridos porque haviam sido feridos por um parceiro⁸¹. Em outro processo criminal, agora de outubro de 1863, viu-se que o hospital ficava igualmente trancado, mesmo com escravos recebendo cuidados médicos. Por esse motivo, o senhor dessa fazenda, José Antonio de Oliveira Guimarães, teve de arrombar a porta para evitar que Francisco, um escravo que se recuperava da punição de açoites, se suicidasse com uma pequena faca, degolando-se⁸². O hospital foi um dos espaços presentes em grandes fazendas de café. Os hospitais, ou enfermarias⁸³, eram, segundo Eloy de Andrade, “construídas ordinariamente em seguimento às tulhas, ou em prédios separados”. Divididos em “dois salões”, um para os homens e outro para as mulheres, eram espaços assoalhados, forrados, com “três ou quatro janelas” e, como reforço de segurança, “protegidas por grades de ferro”. O memorialista informa que havia fazendas que dispunham de farmácia, cujo “prático” [uma espécie de farmacêutico ou enfermeiro], dormia em quarto contíguo. Apesar da construção ordinária, havia higiene, sendo que “os salões eram lavados uma ou duas vezes por semana, desinfetados com solução de ácido fênico e, em dias de visitas de médico, mudados os lençóis, a roupa dos doentes,

⁷⁹ MARQUESE. Rafael de Bivar. *Revisitando casas-grandes e senzalas...* p. 51.

⁸⁰ DELLE, James A. op. cit. p. 39.

⁸¹ MMN/ Caixa 44/ n° de ordem 943. Processo de setembro de 1881.

⁸² MMN/ Caixa 22/ n° de ordem 522. Conforme depoimento da mulher de Francisco, Paula, prestado em 28 de outubro de 1863.

⁸³ Na falta de maiores informações, entende-se que os hospitais e as enfermarias eram espaços similares.

procedendo-se defumação com alfazema, alecrim e incenso”. Por outro lado, em fazendas de pequeno porte e sem médico de partido, os doentes eram tratados nas senzalas “ou em quartos separados”. É possível entender que o hospital descrito por Eloy de Andrade fosse exceção. Isso porque Vladimir Benincasa, em seu extenso estudo, observou condições de insalubridade nesses espaços⁸⁴.

Ainda segundo Eloy de Andrade, os escravos entendiam que a enfermaria era o lugar do descanso, além de representar a possibilidade de ter uma alimentação melhorada e a “tranquilidade, o sono à vontade, a falta de capataz atrás a apertar-lhe para trabalhar mais depressa”. Mais ainda, em época de colheitas e de outras obrigações a enfermaria era o espaço seguro contra os castigos impostos àqueles que não cumpriam seus trabalhos no eito. Sugere o memorialista que os escravos chegavam a simular doenças para escapar dos rigores do trabalho ou de possíveis castigos⁸⁵. Esse pode ser um indicativo da necessidade de controle desse espaço da fazenda, além, é claro, da necessidade de se isolar doentes contagiosos e de se preservar possíveis medicamentos⁸⁶.

Como se viu, a espacialidade das propriedades rurais, com seu significado simbólico para a população, vinculou-se às relações de poder e determinou, no cotidiano das relações sociais, o espaço de que cada sujeito poderia usufruir, de acordo com sua posição social ou racial e sua função no processo produtivo. Por sua vez, os escravos vivenciaram em seu cotidiano essas relações de poder e suas ações de resistência foram pautadas por essa espacialidade peculiar à agricultura do café.

⁸⁴ ANDRADE, Eloy de. op. cit. p. 225. BENINCASA, Vladimir. op. cit. p. 69. À luz do estudo de Stanley Stein, que destacou as generalizadas condições anti-higiênicas das fazendas, pode-se supor que o exemplo de Eloy de Andrade seja exceção e não regra. Ver STEIN, Stanley J. op. cit. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 219-233.

⁸⁵ ANDRADE, Eloy. op. cit. pp. 226-227. James A. Delle observou a mesma estratégia de escravos em fazendas de café na Jamaica na primeira metade do século XIX. Em uma *plantation* denominada Radnor, houve um acréscimo de 8 para 19 escravos entre a segunda-feira, dia 15 de dezembro de 1823 e a segunda-feira seguinte, dia 22. Como a semana subsequente seria um período de descanso natalino, Delle sugere que alguns escravos procuraram estender seu descanso, simulando alguma doença. DELLE, James A. *An archaeology of social space: analyzing coffee plantations in Jamaica's Blue Mountains*. New York: Plenum Press, 1998. p. 163.

⁸⁶ Segundo Rafael de Bivar Marquese, nas *plantations* inglesas e francesas das Antilhas do século XVIII, as enfermarias eram espaços não somente para atender aos escravos doentes, mas também edifícios punitivos por causa da existência de grades nas janelas, para evitar as fugas, das trancas noturnas e da presença de troncos nos quartos. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp. 140-141.

A disposição das construções das fazendas de muitos senhores de escravos e o investimento planejado na paisagem agrária deixaram claro o poder deles sobre os escravos e os homens livres. O propósito de mostrar as assimetrias do poder existentes se deu, no que diz respeito principalmente aos escravos, pelo exercício efetivo de um poder positivo⁸⁷. É possível afirmar que o espaço disciplinar das fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba foi caracterizado pelo exercício consciente de um poder disciplinar realizado pelos senhores sobre os escravos e também sobre a população livre. Qual seria, então, a “mecânica do poder”⁸⁸, para se usar uma expressão emprestada de Michel Foucault, dessa geografia senhorial? Seria a aplicação prática de um poder positivo que produziria conhecimento sobre a massa dos trabalhadores subordinados. Este seria, no dia-a-dia das relações escravistas, o desejo senhorial: exercer sobre os sujeitos escravizados um conhecimento que fosse total, amplo e irrestrito. Ao construir casas de vivenda monumentais, ao dispor os edifícios de produção ao redor do terreiro, ao exigir os pés de café plantados em linha, ao organizar contagens de trabalhadores, controle do tempo, os sistemas de tarefas e de turmas⁸⁹, dentre outros procedimentos, os senhores e seus agentes procuraram executar sua tecnologia de poder inscrevendo-a na paisagem rural. Daí a importância da disposição espacial das propriedades rurais que criaria os espaços delimitados e facilitaria o controle do movimento e do trabalho dos escravos.

Na segunda metade do século XIX, a espacialidade de muitas fazendas cafeeiras já se encontrava bem delineada e amadurecida. Os proprietários com 100 ou mais escravos concentravam, na década de 1850, a maior fração da área plantada no município, além de possuírem a maior parte dos pés de café plantados e dos escravos. Delineava-se, desse modo, uma significativa concentração de riqueza⁹⁰. Nesse contexto, a planta produtiva dessas fazendas apresentava os investimentos de humanização da paisagem feitos desde a primeira metade do século XIX. Com a estrutura fundiária praticamente consolidada, as leituras dos processos criminais e de diversos documentos

⁸⁷ “Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. FOUCAULT, Michel. op. cit. 1987, p. 161.

⁸⁸ Sobre a expressão “mecânica do poder”, ver FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 119.

⁸⁹ Sobre o “task system” e o “gang system”, ver MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora Africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense*, n. 7, p. 138-152, 2008. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/alb/article/view/11686/13457>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

⁹⁰ Sobre uma análise da estrutura fundiária de Bananal, ver MORENO, Breno A. S. op. cit. p. 164-194.

produzidos pelas autoridades de Bananal permitem entrever uma mecânica de poder pautada pela lógica de “vigiar e punir”. Pode-se, portanto, entender diversos aspectos do desejado controle que os senhores procuraram realizar sobre os escravos. O pensamento senhorial e as ações das autoridades municipais em Bananal procuraram colocar em prática essa lógica. A coação, o controle da mobilidade e os investimentos feitos no corpo dos escravos representavam ações de vigilância e de contenção sobre a escravaria. A movimentação dos cativos era regulamentada e controlada nos espaços públicos e privados. No interior das fazendas, o espaço material e as relações sociais aí construídas e vivenciadas cotidianamente mostraram que o poder senhorial, com a presença física do senhor e de sua família, bem como dos administradores, feitores e de todos os códigos disciplinares, estavam próximos dos escravos e eram visíveis a eles. Casa-grande e senzala estavam espacialmente avizinados. Senhor e escravo moravam próximos uns aos outros. O escravo “via/vivenciava”, todos os dias, o poder senhorial, devido à existência de uma espacialidade de controle. Era confinante o espaço de convivência daqueles que reprimiam e dos subjugados.

Para além da propriedade senhorial, na esfera do município, as “posturas municipais” foram o recurso legal que as autoridades utilizaram para regular e coibir a insegurança provocada pela ação contrária à ordem dos escravos e dos homens livres. Essa legislação municipal é um exemplo dos vínculos estabelecidos entre diferentes níveis do governo, fato que, conforme demonstrou Miriam Dolhnikoff, teve suas origens nas reformas ocorridas nos finais da década de 1820 e que culminaram com o Ato Adicional de 1834. Esses diplomas municipais eram enviados à Assembleia Provincial para serem aprovados⁹¹ e expressavam de modo inequívoco os desejos de controle da população e de manutenção da ordem. Os delegados nas localidades eram os

⁹¹ *Correio Paulistano*, 11 de março de 1863. Edição 2.051. p. 4; *Correio Paulistano*, 12 de março de 1863. Edição 2052. p. 2. *Correio Paulistano*, 7 de março de 1865. Edição 2636, p. 2. As posturas fazem parte da ordem do dia da Assembleia Legislativa Provincial e muitas delas eram aprovadas sem debate. De qualquer modo, o vínculo entre o poder local e o provincial ficava estabelecido e não era difícil encontrar periódicos com debates entre os deputados sobre o conteúdo dos códigos de posturas das municipalidades. Sobre as posturas municipais e a subordinação dos municípios ao governo provincial, ver DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005. p. 119 e p. 200-205. Sobre as reformas de finais da década de 1820 e início da de 1830, com destaque para a legislação que criou o Juiz de Paz (1827) e as Câmaras Municipais (1828), ver Ibid. p. 83-93.

responsáveis por fazer cumprir as posturas municipais e enviavam relatórios ao chefe de polícia que, por sua vez, deveria informar ao Presidente Provincial⁹².

No que diz respeito aos escravos, questões relativas à moralidade, como as roupas usadas pelos cativos, e as manifestações religiosas foram contempladas pelas posturas municipais. Esses diplomas também procuravam evitar as desordens e as ações criminosas e controlar a movimentação dos cativos⁹³. No Código de Posturas de Bananal de 4 de maio de 1865 existia o estabelecimento de um toque de recolhida que deveria restringir a circulação dos escravos durante a noite. Nos artigos 105 e 107 é possível ler que os escravos eram impedidos de andar pelas ruas após as nove horas da noite nos meses de abril a setembro (no período de safra, portanto) e, depois das dez horas da noite, de outubro a março. No caso dos divertimentos dos escravos, o “Código” de 1865, em seu Título IX, “Da moralidade e tranquilidade pública”, artigo 89, proibia “os divertimentos de cantorias e danças estrondosas, conhecidas vulgarmente por batuques”. As punições seriam de “30\$000 ao dono da casa, e 5\$000 a cada um dos outros que tomarem parte no divertimento”. E o mesmo artigo informava que “as mesmas penas se aplicarão aos donos de escravos que consentirem os brinquedos denominados – jongs”. As posturas municipais transmitiram o receio das autoridades pelas algazarras, distúrbios e ajuntamentos que poderiam gerar crimes e ser o estopim para revoltas de escravos. Na última postura mencionada, o entrudo, o cateretê, os

⁹² Para entender os mecanismos que vinculavam o governo central às localidades em todas as partes do Brasil, formando, desse modo, amplas redes de clientelismo, ver, além do trabalho de Miriam Dolnikoff citado anteriormente, GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 82-101. Ver também as notas 30 e 31 às páginas 389-390. Para se compreender a construção de uma “ideologia da centralização” e entender os agentes que operavam, nas localidades, essa mesma centralização, ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. especialmente o capítulo denominado “Os olhos do soberano”. O trabalho de Maria de Fátima Silva Gouvêa sobre o Rio de Janeiro mostra que a Assembleia Provincial foi um importante espaço de atuação dos potentados das localidades, com vistas a defenderem os interesses de seus municípios. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁹³ Ver o verbete “Código de Posturas Municipais. Os Escravos nos” em MOURA, Clovis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 104-105. Neste verbete, o autor menciona a seguinte Postura Municipal aprovada em Bananal no dia 31 de março de 1863: “Art. 1º. Nenhum negociante dentro e fora da cidade poderá vender a escravos, pólvora, chumbo, ou qualquer espécie de projétil ou arma de fogo de qualquer qualidade, salvo tendo os mesmos escravos bilhetes de seus senhores, pedindo tais objetos”.

batuques, as cantorias e as danças estrondosas poderiam perturbar a segurança e a tranquilidade pública⁹⁴.

Quando os escravos desrespeitavam artigos das posturas municipais, as penas aplicadas eram severas e, pode-se mesmo considerar, desproporcionais ao delito cometido. Mas tais penas revelavam a lógica senhorial de vigiar e punir com rigor o desrespeito às normas. Assim, em 18 de julho de 1861 o escravo Alexandre, pertencente a André de Mello e Silva, foi preso com um punhal por volta das 11:30 da noite. Por estar na rua “sem licença da autoridade competente” e também “sem licença de seu senhor” depois do toque de recolhida, o Delegado de Polícia, Marcos Diniz Hilário Nogueira, condenou o escravo pelo artigo 297 do Código Criminal e pelo artigo 25 das posturas municipais. A pena, comutada para 40 açoites, foi aplicada em 9 de agosto. Em outro caso, o forro condicional Braz e o escravo Joaquim, pertencente ao Reverendo Padre Joaquim Belizário de Siqueira Mendonça, foram presos no dia 28 de julho porque estavam armados e jogando o búzio. O mesmo Delegado condenou os dois réus com base no artigo 297 do Código Criminal a 15 dias de prisão “e multa correspondente à metade do tempo, além da perda da arma, e na multa de 4.000 reis estabelecida no artigo 37 das posturas municipais”. Contudo, a pena do escravo Joaquim foi comutada em trinta açoites e executada em 5 de agosto. Além da brutalidade por trás da ação das autoridades em comutar penas de prisão e multa em açoites, a rapidez e o rigor no julgamento foram as marcas do poder senhorial⁹⁵.

O poder senhorial funcionou no espaço público com a legislação dos Códigos de Posturas do município e as ações das autoridades expressam o pensamento dos senhores e dos agentes públicos. Com esses códigos, as autoridades procuraram realizar diversos controles sobre a movimentação e o tempo dos escravos. A atenção para a circulação suspeita de possíveis escravos fugitivos foi recorrente. Existiu uma atenção especial das autoridades a respeito da movimentação de sujeitos que podiam ser considerados escravos fugitivos de outros municípios. Mais ainda, ao longo do século XIX, as autoridades municipais se comunicaram entre si e transmitiram informações a respeito

⁹⁴ As posturas mencionadas não estão catalogadas no Museu Major Novaes e foram fotografadas integralmente.

⁹⁵ MMN/ Caixa 19/ n ° de ordem 444 e MMN/ Caixa 19/ n ° de ordem 446, respectivamente.

das revoltas de escravos. O objetivo era impedir que se espalhasse por diversas localidades a ameaça de sublevação⁹⁶.

No caso dos grandes proprietários rurais com seus “quadriláteros funcionais” ou com suas senzalas em linha, a circulação, aliada ao uso do espaço material das fazendas cafeeiras, poderia provocar conflitos, como demonstra um incidente ocorrido na Fazenda do Resgate no ano de 1883, quando foi assassinado o administrador Antonio Rodrigues de Castro. O caso em questão mostra o caráter funcional dos edifícios em quadra dessa grande propriedade rural e demonstra que o uso do portão foi um instrumento de controle e referencial importante nas fazendas cafeeiras de grande porte. Tal episódio evidencia como a espacialidade foi uma ferramenta de poder que facilitava a disciplina e a dominação sobre o conjunto dos trabalhadores escravizados. Contudo, tal espacialidade não foi isenta de conflitos, demonstrando que o ideal da perfeita ordem, do trabalho intenso e da produção e riqueza produziram em muitos momentos tensões e mortes.

Os diversos testemunhos colhidos durante o processo comprovam uma série de medidas de contenção e controle da escravaria. Segundo o depoimento do acusado de assassinar o administrador, o escravo ferreiro Sebastião, os cativos precisavam de autorização superior para se locomover para fora da fazenda. Sebastião afirmou que no domingo, dia 25 de fevereiro, “seriam cinco horas da tarde mais ou menos, quando ele respondente pediu licença a Castro para ir a uma venda no Campo da Fazenda a fim de comprar toucinho e açúcar, para [a] família dele acusado, que nesse dia tinha ainda jantado, ao que Castro acedeu, mas logo que ele respondente seguiu para a venda, Castro fechou o portão da Fazenda”. Além da necessidade de solicitar a autorização para sair, nota-se algo recorrente na sociedade escravista que estamos estudando: a locomoção dos escravos para realizar negócios. A “venda no Campo da Fazenda” também indica a função dos homens livres e de seus negócios dentro das terras

⁹⁶ Como aconteceu, por exemplo, no caso da Revolta de Carrancas, em 1833. Na ocasião, os municípios trocaram informações para prevenir que o levante se espalhasse para outras localidades. Ver a esse respeito ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso de Carrancas*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 45-82, 1998-1999. Ver também RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000. p. 58. Também no caso do plano de insurreição de 1881, cujo foco irradiador era o município de Resende, na Província do Rio de Janeiro, houve troca de correspondência entre as autoridades de diversos municípios circunvizinhos. MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, EDUSP. 1994. p. 179-184.

senhoriais: se os escravos precisassem comprar mantimentos, não precisariam ir para lugares mais afastados ou para o centro da cidade. Esse foi, portanto, mais um componente a caracterizar a espacialidade das fazendas cafeeiras.

No caso em foco, é preciso atentar para a importância do portão como um elemento que sinaliza o fim de um dia de trabalho. O fechamento do portão foi o estopim para a ocorrência de um conflito. Também deve-se notar, no depoimento do acusado, o fato de ele ter pedido autorização para sair em um domingo, dia de maior mobilidade para os escravos. O horário mencionado por Sebastião – cinco horas da tarde – devia ser um momento próximo para recolher os escravos às senzalas⁹⁷.

Em depoimento prestado no dia 12 de março de 1883, o escravo Antonio, feitor da Fazenda do Resgate, apresentou uma boa síntese da experiência cotidiana dos escravos nesse espaço disciplinar. Conforme seu depoimento, verifica-se que em uma fazenda de café o dia de trabalho começava cedo, por volta das quatro horas da manhã, e o sino anunciava o momento de se levantar. Nota-se também uma hierarquia na fazenda de café, com os feitores submetidos às ordens do administrador. Observa-se, ainda, que a senzala era o espaço em que os escravos guardavam pertences que muitas vezes eram ilícitos, como facas e pistolas. Por fim, nota-se que os escravos tinham espaços reservados dentro das senzalas⁹⁸. Mas o depoimento revela também a importância da disposição em quadra dos edifícios de uma fazenda para que se pudesse efetivar o controle da escravaria. Antonio disse que

na noite do dia anterior [25 de fevereiro] ao dia do conflito ele testemunha viu o administrador abrir o portão da fazenda e entrar batendo boca com o acusado Sebastião que em seguida o administrador chamou por ele testemunha e mandou-o pegar a Sebastião, para castigá-lo, ao que ele testemunha [ilegível] digo castigá-lo; que nessa ocasião ele testemunha aproximou-se de Sebastião, que imediatamente – gritava – que nele ninguém chegasse; então ele testemunha observou ao administrador que sendo esse dia domingo e podendo estar Sebastião embriagado e sendo possível que fizesse alguns distúrbios, era mais prudente que ele administrador deixasse o castigo para o dia seguinte a fim de evitar conflitos, tanto mais porque a Senhora dele respondente não estava na fazenda. Que dizendo isso ele testemunha foi atendido pelo administrador e todos se recolheram aos seus aposentos. Que no dia seguinte, segunda-feira, às

⁹⁷ MMN/ Caixa 47/ nº de ordem 987. Mas pode-se levantar a hipótese de que esse controle do horário, em um domingo, estivesse relacionado com o momento histórico de radicalização e de crise da escravidão. Ver a esse respeito o último capítulo.

⁹⁸ Em alguns depoimentos do referido processo, lê-se que os escravos se referem ao seu próprio quarto, ou seu próprio aposento.

quatro horas da manhã, o dito administrador tocou o sino, e abrindo o portão chamou por ele testemunha e o mandou que chamasse quatro pretos para pegarem Sebastião, o que logo ele testemunha procurou cumprir; que estando ele testemunha escolhendo os quatro escravos para pegar Sebastião, chamou em voz alta pelo nome do acusado, ao que este respondeu – que ninguém se chegasse dele. Ouvindo isso o administrador Castro que estava no portão da fazenda, dirigiu-se a Sebastião; que ele testemunha não ouviu e nem viu o que houve entre Castro e Sebastião, mas em seguida ouviu o estalar de uma espoleta, que não sabe se era de pistola ou de revólver, e em seguida viu Sebastião correr atrás de Castro e dar-lhe uma facada já do lado de fora do portão; que logo em seguida ele testemunha correu para o lugar do delito, para ver se cercava Sebastião – que ia fugindo, (...)

Quando perguntado se, além de não ter comparecido “a hora própria no dia antecedente ao do conflito”, o escravo Sebastião não cometera outra falta, o feitor Antonio disse que Sebastião “nem uma outra falta cometera, a não ser a do dia antecedente chegar tarde à Fazenda, depois de estar o portão fechado e os escravos recolhidos”.

Como se viu, o depoimento acima refere-se ao assassinato do administrador da Fazenda do Resgate, Antonio Rodrigues de Castro, ocorrido na manhã de segunda feira do dia 26 de fevereiro de 1883. A narrativa de Antonio mostra como a questão do espaço (“viu o administrador abrir o portão da fazenda”) e do tempo (“não comparecendo a hora própria” ou “chegar tarde à Fazenda”) foram dois elementos fundamentais para o controle dos escravos. O espaço e o tempo constituem-se como dois aspectos da mecânica do poder senhorial e expressam de modo inequívoco como tal poder funcionou. O portão foi mencionado nos depoimentos de diversas testemunhas como uma referência espacial significativa. O administrador fechou o portão e depois teve de abri-lo para que Sebastião entrasse na sua senzala. Tal fato provocou o incidente que levaria ao assassinato de Castro no dia seguinte, uma segunda feira. Fechar o portão significava encerrar as atividades de trabalho da fazenda. A suposta afronta de Sebastião foi chegar após o fechamento do portão – desrespeito à “temporalidade senhorial” – e ter obrigado o administrador a abri-lo. O portão seria a porta de entrada e saída dos trabalhadores do quadro da fazenda e, como consequência, o meio utilizado para controlar a escravaria e inibir possíveis desvios dos cativos. O fechamento do quadro no final de um dia de trabalho seria o momento para dispor os escravos em seus locais, evitar o trânsito não autorizado dos trabalhadores, estabelecer, enfim, o controle do movimento e verificar as presenças e as ausências. Seria a prática visível no espaço

material da fazenda da mecânica do poder senhorial sobre o conjunto da escravaria. Contudo, como se pode observar pelo depoimento do escravo Antonio, o funcionamento desse disciplinamento nunca esteve isento de conflitos.

Em 1883, a Fazenda do Resgate era propriedade de D. Domiciana Maria de Almeida Vallim, viúva do comendador Manoel de Aguiar Vallim, falecido em 1878, quando a propriedade contava 278 trabalhadores entre escravos e ingênuos⁹⁹. A grandiosidade da casa de vivenda dessa fazenda pode ser visualizada na figura 9 abaixo:

Figura 9 – Casa de vivenda da Fazenda do Resgate. Foto: Marco Aurélio dos Santos

Segundo depoimento de várias testemunhas do processo em questão, o quadro da fazenda e o portão eram referências importantes. Por exemplo, em 27 de fevereiro, Antonio Ignácio, com cerca de 40 anos de idade, feitor da fazenda, disse que no dia do incidente o administrador tocou o sino e abriu “o portão do quadro”. Antonio Ignácio foi, então, “receber as ordens do mesmo [administrador], [e] lhe foi ordenado pelo dito administrador que segurasse o mulato Sebastião ferreiro, ele informante o procurando no quadro, entre os outros escravos que ali ainda se achavam, não o viu, porque o mesmo se achava junto a um portão, e chamando-o pelo nome, o mesmo apresentou-se e disse que ninguém lhe chegasse, porque já estava desconfiado de ser preso”. Em outro depoimento, de 12 de março, José Joaquim da Cunha, de 35 anos, carpinteiro, informou que estava “ainda deitado, em seu quarto fora do quadro”, quando “ouviu gritos de Antonio Rodrigues de Castro, administrador da Fazenda do Resgate gritando por ele testemunha – que o acudisse que estava morto, e levantando-se ele testemunha

⁹⁹ Conforme inventário de Manoel de Aguiar Vallim. MMN/ Caixa 170/ Número de ordem 3472. 1º Ofício. Esse escravista possuía mais 122 trabalhadores na Fazenda das Três Barras, 37 na Fazenda da Cruz e 193 na Fazenda da Bocaina, totalizando 630 trabalhadores, entre escravos e ingênuos.

incontinenti e indo ao encontro de Castro chegou ao portão da senzala e aí soube que Castro já se achava em seu quarto, para onde fora conduzido por dois pretos da fazenda”. Note-se que, segundo o feitor Antonio, “o acusado nem uma outra falta cometera, a não ser a do dia antecedente”, que foi “chegar tarde à Fazenda, depois de estar o portão fechado e os escravos recolhidos”. Chama a atenção nos depoimentos acima a associação próxima entre o portão e o quadro. Falar do quadro significava, automaticamente, mencionar o portão. Essas duas referências revestiram-se de uma forte carga simbólica. Sem dúvida esses dois componentes das fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba manifestaram de modo inequívoco os desígnios de controle dos senhores sobre a escravaria. Esse arranjo espacial que vincula o quadro ao portão pode ser visualizado nos exemplos abaixo da Fazenda das Antinhas e da Fazenda Boa Vista:

Figura 10 – Detalhe do “quadrilátero funcional” da Fazenda das Antinhas, com as setas amarelas indicando a localização dos dois portões do quadro. FONTE: MARTINS, Paulo Cesar Garcez. *op. cit.* p. 160.

Figura 11 – Detalhe do “quadrilátero funcional” da Fazenda Boa Vista, com a seta amarela indicando a localização do portão que fecha o quadro. Ao fundo, é possível ver o outro quadro, localizado atrás da casa de vivenda. Fonte: MARTINS, Paulo Cesar Garcez. *op. cit.* p. 160.

No cotidiano das relações entre homens livres e escravos, o espaço material das fazendas cafeeiras deveria cumprir um papel importante e facilitador para o disciplinamento desejado pelos senhores. No mesmo processo que envolve o escravo Sebastião, Clemente, prestando depoimento como informante, declarou que

ontem segunda-feira vinte e seis do corrente, às quatro horas da madrugada, o feitor da fazenda do Resgate, de nome Antônio Ignácio, tendo formado a gente digo tendo gritado à gente que estava embolado dentro do quadrado para se formar na frente do sobrado, como é de costume, neste ato chegou o administrador Antônio Rodrigues Castro, e ordenou que o feitor prendesse o preto Sebastião que ainda estava com a gente dentro do quadrado (...).

A disposição em quadra dos edifícios da fazenda fazia do terreiro um espaço importante não somente para o processo de secagem dos grãos do café. Essa disposição do espaço material não servia apenas para atender as exigências de vigilância e controle. Ela facilitava a organização da mão de obra no início de um dia de trabalho. Na passagem acima, tal disposição permitiu que, após o grito do feitor, os escravos, que saíam embolados no quadro logo após acordarem, pudessem “se formar na frente do sobrado, como é de costume”. Devemos sublinhar, portanto, o caráter funcional do quadrilátero, tal qual salientou Stanley J. Stein. Evidentemente, as exigências de disciplinamento eram mais facilmente atingidas com tal disposição do espaço material. O espaço disciplinar de uma fazenda cafeeira demonstra claramente que a disposição em quadra dos edifícios foi um elemento fundamental para a organização da escravaria no início das atividades diárias de trabalho. Seria muito natural supor que após o toque do sino os escravos, acabando de acordar e procurando cumprir exigências de tempo, saíssem “embolados” das senzalas, conforme se expressou o escravo Clemente. A funcionalidade do quadro permitiria facilmente que, com um grito, os escravos entrassem em forma “na frente do sobrado”. Aliado a essa funcionalidade, verifica-se que a rotinização das atividades diárias, expressa pela utilização da expressão “como é de costume”, implica também uma forma de controle e, portanto, de disciplinamento da escravaria. A rotina acaba se tornando um recurso do poder disciplinar porque permitia ao poder senhorial a formulação de um princípio de saber sobre a escravaria. “Como é de costume” o sino tocava, “como é de costume” os escravos deviam estar em forma na frente do sobrado, “como é de costume” os escravos deviam receber as instruções diárias e partir para os trabalhos, “como é de costume” eles deviam voltar antes do fechamento do quadro etc. O costume pressupunha rotina que, por sua vez, acabava se tornando um instrumento de saber – o senhor, o administrador ou os feitores deveriam saber onde o escravo tinha de estar, o que ele deveria estar fazendo etc. Não se pode desconsiderar o caráter disciplinar da rotinização das atividades realizadas cotidianamente pelos escravos. Deve-se sublinhar ainda que essa foi uma prática social

referendada pela legislação. O artigo 68 do Regulamento de nº 120 de 31 de janeiro de 1842 – aquele que regulava a execução da parte policial e da parte criminal da lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841 – previa que não era necessário apresentar passaporte em três situações: se a autoridade de um lugar conhecer o viajante, seja ele livre ou escravo; se o viajante for conhecido de duas pessoas “de conceito” do lugar e for abonado por eles e, por fim, quando o trânsito for “habitual e frequente de umas fazendas para outras, e destas para as povoações, e de umas povoações para outra, que mantenham relações frequentes”. Como se vê, a legislação sancionava o costume de se movimentar de um lugar para outro, não prevendo a suspeição e nem admitindo a interferência de autoridades, caso esse trânsito fosse “habitual e frequente”¹⁰⁰.

Muitos sujeitos do caso envolvendo o administrador da Fazenda do Resgate mencionaram o quadro em seus depoimentos, permitindo avaliar a importância desse espaço na vida de escravos e prepostos. É comum os depoimentos nos processos criminais aludirem a esse arranjo espacial. No caso do assassinato do escravo feitor Victorino, pertencente a Manoel Rebello Rosa, o “quadrilátero funcional” apareceu como referência em diversos depoimentos¹⁰¹. O dito assassinato ocorreu em uma noite de sábado, dia 15 de maio de 1875 e foi cometido por Leandro. No dia seguinte, o escravo Antonio prestou depoimento e disse que após o fim do serão, “tocada a recolhida, em companhia de seus parceiros, dirigiu-se para o quadro; mal havia tocado na chave para abrir a sua senzala, ouviu gritos que diziam: - [ilegível] foi ferido e imediatamente correu para fora do quadro” e encontrou o feitor Victorino ensanguentado. O escravo Silvério confirmou o depoimento de Antonio, inclusive com a referência ao quadro, acrescentando apenas que os escravos trabalhavam “a recolher feijão”. No dia 25 de maio, Leandro já se encontrava preso no Quartel do Destacamento. No dia 29, o administrador prestou depoimento informando que no momento do incidente ele se encontrava sentado “em uma porta no quadro do terreiro da fazenda”¹⁰².

¹⁰⁰ COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL. 1842. Tomo 5º. Parte 2ª. Secção 8ª. p. 54. Ver o artigo de Rafael Marquese sobre a Fazenda do Resgate. Nesse artigo, o conceito de “protocolos espaciais” remete diretamente à questão da rotina e da funcionalidade do quadro como elementos facilitadores do controle e do comando da escravaria. MARQUESE, Rafael de Bivar. *O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão...* p. 97-99.

¹⁰¹ Infelizmente não foi possível saber a localização e o nome da fazenda de Manoel Rebello Rosa.

¹⁰² MMN/ Caixa 37/ nº de ordem 799.

O processo criminal que trata da morte do escravo Joaquim Benguela, trabalhador escravizado de Braz Barbosa da Silva, dono da Fazenda do Bom Retiro, reforça, uma vez mais, a ideia de que tal espaço disciplinar deveria ser usado para o controle dos escravos e das atividades diárias dos diversos trabalhadores da fazenda. Essa fazenda, conforme o inventário do seu antigo proprietário, o Comendador Antonio Barbosa da Silva, contava com 60 escravos em 1875. A disposição arquitetônica foi descrita no inventário nos seguintes termos: “Casa de morada no Bom Retiro, com sacada de ferro, cozinha anexa e tulhas, senzalas, formando um quadro interior, engenho de café, casa anexa, pomar e casa de tropa”¹⁰³. A suntuosidade dessa casa de vivenda pode ser vista na imagem abaixo (figura 12):

Figura 12 – Casa de vivenda da Fazenda do Bom Retiro com suas dez sacadas com gradis de ferro. Foto: Marco Aurélio dos Santos.

Ao depor no dia 16 de outubro de 1880 como testemunha informante, o proprietário da Bom Retiro informou que

tendo voltado da Fazenda do Major Henrique José da Silva às oito horas e meia mais ou menos encontrara com três de seus escravos que tinham ido a mandado de sua Senhora em procura de dois homens que tinham assaltado o escravo Mauricio de volta da cidade, onde vendia quitandas. Que esses escravos a ninguém encontraram nem a testemunha encontrou pessoa alguma em sua volta para casa. Que chegando a casa soube que o escravo Joaquim Benguela ainda não se recolhera para a casa de volta de sua quitanda de capim. Esperou-o até onze horas e supondo que o escravo não voltaria mais talvez por ter perdido o burro que conduzia o capim mandou fechar o portão e deu ordem a dois escravos para irem procurar o negro pela madrugada¹⁰⁴.

Como se vê, o depoimento de Braz Barbosa da Silva informa que o “quadro interior” era fechado à noite ou quando se encerravam os trabalhos de um dia. Esse depoimento e os dos demais processos citados revelam que o quadrilátero da fazenda e

¹⁰³ Inventário de 1875. MMN/ Caixa 161/ nº de ordem 3344. 1º Ofício.

¹⁰⁴ MMN/ Caixa 43/ nº de ordem 899.

o portão eram elementos da mecânica do poder senhorial que serviam para colocar em prática o desejo de perfeita ordem e disciplina efetivando, outrossim, um controle sobre os trabalhadores da fazenda. “Fechar o quadro” significava o momento de recolher os escravos às suas senzalas e encerrar as atividades produtivas. A expressão “escravos recolhidos” é muito comum em vários processos pesquisados. Ela aponta para um controle sobre o movimento e sobre o tempo dos escravos, evitando, assim, as aglomerações difusas, as movimentações furtivas e não autorizadas.

Vislumbra-se aqui como a disposição dos edifícios das fazendas de café foi pensada para efetivar as exigências de controle e contenção da escravaria e como ela colocou em prática as prerrogativas de um espaço disciplinar. Além disso, a concentração dos escravos em senzalas coletivas que davam para um “quadro interior” facilitava, sem dúvida, a organização dos trabalhadores para um novo dia de trabalho.

A solução em quadra aproximou casa-grande e senzala. O caso de Sebastião demonstrou um dos aspectos da funcionalidade dessa disposição arquitetônica, qual seja, a de promover o controle dos trabalhadores escravizados de uma fazenda. Funcionalidade não isenta de tensões, como se pode observar do caso em foco. A perfeita ordem, o trabalho intenso e a produção e riqueza tinham como pressuposto o controle da mobilidade dos escravos. E tal controle necessitou de um espaço material determinado. Antonio Rodrigues de Castro, o administrador da Fazenda do Resgate, cumpriu, talvez com muito rigor e intolerância, uma prerrogativa senhorial inerente a uma sociedade escravista: a de que os escravos deveriam ter sua mobilidade e seu tempo restringidos e controlados. Se não tivesse autorização, nenhum escravo poderia voltar após o fechamento do portão. Ter voltado quando o quadrilátero estava fechado e os demais escravos já estavam recolhidos foi um desrespeito a uma norma senhorial e o administrador da Fazenda do Resgate foi vítima das tensões que poderiam ocorrer com o cumprimento rigoroso das normas senhoriais de contenção.

Como se viu, era comum nas grandes fazendas cafeeiras fechar o portão do quadro e recolher os escravos na senzala após o término do dia de trabalho. Assim, ao lado da postura municipal que restringia a movimentação dos escravos à noite, esse costume fechava o cerco disciplinar sobre os escravos porque eles eram trancados nas senzalas e impedidos de se movimentar.

O sino, ou buzina, foi outro elemento importante da cultura material das fazendas cafeeiras. Os processos criminais permitem entender como funcionava o poder senhorial com esses objetos. No caso do assassinato do administrador da fazenda do Resgate, foi possível perceber a referência ao sino como um elemento de controle do tempo dos escravos. O toque do sino anunciava o início de um dia de trabalho. Nesse caso, o administrador foi o responsável por tocar o sino às cinco horas da manhã para que os escravos acordassem e saíssem da senzala. Nos depoimentos dos escravos Antonio Ignácio e Antonio, tocar o sino e abrir o portão eram atitudes que vinham uma depois da outra¹⁰⁵.

Em outro processo criminal, esse da década de 1860, tem-se a referência a uma buzina que foi tocada para chamar os escravos. Quando o sapateiro Francisco teve seu acesso de fúria contra José Joaquim do Nascimento, conhecido como José Mulatinho, seu senhor, José Antonio de Oliveira Guimarães, interferiu e, não conseguindo evitar que seu escravo esfaqueasse Nascimento, mandou “tocar a buzina para chamar a gente, escravos de roça, o que vendo o dito Réu tratou de evadir-se para esta cidade”¹⁰⁶. Guimarães em seu depoimento utilizou-se do termo “buzina”. Como se vê, é possível entender que a buzina ou o sino cumpriam várias funções. Tocá-los poderia indicar que os trabalhos estavam começando ou significar o momento de “chamar a gente”, no caso os escravos de roça. Desse modo, o sino (ou buzina) atenderia a requisitos de comunicação mais amplos porque transmitiriam ordens dos senhores e de seus prepostos aos escravos que se encontravam nos arredores, trabalhando. E por que não pensar, assim como o fez Manuel Moreno Fraginals para os engenhos cubanos, em alguns “toques característicos correspondentes às diversas fases do dia”? O eminente historiador cubano notou que esse mecanismo, que foi comum nos engenhos da ilha do Caribe e também, como se pode observar da documentação que dá suporte a esta pesquisa, nas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba, revestiu-se de “um extraordinário valor simbólico”. E, mais ainda, em Cuba o toque do sino foi associado não somente a uma “nomenclatura litúrgico-trabalhista”, mas também às exigências de controle da escravaria. Assim, Fraginals escreveu que “o início das tarefas do campo, ao amanhecer, era assinalado com os nove toques da Ave-Maria, enquanto os nove toques das

¹⁰⁵ Conforme depoimento do escravo Antonio Ignácio, feito no dia 27 de fevereiro de 1883 e do escravo Antonio, realizado no dia 12 de março.

¹⁰⁶ MMN/ Caixa 22/ nº de ordem 522. Conforme depoimento prestado em 13 de outubro de 1863.

Vésperas marcavam a volta ao engenho, para o almoço e, no crepúsculo, eram ouvidas as badaladas da Oração”. Alguns toques do sino relacionaram-se às diversas tarefas dos engenhos de açúcar, de modo que “havia o sino do trapiche, o da casa de caldeiras e o da casa de purgar (...)”¹⁰⁷.

Um bom exemplo de um sino em uma fazenda cafeeira do Vale do Paraíba pode ser visto na figura 13, abaixo. O campanário, ou torre sineira, da fazenda Feliz Remanso, localizada atualmente no município de Barra do Piraí (no século XIX, Barra Mansa), encontrava-se no terreiro de café e, segundo a descrição do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), elaborado sob os auspícios da Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro, essa construção possuía “oito janelas e um sino, e sua agulha de cobertura é revestida em massa, com formato de tronco de pirâmide”¹⁰⁸.

Figura 13 – Campanário da fazenda Feliz Remanso. Foto: Rafael de Bivar Marquese

¹⁰⁷ FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareira cubano*. São Paulo: Hucitec/Ed. UNESP; Brasília: CNPq, 1989. p. 36-38. Ver referência ao sino em fazendas brasileiras no relato de Daniel Parish Kidder e James Cooley Fletcher no livro *O Brasil e os brasileiros (1855-1865)*, volume 2. Auguste de Saint-Hilaire, em *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1816-1817)* diz que “quando o sino toca, todos param, descobrem-se, juntam as mãos e rezam”. E Henry Koster, em *Viagens ao Nordeste do Brasil (1809-1815)* relata o seguinte: “quando o padre e eu chegamos à casa [no litoral continental/ Ilha de Itamaracá, em Pernambuco], encontramos grande número de homens derredor de uma mesa, jogando baralho e continuaram até que o sino da capela badalou e o sacerdote apareceu paramentado para dizer a missa”. Se as referências citadas não se associam diretamente ao cotidiano dos trabalhos agrícolas, elas permitem supor uma importância do toque do sino como elemento regulador das atividades cotidianas. As consultas às fontes citadas nesta nota foram retiradas do Arquivo Ernani Silva Bruno, referente ao projeto *Equipamentos da Casa Brasileira*. A consulta pode ser feita no seguinte sítio: <http://www.mcb.org.br/>. Ver também EQUIPAMENTOS, USOS E COSTUMES DA CASA BRASILEIRA. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001. 5 v.

¹⁰⁸ Ver o sítio do INEPAC no seguinte endereço eletrônico: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/8_feliz-remanso.pdf. Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

O poder senhorial atuou também por meio das roupas usadas pelos escravos¹⁰⁹. Parece existir uma associação entre um determinado tipo de roupa de algodão e a condição de escravo. Os processos criminais indicam que usar roupa de algodão significava, para os escravos, a manifestação explícita de sua condição de cativo. Essas roupas e outros objetos de trabalho podem ser vistos em fotografias de escravos de fazenda de café, como no exemplo abaixo, de Marc Ferrez (Figura 14):

Figura 14 – “Partida para a colheita de café no Vale do Paraíba” (detalhe). Marc Ferrez, s/d. In: ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2004. p. 51. Observar que os escravos estão descalços e o feitor ou administrador, à frente, está calçado.

A roupa utilizada pelos escravos, associada ao lugar em que se encontravam, seria um obstáculo para a execução de suas ações de resistências porque poderia identificá-los como possíveis fugitivos. Ser visto com roupas de algodão em horário ou em locais inapropriados poderia expor um fugitivo. Assim, não só as movimentações

¹⁰⁹ Sobre o vestuário dos escravos, ver STEIN, Stanley J. op. cit. p. 214-219.

furtivas e a cor de pele¹¹⁰ seriam elementos de suspeição. Parece que os escravos fugitivos Antonio José e Antonio Ferreira sabiam muito bem disso. O segundo, ao prestar depoimento em 9 de março de 1863, disse que “achando-se eles com roupa de algodão com o qual não podiam viajar para não causar suspeita, vieram à fazenda de seu senhor ver se furtavam alguma roupa fina, e como não a pudessem conseguir por ter o mesmo seu Senhor mandado recolher toda a roupa com receio que eles furtassem partiram em direitura a Barra Mansa”¹¹¹. Tal declaração precisa ser vista a partir dos pontos de vista do senhor e dos dois escravos. É importante sublinhar a ação senhorial de mandar recolher as roupas que poderiam ser roubadas pelos dois fugitivos. Também se destaca a ação de Antônio José e Antônio Ferreira de retornarem à fazenda de seu Senhor e ao local onde possivelmente eles poderiam conseguir “roupas finas” e dirimir futuras suspeições sobre eles. Evidencia-se, em tais exemplos, que a mobilidade dos escravos poderia ser carregada de suspeita e a roupa usada por eles seria, em determinadas situações, um indicativo de desconfiança. Assim, percebe-se que houve um controle social sobre a movimentação dos escravos a partir das roupas que eles utilizavam. Por serem fugitivos, Antônio José e Antônio Ferreira sabiam muito bem disto. Eles sabiam que não poderiam viajar por estarem vestindo roupa de algodão e seu senhor sabia que os dois escravos poderiam retornar à Fazenda para furtar as “roupas finas”.

Do mesmo modo, Saturnino levou em consideração suas roupas quando planejou sua fuga. Para produzir conhecimento a respeito das movimentações furtivas dos escravos fugitivos, as autoridades costumavam realizar uma série de perguntas sobre os caminhos percorridos pelos escravos nas fugas, as roupas que eles usavam, os relacionamentos que eles tiveram no período em que se encontravam como fugitivos. Também as perguntas sobre os escravos ou homens livres que davam suporte e sustentavam a empreitada do fugitivo eram comuns. É o que aconteceu com esse escravo, quando ele foi preso em São José do Barreiro. Prestando depoimento no dia 22 de agosto de 1869, Saturnino disse que saiu da casa de seu senhor, o Tenente Coronel José de Magalhães Couto, com roupa de algodão e trouxe consigo dois ponchos, “sendo um o que está com ele vestido e o outro sujo”. Além disso, Saturnino trouxe uma

¹¹⁰ Sobre a questão da cor da pele, ver MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 29-31 e o capítulo 5, “A cor inexistente”.

¹¹¹ MMN/ Caixa 23/ nº de ordem 523.

japona, provavelmente furtada, pertencente ao feitor da Fazenda de seu senhor. Quando inquirido sobre não ter entrado na Vila de São José do Barreiro com a japona nos ombros, o escravo respondeu que não queria “ser conhecido”. Mais ainda, Saturnino mudou de roupa durante seu percurso, não ficando claro no depoimento onde ele teria conseguido novas roupas. Mas a preocupação do escravo em mudar de roupa tinha um objetivo muito claro: não ser reconhecido como fugitivo. Quando foi perguntado se havia mudado de roupa antes ou depois de matar o menino Theodoro José Ferreira, Saturnino respondeu “que mudou antes do assassinato, quando saía na Estrada Geral”. Em outro momento do mesmo depoimento, o escravo alegou dois motivos para mudar de roupa. Ele afirmou que havia trocado a roupa “por estar muito suja, e ter de sair na estrada”. O conhecimento que o escravo do Tenente Coronel José de Magalhães Couto tinha da movimentação que ele podia ou não fazer pela estrada mostra o modo como os escravos apreendiam os usos permitidos e proibidos dos espaços da localidade em que viviam. Saturnino sabia que sair na Estrada Geral em horários determinados e ainda trajando roupa de algodão poderia denunciá-lo como um fugitivo. Além disso, o escravo em questão sabia que deveria enfrentar as temperaturas frias de inverno e por isso evadiu-se da propriedade de seu senhor com dois ponchos e uma japona pertencente ao feitor¹¹².

Os processos criminais apresentam geralmente uma exposição bastante detalhada da roupa dos escravos e de vários objetos da cultura material dos cativos. O exame cadavérico realizado pelos peritos Doutor Luiz Antônio Barboza Nogueira e o farmacêutico José de Araújo Santos é um bom exemplo disso. No dia 13 de julho de 1880, o escravo Custódio, pertencente a Luiz Pereira Leite, foi encontrado enforcado em um pé de laranjeira no lugar denominado Mato Dentro, no Curato do Alambari. Os peritos, procedendo ao exame de corpo de delito e exame cadavérico, encontraram o escravo

¹¹² Como contraponto, vale a pena citar o relato dos peritos Doutor Manoel Teixeira de Sousa Leite, médico que residia na cidade de Bananal, e Bráulio Muniz Dias da Cruz, farmacêutico que morava no Capitão-Mor, bairro da mesma cidade. Os dois peritos relatam, a respeito do cadáver do menino Theodoro José Ferreira, que “sendo-lhes apresentado um cadáver de um moço branco, imberbe, magro, cabelos louros, com quarenta polegadas mais ou menos de altura, apresentando ter quatorze anos quando muito, decentemente vestido, isto é, de calça de brim riscado verde, de camisa de [ilegível], de paletó de ganga parda, ceroula de algodão americano, calçado de sapatos e meias, com uma cinta de cadaço encarnado, com uma espora só no pé esquerdo, tendo ambos os bolsos da calça para fora, e um canivete pequeno no bolso de dentro do paletó (...)”. O “Auto de corpo de delito” aconteceu no dia 18 de agosto de 1869. Ver MMN/ Caixa 30/ nº de ordem 665.

vestido com calça de algodão riscado, camisa de algodão branco, sobre o qual existia uma outra de baeta encarnada, estas roupas achavam-se perfeitas, sobre a camisa de baeta, que apresentava alguns orifícios, e falta de mangas, estragos estes provenientes evidentemente do uso mais ou menos antiquado da mesma camisa, achando-se as mesmas desabotoadas no peito. Junto do cadáver via-se uma faca de pontas, digo uma faca de ponta envolvida em uma bainha, e mais um pequeno saco contendo o necessário para fumar, além de um chapéu de pele de lebre envelhecido, que apresentava um rasgo na capa, e uma correia de fivelas, trastes estes muito provavelmente pertencentes ao mesmo indivíduo¹¹³.

Nos processos criminais, a referência a esses elementos da cultura material foi uma constante, especialmente nos “Autos de Corpo de Delito”. As implicações desses objetos típicos dos escravos foram extraordinárias para a vida cotidiana deles. O vestuário de algodão dos cativos significou, para a classe senhorial, uma forma de controle social que se exerceu sobre a escravaria. Em um processo de julho de 1883 envolvendo um suicídio ocorrido em terras pertencentes a Dona Domiciana Maria de Almeida Vallim, observou-se que a roupa dos escravos indicava a fazenda a qual eles pertenciam. Em depoimento prestado no dia 11 de julho, o administrador da Fazenda das Três Barras, Manoel Rodrigues Thiago, informou ter mandado na “semana atrasada” os escravos Henrique e Timótheo tirarem cipó em terras da Perapetinga, pertencentes a D. Domiciana. No “meio do morro para cima, perto do rio Perapetinga” os dois escravos encontraram um cadáver “de um homem preto, quase reduzido a ossos, enforcado em uma árvore”. Constatou-se que houve um suicídio por enforcamento. Quando inquirido sobre a possibilidade de ser o cadáver encontrado o de um escravo fugido da própria fazenda das Três Barras, o administrador respondeu “que não suspeitava, em razão da roupa com que apareceu o cadáver ser diferente da roupa dos escravos das fazendas das Três Barras e do Resgate”¹¹⁴. Tem-se, portanto, a indicação de que as roupas dos escravos poderiam associá-los à Fazenda a qual eles trabalhariam.

Por fim, em algumas fazendas, os escravos andavam com seus nomes identificados em suas roupas. Em um processo de 1886 em que o Capitão Zoroastro Nogueira Alves de Macedo informou às autoridades que diversos libertos se achavam “debaixo da pressão do cativo” na Fazenda Cantagalo, dois “pacientes” do processo, quando qualificados, informaram que eram conhecidos por outros nomes e não por

¹¹³ MMN/ Caixa 42/ nº de ordem 888.

¹¹⁴ MMN/ Caixa 48/ nº de ordem 991.

aqueles em que foram apresentados à Justiça. Assim aconteceu com Ysrael e Ignácio. O primeiro disse que Ysrael “é o seu nome de batismo; e que não se chama Elias nem menos [?] se chama nem foi conhecido por nome de Elias”. E Ignácio informou que este seria também o seu nome de batismo, “e que não se chama Antônio, e nem nunca se chamou nem foi conhecido pelo nome de Antônio”. Para constatar a veracidade das informações, o escrivão, atendendo às ordens do Juiz, declarou, para o primeiro, que “tanto na camisa como no calção de algodão de Santo Aleixo, estava impressa em letras maiúsculas o nome de = Esrael”. E no segundo caso, escreveu “que tanto na camisa como na calça de algodão estava impresso em letras maiúsculas o nome de = Ignacinho”¹¹⁵.

Também foi possível identificar o funcionamento do poder senhorial quando se analisou, nos processos criminais, as perguntas feitas aos depoentes, os textos produzidos pelos promotores e o depoimento das testemunhas a respeito do comportamento dos escravos. O pensamento das autoridades e dos senhores a respeito do controle que se deveria exercer sobre os escravos ficou bastante evidente. As perguntas e os termos utilizados pelos promotores expõem, em muitas ocasiões, o pensamento senhorial de contenção e controle (da mobilidade e do corpo) e expressam os desejos de ordem e disciplina inerentes a uma sociedade escravista. Mapear alguns depoimentos e reparar nas perguntas feitas a testemunhas e informantes pode ajudar a definir os pressupostos da geografia da contenção.

Para os senhores, havia escravos que não tinham “bons costumes” e que só trabalhavam debaixo das vistas do feitor. Em depoimento prestado no dia 11 de setembro de 1882 a respeito da fuga do escravo Casemiro Bernardo, Caetano, escravo de roça do Dr. Braz Barbosa da Silva, respondeu ao interrogatório nos seguintes termos:

Perguntado se o acusado no dia em que teve lugar o assassinato não foi e veio da roça sempre vigiado por um feitor? Respondeu que no dia em que teve lugar o assassinato o réu foi e veio da roça mais cedo e sempre vigiado por um feitor e chegando em casa foi posto no tronco donde saiu somente no dia seguinte. Perguntado se o réu é escravo de bons costumes e não é habituado

¹¹⁵ MMN/ Caixa 50/ nº de ordem 1046. Qualificação dos dois escravos realizada em 19 de julho de 1886.

a fugir? Respondeu que o acusado é habituado a fugir e só trabalha debaixo das vistas do feitor¹¹⁶.

O que significa ter bons costumes? Significa (a) cumprir com as suas obrigações; (b) respeitar os lugares indicados pelos senhores, administradores e feitores e (c) não ser “vadio, fujão e viciado”¹¹⁷. Esse tipo de vocabulário é muito comum nas palavras das testemunhas e dos informantes. Nos diversos processos criminais pesquisados, encontramos questionamentos a respeito da conduta dos escravos. No episódio do assassinato da escrava Martha e da fuga de Francisco, Antônio da Costa Azevedo, administrador, “respondeu que [Francisco] era um escravo morigerado e obediente, mas genioso com seus parceiros”. Martha e Francisco eram casados e escravos do Major Candido Ribeiro Barbosa, proprietário da Fazenda dos Coqueiros. O escravo Gabriel, feitor da mesma fazenda, em depoimento prestado em 30 de janeiro de 1872, afirmou que Francisco “era um bom parceiro e estimado, e que vivia bem com sua mulher”¹¹⁸. Até mesmo casos de suicídios aparentemente surpreendiam aqueles que prestavam depoimento. Em 11 de outubro de 1876, depondo sobre a fuga e posterior suicídio do escravo Gonçalo, pertencente ao major Candido Ribeiro Barbosa (filho), Antônio Ribeiro Lima “disse que conheceu o escravo Gonçalo desde o tempo do finado Major Candido, a quem pertenceu e que sempre se distinguiu pela boa índole e amor ao trabalho, por isso o surpreendeu a notícia de que ele se havia suicidado (...)”¹¹⁹. Um escravo “com boa índole”, que tinha “amor ao trabalho”, e que se suicida? Seriam irônicas, não fossem trágicas, as palavras de Antônio Ribeiro Lima. Os termos empregados revelam o ideal do bom e do mau escravo: questiona-se se o acusado é trabalhador (ou trabalhadeira, para as escravas), obediente aos seus senhores e aos

¹¹⁶ MMN/ Caixa 47/ nº de ordem 976. A história do escravo Casemiro Bernardo merece ser registrada. Esse escravo fugiu em direção a Barra Mansa e lá foi capturado. Em depoimento, confessa que havia fugido e que ele foi o assassino de outro escravo do Dr. Braz Barbosa da Silva de nome Joaquim Benguela. O assassinato em questão ocorrera em 15 de outubro de 1880 – portanto, cerca de dois anos antes da fuga de Casemiro. Mais tarde, em depoimento prestado no dia 3 de fevereiro de 1883, Casemiro confessou que “não fora o autor da morte de Joaquim Benguela: sendo castigado na Fazenda por seu Senhor e por sua Senhora fugiu e foi então preso na Barra Mansa onde declarou que tinha sido o autor da morte de Benguela, isto porque apreciava mais estar na cadeia do que sofrer os castigos na Fazenda”. Sobre os escravos que fogem para se entregarem às autoridades, ver AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

¹¹⁷ Conforme pergunta feita a Antonio Alves da Luz, trabalhador de roça, no dia 11 de dezembro de 1882. MMN/ Caixa 47/ nº de ordem 976. Essa testemunha respondeu também que o réu (Casemiro Bernardo) “é fujão e para trabalhar é preciso ser coagido pelo feitor”.

¹¹⁸ MMN/ Caixa 32/ nº de ordem 703.

¹¹⁹ MMN/ Caixa 38/ nº de ordem 824. O “finado Major Cândido” é o Major Cândido Ribeiro Barbosa, morto em 1875 e já referido. Seu filho, homônimo, assumiu a administração dos bens do seu pai.

feitores, morigerado, fujão ou habituado a fugir, vadio, mau caráter, viciado, dócil, cumpridor dos seus deveres, fiel a seus senhores, estimado pelas boas qualidades etc. São expressões coligidas em vários processos criminais e que se relacionam com as intenções senhoriais de controle e disciplina da escravaria. São termos vinculados à mecânica do poder senhorial que tenta a todo instante promover um espaço disciplinar nos locais de produção e um ideal de trabalhador escravizado. Boa conduta, bons costumes, dócil, trabalhador, cumpridor dos seus deveres, fiel, estimado, de boa índole, morigerado e obediente são termos que se opõem a vadio, viciado, fujão. O primeiro grupo revela os anseios senhoriais para operacionalizar, conforme expôs o memorialista Eloy de Andrade, a perfeita ordem, o trabalho intenso e a produção e riqueza. Revela também a fiscalização que se exerceu sobre o escravo no espaço e no tempo. A oposição no depoimento de Caetano, escravo de roça do Dr. Braz Barbosa da Silva, entre ter bons costumes e ser habituado a fugir, demonstra que o controle dos senhores sobre a escravaria promoveu uma fiscalização da mobilidade que levou, em muitos momentos, a níveis altos de restrição do movimento. Alguns escravos eram incessantemente vigiados pelos feitores e colocados no tronco no final do dia. O tronco era a punição exemplar para restringir a locomoção daqueles cativos que se movimentavam sem a autorização senhorial. Para aqueles escravos que utilizavam o espaço de modo alternativo, para uma mobilidade difusa, perigosa, não-autorizada, há a vigilância constante e o tronco que dificulta a movimentação.

Os investimentos senhoriais sobre o corpo dos escravos compõem, assim, outra face dos controles que se exerciam sobre a mobilidade dessa mão de obra. Nesse sentido, é possível facilmente notar alguns paroxismos nas ações dos senhores em controlar a circulação dos seus escravos. Alguns exemplos demonstram os embates destas exigências disciplinares de controle do movimento. Para os cativos realmente considerados fujões, era comum a punição que restringia a circulação se estender por muito tempo. O escravo Fortunato, pertencente a D. Domiciana Maria de Almeida Vallim, foi capturado em Angra dos Reis e conduzido à fazenda das Três Barras, onde trabalhava. Lá chegando, o administrador da fazenda, Manoel Rodrigues Thiago, “pôs-lhe tronco nos pés por ter o mesmo o hábito de fugir”. Em uma noite de sábado o escravo voltou a fugir “com o tronco nos pés”. No dia 19 de fevereiro de 1884, Fortunato foi novamente capturado e, muito doente, foi conduzido à Fazenda do

Resgate, falecendo no dia 20¹²⁰. A insistência de Fortunato em fugir, mesmo com o tronco nos pés, mostra o embate que existia entre um desejo senhorial de controle da mobilidade dos escravos fujões e o desejo de liberdade e de mover-se por si dos cativos subjugados pela dura realidade da escravidão. A obrigação de trabalhar aos domingos e em dias santos, acorrentados, como aconteceu com os já mencionados escravos Antonio José e Antonio Ferreira, demonstra como o poder senhorial investiu sobre a mobilidade e o corpo dos escravos, limitando, com diversos instrumentos, a movimentação dos cativos.

Também merece destaque o caso de Marcolino, pertencente ao Major José Ildefonso Pereira, como um exemplo de punição característica de escravos fujões que se estende por muito tempo. Em 14 de julho de 1881, Marcolino se entregou às autoridades de Bananal apresentando sinais de ofensas “no pescoço e nas costas”. No depoimento que prestou no mesmo dia, Marcolino disse que se achava fugido há sete dias, após ter sido descoberto com milho que pertencia a seu senhor. O escravo afirmara que “tirara escondido [o milho] para vender e comprar açúcar e mais algumas coisas”. Descoberto pelo feitor, foi punido e acabou fugindo. No auto do corpo de delito, os peritos Antonio Alves do Banho e José Joaquim de Azevedo Brandão afirmaram que “encontraram o paciente vestido de calça e camisa de algodão, bastante sujas e rasgadas, e com um chapéu de pelo velho e com um grande ferro no pescoço”. Ao ser perguntado há quanto tempo se encontrava com o “grande ferro ao pescoço”, Marcolino respondeu “que há oito anos, por ter fugido”¹²¹. O caso repercutiu em jornais da Corte mostrando que, neste momento histórico, as práticas do poder senhorial eram questionadas e denunciadas como estratégia para movimentar a opinião pública a respeito das questões envolvendo o trabalho escravo. A *Gazeta de Notícias* e a *Gazeta da Tarde* noticiaram a situação de Marcolino. Com o título “Para o estrangeiro ler”, o segundo jornal reproduziu texto do *Echo Bananalense* que apresentava detalhes do ferro ao pescoço fixado ao escravo. Dizia a reportagem que “o ferro que o pobre rapaz trazia ao pescoço pesava 3 quilos e já havia feito cova nas regiões claviculares”¹²².

¹²⁰ MMN/ Caixa 48/ nº de ordem 999. O processo não esclarece como o escravo conseguiu fugir com o tronco nos pés.

¹²¹ MMN/ Caixa 44/ nº de ordem 937.

¹²² *Gazeta da Tarde*. 25/07/1881. Edição 171. p. 2. *Gazeta de Notícias*. 19/07/1881. Edição 192. p. 1. Sobre a ação abolicionista destes dois órgãos de imprensa, ver CONRAD, Robert. *Os últimos anos da*

O ferro ao pescoço expõe o escravo fujão e evidencia para todos da sociedade o investimento feito pelo poder senhorial no corpo do escravo, com o intuito de estigmatizá-lo e de controlar sua mobilidade. Dada a situação de Marcolino – há oito anos com um ferro ao pescoço, sujo e com as roupas rasgadas –, a sentença proferida revela o quanto o sistema de trabalho escravo apresentou, até mesmo na década final da escravidão, elementos que revelam a brutalidade das autoridades e do poder senhorial. Além disso, tal sentença expõe as relações assimétricas de poder que se construíram no dia-a-dia da escravidão. Disse o texto, assinado por José Loures Barbosa em 16 de julho de 1881, que o corpo de delito era procedente, porém que para tal caso não caberia denúncia, devendo ser entregue o escravo Marcolino a seu senhor, o Major José Ildefonso Pereira, sendo as custas do processo pagas pelo mesmo. Seria possível imaginar o que aconteceria no futuro próximo a tal escravo, que foi pego roubando e fugiu, entregando-se à Justiça, sendo posteriormente remetido ao seu senhor, tendo este que pagar as custas do processo. Infelizmente, ao historiador não é possível saber, por falta de fontes primárias, muitos incidentes que se passaram no âmbito privado das fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba. Contudo, é certo que a sentença fez valer a condição de coisa do escravo porque o cativo, por “ficção da lei”, encontrava-se “subordinado às regras gerais da propriedade”¹²³.

Outro caso dramático refere-se ao escravo Francisco que também carregava um ferro ao pescoço quando foi preso em Angra dos Reis com sua esposa, Joana, e seus dois filhos, ambos ingênuos. Segundo noticia *O Paiz*, essa família pertencia a Joaquim Silvério Nogueira Cobra e Afonso Cobra Nogueira de Sá. Os quatro foram conduzidos no dia 11 de outubro de 1887 pelo inspetor de quarteirão do Ariró para o centro da cidade. A notícia informa que um dos ingênuos de nome Roque teria morrido de causas naturais na casa do referido inspetor, no Ariró. A descrição da cena para a retirada do ferro do pescoço de Francisco mostra a brutalidade do regime de trabalho escravo e aponta para o uso político que se fazia, nestes anos finais da década de 1880, das denúncias dos mecanismos senhoriais de contenção e controle da escravaria. A reprodução seriada dessas notícias fazia movimentar a opinião pública e sensibilizavam sentimentos em favor da causa abolicionista. Diz o texto que

escravatura no Brasil: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 185-189. TOPLIN, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975. p. 68-69.

¹²³ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. Vol. 1. p. 45-46.

o desgraçado Francisco tinha ao pescoço *um ferro*, que, para se tirar, foi preciso ser o preto levado à oficina de ferreiro do Sr. Fonseca, onde, ajoelhado e posta a cabeça em posição sobre a bigorna, aí, a malho e talhadeira, foi cortado o grosso e aviltante *ferro*, que, segundo declarou o escravizado, lhe havia sido fechado há ano e meio, o que horrorizou a multidão que presenciava, penalizada, essa operação¹²⁴.

Depois de feitas as diligências, os escravos foram conduzidos para a Cadeia da Cidade. Para finalizar, a notícia vaticinava: “Hoje naturalmente estão os negros nas fazendas dos Srs. Cobra, que cobrarão com usura o desaforo daquela fuga, tão calamitosa como exemplo aos parceiros e tão prejudicial aos interesses das tulhas. Viramundo com eles, aproveitem”.

Mas não apenas o tronco, a corrente ou o ferro. Com toda a sua sagacidade e inteligência, Machado de Assis descreveu outros aparelhos surgidos durante a época da escravidão no Brasil. No conto intitulado “Pai contra mãe”, lemos que:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. (...) O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado¹²⁵.

¹²⁴ *O Paiz*. 19/10/1887. Edição 1.109. p. 2.

¹²⁵ ASSIS, Machado de. *Pai contra mãe*. In: _____. *Contos: uma antologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Sobre os instrumentos de punição e as insurreições e revoltas dos escravos, ver o trabalho de STEIN, Stanley J. op. cit. pp. 159-177. Vale a pena mencionar um jongo que, possivelmente, estaria relacionado com a punição do ferro aos pés. Diz a letra: “O canarinho tão bonitinho, que está preso na gaiola/ Pra quê correntinha está no pé, pra quê?”. Ibid., p. 165. Um dos temas recorrentes na historiografia sobre a escravidão é o da violência. O castigo físico, como os açoites ou os aparelhos utilizados para controlar a mobilidade dos escravos, sempre foi um dos instrumentos senhoriais de dominação. Contudo, alguns historiadores apresentam uma opinião divergente da que está expressa neste trabalho. Estudando outra realidade e um tempo histórico diferente, Silvia Hunold Lara observou que o castigo (“a violência física ministrada *sabidamente* pelo senhor”) garantia a continuidade da relação de produção e “fazia com que o escravo ‘*aceitasse*’ o muito trabalho e a pouca alimentação”. As implicações do advérbio grifado e a insinuação de que os escravos “*aceitavam*” os castigos físicos ficou, em diversos momentos desta pesquisa, desmentida. Em um capítulo intitulado “O castigo incontestado” – título bastante controverso –, a autora escreveu que os escravos aceitaram o castigo “como algo que faz[ia] parte da educação”. Tal noção a respeito dos castigos físicos não encontra respaldo na documentação coligida nesta pesquisa e, muito dificilmente, seria uma realidade para o período estudado pela autora. A concepção de Silvia Lara fez escola. Por exemplo, pesquisando o “Norte de Minas Gerais” e utilizando os processos criminais, as ações cíveis de liberdade, as cartas de alforria e os relatórios de presidentes de província como fontes

Os aparelhos mencionados por Machado de Assis e os processos analisados revelam, de algum modo, o domínio do poder senhorial sobre o corpo e a mobilidade dos cativos. Esse domínio foi de fato intenso. Os instrumentos de punição que procuravam limitar a mobilidade dos escravos tinham como objetivo realizar as exigências senhoriais do cativo: a de estabelecer os indivíduos nos seus lugares determinados. Além disso, o uso da espacialidade das fazendas visava a facilitar a distribuição dos escravos no espaço de plantação conforme suas funções. Tais exemplos adquirem relevo se comparados aos estudos relacionados ao período posterior à Abolição. Pesquisadores revelaram como foi importante para os ex-escravos vivenciarem a possibilidade de ir e vir, de dispor de seu próprio corpo e de poder controlar a vida e a família com relativa autonomia¹²⁶.

Como se viu, a convicção de que os senhores procuravam controlar o movimento dos escravos exigiu uma ação senhorial de contenção e de disciplinamento dos indivíduos no espaço. Um dos referenciais mais simbólicos desse disciplinamento seria o ato de “fechar o portão” ao final do dia. O ferro ao pescoço, pesado, que facilitava a captura e mostrava o escravo reincidente na fuga, também esteve associado ao desejo dos senhores de promover um controle sobre a mobilidade dos cativos no espaço. Afirmarções como “e só trabalha debaixo das vistas do feitor”¹²⁷ ou reclamações de escravos que diziam que eram “carregado[s] de ferros”¹²⁸ foram comuns em

documentais, Alysson Luiz Freitas de Jesus reafirmou a importância de *Campos da Violência* e endossou a tese de “consenso existente na relação senhor/escravo”. Ver LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 29-72. As citações encontram-se às páginas 56 e 72. JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1888)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. p. 54-55. Para uma avaliação crítica dessas posições, ver GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

¹²⁶ Cfe. RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Florestan Fernandes observou que a reação dos negros e mulatos ao trabalho livre definiu-se a partir de “elementos morais”. Para quem contratava o trabalhador, o que importava “era o rendimento do trabalho, a observância das cláusulas dos contratos e o nível de remuneração desse fator da produção”. Já para negros e mulatos advindos do regime de trabalho escravo, “o que adquiria caráter essencial, (...) era a condição moral da pessoa e sua liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar”. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. São Paulo: Globo, 2008. Vol. 1. p. 45. Esses fatores morais reforçam, em nosso entendimento, a ação senhorial do período precedente de controle sobre o corpo e a mobilidade dos escravos.

¹²⁷ MMN/ Caixa 47/ nº de ordem 976. Assim se expressou Caetano, escravo do Doutor Braz Barbosa da Silva, em depoimento de 11 de dezembro de 1882. Isso se aplica a Casemiro, escravo do mesmo senhor, que, segundo o depoimento de várias testemunhas, encontrava-se “sob ferros” por ter fugido.

¹²⁸ MMN/ Caixa 37/ nº de ordem 801. Assim se expressou o escravo Joaquim, de quarenta anos de idade mais ou menos, solteiro, natural da África (Mina), de profissão campeiro (e também identificado em outros depoimentos como peão e trabalhador de roça), que assassinou seu senhor, Luiz Vianna de

processos criminais. Essas estratégias senhoriais foram ações que procuraram controlar a movimentação dos escravos e aumentar a fiscalização sobre os possíveis usos alternativos que eles faziam da espacialidade.

O funcionamento do poder senhorial aconteceu também pelo controle e fiscalização das ferramentas disponibilizadas para o trabalho dos escravos. Em diversos depoimentos, esse tipo de controle ficou bastante evidente. Na fazenda dos Coqueiros, do Major Candido Ribeiro Barbosa, os escravos pediam os instrumentos de trabalho para o feitor como se pode perceber com o caso dos escravos Antonio José, Antonio Ferreira e Pedro, já citado anteriormente¹²⁹. Nesse mesmo caso, Camilo José da Silva, em 03 de Junho de 1863, afirmou “que a faca pertencia ao escravo Benedito e o machadinho era do feitor Antônio a quem Pedro pedira nesse dia para cortar cabo de enxadas, e isto lhe informou o mesmo Antônio que dissera a ele testemunha não ter posto dúvida em emprestar o machado a Pedro por ser este vigia”¹³⁰. No caso do assassinato de Manoel, escravo do capitão Claudino José de Almeida, Camilo, escravo de José Joaquim Pereira da Silva, informou que havia saído para bater na janela “atrás da casa que dava ao quarto do administrador para pedir uma cavadeira a fim de se defender caso voltasse o dito negro fugido, e conseguindo a cavadeira (...)”¹³¹.

Muitos escravos que não suportaram o funcionamento do poder senhorial se suicidaram. Os processos criminais envolvendo suicídio revelam um dos aspectos mais dramáticos da escravidão. Dos 31 processos criminais reunidos nesta pesquisa para a década de 1860, 4 (12,9%) relacionavam-se a suicídios. Nos anos 1870, 20 processos (38,4%) de um total de 52 referiam-se a suicídios de escravos. Por fim, no período de 1880 a 1888, de um total de 59 processos criminais, 14 (ou cerca de 23,7%) eram relativos a esse tipo de ocorrência. No cômputo geral, dos 142 processos criminais analisados nessas três décadas¹³², cerca de 26,7% correspondiam a suicídios ou tentativa de suicídios. Como se percebe, as décadas de 1870 e 1880 mostraram um aumento

Hermógenes, em 09 de junho de 1875 na fazenda da Formiga. O primeiro depoimento desse escravo aconteceu em 10 de junho.

¹²⁹ MMN/ Caixa 23/ nº de ordem 523. No depoimento de 9 de março de 1863, Antonio Ferreira disse que Pedro pediria um machadinho ao feitor, com o pretexto “de cortar com o mesmo com uns cabos de enxada, (...)”.

¹³⁰ MMN/ Caixa 22/ nº de ordem 521.

¹³¹ MMN/ Caixa 10/ nº de ordem 268. O assassinato em questão ocorreu no dia 5 de maio de 1855.

¹³² Os processos criminais da década de 1850 não foram contabilizados porque se encontravam em estado precário de conservação, conforme se esclareceu na introdução deste trabalho.

significativo dos suicídios de escravos indicando, outrossim, a contrapartida: o aumento da exploração e dos controles, em um momento histórico de instabilidade e questionamentos da instituição escravista. Conforme notou Robert W. Slenes, até pelo menos 1881 a economia do Vale do Paraíba fluminense esteve em expansão, “exibindo sinais de vigor (na demanda por escravos e no aumento da exportação de café)” no período entre 1872 e 1881. Descartando as teses de uma mentalidade “pré-capitalista” que justificaria o apego à escravidão dos proprietários dessa região, esse autor enfatizou as ações dos escravistas que estavam pautadas pela racionalidade econômica, mesmo daqueles que moravam em municípios cafeeiros como Vassouras, onde a existência de poucas terras de mata virgem e a produtividade em processo lento de declínio, devido ao envelhecimento dos pés de café, já poderia indicar sinais de crise econômica¹³³. Por consequência, a exploração do trabalho dos escravos acompanhou diretamente tal conjuntura econômica¹³⁴. Os suicídios, sem dúvida, tinham um vínculo direto com essa realidade.

Nas ocorrências de suicídio analisadas, englobamos três casos de tentativa de suicídio. Um deles refere-se ao escravo Marçal, pertencente a Rodrigo Ribeiro de Miranda, proprietário da Fazenda São João da Boa Vista. Nesse caso, de julho de 1883, o escravo revelou em seu depoimento problemas mentais ao dizer que fora “assombrado por uma assombração horrível” e que, por esse motivo, tentara suicidar-se com um cipó na senzala da fazenda¹³⁵. Os outros dois casos de tentativa de suicídio, ambos da década de 1870, referem-se aos escravos Benedito, pertencente a Manoel Rebello Rosa, e José Ferrão, de propriedade de Bento Antônio Vieira. O primeiro tinha apenas dezoito anos e tentou suicidar-se com um tiro de espingarda¹³⁶. O segundo, vendo-se “constantemente

¹³³ SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci Del Nero da(org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986. p. 141.

¹³⁴ Nos termos de Ricardo Salles, “esse aumento da produtividade do trabalho escravo, ou melhor, do regime escravista – uma vez que, em alguns casos, esse aumento pudesse estar associado a formas de trabalho livre – mostra a robustez da produção escravista ainda no final da década de 1870” SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 154. Ver também MARQUESE, Rafael de Bivar. *Diáspora Africana ...* Robert W. Slenes correlaciona dados de exportação de café e de venda de escravos, muitos oriundos do tráfico interprovincial. Sem dúvida, nas análises de Slenes, referentes a diversas áreas do Sudeste, é possível entrever um aumento de produtividade, decorrente da alta exploração da mão de obra. SLENES, Robert W. *The Brazilian internal slave trade...* p. 325-370. Sobre o aumento da exploração do trabalho escravo em Bananal entre as décadas de 1830 e 1850, ver MORENO, Breno Aparecido Servidone. op. cit. p. 198-219. Ver especialmente o gráfico 3.3 à página 206.

¹³⁵ MMN/ Caixa 48/ N° de ordem 992.

¹³⁶ MMN/ Caixa 31/ N° de ordem 685. Processo de Outubro de 1870.

ameaçado de suplícios por parte de seu senhor”, tentou degolar-se usando uma navalha¹³⁷. Supondo verdadeira a narrativa construída nesse último processo, tem-se um exemplo explícito de que a pressão por maior produtividade levava os escravos ao suicídio. Uma das estratégias de controle que visava a garantir a exploração era a ameaça constante de tortura, ou, em outros termos, o uso do terror para amansar a rebeldia e garantir o trabalho do escravo. A reação dos escravos a essa violência psicológica era, em diversos casos, a morte.

Dos casos de suicídio, o mais dramático foi sem dúvida o que ocorreu no dia 10 de outubro de 1867. Os escravos Prisco e Victalina morreram após se atirarem no rio Bananal. Victalina era filha de Prisco e se jogou no rio Bananal com sua irmã, recém nascida. A esposa de Prisco, Benvinda, também tentou o suicídio porém não conseguiu realizar seu intento, sendo resgatada do rio Bananal com vida. Todos esses escravos pertenciam ao Tenente Antônio Luis Carlos de Toledo. Infelizmente o processo é curto, não apresenta depoimento de nenhuma testemunha e se encerra no Auto do Corpo de Delito¹³⁸. Tal fato levanta suspeitas acerca dos silêncios das autoridades sobre os casos dramáticos de suicídios. É possível pensar em uma estratégia das autoridades de acobertamento de casos mais chocantes e que pudessem causar impacto emocional na população.

Quarenta e uma vítimas estiveram envolvidas nos 38 processos criminais que se registraram como suicídio. Isso porque deve-se contar o suicídio coletivo acima registrado. Desse total, se excluirmos as duas crianças filhas do casal Prisco e Benvinda, teremos um total de 21 escravos do sexo masculino que tiraram suas vidas por meio do enforcamento contra apenas um caso envolvendo escrava. Do mesmo modo, quatro escravos suicidaram-se com um tiro de pistola ou de espingarda e 7 escravos mataram-se por afogamento, contra duas mulheres. Os outros quatro casos restantes, todos de homens, foram suicídios através de um golpe no pescoço (dois casos), por meio de degolamento (um caso) e, por fim, um escravo que deu facadas em si mesmo. Esse

¹³⁷ MMN/ Caixa 37/ N° de ordem 806. Processo de Novembro de 1875.

¹³⁸ MMN/ Caixa 27/ N° de ordem 617. Manuel Moreno Fragnals relata casos de suicídios coletivos em Cuba, como no exemplo da sublevação do engenho “Alcancia”, ocorrida em 1843. Nesse episódio, quarenta escravos foram encontrados enforcados em uma “picada da mata”. Também relata o caso de 1835, referente a uma sublevação em um engenho chamado Aguacate em que 10 negros foram encontrados enforcados. FRAGINALS, Manuel Moreno. op. cit. p. 10; ver também a nota 6. Sobre os suicídios em Cuba, ver BARCIA, Manuel. *Seeds of insurrection: domination and resistance on Western Cuban plantations, 1808-1848*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008. p. 71-83.

retrato dos processos criminais envolvendo suicídios de escravos permite, de imediato, duas conclusões. Em primeiro lugar, os casos envolvendo homens (36) eram mais comuns do que aqueles envolvendo mulheres (três). Outra conclusão é que o meio mais comum para se cometer o suicídio era através do enforcamento, com 22 processos (57,9%) de um total de 38¹³⁹.

Os processos de suicídio apresentam um panorama assustador da escravidão. Como se viu, uma das explicações plausíveis para este quadro de suicídios relaciona-se com a pressão que se exercia sobre a escravaria. Pressão que encaminhava o escravo ao desespero, levando-o a cometer esse ato extremado. Além disso, as ameaças de suplícios e o funcionamento do poder senhorial que se vinculava diretamente às exigências de maior produtividade e de obediência poderiam levar à fuga e ao posterior suicídio.

Muitos escravos procuravam lugares ermos, pouco habitados, para praticarem seu intento. Os matos e capoeiras eram os espaços onde frequentemente se encontrava um corpo enforcado de um escravo. A grande extensão das terras de alguns fazendeiros, característica da estrutura fundiária de Bananal, produziu situações incomuns. Quando em julho de 1883 os escravos Henrique e Timótheo, ambos trabalhadores da Fazenda das Três Barras e pertencentes a D. Domiciana Maria de Almeida Vallim, foram “tirar cipó” em terras da Perapetinga, encontraram:

no capoeirão um cadáver enforcado em uma árvore de figueira, estando já em estado de não poder se conhecer por estar reduzido a ossos e caveira, tendo já caído a parte da cintura para baixo, e da cintura para cima suspensa, tendo um cipó amarrado no pescoço e a ponta do mesmo atada no galho da árvore, estando esta parte vestida com uma camisa de algodão grossa, branca e uma japona de baeta azul, reconhecendo ser o cadáver de cor preta, por ter visto os pés do mesmo que ainda conservava o couro¹⁴⁰.

A terrível descrição da cena vista pelos dois escravos demonstra que o “cadáver de um homem preto” que foi encontrado em terras de D. Domiciana havia, ao que tudo

¹³⁹ Para um estudo sobre suicídio em outra área agrícola brasileira da segunda metade do século XIX, ver FERREIRA, Jackson. “Por hoje se acaba a lida”: suicídio escravo na Bahia (1850-1888). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 31, p. 197-234, 2004. Neste artigo, o autor também observa que o enforcamento era muito utilizado e um dos métodos mais eficazes para cometer o suicídio. Ver também GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, INL, 1972. p.123-130.

¹⁴⁰ Conforme depoimento do escravo Timótheo, datado de 11 de julho de 1883. MMN/ Caixa 48/ n ° de ordem 991.

indica, se suicidado e o corpo, “quase reduzido a ossos”, encontrava-se desde a morte exposto às intempéries e à ação de animais. Também o fato informa que a extensão das terras senhoriais era tão significativa em alguns casos que não era possível realizar um controle e uma fiscalização de todas as áreas com um mínimo de eficiência. O “preto desconhecido” que se suicidara já estava com “a parte da cintura para baixo” caída quando foi encontrado. Foi o tempo ou a ação dos animais que reduziu a ossos o cadáver que foi encontrado “no capoeirão, no meio do morro”, em terras de D. Domiciana? Ou o cadáver se encontrava há algum tempo naquele lugar (digamos pelo menos um mês)? Ou as duas coisas? O que se pode levantar como hipótese é que as terras senhoriais tinham espaços vagos, parcialmente vigiados, que permitiam a circulação furtiva de escravos, fossem eles fugitivos, suicidas ou outros. Tocas, grutas, capoeiras e ranchos poderiam se constituir em abrigo para fugitivos na vastidão das terras senhoriais e oferecer resguardo relativamente seguro. As capoeiras e os matos, por sua vez, seriam locais apropriados para o suicídio. Nesses locais, os escravos encontravam o cipó e as árvores para realizarem seu intento.

Na pena crítica de José do Patrocínio, o suicídio foi, ao lado das “notícias dos espancamentos, dos arrochos com cordas e algemas”, os eventos que mancharam o reinado de D. Pedro II¹⁴¹. Na década final da escravidão, o suicídio dos escravos era também um evento político. Mas é possível supor que o número de processos criminais envolvendo suicídios esteja inchado por algumas fraudes. Dado o momento histórico de intensas lutas políticas acerca dos destinos do trabalho escravo, pode ser que alguns processos criminais envolvendo escravos fujões que foram capturados e, algumas horas depois, foram encontrados mortos – processos esses dados como suicídio – possam ser fraudes. Não é possível afirmar com precisão, mas é crível supor que a vingança dos senhores contra o ato de insubordinação dos seus escravos neste momento de radicalização política possa ter vitimado muitos “suicidas”. É o que pode ter acontecido com o escravo Augusto, pertencente ao Dr. José Alvares Rubião. No dia 15 de setembro de 1885, o Dr. Rubião comunicou ao Delegado de Polícia em Exercício o suicídio do seu escravo em uma casa da Fazenda de Santa Candida, localizada na “Cruz”. Apesar dos peritos não terem encontrado “nenhum sinal de sevícias antigo ou recente”, as

¹⁴¹ Conforme artigo publicado na *Gazeta da Tarde* de 13 de fevereiro de 1886. PATROCÍNIO, José do . *Campanha abolicionista: coletânea de artigos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1996. p. 130.

testemunhas relataram uma história de fuga que permite desconfiar da versão oficial do processo criminal. O carpinteiro português Joaquim José Barbosa disse que Augusto achava-se fugido “há muitos dias” e que ele retornara à Fazenda de seu senhor “em companhia de um moleque”. Por ordem do Dr. Rubião, Augusto foi “recolhido ao tronco” e também foi algemado. No dia seguinte, às sete horas da manhã, Augusto foi encontrado no terreiro, “deitado de bruços e com um golpe no pescoço”. Barbosa afirmou que o Dr. Rubião tratava seus escravos “com muita benevolência” e que Augusto já havia fugido por diversas vezes. Para Manoel da Silva Pinheiro Guimarães, Augusto tinha por hábito fugir e voltar apadrinhado e que no dia anterior à morte havia retornado para a fazenda acompanhado por um escravo da Baronesa de Joatinga, “mas como não trouxesse carta, o doutor Rubião mandou pô-lo no tronco e colocar-lhe algemas”. Não é possível afirmar com convicção que a versão construída pelo processo seja falsa. Mas é lícito desconfiar da morte por suicídio de um escravo que tinha o costume de fugir e voltar apadrinhado. Afinal, como se pode perceber dos processos criminais envolvendo suicídios, era comum que os escravos escolhessem lugares ermos, pouco frequentados, para cometer o suicídio. E esse não foi o local da morte de Augusto.

O controle senhorial sem dúvida investiu diretamente sobre o corpo e a movimentação dos cativos e utilizou-se, para tanto, de instrumentos de tortura e de uma espacialidade de controle. Os espaços de produção, a arquitetura das fazendas de café, a disposição dos edifícios, as regulamentações municipais e a ação senhorial visível com os instrumentos de punição tiveram um papel fundamental no controle sobre a escravaria e, conseqüentemente, na contenção das revoltas dos escravos. Além disso, destacou-se que, numa sociedade escravista, a organização do espaço de uma propriedade rural foi determinante para definir as relações sociais e de poder, para estabelecer os indivíduos no espaço e para exercer um controle sobre eles. Também o controle e a fiscalização sobre os objetos da cultura material (ferramentas, roupas etc.) constituíram-se como operações da mecânica do poder senhorial e, por que não dizer, foi uma característica da “gestão escravista”.

Cabem, contudo, alguns questionamentos: é possível estudar uma geografia senhorial para os proprietários de menor porte? Como se operavam as exigências de um espaço disciplinar para estes proprietários ou para aqueles proprietários que não

apresentavam a solução em quadra? Os processos criminais e inventários apresentam pistas fragmentárias para responder a esses questionamentos. Existem limitações para se estudar outras espacialidades unicamente a partir dos inventários. As descrições contidas nessas fontes muitas vezes são imprecisas e incompletas. Sem o recurso da imagem, é muito difícil vislumbrar com precisão a disposição dos edifícios de uma propriedade rural. Isso vale principalmente para os proprietários com poucos recursos, cujos edifícios estão destruídos. Sem querer esgotar o assunto, tentaremos estabelecer algumas hipóteses a respeito da espacialidade das fazendas desses proprietários de escravos e entender como se deu o controle sobre os escravos nessas fazendas¹⁴².

Sem dúvida, é possível considerar uma série de mecanismos utilizados por proprietários de menor porte e que garantiriam o trabalho de escravos e a segurança da fazenda. Muitas dessas estratégias foram, sem dúvida, vinculadas a questões geográficas e poderiam ser usadas por diversos proprietários, de diferentes categorias sociais. O paternalismo e a fiscalização seriam, sem dúvida, dois desses mecanismos. A existência de acordos entre os senhores e seus escravos e a permissão de uma mobilidade autorizada também estavam entre as medidas que visavam à garantia do trabalho e à fixação do trabalhador na propriedade senhorial. Além disso, os controles usuais – legislação restritiva, controles sociais com base na roupa e nas movimentações suspeitas etc. – estabelecidos nos espaços para além da propriedade rural seriam parte integrante da dominação desses escravos. Outra estratégia consistiu em determinar que os escravos vigiassem certos edifícios da propriedade, como a cozinha ou os espaços anexos à residência senhorial, próximos à cozinha. Esse foi o caso do escravo Camilo, pertencente a José Joaquim Pereira e Silva. Em depoimento prestado no dia 9 de maio de 1855, Camilo disse que no dia 5 veio “da senzala com uma esteira para dormir na cozinha da fazenda” e encontrou “o escravo Manoel, pertencente ao capitão Claudino José de Almeida que já andava há dias fugido, e vendo que o dito Manoel levava uma galinha debaixo do braço furtada, procurou tomá-la o que não conseguiu por o dito

¹⁴² De acordo com a pesquisa de Breno Moreno, a década de 1850 foi marcada por uma brutal concentração da riqueza nas mãos dos escravistas com 100 ou mais cativos. No que tange aos proprietários com 49 escravos ou menos, eles compunham um percentual de 67,7% do total de escravistas de Bananal, mas detinham somente 14,4% dos escravos. Esses proprietários ocupavam, por sua vez, apenas 8,1% da área ocupada do município. Por fim, esses mesmos escravistas plantavam somente 11,7% dos pés de café de Bananal. Como se vê, esse conjunto de proprietários rurais não foi predominante na organização da estrutura fundiária de Bananal, em que pese seu número significativo no conjunto dos escravistas. MORENO Breno. op. cit. Ver a tabela 2.11, à página 89; tabela 3.12, à página 193 e a tabela 3.18, à página 205.

Manoel dar-lhe uma facada que acertou na esteira e correu (...)”. Camilo, após pegar uma cavadeira no quarto do administrador, voltou para a cozinha e

encontrou o mesmo negro fugido com um caldeirão que tinha roubado e com uma tição de fogo na mão e procurando tomar-lhe o furto, deu-lhe uma cavadeirada que não acertou, vendo porém o ladrão a resistência dele respondente procurou evadir-se, e vendo ele respondente que o ladrão não largava o caldeirão, seguiu-o, dando uma segunda cavadeirada que não acertou por escapar-lhe da mão a cavadeira, e julgando o ladrão que ele se achava desarmado, voltou-se e deu-lhe muitas facadas e travando-se então uma luta, e sendo repetidas as facadas que o ladrão lhe dava, ele respondente também lançou mão da faca que trazia à cintura e começou a cometê-lo, sendo o resultado da luta a morte do ladrão (...)¹⁴³.

O escravo fugitivo Manoel deveria estar desesperado para comer. Isto deve explicar porque ele retornou pela segunda vez à cozinha onde deveria saber que provavelmente encontraria o escravo Camilo. Para o senhor de Manoel, a história contada por Camilo pareceu-lhe verossímil porque ele afirmou conhecer “bem o seu escravo” e sabia que ele era “habituado a fugir, e por isso a roubar, sendo mesmo de mau caráter e quilombola”¹⁴⁴. Nesse processo, vê-se que a cozinha era um espaço a ser protegido por causa da ação dos escravos fujões. O motivo para o escravo Camilo dormir na cozinha foi confirmado pela mulher do feitor, Esméria Maria da Conceição; ela disse que o escravo deveria “rondar a casa por isso que apareceu perto dela muitas penas de galinha”¹⁴⁵. Vigiar a cozinha, principalmente durante a noite e de madrugada, era fundamental para evitar a ação dos fugitivos que procuravam comida para sobreviver. Em outras situações, havia escravos que possuíam as chaves de alguns aposentos, indicando a confiança do senhor e certa autonomia nos usos desses espaços¹⁴⁶. Esses exemplos são estratégias senhoriais que podem ser encontradas em propriedades rurais de diversas categorias.

Contudo, o assassinato de Francisco José da Silva, proprietário da Fazenda dos Pinheiros, localizada na Serra da Perapetinga, revela como acontecia o controle sobre os escravos em escravarias de médio porte. Silva possuía 32 escravos e 10 ingênuos¹⁴⁷ quando foi assassinado por seu escravo Felício no dia primeiro de setembro de 1881. O

¹⁴³ MMN/ Caixa 10/ n° de ordem 268.

¹⁴⁴ Conforme depoimento prestado pelo Capitão Claudino José de Almeida em 12 de junho de 1855.

¹⁴⁵ Depoimento de 11 de maio de 1855.

¹⁴⁶ Ver o exemplo da escrava Justina, trabalhado por Hebe Mattos. MATTOS, Hebe Maria. op. cit. p. 112-114.

¹⁴⁷ Conforme inventário. MMN/ Caixa 181/ n° de ordem 3.707. 1° Ofício.

escravo, após cometer o crime, fugiu e, no dia seguinte, entregou-se à justiça, algo usual nesse momento histórico de crise da escravidão. O depoimento de Felício mostra como funcionava a disciplina na fazenda de seu senhor. O escravo havia recebido ordens para carregar “uns caixões de areia para fazer-se um serviço de pedreiro na casa da Fazenda”. Quando terminou, Felício dirigiu-se à roça, voltando logo depois “para casa a fim de almoçar”. Os depoimentos não esclarecem se a casa mencionada pelo escravo era a da fazenda ou a da senzala. Nesse percurso, Felício demorou-se “atrás de uns pés de ananais [sic]” com a escrava Constância. Quando foi descoberto por seu senhor, correu depois de levar “três relhadas”. Dias depois, num sábado, Felício voltou a ser punido pelo senhor e reagiu, agarrando “no dito cabo [do relho]”. Nesse momento, dada a reação de seu escravo, o senhor caiu no chão, aparecendo o arreador José Ventura para socorrê-lo. Felício então correu para o mato, ficando escondido e alimentando-se “ora com laranjas, ora com mandiocas doces que colhia na mesma Fazenda”. Disse mais que “durante esse tempo em que andou fugido chegou a procurar quem o quisesse comprar ou apadrinhá-lo e não achou [...]”¹⁴⁸.

O depoimento revela uma proximidade espacial entre o proprietário Francisco José da Silva e seus cativos e também a mobilidade do escravo Felício, que ia da casa da fazenda para a roça e, desta, “para casa a fim de almoçar”. Um primeiro aspecto a destacar é a função de punir, nesse caso, por duas vezes, a cargo do próprio senhor, a quem também cabia a fiscalização. Estudando a cidade de São Paulo, Maria Cristina Cortez Wissenbach identificou a mesma proximidade espacial entre os senhores de pequenas posses de escravos e seus cativos. Segundo essa pesquisadora, sem a intermediação de feitores e administradores, esses senhores estariam mais expostos às retaliações nos momentos em que puniam seus cativos¹⁴⁹. De qualquer modo, parece evidente que as exigências disciplinares eram praticadas pelo próprio senhor e, no caso em foco, relacionavam-se com a questão do tempo¹⁵⁰. Isso se evidenciou no fato de o

¹⁴⁸ Conforme processo criminal. MMN/ Caixa 45/ nº de ordem 950.

¹⁴⁹ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec. 1998. p. 107-110. Conclusão semelhante chegou Ricardo Alexandre Ferreira, que estudou os processos criminais do município de Franca no período entre 1830 e 1888. Essa localidade foi marcada por senhores com poucos escravos. Ver FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

¹⁵⁰ Em diversos processos criminais, a mobilidade dos escravos era controlada desse modo: quando se percebia que o escravo estava demorando, mandava-se investigar. Isso aconteceu também com a escrava Florinda, pertencente a Lourenço Justiniano da Silva. Trabalhando como cozinheira dos escravos na

escravo confessar que se demorou atrás de “uns pés de ananais [sic]” com outra escrava de nome Constancia. O “demorar-se” fez com que o senhor fosse procurar seu escravo e o descobrisse em uma atitude contrária à disciplina e à vontade do senhor da fazenda e isso num horário impróprio. É claro que essa vigilância não poderia ser absoluta, e o fato de o escravo ter sido flagrado em “atos imorais” ¹⁵¹ demonstra que, mesmo em fazendas com poucos escravos, não era menor o controle sobre eles.

A possível ausência de um administrador e de um feitor ocasionava maior proximidade espacial e uma presença física constante do senhor diante dos seus escravos. O primeiro se empenhava em fiscalizar o trabalho e sua fazenda e se responsabilizava pelo cumprimento das exigências disciplinares, sem recorrer, em muitos casos, a prepostos. Essas exigências de fiscalização eram decorrência do “sistema agrário” vigente na agricultura do café. Sabe-se que essa agricultura praticada no Vale do Paraíba caracterizou-se pelo baixo nível técnico. Os instrumentos e técnicas de produção, sendo pouco desenvolvidos, necessitavam ser compensados por uma significativa exploração da força de trabalho que, por sua vez, se amplificava porque os escravos exerciam funções, simultaneamente, na agricultura de exportação e na roça de alimentos. Para João Luis Ribeiro Fragoso, o “sistema agrário” praticado no Vale do Paraíba precisava, para a sua produção e reprodução, de terra e mão de obra e, secundariamente, das técnicas e dos instrumentos de trabalho. No “sistema agrário” em questão, não existiu a preocupação de se realizarem trabalhos de recuperação do solo. A baixa relação população–terra produziu um sistema de exploração extensivo em que a reprodução de uma fazenda aconteceu com a incorporação de mais força de trabalho e de mais terras. A voracidade desse modo de cultivo pelas matas virgens foi enorme. Não se produziram, ao longo do desenvolvimento da agricultura do café, mudanças técnicas

Fazenda Santo Antônio do Barreiro, essa escrava cumpriu com sua obrigação habitual no dia 3 de julho de 1883: deu almoço a todos os cativos e depois dirigiu-se ao riacho de Santo Antônio para lavar alguma roupa. O feitor da fazenda, Cassiano Rodrigues da Silva, notando que a escrava estava demorando e percebendo “a falta dela no rancho da cozinha”, deu ordens para que fossem procurar a escrava. Florinda foi encontrada morta no mesmo riacho. Ver os depoimentos de Lourenço Justiniano da Silva e do feitor Cassiano em MMN/ Caixa 42/ nº de ordem 887. Analisando processos criminais para a cidade de São Paulo, Maria Cristina C. Wissenbach verificou, para os proprietários de pequenas posses de escravos, as relações existentes entre a pobreza, “as margens de autonomia dos escravos nas negociações que mantinham com homens livres das redondezas” e os conflitos que poderiam se originar dessa proximidade entre senhores e seus cativos. Ver especialmente o processo envolvendo o escravo Benedicto, que assassinou seu senhor Francisco Ferreira Dias em um sítio em Cotia. WISSENBACH, Maria Cristina C. op. cit. pp. 103-104.

¹⁵¹ A expressão “atos imorais” foi usada pela testemunha José Ribeiro da Silva, em depoimento prestado no dia 27 de setembro de 1881.

significativas e a superexploração da força de trabalho foi fator fundamental para o processo produtivo. Em vista disso, a necessidade de disciplina e de controle da escravidão fez-se premente¹⁵².

Contudo, é possível vislumbrar, sem dúvida, uma espacialidade diferente nas propriedades de escravistas de menor porte se se comparar com aquelas propriedades com grande número de escravos. Uma análise dos inventários desses escravistas apresenta indicações, na maioria das vezes fragmentárias, a respeito da espacialidade nessas fazendas. Os inventários analisados são todos da década de 1850, período de rápido desenvolvimento da cultura cafeeira em Bananal e momento em que esse município se tornou o maior produtor de café da Província de São Paulo¹⁵³. Nesse momento histórico, o cafeicultor escravista Jeronimo Alves da Silva possuía no “lugar Serra da Carioca” três escravos e “uma casa de morada e cozinha, com três lanços e uma meia água pegada às mesmas casas, tudo coberto de palha”. Seus escravos trabalhavam em uma fazenda que tinha um paiol pequeno, coberto de palha, um chiqueiro ordinário, também coberto de palha, “uma casa coberta de palha com riba, e muro de pedra” e uma engenhoca para moer cana que ele plantava junto com jaboticabas, tâmaras, laranjas, bananas, mangas e, claro, 5.000 pés de café. Essa produção estava espalhada em “uma sorte de terras” que media 16 alqueires e mais

¹⁵² FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não capitalistas de produção*. 1983. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.p. 38-101. Como escreveu Rafael de Bivar Marquese, “o esquema agrônômico devastador adotado de forma consciente pelos proprietários das fazendas, que combinava expansão continuada das derrubadas, plantio alinhado vertical com grande afastamento entre as fileiras de arbustos, trabalho coletivo nas capinas e sistema de tarefas nas colheitas para contrabalançar a falta de mão de obra, prosseguiu até bem entrados os anos oitenta, já no contexto de crise terminal do escravismo brasileiro”. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Diáspora africana, escravidão....* p. 150.

¹⁵³ Foram consultados 44 inventários da década de 1850 a partir do Banco de Dados construído por Breno A. S. Moreno. Todos esses inventários são de proprietários que possuíam até 49 escravos e seguiu a classificação adotada por Ricardo Salles e por Breno Moreno. A classificação de Ricardo Salles é a seguinte: os microproprietários possuíam entre um e quatro cativos; os pequenos proprietários teriam entre 5 e 19; os médios escravistas seriam aqueles que teriam entre 20 e 49 escravos; os grandes proprietários de escravos estariam na faixa seguinte, entre 50 e 99 escravos e, por fim, os megaproprietários possuíam mais de 100 escravos. Essa distinção, útil para as pesquisas demográficas, pode parecer arbitrária para um trabalho em História Social. Contudo, optou-se por usar essa classificação como um parâmetro que mediria, *grosso modo*, níveis diferentes de riqueza e de inserção social em uma sociedade marcadamente desigual e dominada pelos megaproprietários de escravos. Sobre a classificação acima indicada, ver SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 155. Sobre a dominação dos megaproprietários de escravos na paisagem agrária de Bananal, ver a dissertação de mestrado de Breno Moreno, já citada.

outra sorte de terras que media 12 alqueires. Além disso, ele tinha “um pasto pequeno e fechos [sic]”¹⁵⁴.

Assim como Silva, Manoel Correia Leme, que morava na paragem Serra do Retiro, possuía três escravos. Sua casa de vivenda era coberta de palha, com dois lanços, “sendo um assoalhado, com uma porta e duas janelas de frente”. Além disso, ele foi proprietário de apenas dois lanços de cozinha coberta de palha. Seu inventário descreve a produção de 5.220 pés de café mais 1.800 pés de café decotados, e 50 pés de laranjeiras. Suas terras abrangiam 5 alqueires que ele comprou a Joaquim Alves de Siqueira e sua mulher¹⁵⁵.

Já Antonio Ribeiro da Silva possuía 9 escravos na paragem Braço da Perapetinga e “uma morada de casas de vivenda com três lanços, coberta de telha, assoalhada”. Esse escravista tinha uma cozinha coberta de telha, dois chiqueiros, sendo que um era cercado, “uma casa, monjolo e rego d’água”, “um paiol de três lanços coberto de palha, madeira roliça e uma porta”, um pomar, “uma casa e moinho no alto da serra” e “uma casa de três lanços coberta de telha e varanda, no alto da serra”. Além disso, esse proprietário conseguiu comprar junto ao “padre Domiciano” uma “morada de casas e puxado servindo de cozinha cobertos de telha” na cidade de Bananal, ao lado da Igreja Matriz. De acordo com a descrição das culturas presente no inventário, só se menciona a produção de café: eram 3.500 pés defronte à casa de vivenda, no lado esquerdo, mais 4.500 pés “um pouco mais velho”, 1.800 pés na Cachoeira, 1.500 pés de café novos “pegados aos cafezais da Cachoeira”, 1.500 pés de café “em mal estado” e, por fim, 18.000 pés “defronte à casa de Luiz Nogueira e lugar morro do Rancho”. Suas terras estavam medidas e demarcadas judicialmente. Silva possuía também a posse de terra “na cabeceira do Perapetinga, denominada Campestre”. Essas terras eram limítrofes às terras inventariadas e às terras de dois importantes escravistas de Bananal: o Major Antonio José Nogueira e Luciano José de Almeida. Talvez por estar próximo a grande proprietários escravistas e homens de importância política no município, o inventário registrou que essas posses estavam há sete anos com a família e descreveu ainda algumas benfeitorias que já despontavam nessas terras: “quatro esteios fincados

¹⁵⁴ MMN/Caixa 86/nº de ordem 1769. 1º Ofício. Inventário de Jerônimo Alves da Silva de 1858. A idade dos pés de café não foi descrita na avaliação do inventário.

¹⁵⁵ MMN/Caixa 76/nº de ordem 1521. 1º Ofício. Inventário de Manoel Correia Leme de 1855.

para casa [e] um rancho coberto de palha”¹⁵⁶. Essa descrição parece indicar que Antonio Ribeiro da Silva tinha a intenção de expandir sua produção de café em meio a terras de importantes escravistas de Bananal.

Um quarto cafeicultor escravista, Izidoro José da Gama, morava no Capitão Mor, bairro rural próximo ao município de São José do Barreiro. Esse escravista tinha também casa de vivenda coberta de palha, “construídas de madeiras roliças ordinárias”. Apesar da aparente precariedade de sua casa de morada, ele possuía mais escravos que os anteriores: 17 era o número de seus cativos. Gama era proprietário de dois monjolos, “um chiqueiro de porcos coberto de palha”, “quatro lanços de senzalas velhas, cobertos de palha, ordinárias”, uma pequena casa, igualmente coberta de palha, “em começo”, o que parece indicar que estava em construção, “um forno de assar e coberto de palha ordinária”. Além disso, em seu inventário só há menção a 1.500 pés de café “em mal estado”¹⁵⁷.

No inventário do Tenente José Joaquim dos Santos, proprietário de 23 escravos na Água Cumprida, vê-se que ele possuía casa de vivenda assoalhada com uma porta e seis janelas na frente. O Tenente possuía ainda uma cozinha coberta com duas portas, “uma morada de casas de três lanços, coberta de palha, com três portas, sendo um lanço assoalhado”, quatro porteiras em diversos lugares para “feixo (sic) do pasto”, um pomar “com diversos arvoredos”, uma casa coberta de palha que continha um monjolo, um “galinheiro com porta”, um “chiqueiro coberto de palha”, “60 braças de cerca de caraguatá” e uma porteira no pasto. Como se vê, não há menção a senzalas. Contudo, elas deveriam existir e ter uma condição precária porque na descrição das culturas da fazenda pode-se ler que o Tenente possuía “um cafezal de 3.000 pés atrás das senzalas encostadas [nas] laranjeiras”. A descrição acima revela a atividade econômica desse fazendeiro que, além das criações descritas (galinhas e porcos), também plantava café, arroz, mandioca, milho, feijão e cana de açúcar. Além dos 3.000 pés de café acima descritos, esse escravista possuía 12.000 pés de café novos “encostado[s] ao rumo do Comendador Luciano José de Almeida”, mais 2.000 pés de café sem descrição de idade, 1.000 pés de café, também sem descrição, “encostados” ao mesmo comendador, “um cafezal velho de 700 pés entre os mesmos acima”, “um cafezal de 2.000 pés de cafés

¹⁵⁶ MMN/Caixa 71/nº de ordem 1434. 1º Ofício. Inventário de Antonio Ribeiro da Silva de 1854.

¹⁵⁷ MMN/Caixa 75/nº de ordem 1507. 1º Ofício. Inventário de Izidoro José da Gama de 1855.

novos aos acima e terminado em um mato virgem”, 6.000 pés de cafês maltratados, “de trás da casa”, outro cafezal, agora em frente à casa de morada, com 1.500 pés, 7.700 pés de café no lugar “onde morou Luiz Caetano”, mais 1.500 pés de café novos e, por fim, 800 pés de café velhos “encostados ao campo”. Os edifícios e as culturas estavam espalhados em 25 alqueires de planta de milho¹⁵⁸. Como foi possível perceber na descrição acima, o Tenente era vizinho de um poderoso escravista de Bananal, o Comendador Luciano José de Almeida. Talvez seja por isso que o Tenente preocupava-se em demarcar os limites de sua propriedade e de seus cafezais, separando-os com cercas, que são devidamente descritas no inventário.

Esses inventários não citam o terreiro como um elemento importante para a construção dos edifícios e para a organização da espacialidade. Não se pode afirmar que ele não existisse. Contudo, em outros inventários o terreiro foi descrito, permitindo um entendimento, em alguns casos, da disposição dos edifícios. O inventário de Joaquim Valadão de Freitas, proprietário de 16 escravos, mostra que sua propriedade localizava-se na Perapetinga. Além dos edifícios usuais como a casa de vivenda, o chiqueiro, o paiol e uma engenhoca de cana, esse escravista possuía “uma estacada no terreiro, inclusive cinco porteiras”¹⁵⁹. Por sua vez, João Batista da Câmara possuía na “paragem Cachoeirinha” 12 escravos e “uma morada de casa, cozinha, meia água com forno de assar, inclusive terreiros”¹⁶⁰. Na Paragem do Turvo vivia Mariana [Dias] da Silva com sua família e 12 escravos. Sua casa de vivenda tinha nove portas e era coberta com telhas. Apesar de, por essa descrição, aparentar ser uma casa grande se comparada às outras até aqui descritas, ela foi caracterizada como “velha” no processo de inventário. Além dos edifícios usuais, há a menção a “uma estacada e uma porteira no terreiro”¹⁶¹.

¹⁵⁸ MMN/Caixa 73/nº de ordem 1456. 1º Ofício. Inventário do Tenente José Joaquim dos Santos de 1854. O alqueire planta de milho correspondia a 2,72 hectares (ha) e era uma medida inferior ao alqueire geométrico, que media 4,84 ha e era usado em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, mas servia também de medida para as propriedades rurais de Bananal. A respeito dessas medidas, ver MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba fluminense no século XIX*. 1979. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979. p. 20-21.

¹⁵⁹ MMN/Caixa 65/nº de ordem 1294. 1º Ofício. Inventário de Joaquim Valadão de Freitas de 1851. Procuramos escrever, a partir desse inventário, as construções que estão relacionadas com o terreiro e com a compreensão da espacialidade da fazenda a partir desse espaço. Dispensamos, desse modo, as repetições descritivas das terras, da casa de morada, dos edifícios cobertos com palha ou com telha, do número de pés de café etc. Quando for necessário, qualquer informação que possa ser útil à análise será acrescida.

¹⁶⁰ MMN/Caixa 70/nº de ordem 1419. 1º Ofício. Inventário de João Batista da Câmara de 1853.

¹⁶¹ MMN/Caixa 76/nº de ordem 1532. 1º Ofício. Inventário de Mariana Dias da Silva de 1855.

Na paragem de Santo Antonio, José Pinto Cabral vivia com sua família e seis escravos. Em seu inventário, lê-se a presença de “um lanço de casa coberto de telha no terreiro”¹⁶². Antonio Gonçalves Ribeiro possuía 44 escravos e morava na Cachoeira. Pela descrição de seu inventário, não é possível localizar o terreiro em relação à casa de vivenda. Lê-se apenas que havia “dois lanços de casas assoalhadas na entrada do terreiro”. A função dessas casas não estava determinada no inventário¹⁶³. Tomás da Silva Lisboa, por sua vez, possuía 35 escravos na Fazenda da Chácara. Esses escravos viviam em “um correr de senzalas com seis portas cobertas de palha”. Esse “correr” pode indicar que essas senzalas eram dispostas em linha. Além disso, a propriedade possuía “uma senzala coberta de palha no terreiro de dentro”. Por fim, a tulha, menção rara nesses inventários, tinha dois lanços e duas janelas e era coberta de telha¹⁶⁴. Joaquim Pinto do Nascimento era proprietário no lugar Retiro e possuía 26 cativos. Sua casa de morada tinha uma porta, cinco janelas e era coberta de telha. A tulha e a cozinha dessa propriedade estavam em cinco lanços de casas também cobertos de palha. Há a descrição de casa de tropa com telha e de um rancho coberto de palha. Na propriedade de Nascimento, havia dois tipos de senzalas para abrigar os escravos: “uma senzala nova, coberta de palha com duas portas e uma janela” e outra, unida à primeira, com uma porta na frente e coberta de palha. No que diz respeito ao terreiro, a descrição aparece da seguinte forma: “muro fecho [sic] do terreiro, alicerces de pedra”. Havia também “uma cerca de rachões em roda da casa, [e] porteira”¹⁶⁵. Por fim, vale a pena descrever a propriedade de Manoel Antonio de Carvalho, localizada no “lugar Sobradinho do Cafundó”. Esse escravista era proprietário de 40 escravos. Sua casa de vivenda era um sobrado “com três lanços, coberta de telha, com dois lanços de cozinha pegados à mesma casa, [e] seis janelas à frente”. A presença do sobrado mostra que essa descrição foi exceção entre os inventários consultados. Além disso, havia nessa propriedade uma casa com dois lanços que servia de tulha, “cercada de paus a pique, para guardar milho, coberta de telha” e outra casa também com dois lanços, que serve igualmente de tulha, “no terreiro, coberta de telha, com duas portas na frente”. Esse proprietário possuía “dois lanços de casa cobertos de telha, sendo um lanço em aberto,

¹⁶² MMN/Caixa 77/nº de ordem 1566. 1º Ofício. Inventário de José Pinto Cabral de 1856. Para outras informações sobre esse escravista, ver MORENO, Breno. *op. cit.* p. 180.

¹⁶³ MMN/Caixa 60/nº de ordem 1168. 1º Ofício. Inventário de Antonio Gonçalves Ribeiro de 1850.

¹⁶⁴ MMN/Caixa 70/nº de ordem 1426. 1º Ofício. Inventário de Tomás da Silva Lisboa de 1854.

¹⁶⁵ MMN/Caixa 74/nº de ordem 1487. 1º Ofício. Inventário de Joaquim Pinto do Nascimento de 1855.

com forno de assar”, “dois lanços de senzalas, cobertos de palha, com três portas”, “um monjolo com casa coberta de palha, no quintal”, “um monjolo com casa coberta de palha, no pasto”, “uma estacada de madeira de lei, com três porteiras no terreiro” e, por fim, “valo, chanfrado e quatro porteiras, que servem de fecho no pasto do Sítio”¹⁶⁶.

O que se pode inferir dessa descrição esquemática desses cafeicultores escravistas? Como se vê, as descrições são variadas e apresentam, por comparações que podem ser feitas umas com as outras, uma noção sobre a riqueza de alguns proprietários e as dificuldades de outros. É certo que uma significativa precariedade material perpassou grande parte desses proprietários rurais. As diversas construções mostram uma diferenciação material que refletia uma distinção econômica. Se se olhar para as casas de vivenda, por exemplo, algumas delas eram cobertas com telha e outras com palha. Outros edifícios também apresentavam essa diferenciação. Outras distinções também poderiam ser estabelecidas nas casas de morada. A quantidade de janelas ou de lanços poderia ser um indicador para inferir o tamanho das casas e a presença de pisos assoalhados manifestaria maior luxo. Com relação às habitações dos escravos, elas deveriam ser consideravelmente precárias e sem valor, como demonstra a descrição feita nos inventários de Izidoro José Gama e do Tenente José Joaquim dos Santos.

As senzalas são um espaço praticamente ausente nessas fontes documentais e suas descrições imprecisas demonstram o pouco valor que elas tinham na espacialidade dessas propriedades rurais. Infelizmente, é quase impossível localizá-las na organização espacial dessas fazendas. As pistas são fragmentárias, como aquelas do Tenente José Joaquim dos Santos, que se encontravam encostadas nas laranjeiras. Essas construções são, na maioria das vezes, descritas como “velhas” e a cobertura comum era a palha e mesmo as senzalas novas eram cobertas com esse material como no exemplo do inventário de Joaquim Pinto do Nascimento.

A cozinha, espaço importante para a alimentação dos moradores das propriedades rurais, também variou bastante, sendo que elas poderiam ser cobertas de telha ou de palha. Além disso, esses espaços poderiam estar próximos à casa de morada, como um “puchado”. Outra observação importante remete para a ausência do terreiro nas descrições dos bens de muitos desses escravistas. Os estudos na área de arquitetura

¹⁶⁶ MMN/Caixa 85/nº de ordem 1762. 1º Ofício. Inventário de Manoel Antonio de Carvalho de 1858.

têm destacado o terreiro como elemento fundamental na disposição dos edifícios da fazenda. Contudo, nos cinco primeiros inventários acima descritos, o terreiro sequer foi mencionado. Isso poderia refletir sua ausência na propriedade rural? Difícil responder a essa pergunta. Se essa hipótese for verdadeira, pode-se aventar a ação de proprietários escravistas que produziam café apenas para vendê-los para outros proprietários. Os compradores, por sua vez, se encarregariam do beneficiamento.

Pode-se inferir, pelas descrições acima apresentadas, que o quadrilátero funcional talvez não fosse uma solução arquitetônica presente nessas fazendas. As indicações esparsas não permitem, em muitos casos, localizar os edifícios em relação ao terreiro. A fazenda de José Pinto Cabral tinha a descrição de um lanço de casa no terreiro. Na propriedade de Manoel Antonio de Carvalho a tulha com dois lanços, coberta de telha e com duas portas localizava-se no terreiro. Essas duas descrições podem indicar uma construção limítrofe a esse espaço. Contudo, o terreiro também apareceu limitado por estacas. Sempre que a estacada foi mencionada, uma porteira acompanhava a descrição. Terreiro rodeado com estacas e fechado com porteira pode ter sido o mais comum em muitas propriedades rurais que não apresentaram o quadrilátero funcional.

É lícito supor uma espacialidade diferenciada para diversos proprietários escravistas. Um dado básico dessa diferenciação estaria no espaço simbólico, de outra ordem nas propriedades rurais de menor porte e presente de modo evidente em muitas unidades pertencentes a grandes proprietários. Já se viu o papel da capela e o impacto simbólico das casas de vivenda monumentais para a população de escravos e homens livres. Já se analisou a importância do quadrilátero como elemento espacial de organização e de controle da escravaria. Presume-se que esses elementos estariam ausentes na espacialidade dos proprietários com poucos escravos. A quadra, a capela, a casa de vivenda monumental, os pés de café plantados em linha são, todos, elementos do espaço material que estão dispostos para efetivar a tríade exposta por Eloy de Andrade. Nos proprietários de menor porte, a presença física do senhor na vigilância e no controle dos escravos parece substituir o trabalho dos administradores e as funções de um espaço material de contenção e de fiscalização. Não que os pés de café plantados em linha não fossem a prática comum para os escravistas menores. Ao contrário, parece ter sido habitual por todo o Vale do Paraíba plantar nos morros os pés de café alinhados,

formando corredores extensos, as “ruas do café”, que iam do alto até embaixo. Esse foi um dos mecanismos de controle do trabalho dos escravos nos morros com plantação de café. Além disso, parte-se do suposto de que o modo de cultivo foi o mesmo para os escravistas de diferentes categorias. Contudo, na ausência de outros elementos da arquitetura rural de controle, como o quadro e o portão, presentes em muitas fazendas de grandes proprietários de escravos, os proprietários de menor porte utilizaram-se, para efetivar o controle da escravaria, da vigilância habitual do tempo e dos instrumentos de punição usuais, como o tronco de ferro encontrado no inventário de Joaquim Valadão de Freitas e a corrente e o colar de ferro, presentes no inventário de Manoel Antonio de Carvalho.

CAPÍTULO II – MOBILIDADE ESCRAVA, VIZINHANÇA E REDES DE RELACIONAMENTOS

No dia 4 de dezembro de 1864, um domingo, o jornaleiro Themoteo Affonso da Silva, de 39 anos, natural de Macau, conduzia “pão, queijos e roscas de seu patrão conhecido por Chim Cozinheiro, para vender pelas roças”. Silva dirigiu-se “pela Estrada Geral até a Carioca”, efetuou a venda “desses objetos” e, com 21\$700 reis, percorreu o caminho de volta em direção ao centro da cidade (ver as figuras 1 e 2).

Figura 1 – Fazenda Boa Vista, anônimo, c. 1880. As setas amarelas indicam o caminho percorrido por Themoteo Affonso da Silva em direção ao bairro rural chamado Carioca e ao Rancho Grande. Esse último encontrava-se nas terras da Fazenda do Bom Sucesso. Como se pode observar, a Fazenda Boa Vista localizava-se à margem da estrada. Outro ponto a destacar é a presença de diversos caminhos que compunham a paisagem agrária. Fonte: MARTINS, Paulo Cesar Garcez. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETUBAL, M. A. (coord.) *Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*. São Paulo: Cenpec; Imprensa Oficial, 2004. (Coleção Terra Paulista: histórias, arte, costumes, V2). p. 160.

pertencentes a Dona Maria Joaquina de Almeida, revelam um componente fundamental da vida e do cotidiano de alguns escravos: em “fazendas confinantes”¹⁶⁹ os escravos puderam desenvolver um conhecimento da vida e do cotidiano dos trabalhadores escravizados e dos homens livres de outras fazendas. Prestando depoimento em 20 de dezembro de 1864, Leopoldino, então com dezesseis anos de idade, afirmou que retornava do centro da cidade para a fazenda de sua senhora no dia do acontecimento e que havia se encontrado na estrada com o Chim Themoteo. Leopoldino disse que também viu os escravos Antonio e Manoel e que o primeiro “trazia uma faca consigo, e vinha muito sujo, dizendo que tinha largado da tropa naquele momento”. Já Manoel “trazia um porrete, e ambos vinham com muita pressa”. O mesmo escravo afirmou ainda que após chegar à Boa Vista “aí apareceu o dito Chim ferido e ensanguentado dizendo que tinha sido atacado na estrada por dois escravos, que lhe haviam roubado dinheiro, japonsa, e fumo (...)”. Firmo, escravo com trinta anos mais ou menos, prestou depoimento no mesmo dia e revelou que se achava trabalhando “em uma sua roça de milho e arroz perto da Fazenda de sua Senhora (...)” junto com outro escravo de nome Jacó Maria, Mina, quando ambos viram o Chim Themoteo, “vindo das partes do Rancho Grande”, lavar as mãos em um pequeno córrego “que passa pela estrada”. Firmo descreveu que “depois [o Chim Themoteo] seguiu sua viagem conduzindo dois cestos dependurados em um pau atravessado no ombro; isto depois do meio dia”. Após vê-lo passar, Firmo alegou que

“viu passar aceleradamente o mulatinho Antonio e o crioulinho Manoel, tropeiro, escravos de Marcos Arruda, muito conhecidos dele informante com tanta aflição, responderam-lhe que iam a casa de Manoel Antônio Martins cobrar um dinheiro. Vendo ele informante o modo apressado com que iam os ditos escravos, que nunca passaram por aí, e vendo que nem o cumprimentaram, sendo seus conhecidos, e levando o crioulo Antonio o chapéu abaixado sobre o rosto, tudo isto causou admiração, tanto mais sabendo que são vadios, ébrios, jogadores e desordeiros”.

Firmo foi o escravo que viu Themoteo ferido e o conduziu à fazenda, levando-o ao Administrador da Boa Vista, Francisco da Silva Barreto. Ministrando o tratamento no ferido, Barreto “despach[ou] várias rondas de escravos” para tentar encontrar Antônio e Manoel.

¹⁶⁸ Sobre os trânsitos domingueiros dos escravos e a mobilidade daí advinda, ver WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec. 1998. p. 117-118.

¹⁶⁹ “Adjoining plantations”, nas palavras de Anthony E. Kaye. Ver KAYE, Anthony E. *Joining places: slave neighborhoods in the Old South*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press. 2007.

A existência de um espaço social nas “fazendas confinantes” manifestou-se claramente nos depoimentos dos dois escravos de Maria Joaquina de Almeida. Leopoldino afirmou conhecer os escravos de Marcos de Oliveira Arruda. Disse que Antônio era muito ladrão e que seu senhor “deixou de o trazer como seu pajem e o pôs na roça”. Firmo disse que Antônio e Manoel eram muito conhecidos dele e afirmou que os dois escravos de Marcos de Oliveira Arruda nunca passavam por aquele caminho. Estranhou ainda o fato de os dois escravos não cumprimentarem a ele, sendo que eram seus conhecidos. Para finalizar, Firmo disse conhecer a conduta dos dois escravos, sabendo que eles eram “vadios, ébrios, jogadores e desordeiros”. Não desconsiderando a possibilidade de essas últimas palavras terem sido postas, de forma induzida, no depoimento de Firmo, é possível perguntar como os escravos de Maria Joaquina de Almeida teriam condições de proferir uma avaliação dos dois escravos de Marcos de Oliveira Arruda, bem como de outros cativos de sua vizinhança.

Esse escravo vivenciou uma longa história na Fazenda Boa Vista. Em 1854, ano da morte de Luciano José de Almeida, antigo proprietário da referida fazenda e possuidor de 833 escravos, Firmo aparece relacionado no inventário desse escravista como tendo 20 anos de idade e com a profissão de ferreiro¹⁷⁰. Em 04 de maio de 1856, participando de um casamento coletivo ministrado pelo “padre capelão residente”¹⁷¹ José Maria Rebelo Varzea no oratório privado da Fazenda Boa Vista, Firmo casou-se com Bernardina. As testemunhas do casamento foram dois potentados de Bananal, o comendador Manoel de Aguiar Vallim e Pedro Ramos Nogueira¹⁷². Em 1872, Firmo aparece em um livro preparado “para o lançamento do quadro das classificações das famílias escravas”. No referido documento, o escravo de Maria Joaquina de Almeida está com 45 anos de idade e sua esposa com 24¹⁷³. Os filhos do casal eram Julio, com nove anos de idade, Damázia, também com nove anos, e Arcínio, com sete. Tanto

¹⁷⁰ Conforme inventário. MMN/ Caixa 72/ nº de ordem 923. 1º Ofício.

¹⁷¹ Porto, L. de A. Nogueira. Fazendas do Bananal. In: RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. *O Caminho Novo: povoadores do Bananal*. São Paulo: Governo do Estado, 1980. p. 171.

¹⁷² Essa informação foi retirada do Banco de Dados com os casamentos de escravos de Bananal. Tal Bando de Dados foi construído por Juliana de Paiva Magalhães e se encontra no Arquivo da Mitra Diocesana de Lorena – Livro de Casamentos Bananal – Escravos (1836-1890). Livro 2. Ver MAGALHÃES, Juliana de Paiva. *Moçambique e Vale do Paraíba na dinâmica do comércio de escravos: diásporas e identidades étnicas, século XIX*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁷³ Trata-se, sem dúvida, da mesma mulher. Firmo e Bernardina se casaram em 1856 e apareceram também no referido livro de classificação das famílias escravas como pais de três filhos. Provavelmente, a idade de Bernardina está errada. Supondo que estivesse correta, essa escrava teria se casado com cerca de 8 anos de idade.

Bernardina como Damazia tinham a profissão de costureira¹⁷⁴. Em 1882, quando do falecimento de sua senhora, Dona Maria Joaquina de Almeida, Firmo foi relacionado como um escravo de 55 anos, casado e de roça. Na partilha do inventário dessa escravista, o “pagamento feito ao herdeiro Doutor Laurindo José de Almeida” informa que Firmo estava casado com mulher liberta.¹⁷⁵ Trata-se do mesmo escravo? O único indicativo que sim é a idade coerente com os anos dos inventários e do processo criminal e o seu nome, pouco usual¹⁷⁶. Apenas um escravo com o nome “Firmo” aparece nos inventários. Se o escravo Firmo é o mesmo de que tratam tais documentos, então pode-se inferir que sua longa vivência na Fazenda Boa Vista permitiu a ele desenvolver amplo conhecimento da localidade em que morava. Firmo teria conseguido se distanciar, em sua vida como escravo, dos estereótipos mais significativos associados à escravidão, quais sejam, a violência, o celibato e os castigos físicos. Daí que se pode inferir que muitos escravos, vinculados a proprietários de diversas categorias sociais, buscaram constantemente afirmar suas individualidades¹⁷⁷ e construíram, dentro dos plantéis, não comunidades monolíticas baseadas em uma experiência negra que combatia os males do cativo, mas diversas experiências pautadas, muitas delas, pelos parâmetros de liberdade aceitos na sociedade escravista. Ter posses e uma roça, casar-se, ter seu espaço diferenciado de outros cativos, produzir bens e ter a possibilidade de formar um pecúlio: tudo isso representou uma experiência de cativo que, na opinião de Hebe Maria Mattos, ocorreu “em paralelo com a liberdade”¹⁷⁸. Contudo, só se pode

¹⁷⁴ O documento em questão está localizado na Prefeitura de Bananal e não está catalogado. A data de abertura é 23 de março de 1873 e a de encerramento é 29 de outubro de 1877. O texto que inicia o livro informa que ele se refere à classificação das famílias escravas que deverão ser libertadas pelo Fundo de Emancipação. A informação referente ao escravo Firmo encontra-se à página 27. Para maiores informações sobre a Lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre) e o Fundo de Emancipação (uma decorrência desse diploma), ver PAPALI, Maria Aparecida C. R. *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003. Ver também MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008. Sobre uma discussão que enfatiza o fracasso da aplicação do Fundo de Emancipação, ver CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 137-146.

¹⁷⁵ Conforme inventário de Maria Joaquina de Almeida. MMN/ Caixa 183/ nº de ordem 3725. 1º Ofício.

¹⁷⁶ Vale sublinhar que no documento de partilha do inventário de Dona Maria Joaquina de Almeida (de 1882), o escravo Firmo aparece matriculado sob o número 1.387, o mesmo número que se encontra na relação “para o lançamento do quadro das classificações das famílias escravas” (ver nota 173), cuja abertura foi em 1873. Esse seria mais um indicativo de que se trata do mesmo escravo. Esse número de matrícula foi decorrência das exigências legais estabelecidas pelo artigo 8º da Lei do Ventre Livre.

¹⁷⁷ Sobre a questão dos escravos tentarem afirmar suas individualidades, ver WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. op. cit. p. 126-128.

¹⁷⁸ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 126-127. Para essa autora, “No Brasil, o aprofundamento das relações comunitárias entre os escravos, nos maiores plantéis, foi fundamentalmente

conceber tal experiência se se entender que a roça que ele dispunha era uma concessão senhorial – e, portanto, estratégia pertencente à ideologia da classe dominante. Em sua vida de cativo, Firmo pertenceu a pelo menos três senhores diferentes, todos da mesma família. Em 1864, ano do incidente com o Chim Themóteo, ele já possuía, conforme seu depoimento, uma roça em que produzia milho, arroz e provavelmente outros produtos agrícolas. O escravo morava havia pelo menos dez anos na Fazenda Boa Vista. Suas palavras acerca dos escravos de Marcos de Oliveira Arruda, portanto, assumem uma importância bastante significativa e sua experiência de cativo é um exemplo de como alguns escravos foram privilegiados pelos senhores, fazendo parte de uma estratégia senhorial que funcionou no sentido da cooptação.

Importa notar, nas falas de Firmo e Leopoldino, as relações construídas por escravos de diferentes propriedades. Os depoimentos dos escravos de Dona Maria Joaquina de Almeida expõem claramente o conhecimento que os cativos alcançaram dos espaços para além da propriedade de seus senhores e permitem supor a construção de relações sociais que se erigiram num espaço social mais amplo.

O processo criminal envolvendo os escravos de Marcos de Oliveira Arruda mostra que os “vizinhos” tinham, quase sempre, um local como referência: uma igreja,

um exercício de aproximação da experiência de liberdade com a qual conviviam”. Ibid., p. 137. O debate sobre a roça escrava ou sobre a “economia interna dos escravos” vem se desenvolvendo nas últimas décadas. Para o caso da escravidão no Brasil, vale a pena consultar o trabalho de CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Esse livro, cuja primeira edição é de 1987, reúne discussões historiográficas acerca da “brecha camponesa” que estavam sendo debatidas desde pelo menos o final da década de 1960. Esse autor formula três hipóteses para a questão: a primeira refere-se à função que cumpria a “brecha camponesa” de “minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho”; a segunda diz respeito à “maximização da exploração dos escravos” especialmente em “colônias bem integradas ao mercado mundial”, uma vez que os senhores “avançavam” sobre o tempo de trabalho dos escravos e, por fim, a última fala do “acordo legal ou consuetudinário” entre a classe dominante e a classe dominada, “cuja infração traz consigo o perigo de alguma forma de rebelião”. Ibid., p. 58-60. Para além da função econômica da “brecha camponesa”, Eduardo Silva pensou a respeito do seu papel ideológico “como mecanismo de controle da força de trabalho”. SILVA, Eduardo. A função ideológica da brecha camponesa. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 22-31. A hipótese da “maximização da exploração dos escravos”, formulada por Cardoso, foi especialmente trabalhada na dissertação de mestrado de João Luis Ribeiro Fragoso. O autor considera, nesse trabalho, o município cafeeiro de Paraíba do Sul. FRAGOSO, João Luis. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não capitalistas de produção*. 1983. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983. p. 95-100. Robert W. Slenes tece considerações críticas a respeito do termo “brecha camponesa” em SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 197-208. Jacob Gorender também critica a expressão em GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. p. 79.

uma praça, fazendas confinantes, a capela da fazenda, o morro, a roça, os ranchos, os caminhos. No caso dos depoimentos de Firmo e Leopoldino, as referências foram o Rancho Grande, o córrego que passa pela estrada, a casa de comerciantes, o açude. Nesse sentido, é possível entender as palavras do escravo Firmo, que disse perceber o modo apressado como os escravos Antonio e Manoel andavam, sendo que os dois cativos de Marcos de Oliveira Arruda nunca passavam por aquele caminho. Disse mais: Antonio e Manoel eram “vadios, ébrios, jogadores e desordeiros”. Tal depoimento – desconsiderando a possibilidade de estar o escravo Firmo mentindo, e levando-se em conta sua longa vivência na Fazenda Boa Vista em terras confinantes com as de Marcos de Oliveira Arruda, proprietário da Fazenda Bom Sucesso e senhor dos escravos Antonio e Manoel – chama a atenção pelo fato de que escravos de fazendas confinantes se conheciam, o que possibilitou o surgimento de um leque bastante amplo de relações sociais.

Em um processo de medição amigável de terras datado de 1848 é possível visualizar a vizinhança dos escravos Firmo, Leopoldino, Antonio e Manoel. O processo refere-se à medição das terras da Fazenda Bom Sucesso, sendo que um dos envolvidos foi Marcos de Oliveira Arruda, proprietário dos escravos que assaltaram o jornalista Themoteo. Nele se pode compreender a proximidade de algumas terras de proprietários importantes de Bananal, como aquelas das Fazendas Cachoeira e Boa Vista, pertencentes, à época da realização do processo de medição, a Luciano José de Almeida¹⁷⁹. A medição ficou sob a responsabilidade do Piloto Terrestre Manoel Rebello de Almeida e foi finalizada no dia 31 de maio daquele mesmo ano. A análise do processo, bem como do “Mapa Demonstrativo” (ver Figura 3) que dele consta, ilustra muitas características da estrutura fundiária dessa região de Bananal¹⁸⁰. Pode-se, inclusive, verificar a localização do Rancho Grande, que apareceu como referência no depoimento de Firmo (ver a localização exata no canto inferior direito do terreno de número 2 do mapa demonstrativo abaixo).

¹⁷⁹ Luciano José de Almeida faleceu em 1854. Sua esposa, Dona Maria Joaquina de Almeida, assumiu o controle da Fazenda Boa Vista após o falecimento de seu marido. Em 1864, ano do processo criminal relativo aos dois escravos de Marcos de Oliveira Arruda, era ela a proprietária dessas terras. O processo de medição é de 1848, quando o proprietário ainda era Luciano José de Almeida.

¹⁸⁰ Em projeto de Iniciação Científica, Juan Azevedo analisou o referido processo de medição amigável. Partimos de suas análises para tecer outras considerações a respeito da estrutura fundiária de Bananal. AZEVEDO, Juan Dyego Marcelo. *Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade: estrutura fundiária de Bananal (1840-1850)*. Iniciação Científica (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Figura 3 – No processo de medição, consta o seguinte título: “Mapa demonstrativo desta figura, polígono exágono compreendido pelas letras dos ângulos A, B, C, D, E, F que constitui uma área superficial de 3.151.652 braças quadradas na Fazenda do Bom Sucesso. Medido e dividido pelos herdeiros em maio de 1848”. A seta verde indica a Estraga Geral (no mapa denominada Estrada Real), caminho percorrido pelo jornalista Themoteo Affonso da Silva. Também é possível ver a localização do Rancho Grande (seta amarela). Ver também as figuras 1 e 2, no início deste capítulo.

Uma leitura atenta do “Mapa Demonstrativo” revela diversos elementos da estrutura fundiária dessa região do município de Bananal. Nele e no processo que deu margem à sua elaboração, vê-se que, dos herdeiros do Sargento-Mor Braz de Oliveira Arruda, Marcos de Oliveira Arruda manteve a gleba na parte central do mapa (a de número 2), onde se localizava a sede da Fazenda Bom Sucesso¹⁸¹. Braz de Oliveira Arruda solicitou que “seu terreno fosse medido em um retângulo, partindo o seu rumo divisório da linha do Tenente José Gonçalves Ferreira a tocar na linha divisória da parte de Luciano José de Almeida” (número 4 no Mapa Demonstrativo). João Braz de Oliveira Arruda ficou “(...) com o seu terreno em duas partes separadas a saber = uma entre Braz e Marcos = outra entre Marcos e Antinhas (...)” Esses terrenos estão identificados com os números 1 e 3 no mapa. Tal divisão fez com que “as casas de vivenda” de Braz de Oliveira Arruda ficassem em terras de João Braz¹⁸².

Por esse processo de medição amigável, Luciano José de Almeida conseguiu garantir as fronteiras de suas terras da Boa Vista e da Cachoeira. Luciano ficou com o quinhão de número 5 no mapa, uma longa faixa longitudinal que percorria as terras dos Arrudas¹⁸³.

¹⁸¹ “(...) Marcos de Oliveira Arruda disse que o seu terreno fosse medido, começando uma linha divisória do Marco de pedra de seguimento que se acha cravado na linha do dito Tenente Ferreira na beira da Estrada, a tocar na linha divisória do dito Luciano José d’Almeida, e a outra linha divisória contando seu terreno para a parte do Norte saindo do Rumo do dito Tenente Ferreira ao Rumo divisório do dito Luciano”. Conforme consta no referido processo de medição. Ver MMN/ Caixa 54/ nº de ordem 1000. 1º Ofício.

¹⁸² Conforme consta no referido processo de medição “(...) divisando ele dito Braz [de Oliveira Arruda] e o major João Braz de Oliveira Arruda se seguiu ficando as casas de vivenda do dito Braz em terreno que vem a pertencer ou pertence ao Major João Braz como se demonstra pelo Mapa, na figura de Nº 3 continuando a seguir passou o rumo perto do Sítio de Luiz Antônio Thobias ficando grande parte de cultura e casas no terreno do dito Braz de Oliveira (...)”.

¹⁸³ “(...) Luciano José de Almeida = que o seu terreno fosse medido na figura de um paralelogramo com os fundos que tiver o dito terreno de Norte, a Sul (...)”.

Diversas pequenas casas são desenhadas no mapa, permitindo vislumbrar que muitos homens livres eram moradores nas terras desses proprietários e, em alguns casos, eram fronteiras vivas de grandes proprietários rurais. Merece atenção a referência feita ao Sítio de Luiz Antônio Thobias e às casas de João Batista e de José Maria. No referido processo de medição, a linha divisória que dividia as terras de Braz de Oliveira Arruda com aquelas pertencentes a Luciano José de Almeida passava pela cozinha da residência de Thobias. Já a divisão do terreno de Marcos de Oliveira Arruda e do de Luciano José de Almeida cortava a casa de João Batista. Por fim, o limite que dividia as terras dos herdeiros do Tenente José Ferreira Gonçalves das terras pertencentes ao Major João Braz de Oliveira Arruda passava pela casa de José Maria.

Em uma sociedade baseada em fortes laços de dependência pessoal, a presença de homens livres nas terras de grandes proprietários foi importante para as relações de vizinhança e para a conformação da organização fundiária e do controle das terras. Como se expressou Márcia Maria Menendes Motta, uma das “diretrizes políticas” dos proprietários rurais foi aquela que se pautou por uma dupla ação: o “domínio sobre a terra” e o “domínio sobre os trabalhadores”¹⁸⁴. Diversos pesquisadores já estudaram a respeito dos interesses que o fazendeiro tinha sobre as famílias que estavam sob o seu domínio. Pesquisando uma importante família que enriqueceu na região de Paty do Alferes, na Província do Rio de Janeiro, Mariana Muaze observou em que medida os homens livres eram dependentes dos fazendeiros ricos. Escreve essa autora que “àqueles proprietários e homens livres e pobres que não tinham condições de arcar com a manutenção de uma tropa restava a venda do café aos maiores fazendeiros, por preços menores do que os conseguidos na capital, ou o pagamento pelo transporte dos grãos, o que, certamente, saía mais caro”. Dependência econômica, portanto. O outro tipo de subordinação acontecia na esfera política. Os grandes fazendeiros dominavam a política local. No século XIX, o número de eleitores do Império era considerável se comparado com outros países¹⁸⁵. O voto era censitário, porém a renda exigida não era consideravelmente elevada. O voto pode ter sido, em alguns momentos, um importante instrumento de barganha das pessoas mais pobres. Claro que elas não negociavam em igualdade de condições com os grandes potentados e políticos de uma dada localidade,

¹⁸⁴ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 200.

¹⁸⁵ Ver a esse respeito a discussão presente em DOLHIKOFF, Miriam. Império e governo representativo: uma releitura. *Cadernos CRH*. Salvador, v. 21, n. 52, p. 13-23. Jan.-Abr. 2008.

afinal, os homens livres e pobres foram massa de manobra para as ações pessoalizadas impostas pelos mais ricos. Contudo, numa época em que o cargo político era sinal de prestígio social, os grandes fazendeiros tinham de negociar e adotar práticas clientelísticas para não perder o poder político¹⁸⁶.

Rafael de Bivar Marquese salientou a importância das relações de clientelismo nas localidades cafeeiras do Vale do Paraíba. A arquitetura das casas de vivenda senhoriais, expressa na magnificência e grandiosidade da construção, transmitia uma forte carga de representação para a população local, manifestando o poder social e político dos senhores sobre os homens livres e os escravos. Além disso, ao contrário do que ocorria, por exemplo, em Cuba, a política era uma prática local, exercida no âmbito da municipalidade e que necessitava da arregimentação de um conjunto de eleitores à causa e aos interesses dos grandes proprietários. A aproximação espacial que se verificou entre a casa de vivenda e o conjunto de senzalas e construções necessárias para as práticas de beneficiamento do café e demais trabalhos rurais e a atração de homens livres para a esfera de influência direta do senhor têm uma íntima relação com o quadro social e político do município e com o funcionamento da política no Império do Brasil. Nas palavras de Marquese, “para o exercício do poder pela classe senhorial escravista, no Império Constitucional do Brasil (tal como no sul dos Estados Unidos), o jogo eleitoral teve importância decisiva”. Contudo, desde o período regencial, as relações de clientelismo “atavam em redes assimétricas verticais todos os atores políticos envolvidos, dos membros do gabinete ministerial aos eleitores de paróquia”. Assim, o papel desses homens livres submetidos à influência dos grandes proprietários rurais se justificava pelo interesse que os poderosos tinham em exercer a política em nível local. O compromisso se estabelecia com os “clientes” sendo condescendentes com o patriarca local e recebendo, conforme Marquese, “proteção e espaço para se inserirem positivamente nas hierarquias locais”. É necessário, portanto, considerar as relações entre os interesses dos grandes proprietários, a configuração espacial das fazendas cafeeiras (algumas com significativa carga de representação simbólica), as práticas de clientelismo como forma de se exercer o poder e a presença de homens

¹⁸⁶ MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 61-62. A citação encontra-se na página 90. Sobre uma discussão historiográfica a respeito do clientelismo, ver CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

livres morando no espaço de plantação de uma grande propriedade rural¹⁸⁷. Tais considerações ganham peso a partir da reclamação de proprietários a respeito dos custos elevados dos processos eleitorais. No Congresso Agrícola de 1878, um fazendeiro de Minas Gerais reclamou da grande quantidade de ociosos que os proprietários eram obrigados a manter nas suas propriedades para atender a interesses eleitorais – tais ociosos seriam os “espoletas eleitorais”¹⁸⁸. As eleições no império foram o momento ritualístico em que os sujeitos reconheceram de modo claro a superioridade e a inferioridade social de cada indivíduo. As roupas e o vestir-se dos vários participantes e outros ritos obrigatórios do processo eleitoral estavam inseridos no simbolismo que explicitava as hierarquias sociais. Malgrado a participação considerável, o “teatro das eleições” não atendeu a propósitos igualitários, mas serviu para reforçar, nos dias de votação, as diferenças sociais em uma sociedade marcada pela desigualdade social¹⁸⁹.

Depreende-se, portanto, que as casas desenhadas no mapa demonstrativo do processo de medição amigável de 1848 são um dado importante da estrutura fundiária de Bananal com implicações para a vida política do município¹⁹⁰. Os homens livres que aí habitavam também participarão das relações de vizinhança. Construirão, em termos distintos dos escravos, seu espaço social, seus círculos de amizade e suas redes de relacionamentos.

Um dado a respeito dos homens livres que se submetiam à esfera de influência dos grandes proprietários rurais deve ser ressaltado no processo de medição de 1848. Seis anos depois de concluída a medição, Luiz Antônio Thobias, o homem livre que teve a cozinha de sua residência cortada pela linha divisória que deveria separar as

¹⁸⁷ MARQUESE Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-57, jan.-jun, 2006, p. 48.

¹⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 396. Este teria sido o discurso de José César de Moraes Carneiro, de Mar de Espanha, MG, no Congresso Agrícola de 1878. Ibid., Nota 6 da p. 414. Sobre a função eleitoral dos agregados, ver também GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 144-145.

¹⁸⁹ GRAHAM, Richard. op. cit. pp. 150-164. Ver sobre essa questão o capítulo IV deste trabalho.

¹⁹⁰ A respeito dos homens livres e pobres, ver também FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997. A relação entre homens livres e dependentes e os grandes fazendeiros foi também estudada por Hebe Maria Mattos. Esta autora traça um perfil dos homens livres ao analisar suas origens, constituição familiar e relações de dependência. Ver MATTOS, Hebe Maria. op. cit. p. 27-104. Observe, no capítulo seguinte, como escravos e fugitivos se relacionavam com os moradores dessas casas espalhadas pelas propriedades senhoriais. Sobre uma perspectiva que destaca os conflitos agrários que envolveram homens livres na condição de posseiros, arrendatários ou agregados e grandes proprietários, ver o trabalho já citado de Márcia Maria Menendes Motta.

terras de Braz de Oliveira Arruda das de Luciano José de Almeida, foi mencionado como confrontante em outra fazenda de Dona Maria Joaquina de Almeida. Thobias encontrava-se, conforme o Registro Paroquial de Terras de Bananal, na fazenda Jararaca, distante cerca de 30 quilômetros da Boa Vista. É possível que Thobias fosse um exemplo bastante forte de um homem livre que deveria cumprir suas obrigações como clientela livre e dependente das vontades de um grande proprietário rural. Em algum momento entre 1848 – ano do processo de medição amigável de terras – e 1854 – data de início do Registro Paroquial de Terras – Thobias foi deslocado para outra propriedade da família Almeida. Na Fazenda Jararaca ele cumpriria sua função de guardar as fronteiras de uma propriedade que ainda não estava com seus limites territoriais regularizados. Tal função não seria mais necessária nas terras da Boa Vista porque o processo de medição amigável de 1848 regularizou a situação das propriedades dos herdeiros do Sargento-Mor Braz de Oliveira Arruda (ver figura 4)¹⁹¹.

Thobias deve ter sido um fiel servidor da família Almeida e parece ter sido recompensado por isso. Ele recebeu, através de testamento de 1854, dois escravos de Luciano José de Almeida¹⁹². Mais ainda, a filha de Luiz Antonio Thobias, afilhada de Maria Joaquina de Almeida, recebeu, conforme o testamento dessa proprietária elaborado em fevereiro de 1879, um conto de reis¹⁹³. O exemplo de Thobias não foi exceção. Ao contrário, constituiu-se como regularidade a ação de proprietários rurais que deixavam gêneros, fazendas, dinheiro e terras para diversos homens livres. Isso demonstra os vínculos estabelecidos, a importância desses sujeitos para a sociedade escravista e, por fim, expõe uma característica básica desse mundo rural do século XIX, qual seja, a incorporação, na estrutura fundiária da fazenda, de uma infinidade de agregados, camaradas e possuidores de situação que, por outro lado, se interessavam por essa proteção¹⁹⁴. A proteção de um potentado local era algo determinante para muitos homens livres se protegerem das arbitrariedades das autoridades e dos senhores.

¹⁹¹ Cfe. MARQUESE, Rafael de Bivar. Espacio y poder em la cafeicultura esclavista de las Americas: el Vale del Paraíba em perspectiva comparada, 1760-1860. In: PIQUERAS, José Antonio (Ed.) Trabajo libre y trabajo coactivo em sociedades de plantación. Madrd: Siglo XXI. 2009. p. 215-252.

¹⁹² Cfe. Inventário. MMN/ Caixa 72/ nº de ordem 1443. 1º Volume. 1º Ofício. O testamento está datado de 28 de abril de 1854.

¹⁹³ Cfe. Contas de Testamentária. MMN/ Caixa 191/ nº de ordem 3875. 1º Ofício. O testamento está datado de 10 de fevereiro de 1879.

¹⁹⁴ A esse respeito, ver CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

as casas de vivenda monumentais, os edifícios de beneficiamento e as roças dos escravos, compondo assim o cenário para que os sujeitos de Bananal pudessem construir suas redes de relacionamentos com cativos e homens livres de fazendas confinantes (ver figura 3)¹⁹⁶. Era comum que sitiantes e fazendeiros usassem caminhos particulares de outros proprietários para escoar suas produções. Os proprietários de terra e os feitores e administradores circulavam por esses caminhos, que facilitavam sobremaneira a movimentação dentro das terras senhoriais. A estrutura fundiária dessas propriedades caracterizava-se, ademais, pelos ranchos construídos “de trezentas em trezentas braças”, conforme salientou Vladimir Benincasa¹⁹⁷. É lícito supor que ocorressem desentendimentos entre proprietários vizinhos quando um desses caminhos era fechado, isolando ou dificultando o trânsito de negócios de algum proprietário. É o que ocorreu em 1869 entre o sitiante José Ferreira Leão e o Barão de Ariró. Leão dirigiu reclamação à Câmara Municipal dizendo que há seis anos era proprietário de um sítio no Bairro do Retiro e que sua propriedade ficava “arredada [distante]” da Estrada Geral. Desde que havia efetuado essa compra, ele utilizava-se de um caminho não só para o sacramento como também para seus “carros e outras conduções pesadas”. O caminho já havia sido “tapado” uma vez, sendo aberto após reclamação de Leão. Contudo, pela segunda vez, esse mesmo caminho fora fechado pelo Capitão Henrique José da Silva ou pelo seu pai, o Barão de Ariró. O trânsito foi interceptado pela destruição de uma estiva que existia sobre um rego e pela abertura de uma profunda e larga vala. Para o sitiante, a ação do Barão de Ariró era uma infração do artigo 99 do Código de Posturas¹⁹⁸.

¹⁹⁶ O referido mapa demonstrativo relaciona-se apenas a uma parte pequena do território que abrange esta pesquisa: os atuais municípios de Bananal e Arapeí. Contudo, fornece uma ideia da estrutura fundiária da região estudada. Nesta estrutura fundiária, os cativos construíram, juntos com homens livres, seu espaço social.

¹⁹⁷ BENINCASA, Wladimir. *Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. 2007. 694 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. 2 v. p.36.

¹⁹⁸ Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Ofícios diversos de Bananal: 1869-1891. Caixa 36. Ordem 829. Pasta 1. Doc. 36. A reclamação de José Ferreira Leão não está datada, tendo sido escrita no início de Novembro de 1869. Os vereadores decidiram que a questão se achava fora de sua jurisdição, citaram a Lei de 1 de Outubro de 1828, em seu artigo 66, parágrafo 6, e alegaram que, “na hipótese de uma servidão por direito de domínio particular”, a intervenção da Câmara seria indevida. Essa lei refere-se à criação das Câmaras Municipais e versa sobre suas atribuições e sobre as eleições para vereadores e para Juiz de Paz. O referido artigo encontrava-se no título III, denominado “Posturas Policiais”. Entende-se, portanto, que o assunto competia à polícia e não à Câmara Municipal. Para uma explicação a respeito do conteúdo dessa legislação, focando na limitação das atribuições desse órgão legislativo, ver DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005. p. 83-86.

Como se viu com o processo de medição amigável de 1848, o caso de Thobias e sua transferência para as terras da fazenda Jararaca demonstram que as casas dos homens livres poderiam estar estrategicamente localizadas. É possível que os escravos também tivessem suas roças em locais igualmente estratégicos, marcando as fronteiras (os limites) da propriedade rural. Isso é o que se pode inferir do relato de Firmo. Esse escravo disse que estava “trabalhando em uma sua roça de milho e arroz perto da Fazenda de sua Senhora, à beira da estrada, junto com outro escravo de nome Jacó Maria, Mina, no domingo, quatro do corrente [...]”. É possível que a localização da roça de Firmo, à beira da estrada, fosse uma estratégia senhorial para marcar os limites da propriedade e garantir a segurança e a vigilância nesse ponto da fazenda. A roça de Firmo poderia ser também um espaço marginal na propriedade de Maria Joaquina de Almeida porque o campo propício para a plantação de arroz era o terreno úmido. De qualquer modo, a roça de Firmo, à beira da estrada, fez com que ele conhecesse um espaço social mais amplo e, conseqüentemente, a movimentação que aí acontecia e também os sujeitos que por aí passavam.

Em outro processo criminal, vislumbra-se a mesma decisão senhorial de dispor escravos e homens livres em locais estratégicos. Agora, o processo parece remeter para um controle das fugas dos escravos. O processo criminal envolvendo o escravo Francisco, pertencente ao Major Candido Ribeiro Barbosa, proprietário da Fazenda dos Coqueiros, sugere que os grandes proprietários rurais agiam diretamente na organização fundiária das suas terras com o objetivo de proporcionar um controle das possíveis movimentações furtivas dos escravos. O escravo Francisco foi acusado de ter assassinado sua mulher, Martha, e fugido. Em seu depoimento, prestado no dia 23 de fevereiro de 1872, Francisco disse que “se achava trabalhando em um lugar da fazenda, denominado Preguiça, meia légua distante da mesma fazenda, e pouco distante do lugar ‘Macacú’ e que este último é inteiramente ermo, circundado de matas virgens e inabitado”. Chico, como era chamado por outros escravos, pedira então para “satisfazer uma necessidade” e se evadira do local de trabalho¹⁹⁹. O depoimento das testemunhas e informantes apresentam, por sua vez, elementos para concluir que o Major Candido solicitara que um escravo seu de nome Luiz Antônio vivesse “à entrada do mato”, justamente o caminho que Francisco escolhera para fugir. O administrador da fazenda,

¹⁹⁹ Conforme o depoimento do escravo Gabriel, prestado no dia 07 de fevereiro de 1872. MMN/ Caixa 32/ nº de ordem 703.

Antônio da Costa Azevedo, informou, em depoimento prestado no dia 30 de janeiro, que entendia que Chico era o assassino de sua mulher Martha porque os dois escravos foram “vistos ambos entrarem pelo caminho do Macacú uma hora antes de ter ele testemunha encontrado o cadáver de Martha, pelo escravo Luiz Antônio, que mora à entrada do mato, e que ninguém mais vira passar por aquele caminho; acrescentando que o rasto do escravo Chico seguiu além do lugar onde jazia a morta, e que ele depois disso desaparecera”. O escravo Bento dera uma informação semelhante, dizendo que Francisco seria o autor do assassinato de sua mulher porque foram

vistos juntos passar pelo caminho do Macacú, poucos momentos antes de ter sido encontrado o cadáver de Martha, segundo informou-lhe o preto Luiz Antônio, que mora à entrada do Mato, na ocasião em que saíram do eito em procura de Chico e Martha, acrescentando mais que ninguém mais passara pelo caminho depois dele, não só pelo que informou Luiz Antônio, como por não haverem mais que dois rastos no caminho e esses bem distintos de que eram um de mulher e outro de homem.

Luiz Antônio era um africano de sessenta anos, solteiro, que disse que criava galinhas²⁰⁰. Quando foi perguntado a ele “se vira Chico e Martha passarem por defronte de sua casa à entrada do mato e seguirem pelo caminho do Macacú, e se disso dera parte a Azevedo ou informara algum parceiro seu”, Luiz Antônio negara ter visto Chico e Martha passarem pelo referido local.

O que importa salientar são as referências geográficas presentes nas falas dos sujeitos envolvidos no processo. Duas testemunhas informaram que, em 1872, Luiz Antonio morava “à entrada do mato”. A pergunta feita a esse homem utilizou a mesma expressão (“à entrada do mato”). O Major Candido parece que posicionou em local estratégico esse escravo. Ele deveria saber que esse caminho poderia ser uma possível rota de fuga para seus cativos. O processo em questão parece sugerir que Luiz Antônio, ao morar nesse local, deveria cumprir um papel de fiscalizador da movimentação furtiva e alternativa dos outros escravos. Isso porque, além de morar “à entrada do mato”, o escravo do Major Candido morava também em um local ermo e inabitado. Por outro lado, estudos como os de Márcia Motta demonstraram que os limites de uma propriedade rural foram o foco de conflitos de terras de homens livres estranhos aos interesses dos proprietários. Esses locais representaram, igualmente, “uma brecha na

²⁰⁰ Conforme depoimento de 7 de fevereiro de 1872. Cabe salientar que o administrador Antônio da Costa Azevedo refere-se a Luiz Antônio como escravo.

qual os arrendatários esforçavam-se para se constituírem enquanto posseiros”. Dessas ações surgiam os conflitos com grandes proprietários de terra²⁰¹. Como se vê, as fronteiras de uma propriedade rural eram um dos locais estratégicos para a garantia dos interesses senhoriais e, portanto, local que precisava de vigilância e fiscalização.

Vale ressaltar que em 1875, ano do falecimento do Major Candido Ribeiro Barbosa, o inventário desse escravista apresentou a mudança da paisagem agrária nos arredores da casa de Luiz Antônio. Naquele ano, havia 15 mil pés de cafés “novos do Luiz Antônio” e mais 12 mil pés “das laranjeiras do Luiz Antônio”. Além disso, o inventário informou que em algum momento entre o ano de 1872 e o ano de 1875, Luiz Antônio mudou sua condição civil: no ano do inventário ele não foi relacionado como um dos escravos pertencentes ao falecido Major²⁰². Já as expressões “cafés novos do Luiz Antônio” e “laranjeiras do Luiz Antônio” também sugerem que o nome desse liberto misturava-se, neste momento, à toponímia dessa região, o que indica uma continuidade, ao longo do tempo, desse sujeito nesse local.

O inventário do Major Candido e o crime envolvendo o escravo Francisco mostram o processo de produção e reprodução do sistema agrário vigente em Bananal. Além disso, eles sugerem, ao lado do documento que envolve o escravo Firmo e do processo de medição amigável de 1848, que os proprietários rurais posicionavam seus homens livres e seus cativos em locais estratégicos, para garantir um policiamento/fiscalização das terras senhoriais.

Os caminhos poderiam servir, de outro modo, para encontros indesejáveis. Em muitos momentos as estradas foram o percurso natural de escravos fugitivos que poderiam ser recebidos sem suspeição por homens livres. Contudo, os encontros que aí aconteciam poderiam levar a assassinatos. Quando o menino Theodoro José Ferreira, caixeiro de treze anos de idade que trabalhava em São José do Barreiro para um italiano chamado Miguel Mesóla, teve de ir a Bananal a trabalho, encontrou-se com o fugitivo Saturnino, escravo do Tenente Coronel José de Magalhães Couto. Saturnino quis roubar-lhe a besta em que se encontrava e acabou derrubando o menino do animal. Como “o menino vinha atrás gritando, então ele respondente [Saturnino] apeando-se deu-lhe uma facada na barriga, e o menino correndo [ilegível] prosseguir dando-lhe

²⁰¹ MOTTA, Márcia Maria Menendes. op. cit. p. 203.

²⁰² MMN/ Caixa 161/ nº de ordem 3396. 1º Ofício.

outra nas costas e outra na garganta, sendo esta transversalmente, com a qual logo morreu”. O mesmo Saturnino informara às autoridades de São José do Barreiro, onde fora preso, que comprara milho “em uma casa à beira do caminho (...) tendo desta vila [de São José do Barreiro] a dita casa mais de légua”. O escravo do Tenente Coronel José de Magalhães Couto dissera ainda que o homem que lhe vendeu o milho lhe dera uma carta para entregar e que ele “deitou-a fora”²⁰³. Chama a atenção nesse depoimento o papel das casas à beira das estradas. Elas foram um dos pontos de apoio para os fugitivos e para outros transeuntes.

Do mesmo modo, não teve sorte um velho chamado Antônio Rita que se encontrara com os fugitivos Antônio José e Antônio Ferreira, ambos escravos do Major Candido Ribeiro Barbosa, proprietário da Fazenda dos Coqueiros. Após assassinares um camarada do Major Candido de nome José Maria, os dois escravos

retiraram-se para o Rancho onde pernoveram, no dia seguinte muito cedo, saindo eles no caminho para tomarem algum destino, não desejando dar nas vistas, e tendo andado um pouco encontraram-se com um velho, receando que o mesmo os fosse denunciar resolveram assassiná-lo, o que fizeram dando ele interrogado um tiro com uma espingarda que alcançou por terra, dando depois Antônio José algumas facadas e uma bordoadas na cabeça (...) ²⁰⁴.

Em outro processo criminal, verificou-se como a questão da mobilidade para os escravos que viviam em propriedades com poucos escravos foi importante para que eles pudessem construir redes de relacionamentos para além da propriedade de seus senhores. No dia 7 de março de 1882, Candido, escravo quitandeiro de Dona Josepha Maria do Espírito Santo, prestou depoimento informando que no domingo, dia 5, por volta das sete horas da noite, dirigira-se ao centro da cidade de Bananal para vender pó de café e lenha. Quando retornava à propriedade de sua senhora viu, “no lado de dentro da porteira que fecha o sítio”, um homem “deitado dentro da roça de milho e feijão”. Ao aproximar-se do local, chamando pelo homem que se encontrava deitado, sem obter resposta chegou bem perto e verificou ser o cadáver de Luiz, escravo de Antônio Leite. Candido disse que conhecia Luiz “há muito tempo” e que tinha “relações de amizade com ele”. Contudo, Luiz não costumava ir à casa da senhora de Candido “senão quando

²⁰³ Conforme depoimento do escravo Saturnino realizado no dia 22 de agosto de 1869. MMN/ Caixa 30/ nº de ordem 665.

²⁰⁴ Conforme depoimento do escravo Antônio Ferreira realizado no dia 09 de março de 1863. MMN/ Caixa 23/ nº de ordem 523. Esse caso será analisado com mais detalhes no capítulo III.

ia vender farinha, isso mui raras vezes, sendo que há muito tempo que não acontecia isso, por não ter mais o senhor de Luiz, farinha para vender”. O escravo de Dona Josepha disse não saber se o morto tinha alguma intriga com pessoas da “vizinhança” e “que somente uma vez ele respondente vira a Luiz embriagado e querendo brigar com um filho de Joaquina Piraí, chamado Joaquim”.

Domiciano, também pertencente a Dona Josepha Maria do Espírito Santo, disse que retornava com Candido, após ter se dirigido ao centro da cidade para vender lenha, e que ambos conheciam Luiz “há muito tempo, mas que Luiz não visitava a ele respondente, nem a Candido, porque não se davam com ele morto, nem o morto com eles”. Quando foi perguntado o motivo por que não se davam com Luiz, Domiciano respondeu que “não se davam com Luiz, porque este não ia em casa dele respondente”²⁰⁵.

Os depoimentos dos dois escravos de Dona Josepha Maria do Espírito Santo referem-se ao assassinato de Luiz, trabalhador escravizado de Antônio Gonçalves Leite. O crime teria ocorrido no dia quatro de março de 1882, às sete horas da noite mais ou menos na estrada que vai para o Turvo. Os depoimentos revelam que escravos de senhores diferentes se conheciam e mantinham diversas relações, sendo mesmo possível que uns escravos visitassem outros, circulando por diferentes propriedades. Mais ainda, evidencia-se que os domingos eram dias de relativa mobilidade para os escravos. Tal mobilidade produziu, portanto, a elaboração de um espaço social que foi sendo, aos poucos, construído pelos cativos de diferentes proprietários. Nesse espaço, os sujeitos vivenciaram seus momentos de lazer e de trabalho e puderam namorar e, possivelmente, constituir famílias, além de realizar cultos religiosos e negócios. Para muitos escravos, as possibilidades de se afastarem dos estereótipos associados à escravidão encontravam-se fora dos limites da propriedade senhorial²⁰⁶.

Os acusados de assassinar Luiz foram os escravos Sebastião e Benedito, ambos pertencentes a Domiciano Moreira de Oliveira. João Domiciano de Oliveira, filho de Domiciano, também foi acusado de ter participado do crime, mas como o processo está incompleto, não foi possível determinar em que medida se deu tal

²⁰⁵ MMN/ Caixa 48/ nº de ordem 1004.

²⁰⁶ Para Hebe Mattos, esses estereótipos seriam “a falta de laços, o celibato, os castigos físicos e o trabalho coletivo”. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio...* p. 126-127.

participação. No caso dos escravos Luiz, Sebastião e Benedito, o processo demonstra que eles sem dúvida se utilizavam de uma mobilidade que lhes era permitida para desenvolverem suas relações pessoais, procurando, com isso, um distanciamento dos estigmas mais característicos do cativo, quais sejam, a falta de laços e a impossibilidade de constituir família.

O processo começou a se desvendar a partir do depoimento de uma liberta chamada Felicidade Maria da Conceição. Essa mulher, de quarenta anos de idade mais ou menos, era viúva e disse ter “nascido em viagem de Benguela ao Brasil”. Seu depoimento mostrou que os escravos procuravam construir redes de relacionamentos para além da propriedade senhorial. Mais ainda, essas redes eram decorrência direta da mobilidade autorizada dos escravos. Conceição afirmou que “no domingo atrasado”²⁰⁷ chegaram à casa dela, à rua da Palha, no centro da cidade de Bananal²⁰⁸, o escravo Luiz acompanhado de Felipe, que era escravo de Francisco Leite. Os dois escravos tinham o costume de frequentar a casa de Felicidade e, nesse dia em especial, começaram a discutir “por causa de dinheiro que um dizia que o outro lhe havia roubado”, não ficando claro no depoimento quem havia roubado o dinheiro e quem estava acusando. Felicidade, incomodada com a discussão, disse para os dois escravos irem embora porque “ali não era casa de barulho”. Foi então que os dois cativos se retiraram pela estrada do Turvo. No domingo em que ocorreu o crime, Luiz estivera novamente na casa de Felicidade, mas dessa vez ele veio sozinho, acendeu o pito e foi embora em direção à propriedade de seu senhor. Felicidade afirma que

na tarde do domingo em que se deu o fato, pouco tempo depois de ter saído de sua casa, o preto Luiz, que foi achado morto, chegaram em casa dela respondente Sebastião e Benedito, escravos de Domiciano de Tal, morador no Sertãozinho, os quais pediram a ela respondente para guardar um saco que trazia contendo toucinho e carne seca, que ela respondente aceitou o saco e guardou-o, seguindo incontinenti os dois crioulos Sebastião e Benedito correndo pela mesma estrada que Luiz tinha seguido. Que daí a uma hora mais ou menos, voltaram os ditos crioulos Benedito e Sebastião correndo e muito cansados, e pediram a respondente o saco que tinham dado para guardar, o qual sendo-lhes entregue por ela respondente, perguntou-lhes esta porque é que estavam tão cansados, ao que eles não responderam e saíram apressadamente pela mesma estrada, donde há pouco tinham vindo, quando saíram em seguimento de Luiz.

²⁰⁷ Provavelmente uma semana antes do ocorrido.

²⁰⁸ O depoimento de Honória Felicidade realizado em 8 de março de 1882 informa a respeito do endereço dessa família. Honória era uma das quatro filhas de Felicidade Maria da Conceição.

Felicidade afirmou ainda que Sebastião e Benedito estavam “armados de porrete” e que não viu outra arma com eles e nem manchas de sangue em sua roupa.

A partir de então prestam depoimento vários escravos e alguns homens livres. É possível inferir a partir do depoimento de Felicidade Maria da Conceição que escravos de diferentes senhores frequentavam a sua casa. O atrativo da casa de Felicidade Maria da Conceição era a própria família da viúva: suas quatro filhas. De acordo com seu depoimento, Felicidade disse que não sabia se Luiz era inimigo de Sebastião e Benedito, mas que esses dois eram “amigados com duas filhas dela respondente de nome Brazília e Maria” e que

tendo Luiz ido três domingos sucessivos incluído o em que morreu, em casa dela respondente, é possível que os dois crioulos sabendo disso, tivessem ciúmes do Luiz que em o domingo anterior ao em que foi assassinado, só deixou a casa e foi conversar com as filhas dela respondente na porta de detrás, pelo que ela respondente lhe passou uma descompostura e Luiz por sua vez xingou muito a ela respondente e as suas filhas, chamando-as de – cambada de putas – e de outros nomes feios.

Brazília Felicidade, com dezesseis anos de idade, e Maria Felicidade, com quinze, confirmaram, em linhas gerais, o depoimento da mãe. A primeira disse em depoimento prestado em 8 de março de 1882 ser amásia de Benedito e que sua irmã, Maria, era amasiada de Sebastião. Disse ainda que somente Benedito estava presente “no dia em que Luiz xingou a ela, mãe e irmãs”.

Os depoimentos revelam que a mobilidade dos escravos para além da propriedade de seu senhor permitiu a eles a construção de redes de relacionamentos que, por vezes, produziram conflitos. O processo evidencia ainda que os escravos de pequenos proprietários procuravam buscar relacionamentos com mulheres de fora dos plantéis de seus senhores. Como os inventários dos homens livres mencionados no referido processo criminal não foram encontrados, não é possível estabelecer com precisão o número de escravos desses proprietários. Contudo, o processo criminal envolvendo a morte do escravo Luiz apresenta a escravaria de Domiciano Moreira de Oliveira, morador no Sertãozinho. No ano de 1872, esse escravista teve de apresentar a matrícula de seus escravos por conta de uma exigência legal oriunda da Lei do Ventre Livre. Conforme informação datada de 19 de agosto, Domiciano possuía 7 escravos. Eram cinco homens e duas mulheres. Angélica, uma das escravas, tinha 38 anos e era

viúva de outro escravo chamado Fabiano. Tinha como filhos, Benedito, então com vinte anos e um dos envolvidos no crime, João, com treze anos de idade, Sebastião, então com dez anos – o outro envolvido –, Luiz, com oito anos, Antônio, com seis anos e Maria, com três anos de idade. Ou seja, Domiciano Moreira de Oliveira era senhor de uma única família de escravos. Caso a escravaria de Domiciano tivesse permanecido a mesma nos dez anos decorrentes entre a data da matrícula e a morte de Luiz, então é lícito supor que seus escravos homens, todos filhos de Angélica, só pudessem encontrar uma parceira fora da propriedade de seu senhor. E era isso o que acontecia entre Benedito e Brasília e também entre Sebastião e Maria. Também é possível inferir que Luiz frequentasse a casa de Felicidade procurando pelas mesmas oportunidades vivenciadas pelos escravos de Domiciano.

No século XIX, apesar das tentativas das autoridades e dos senhores para controlar as ações alternativas dos escravos, muitos deles praticaram, de modo autorizado ou não, uma ampla e rotineira mobilidade para além da propriedade senhorial. Essa mobilidade produziu uma série de ações informais que desafiaram a lógica de controle dos proprietários rurais. Um exemplo disso foram as irmandades construídas por “homens pretos”. Essas irmandades foram, sem dúvida, um dos locais em que os escravos puderam desenvolver diversas redes de relacionamentos. A querela a respeito da precedência nas festas religiosas e procissões envolvendo duas irmandades de Bananal, a de Nossa Senhora da Boa Morte e a de Nossa Senhora do Rosário, revela, segundo Fábria Barbosa Ribeiro, “a importância e o prestígio associados às irmandades” no universo das confrarias no Vale do Paraíba no século XIX. Essa autora destaca que as relações sociais que os escravos construíram em torno do catolicismo, quais sejam, os casamentos, os batizados e as relações de compadrio daí advindas e as festividades relacionadas às irmandades, foram de fundamental importância para que os cativos pudessem criar “espaços de locomoção, trânsito e convivência”. Desse modo, as irmandades congregavam escravos, desde que esses portassem autorização dos seus respectivos senhores. No momento das procissões, a participação dos escravos adquiria um significado de “inversão social” uma vez que os cativos se veriam à frente dos senhores²⁰⁹.

²⁰⁹ RIBEIRO, Fábria Barbosa. *Caminho da Piedade, caminhos de devoção; as irmandades de pretos no Vale do paraíba – século XIX*. 2010. 262 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de

O relato de Felicidade Maria da Conceição, que disse que Luiz havia visitado a ela por “três domingos sucessivos”, também revela esse tipo de movimentação para além da propriedade senhorial. Como seria comum para a realidade escravista de um município cafeeiro, Luiz utilizava-se de sua mobilidade autorizada aos domingos para frequentar a casa de Felicidade. Mais ainda, o relato da viúva permite inferir que Luiz tinha sua mobilidade restringida ao longo da semana. Também nos relatos de Candido e Domiciano, os quitandeiros de Dona Josepha Maria do Espírito Santo, percebe-se que eles se dirigiam ao centro da cidade para vender lenha e pó de café, entre outros produtos. Tais movimentações autorizadas constituíram-se como o ponto de apoio segundo o qual muitos cativos puderam construir suas redes de relacionamentos e, conseqüentemente, realizar em momentos não permitidos uma mobilidade furtiva, não autorizada.

Como se viu, a estrutura fundiária dos municípios cafeeiros, ou, em outros termos, a organização do espaço agrário, estava entremeada de caminhos e estradas com casas de negócios e moradias que guardavam, muitas vezes, os limites das propriedades de grandes proprietários rurais. Havia nesse espaço agrário diversas propriedades rurais, de diferentes tamanhos e muitas delas pertenciam a senhores influentes e ricos. Desse modo, a estrutura fundiária contava com a magnificência das casas senhoriais e com as casinhas dos homens livres e pobres, além das senzalas de diversos tipos e das casas menos portentosas de proprietários de menor porte. Os morros com os pés de café plantados em linha, as capoeiras e os matos completavam a paisagem agrária, deixando muitas fronteiras das propriedades indefinidas e impondo a necessidade de vigilância. Em muitas partes dessas fronteiras, um espaço social se construiu. Um espaço denominado de vizinhança que foi fator fundamental para a construção de diversas redes de relacionamentos entre diferentes sujeitos sociais. A vizinhança ampliou o espaço de atuação de muitos cativos e de outros tantos homens livres.

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Ver, especialmente, o capítulo III – “As irmandades no contexto valeparaibano: Bananal e Guaratinguetá, devoção e sociabilidade na segunda metade do século XIX”. O estudo de Fábila Barbosa permite ainda verificar a intenção emancipacionista dessas irmandades, bem como de alguns de seus membros, como Francisco de Paula Ferreira e José Filipe de Andrade. *Ibid.* pp. 197-205. Sobre o compadrio e as possibilidades de novas abordagens para este assunto, ver BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira*. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2011. p. 1-11.

A existência desse espaço social denominado vizinhança relaciona-se com três elementos fundamentais da estrutura fundiária, quais sejam: a conformação de uma espacialidade de controle que afirma um funcionamento do poder que visa à fiscalização, à dominação e à exploração de uma classe sobre o conjunto dos escravos e homens livres; a ocorrência de conflitos; e a existência dos “usos alternativos do espaço”. As casas dos homens livres, os caminhos, as capoeiras e os cafezais serão o palco para a realização de usos alternativos do espaço que vão, em muitos momentos, contestar os desejos de normatização dos senhores sobre a escravaria e o conjunto de homens livres. A documentação pesquisada permite inferir que a tentativa de controle da escravaria e a existência de uma série de necessidades que permitiam a mobilidade dos sujeitos escravizados criaram, intrinsecamente, uma negação das exigências de controle e contenção dos escravos. Ao aceitar a mobilidade escrava como uma das exigências dos trabalhos agrícolas (por exemplo, no caso dos escravos quitandeiros que iam para o centro da cidade vender quitandas ou dos cativos tropeiros que se dirigiam para mais longe, para outros municípios) e ao tolerar, por vezes, a conformação de territórios (as roças escravas seriam territórios que os escravos conseguiam e, segundo Robert Slenes, muitos escravos casados obtinham, outrossim, seu espaço próprio, diferenciado dos demais cativos²¹⁰), os senhores possibilitaram aos sujeitos escravizados diversas apropriações dos espaços interno e externo das propriedades rurais. Tais apropriações geraram antíteses às exigências de controle sobre o escravo. Havia, portanto, as necessidades de controle e de contenção; porém, com a mobilidade e a conformação de territórios, a escravaria formava seu próprio campo de atuação, gerando contradições que poderiam provocar crises, conflitos e assassinatos. Cabe, contudo, uma ressalva importante. Não se pode considerar que todos os escravos casados conseguissem seu espaço próprio, separado das senzalas coletivas ou mesmo um espaço particular dentro delas, conforme sugeriu Slenes. Na pesquisa realizada, não se encontrou nenhum arranjo espacial de “fogo próprio” semelhante àquele descrito por esse historiador. É mais provável que, especialmente nas grandes propriedades rurais, os escravos se apropriassem de seus próprios espaços dentro das senzalas coletivas por

²¹⁰ De acordo com Robert W. Slenes, “(...) há indícios de que dentro do precário ‘acordo’ que os escravos extraíam de seus senhores, o casar-se significava ganhar maior controle sobre o espaço de ‘moradia’”. SLENES, Robert W. op. cit. p. 150. Em outra passagem, o mesmo autor escreve que “o espaço construído provavelmente adquiriu mais importância para os escravos no Brasil do que tivera na África, já que teria servido como lugar para desenvolver uma variedade de atividades, escondidas da mira de feitores e senhores”. Ibid. p. 182.

meio de acordos e arranjos internos – e muitas vezes precários – que eles decidiam. E, além disso, qualquer possibilidade de conquista mais ampla deve ser entendida, necessariamente, como uma concessão senhorial que poderia ser, a qualquer momento, retirada.

Assim como os documentos analisados permitem entrever um espaço social que pode ser denominado de vizinhança, onde os cativos e homens livres construíram suas redes de relacionamentos, também o Registro Paroquial de Terras de Bananal²¹¹ reuniu exemplos a respeito dos vizinhos que reconheciam os limites das propriedades confrontantes. As relações de vizinhança foram fundamentais para que se estabelecesse o reconhecimento dos limites territoriais entre diversas propriedades. Verificou-se em Bananal que cerca de 89% dos proprietários rurais declararam a existência de confrontantes em todas as direções de suas propriedades (norte, sul, leste e oeste). Isto pode indicar que, na grande maioria dos casos, o acordo pessoal entre os moradores estabeleceu os limites das propriedades. Mais ainda: o reconhecimento dos confrontantes por parte de um determinado proprietário significava o reconhecimento da propriedade dos seus vizinhos. Esses, em contrapartida, poderiam também confirmar a propriedade do declarante inicial, evitando futuras ocorrências de conflitos. Mas tais declarações sempre serviram de garantia precária para o estabelecimento de fronteiras porque as terras poderiam mudar de dono e os novos vizinhos poderiam não reconhecer mais os limites anteriores. O estudo do Registro Paroquial de Terras de Bananal demonstrou que o estabelecimento das fronteiras entre uma propriedade e outra foi algo extremamente complexo e, muitas vezes, precário. Muitos acordos de fronteiras entre diferentes proprietários expressavam as relações pessoais construídas em uma determinada vizinhança e, portanto, poderiam, ao longo do tempo, mudar. Além disso, o estabelecimento de limites precisos poderia impedir uma futura expansão das culturas. Isso, por si só, representou um obstáculo para o estabelecimento seguro de fronteiras entre diversas propriedades²¹².

²¹¹ O Registro Paroquial de Terras de Bananal tem o dia 03 de setembro de 1855 como a data do primeiro registro. O último registro é do dia 13 de outubro de 1858. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Microfilme. Código: 03.08.003.

²¹² Cfe. AZEVEDO, Juan Dyego Marcelo. op. cit. pp. 15-21. Cabe, ainda, o alerta feito por Márcia Motta, que escreveu que “os Registros Paroquiais de Terras não são um retrato da estrutura fundiária de cada região, nem tão pouco seus dados são meros reflexos de uma realidade estática. É preciso, portanto, considerá-los no contexto de sua produção, como resultado de um processo bastante complexo, tanto no que se refere às discussões que deram origem à lei, a seu regulamento e, pois, ao próprio registro, quanto

Também a literatura brasileira do século XIX e os relatos dos viajantes são pródigos em apresentar exemplos de vizinhos que se reuniam em determinados lugares para praticar seus momentos de sociabilidade. Essas fontes documentais fornecem um conjunto amplo de situações que informam que a noção de vizinhança esteve presente para as diversas categorias sociais em muitas partes do Brasil.

Em *O tronco do Ipê*²¹³, José de Alencar escreveu que “Lúcio, Frederico e outros moços da vizinhança brincavam com umas primas e camaradas de Alice o jogo dos contos”. Em *Senhora*, o mesmo autor, ao referir-se a uma família de casa pobre, disse que “D. Camila com as filhas estava ao chá; havia de visita uma família da vizinhança”. Aluísio Azevedo, em *O Homem*, de 1887, referindo-se a pessoas abastadas, escreveu que “[...] despedira-se da casa a mulher que estava ao serviço de Magdá e fora substituí-la uma rapariga ali mesmo da vizinhança”. Tais exemplos fornecem uma noção a respeito da vizinhança como um espaço limítrofe, confinante, relativamente próximo e significativamente indefinido em seus limites territoriais, em que os diversos sujeitos se reuniam para se divertir, para receber visitas ou para conseguir emprego. A proximidade é um elemento chave para se entender a vizinhança. Em uma época em que as distâncias são maiores por causa das dificuldades de mobilidade e de comunicação²¹⁴, a contiguidade acaba se tornando um componente de socialização importante. Os que vivem na proximidade, espacialmente falando, tornam-se amigos, constroem redes de relacionamentos, conflitam-se, vão à Igreja, participam de festas, frequentam as irmandades de pretos e pardos, visitam-se uns aos outros e solidificam suas relações.

Também Jean-Baptiste Debret, Auguste de Saint-Hilaire e Machado de Assis oferecem testemunhos que remetem para o entendimento de que a religião foi um componente agregador para os diversos sujeitos de uma vizinhança. Debret, em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, discorrendo a respeito de uma “pequena chácara” localizada na cidade do Rio de Janeiro, informa que lá havia um

em termos das ações efetivas relacionadas à decisão de [o proprietário da terra] registrar ou não a sua terra”. MOTTA, Márcia Maria Menendes. op. cit. p. 167.

²¹³ Valemo-nos, nos próximos três parágrafos, da “busca livre” que é possível fazer no Arquivo Ernani Silva Bruno, referente ao projeto *Equipamentos da Casa Brasileira*. A consulta pode ser feita no seguinte sítio: <<http://www.mcb.org.br/>>. Ver também EQUIPAMENTOS, USOS E COSTUMES DA CASA BRASILEIRA. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001. 5 v. Neste capítulo, consultamos o termo “vizinhança”.

²¹⁴ Sobre esse assunto, as dificuldades nas viagens, as estradas precárias, os obstáculos para o transporte do café e as mudanças advindas com a construção das ferrovias, ver COSTA, Emilia Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 181-202.

Oratório; *ararium* dos romanos, descrito por Plínio como colocado numa parte mais escondida da habitação, ao passo que aqui o altar é colocado de maneira a que os assistentes vindos da vizinhança e os escravos que ficam do lado de fora possam ver o oficiante. Pois possuir um oratório servido regularmente por um capelão constitui um luxo muito honroso para um proprietário de chácara no Brasil.²¹⁵

Por sua vez, Auguste de Saint-Hilaire, em sua *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1816-1817)*, ao passar o dia de Pentecostes em uma fazenda chamada Boa Vista (localizada próxima ao rio Araçuaí, em Minas Gerais), que pertencia a uma “velha mulata chamada Luciana Teixeira”, escreveu que “um sacerdote ali chegara, vindo de nove léguas de distância, e todos os colonos da vizinhança se tinham reunido na habitação com os filhos e netos da minha hospedeira, para assistir ao serviço divino. Essa boa gente jantou em casa dela: a mesma mesa foi posta e desfeita várias vezes, e os que, depois disso, acharam não ter comido bastante, jantaram, depois confusamente”²¹⁶. Chegando em Ouro Branco, Minas Gerais, em um dia de festa, Saint-Hilaire afirmou que “ (...) os habitantes da vizinhança se dirigiam em grande número para a igreja. Todos estavam vestidos com limpeza: as mulheres traziam vestidos brancos, uma espécie de jaquetão de pano e um chapéu de feltro, mas as pernas e pés estavam nus”²¹⁷. Por fim, em *Helena*, Machado de Assis escreveu, a respeito de uma capela existente em chácara de pessoas ricas, que era “[...] onde muita gente da vizinhança ouvia missa aos domingos”.

²¹⁵ DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, EDUSP, 1972. Tomo II, Vol. III. p. 254. É importante salientar que Debret esteve no Brasil durante aproximadamente 15 anos, entre 1816 e 1831. A tradução brasileira difere um pouco do original em francês. Lê-se, no original: *Oratorio*, oratoire, petite chapelle fermée de deux volets comme une armoire; *ararium* des Romains décrit de la même manière par *Pline*, mais qu’il place dans une partie plus secrète de l’habitation, au lieu qu’ici, l’autel est placé de manière à ce que les assistants venus des environs, et les esclaves, placés dehors, puissent cependant voir l’officiant. Car, posséder un *oratoire* régulièrement desservi par un chapelain est un luxe infiniment honorable pour le propriétaire d’une *chacra*, au Brésil. Observe que Debret escreve sobre os assistentes vindos dos arredores, das imediações (“les assistants venus des environs”). A tradução brasileira preferiu o termo vizinhança. Entendemos que o sentido expresso pelo termo vizinhança é adequado. A edição em francês encontra-se no seguinte endereço: <<http://www.brasiliiana.usp.br/bbd/handle/1918/00624530#page/5/mode/1up>>.

²¹⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 238. No original em francês, lê-se “(...) et tous les colons du voisinage s’étaient réunis à l’habitation avec les enfans et les petits-enfans de mon’hôtesse, pour assister au service divin”. A edição original encontra-se digitalizada no seguinte endereço: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k98748p/f123.image.pagination>>.

²¹⁷ Ibid. p. 67. Em francês, no original: “C’était un jour de fête, et les habitans du voisinage se rendaient en grand nombre à l’église”. O original encontra-se disponível para consulta no endereço: <http://openlibrary.org/books/OL6930905M/Voyage_dans_les_provinces_de_Rio_de_Janeiro_et_de_Minas_Geraes>.

Do mesmo modo, o Doutor João Venâncio Alves de Macedo, proprietário da Fazenda da Divisa, recebeu em 14 de outubro de 1868, autorização para ter “oratório em sua casa para a celebração do santo sacrifício da missa, para a sua família, e vizinhos”. O vigário de Bananal, Antônio Guimarães Barroso, justificou sua decisão com vários argumentos. Alguns deles remetem para considerações geográficas. Segundo o vigário, o Doutor Macedo “era casado e com muitos filhos”. Sua fazenda localizava-se “no lugar denominado Serra, distante dessa Matriz duas léguas e meia senão mais”. O proprietário possuía mais de 60 escravos, “sendo que pela distância não pode concorrer a Matriz, como era de desejar para cumprimento dos deveres religiosos”. Assim justificava-se no século XIX a existência de oratórios e capelas em propriedades rurais. Em primeiro lugar, a distância seria um impeditivo para que se cumprisse “a celebração do santo sacrifício da missa”. E, por fim, o oratório ou a capela em uma propriedade rural atenderia aos desígnios religiosos da vizinhança e reforçaria, por sua vez, o poder paternalista do proprietário²¹⁸.

Debret utilizou-se do termo “environ”. Saint-Hilaire preferiu “voisinage”. “Environ” remete para a noção de proximidade, para aqueles que vivem nos arredores, nas imediações. A vizinhança é justamente o espaço em que os moradores, vivendo próximos uns aos outros, construía suas redes de relacionamentos. A noção de vizinhança alude, diretamente, à questão de um espaço socialmente contíguo, onde as pessoas de determinada localidade se conheciam e onde os desconhecidos, os estranhos, podiam ser facilmente identificados.

Estabelecendo a diferença entre vizinhança e bairro, como a indicar que o primeiro refere-se a um ambiente espacialmente mais próximo, Machado de Assis escreveu, em *Histórias sem data*, que “em casa dele (Joaquim Fidélis, personagem do conto “Galeria Póstuma”) reuniam-se à noite alguns íntimos da vizinhança, e às vezes

²¹⁸ O presente documento, retirado do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, encontra-se em RIBEIRO, Fábila Barbosa. op. cit. p. 163. A autora menciona também outro caso, envolvendo o Tenente Manuel Ferreira de Aguiar, que recebeu a autorização do mesmo vigário para ter “oratório em sua fazenda para a celebração do santo sacrifício da missa”. A autorização em questão está datada de 29 de novembro de 1870. Aguiar era proprietário da Fazenda denominada Roseta e fazendeiro de café. Os nomes das fazendas de João Venâncio Alves de Macedo e do Tenente Aguiar encontram-se no *Almanak da Província de São Paulo para 1873*, à página 238. O referido documento pode ser consultado no sítio: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00038100#page/251/mode/1up>>.

de outros bairros; jogavam o voltarete ou *whist*, falavam de política”²¹⁹. Distinção semelhante foi feita pelo escravo Joaquim, pertencente a Luis Vianna de Hermógenes. Em 9 de junho de 1875, ele assassinou seu senhor na Fazenda da Formiga. Ao ser interrogado em 10 do mesmo mês, esse cativo afirmou “que eram onze horas da manhã na ocasião em que o senhor distribuía o almoço” e “achavam-se todos os escravos presentes, em número de quarenta mais ou menos, e ele respondente ao lado do senhor, nessa ocasião lançou mão de um machado e deu-lhe uma forte pancada sobre a nuca do lado esquerdo, produzindo a morte instantânea da vítima”. Joaquim, um escravo africano de nação mina, sofrera, em algum momento de sua vida, o trauma de ser trazido da África para o Brasil e, por uma segunda vez, esteve envolvido no comércio de escravos. Ele foi levado primeiro para a Província do Rio Grande do Sul e depois para o Rio de Janeiro e lá foi comprado por Luiz Vianna de Hermógenes. No momento em que foi comprado, Joaquim disse a Hermógenes “que não o comprasse porque ele não o queria servir, contanto (sic) ele o comprou e o conduziu à força para esta Cidade”. O africano estava “há pouco mais de um ano”²²⁰ na Fazenda da Formiga, era solteiro e tinha 40 anos de idade. Ao ser inquirido a respeito dos motivos que o teria levado a assassinar seu senhor, Joaquim respondeu

que em virtude dos maus tratos que sofria e que ele dava a todos os seus escravos, especialmente a ele respondente, a quem apenas consentia uma alimentação muito insuficiente tendo-lhe pedido

²¹⁹ O conto “Galeria Póstuma” foi publicado pela primeira vez na *Gazeta de Notícias*, em 02 de agosto de 1883 e republicado em *Histórias sem data*, de 1884.

²²⁰ Em depoimento prestado no dia 10 de junho de 1875, Joaquim disse que se encontrava “há pouco mais de um ano” na Fazenda de Hermógenes. Em 30 de junho, afirmou que estava “há quase dois anos”. E, por fim, no interrogatório feito no dia 3 de setembro de 1875, Joaquim informou que se encontrava havia oito meses na Fazenda da Formiga. Tal noção imprecisa de tempo foi comum para muitos escravos. Para uma avaliação sobre a noção de tempo dos escravos, ver KAYE, Anthony E. *Joining Places...* p. 44-47. Esse autor ressaltou que as datas foram um conhecimento raro entre os escravos em Mississipi. As técnicas que os escravos utilizavam para marcar o tempo associavam-se, geralmente, a eventos importantes. Segundo o autor, para saber quando uma criança nasceu ou quando ela começou a trabalhar no campo, ou para saber quando aconteceu determinado casamento ou outros eventos importantes, os escravos costumavam associar aquele momento com outro evento de conhecimento comum. Para marcar o tempo, os escravos utilizavam-se também das épocas de determinadas colheitas (por exemplo, “in water melon time”) e dos feriados (como o “Independence Day”). Outros escravos marcavam o tempo combinando um evento importante a um rudimentar conhecimento dos anos, como em um exemplo citado pelo autor em que a escrava afirma não poder datar nenhum evento antes da emancipação dos escravos mas poderia contar o número de anos. E ela informa ainda que havia se casado dois ou três anos antes de seu marido alistar-se e que eles tiveram dois filhos neste tempo. Também é possível perceber que muitos escravos de Bananal apresentavam uma noção imprecisa de tempo, como se depreende do exemplo de Joaquim. Estudando a cidade de São Paulo, Maria Cristina Cortez Wissenbach percebeu uma temporalidade peculiar aos dominados e apresentou relatos que mostravam que muitos escravos e libertos ignoravam o modo como o tempo era marcado pelos brancos. WISSENBACH, Maria Cristina C. op. cit. p.197-201.

por três vezes que o vendesse, o que não lhe foi concedido, e fugir-lhe também por três vezes a ver se conseguia sua venda, nada obteve e foi por duas vezes castigado com pancadas, e a última carregado de ferros; por essa razão foi levado a praticar o fato.

Como produto do tráfico interno de escravos e trazido para uma região cafeeira em um momento em que o tráfico interprovincial crescia significativamente, acompanhando a exportação de café²²¹, Joaquim revela o desarraigamento em que se encontrava na Fazenda da Formiga. O escravo afirmou ainda que “praticou o ato unicamente por si, que nunca teve ocasião de falar com pessoa alguma a respeito, fosse de casa, da vizinhança ou de fora”. Essa hierarquização entre os de casa, os da vizinhança e os de fora tem um sentido importante. Ela verbaliza um sentido espacializado das relações sociais construídas pelos sujeitos. Os de casa, os da vizinhança e os de fora são noções que remetem para lugares distintos, sendo que os mais próximos estavam em casa, na propriedade senhorial, e os mais distantes fora. A vizinhança seria um espaço intermediário, relativamente próximo. Neste espaço, os sujeitos relacionavam-se e conheciam-se uns aos outros. Daí que as palavras de Firmo remetem, diretamente, para um conhecimento de um espaço vizinho à sua roça e à propriedade de sua Senhora. Já os depoimentos de Joaquim revelam o desapego do escravo à nova terra e às pessoas ao seu redor: solteiro, reclamando da alimentação e dos maus tratos e tendo sido levado à força do Rio de Janeiro para a Fazenda da Formiga – depois de ter sofrido por duas vezes os traumas e as vicissitudes do tráfico –, o cativo de Luiz Vianna de Hermógenes parece não ter desenvolvido amplas redes de relacionamento, tendo, em um ato de desespero, assassinado seu senhor “unicamente por si”.

Anthony E. Kaye escreveu que os escravos do Distrito de Natchez, em Mississippi, expressavam-se não em termos de comunidade, mas em termos de vizinhança. Relações de parentesco entre escravos de proprietários diferentes, de

²²¹ Sobre a questão do tráfico interno de escravos, ver GRAHAM, Richard. Another middle passage?: the internal slave trade in Brazil. In: JOHNSON, Walter. *The chattel principle: the internal slave trade in the Americas*. New Haven & London: Yale University Press. 2004. p. 291-324. SLENES, Robert W. The brazilian internal slave trade, 1850-1888: regional economies, slave experience, and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter. op. cit. p. 325-370. Ver a Figura 14.3 do texto de Slenes, que demonstra o momento, no início dos anos 70, de aumento da exportação de café e o crescimento das vendas de escravos oriundos do tráfico interprovincial. Cfe. Ibid., p. 330. A referência do processo criminal relativo ao caso de Joaquim é: MMN/ Caixa 37/ nº de ordem 801. Para um tratamento mais recente do tráfico de escravos na província de São Paulo, ver MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012.

trabalho, de religiosidade e de sociabilidade desenvolveram-se na vizinhança. Para Anthony Kaye, as relações íntimas constituíram os mais fortes laços entre dois escravos de fazendas diferentes²²². No caso de muitas localidades rurais no Império do Brasil no século XIX, a vizinhança foi um espaço social que os sujeitos construíram paulatinamente. Na vizinhança, as notícias circulavam. Conforme expôs Stanley Stein, no Vale do Paraíba, nos dias que precediam aos pagodes, os escravos faziam correr a notícia pelas fazendas confinantes, pelas estradas ou mesmo através de versos enigmáticos cantados pelas turmas de trabalhadores do eito²²³. Nas ocasiões em que os escravos e libertos da vizinhança estavam reunidos e realizavam seus cantos, danças e festas, a interrupção por ordem senhorial poderia provocar a revolta dos escravos²²⁴. Considerar a noção de vizinhança – bem como os caminhos, os matos, as capoeiras, os cafezais e as relações sociais aí construídas – permite entrever uma ação dos escravos num espaço mais amplo, para além da propriedade senhorial. A vizinhança, desse modo, pode ser entendida como um componente da espacialidade dos municípios cafeeiros.

É necessário considerar, por fim, uma série de complexos relacionamentos que poderiam surgir entre vizinhos no mundo rural e mesmo no espaço urbano. Hebe Castro mencionou exemplos de fazendeiros que tinham cafezais em terras de proprietários vizinhos, sem a indicação de pagamento de aluguel. A mesma historiadora demonstrou, em seu estudo sobre Capivary, que grande número dos negócios realizados no mercado imobiliário (compra e venda de propriedades fundiárias), envolviam proprietários vizinhos²²⁵.

Por outro lado, a vizinhança poderia ser também um espaço para a ocorrência de conflitos, como demonstra a reclamação de Jerônimo Alves de Oliveira contra seu vizinho, Francisco de Matos Madeira. Ambos moravam na Serra da Carioca, em Bananal, e Oliveira reclamou dos “insultos, provocações e ameaças” por causa dos animais de Madeira que, constantemente, invadiam as plantações do Suplicante. No

²²² KAYE, Anthony E. *Joining places...* p. 4. Ver também o capítulo 2, “Intimate relations”.

²²³ STEIN, Stanley. op. cit. pp. 245-246.

²²⁴ Como no exemplo mencionado por Maria Helena Machado na cidade de Taubaté. Ver MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas: 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 117.

²²⁵ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História...* p 135-154.

fundo, o que se entrevê do curto processo é uma disputa de terras entre o octogenário Oliveira e Francisco de Matos Madeira²²⁶.

Em termos qualitativos, as experiências de Firmo e Joaquim são casos-limites, ao lado de muitos outros que existiram. O entendimento como caso-limite não exclui a consideração da regularidade. Muitos Firmos e Joaquins existiram pelo Brasil durante a vigência da escravidão. Firmo, vivendo em condições desfavoráveis, conseguiu adaptar-se ao sistema e à lógica senhorial. Seu comportamento, e também o de Thobias, é de inserção social. Não se pode com isso inferir, de imediato e irresponsavelmente, que ele tivesse sido um escravo passivo. Para a ótica senhorial, ele foi um bom escravo. Sua adaptabilidade às circunstâncias pode sugerir também uma estratégia para sobreviver como escravo. Já Joaquim, vítima de uma realidade marcadamente cruel, encontrou na resistência explícita uma forma de expor sua contrariedade à sua condição e, por consequência, mostrou os conflitos inerentes ao sistema de trabalho escravo. Como se vê, os escravos encontraram meios, muito variados, de conviver e/ou resistir à sua dura condição. Tem-se, nesses casos, estratégias individuais e familiares diferenciadas que remetem para diferentes ações e questionamentos diante das circunstâncias sociais, materiais, políticas e econômicas.

Como se verá a seguir, os escravos usaram, em muitos momentos, a estrutura fundiária aqui descrita para reagir aos controles impostos pela dinâmica de trabalho que servia para atender às exigências de produção e aos interesses senhoriais. Essas ações de resistência foram muitas vezes realizadas através da elaboração de redes de relacionamentos que os cativos construíram no espaço social que pode ser entendido como vizinhança ou mesmo em um espaço mais amplo, expresso pelo escravo de Luiz Vianna de Hermógenes como “de fora”. A construção dessas redes de relacionamentos e o conhecimento adquirido dos espaços e dos tempos permitidos e proibidos foram fatores fundamentais para as estratégias de resistência dos escravos.

²²⁶ MMN/ Caixa 17/ nº de ordem 407. A reclamação está assinada por Francisco de Paula Oliveira a rogo de Jerônimo Alves de Oliveira e foi escrita em abril de 1860, provavelmente no dia 14 ou próximo a esse dia. Sobre a importância do reconhecimento dos confrontantes e a questão dos limites das propriedades como espaço de conflitos, ver o trabalho já citado de Márcia Maria Menendes Motta.

CAPÍTULO III – OS USOS DO ESPAÇO DE PLANTAÇÃO E A RESISTÊNCIA ESCRAVA

No final de junho de 1853, o Major Candido Ribeiro Barbosa, rico proprietário da Fazenda dos Coqueiros, escreveu ao Subdelegado do 1º distrito reclamando contra o negociante Manoel Ferreira Gonçalves. Esse negociante teria comprado “uma porção de café a escravos do Suplicante tendo para este fim uma venda aberta no lugar denominado Cachoeirinha, contígua à Coqueiros, e para o qual não impetrou licença da Câmara [dos Vereadores], e nem pagou os Impostos nacionais, e provinciais, e Municipais”. A figura 1, abaixo, indica a localização dessa fazenda e desse bairro rural e mostra a proximidade de ambos com o centro de Bananal:

Figura 1 (detalhe) – localização da Fazenda dos Coqueiros e da Cachoeirinha (setas amarelas). Sem escala. Fonte do mapa: AESP.

O Major Candido escreveu ainda que não era possível calcular o prejuízo do roubo cometido por seus escravos porque tais compras eram feitas “a escravos à noite e a desoras, e o furto por eles praticado para ir vender a tais compradores [era feito] em terreiros, e tulhas onde a porção de cafés contida não pode ser precisamente avaliada”²²⁷. Para evitar este tipo de ação, o Comendador Antônio Barbosa da Silva, em

²²⁷ MMN/ Caixa 08/ n.º de ordem 238.

1851, ano de sua reclamação a respeito dos furtos de café em sua propriedade e então rico proprietário da Fazenda do Bom Retiro, mandava seus empregados fazerem rondas à noite. Nesse caso, as rondas produziram o resultado esperado. Os escravos Manoel Bahia e João Mina, ambos pertencentes ao Comendador, foram flagrados pelos rondantes furtando café no “terreiro de secar que fica na encruzilhada dos caminhos que seguem para as 3 Barras, Fazenda do Major Diniz, e para a Glória, terreiro esse que se acha aberto , e por fechar (...)”. Os dois escravos foram vistos vendendo café para Francisco de Paula Gavião e, depois de descobertos, estariam à mercê da justiça privada de seu senhor²²⁸. Este tipo de furto cometido “à noite e a desoras” por escravos foi narrado por Stanley Stein através da perspectiva de um escravo:

Um antigo escravo contava de que maneira obtinha o café para vender na taberna mais próxima. Depois de fechadas as portas da senzala ele trepava no beiral onde eram colocadas as ferramentas, e retirava diversas telhas. Através do buraco assim aberto ele se esgueirava, conseguindo penetrar na tulha. Ali, abria um buraco no assoalho por onde retirava todo o café que podia carregar num saco. Depois pulava o muro externo da sede, evitando a estrada geralmente fiscalizada pelos rondantes, e alcançava a taberna. Se o fazendeiro suspicaz ou o feitor zeloso se apresentavam à porta da taberna, o taberneiro respondia com inocência ‘aqui não tem ninguém’. Em troca do saco de café o escravo recebia uma fração do seu valor em cachaça ou fumo.²²⁹

Em setembro de 1864, Domingos José da Silva Monteiro disse que seus escravos chegaram a conseguir uma “chave falsa” com a qual “roubavam cafés e mantimentos”²³⁰. Na denúncia que fez contra José Antonio de Oliveira Guimarães, Monteiro disse que estava sentindo “desfalques em seus cafés colhidos e mantimentos”. Disse ainda que em Bananal tem-se

repetido muitas vezes o fato de serem os escravos das Fazendas seduzidos por negociantes de estradas, que com insignificante quantidade de fumo, aguardente ou açúcar conseguem deles fazerem consideráveis furtos, tanto que teve já a Câmara Municipal de tomar providências a respeito.

²²⁸ MMN/ Caixa 07/ n ° de ordem 202.

²²⁹ STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba – com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 205-206.

²³⁰ MMN/ Caixa 23/ n ° de ordem 537. Conforme reclamação feita por Domingos José da Silva Monteiro contra José Antonio de Oliveira Guimarães. A petição do suplicante não está datada, mas foi escrita em meados de setembro de 1864.

Para Maria Joaquina de Almeida, mega proprietária de escravos e terras de Bananal, a “vizinhança” da Fazenda da Cachoeira abrigava “especuladores taberneiros” que aliciavam os seus escravos. Esses, por sua vez, furtavam “às escondidas e alta noite” o café “colhido e depositado em os paióis”. O café roubado iria parar nas “tabernas e imundas pocilgas” que circundavam a referida Fazenda. Tal procedimento era, segundo a reclamante, “um verdadeiro cancro da fortuna dos fazendeiros em geral”. O protesto dessa tradicional escravista revelava um problema muito comum das localidades cafeeiras do Sudeste²³¹. A vizinhança das grandes propriedades rurais nem sempre foi um espaço de coesão comunitária. Além disso, os exemplos citados mostram claramente que existiu a necessidade de controle e de fiscalização dos espaços (no caso, as tulhas, os paióis e os terreiros) para que se pudesse conter a ação dos escravos e frear os interesses dos “especuladores taberneiros”. As tulhas e os paióis eram espaços de armazenamento de café e gêneros alimentícios. Geralmente, eram construídos para salvaguardar os produtos em condições adequadas de conservação. Espaços geralmente assoalhados, esses edifícios procuravam atender as exigências de preservação dos produtos aí depositados, com afastamento do solo, boa ventilação e forramento com tábuas para evitar a umidade²³². Como se vê com os processos criminais acima trabalhados, eram também espaços que necessitavam de vigilância.

Diversos historiadores já notaram que os escravos furtavam seus senhores e mantinham relações com os comerciantes nos municípios cafeeiros do Vale do Paraíba. Maria Helena P. T. Machado, por exemplo, viu na ação narrada por Stein uma manifestação da “tenacidade dos escravos”, que tentavam “manter as pequenas margens de autonomia adquiridas através da apropriação de uma parcela dos bens produzidos”²³³.

²³¹ A reclamação não está datada mas foi feita no final do mês de outubro de 1862 pelo procurador de Dona Maria Joaquina de Almeida, Francisco Xavier Vahia Durão, contra Antônio Gonçalves Portela. No caso, o escravo José Cabinda foi flagrado furtando o café. É certo, porém, que vários outros escravos participavam desses furtos. MMN/ Caixa 20/ n° de ordem 477.

²³² CARRILHO, Marcos J. *As fazendas de café do caminho novo da Piedade*. 1994. 166 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 74-75. BENINCASA, Vladimir. *Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. 2007. 694 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. 2 v. p. 34-36.

²³³ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas – 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 106. Machado entende que o estudo da criminalidade permite ao historiador entrever a luta dos escravos para preservar suas “margens de autonomia”. A “defesa da autonomia escrava” se concretizava, para essa autora, “tanto por meios

A autonomia dos escravos é enfatizada por essa autora como um dos elementos da resistência à opressão em um regime de trabalho que se pautava pelas relações assimétricas de poder. Mas é possível entender tal ação a partir de outra perspectiva. Uma perspectiva que não valorizaria propriamente a autonomia dos escravos, mas o uso alternativo que eles faziam da espacialidade. “Remontar a dinâmica dos furtos escravos significa resgatar a história de senhores atribulados pela necessidade de aperfeiçoar constantemente as estratégias capazes de vencer a habilidade de improvisação dos cativos, que, às dificuldades respondiam com criatividade” escreveu Maria Helena P. T. Machado acerca dos furtos cometidos pelos cativos nas localidades de Campinas e Taubaté no século XIX²³⁴. Se se considerar a dimensão espacial na experiência dos escravos, o termo “improvisação” deve ser reconsiderado. Os furtos e a posterior comercialização em outros locais da cidade ou em vendas próximas à fazenda não aconteciam de modo inteiramente improvisado. O que se pode notar é uma ação dos escravos com base no conhecimento da espacialidade, o que garantiria a esses movimentos uma relativa margem de segurança para o sucesso de qualquer empresa. Uma escrava doméstica que tivesse seu espaço de trabalho restrito à casa-grande, estivesse sujeita à proximidade constante do senhor ou de alguém de sua família e desconhecesse caminhos para fora da propriedade teria amplas dificuldades de “improvisar” um furto e comercializar seu produto nas vendas da região. Para os escravos de Bananal, muitas das ações de resistência e de desafio ao poder senhorial só se efetivaram com o conhecimento que esses sujeitos adquiriram dos espaços interno e externo às propriedades de seus senhores.

acomodativos – fugas, sabotagem do trabalho, ‘preguiça’ etc.” quanto poderia se expressar “numa criminalidade violenta que atingia, preferencialmente, os senhores e seus prepostos”. MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 22. Para uma reconsideração do conceito de autonomia, ver KAYE, Anthony E. *Joining Places: slave neighborhoods in the Old South*. The University of North Carolina Press, 2007. p. 9-10. Em Bananal, não encontramos processos que remetessem diretamente à sabotagem e à “preguiça”. Sobre a venda realizada por escravos nas casas de negócios dos diversos municípios cafeeiros do Vale do Paraíba, ver também MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Especialmente o capítulo 7 – Conflito e coesão na comunidade escrava. Kátia Mattoso afirma existir uma “paz social no conjunto do Brasil escravista”. Essa noção de paz social fica desmentida pela análise da documentação que dá suporte a esta pesquisa e pelas estratégias senhoriais usadas para controlar e conter a ação dos escravos. MATTOSO, Kátia De Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 122. Para uma consideração crítica a respeito das questões de paz social, resistência, acomodação e domínio senhorial, ver GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. Especialmente o capítulo 3, “Violência, consenso e contratualidade” e o capítulo 8, “Escravidão e luta de classes: da estrutura à subjetividade”.

²³⁴ MACHADO, Maria Helena P. T. op. cit. p. 109.

Nos episódios narrados, foi possível notar que os escravos utilizaram pelo menos três ferramentas para obterem êxito: a primeira delas foi o conhecimento que eles possuíam do espaço para além da propriedade de seu senhor; a segunda, o conhecimento das possibilidades de uso do espaço material da fazenda (tregar no beiral, retirar telhas, penetrar na tulha, conseguir chave falsa etc.) para que eles pudessem ter sucesso em suas empreitadas e, por fim, a confiança nas relações sociais que eles desenvolveram para além das propriedades de seus senhores. É importante notar que uma situação de coação, como aquela vivenciada pelos cativos, não se constituiu impeditivo para a falta de ação.

Desse modo, pode-se verificar que os escravos resistiram e desafiaram o funcionamento do poder senhorial de diversas formas. Eles se utilizaram, para isso, do uso consciente da espacialidade. Mas as dificuldades vivenciadas pelos escravos demonstram como foi difícil para os cativos lutarem e conseguirem êxito em suas empreitadas. A análise de processos criminais envolvendo escravos fugitivos demonstra os obstáculos que eles enfrentaram em suas ações transgressoras. Dessa maneira, as práticas de espaço dos fugitivos produziram situações aflitivas e conflitos para muitos deles. É o que se pode entrever da fuga de Benedito. Em carta datada de 7 de março de 1865, Maria Joaquina de Almeida, a mesma grande proprietária de terras e escravos acima citada, informou ao Delegado de Polícia que foi assassinado em sua fazenda, denominada Jararaca, “um administrador que aí se achava de nome José Sincoral do Espírito Santo”²³⁵. Na missiva, a “matriarca de Bananal” supunha que o crime tinha sido praticado por quilombolas:

tendo-se dado o fato ontem, só hoje à noite tive conhecimento dele, por distar daqui o lugar algumas 5 léguas com mau caminho e muita chuva, e como para amanhã deve de achar o cadáver em putrefação, mandei que o enterrassem depois de bem examinado pelo Inspetor de Quarteirão e testemunhas, visto a impossibilidade de ser o cadáver conduzido no terceiro dia para esta Cidade, com tal distância, caminho e tempo.

Como se depreende das palavras de Maria Joaquina de Almeida, tal crime, supostamente praticado por quilombolas, revela que a ação de escravos fugitivos era uma ameaça constante. No dia 17 de março, o Inspetor de Quarteirão Luciano Ramos da

²³⁵ Ver a localização da fazenda Jararaca em relação à Fazenda Boa Vista (duas propriedades de Maria Joaquin de Almeida) na figura 4 do capítulo II.

Silva informou ao Delegado que havia sido capturado na Fazenda dos Coqueiros²³⁶, pertencente a Dona Maria Dias de Jesus, “o preto que no dia 5 de março, assassinou a José Sincoral do Espírito Santo”. Junto com o preso, foram apreendidos “um saco com roupa e retalhos, e uma faca”. O fugitivo chamava-se Benedito, um escravo que tinha vinte e cinco para vinte e seis anos de idade, solteiro e trabalhador de roça. Benedito, escravo de Antonio Luiz de Almeida, disse que havia nascido em Angra dos Reis, em Ilha Grande de Fora, e que morava na fazenda de seu senhor havia dois meses²³⁷.

Ao depor no dia 23 de março, Benedito Ascânio, de doze anos de idade, narrou o que poderia ter acontecido entre o escravo Benedito e o empregado de Maria Joaquina de Almeida. Ele disse que por volta do meio dia de domingo

estando o campeiro dessa situação José Sincoral em a casa de morada, apareceu na porteira do terreiro o preto que se acha presente, que diz chamar-se Benedito e perguntando [o] caminho de Rio Claro, dizendo ir para a Barra Mansa; ao que respondeu-lhe Sincoral dizendo-lhe = rapaz tu estás fugido = ao que disse-lhe o réu que não, então tratou Sincoral de ir reconhecê-lo avançando para o mesmo, e fugindo o réu foi acompanhado, indo atrás ele informante e um crioulinho de nome José, pertencente à mesma Dona Maria, e depois de terem chegado a alguma distância da casa mandou Sincoral ao crioulinho buscar o animal, e como tardasse também mandou ele informante, e quando iam com o animal só viram o réu andando até que gritando o crioulinho, correu o réu para o mato, então tratando eles de procurar a Sincoral acharam-[n]o morto dentro de um arrego, tendo eles visto o réu sair desse mesmo lugar.

As palavras do informante Benedito e os depoimentos do réu revelam a importância da geografia para os escravos fugitivos. Apesar de negar o assassinato, o escravo Benedito expressou em seus depoimentos de modo inequívoco o caráter furtivo dessa empreitada e os riscos que vivenciavam quando os cativos saíam para caminhos movimentados. O depoimento citado do informante revela ainda que era possível perceber uma movimentação suspeita e associá-la a uma fuga. Mas o fator que pode ter sido determinante para identificar Benedito como fugitivo foi o local em que se encontrava. O escravo estava completamente perdido. Um exame do mapa de Bananal informa que a direção para Barra Mansa era outra. O fugitivo encontrava-se na Serra da Bocaina, em um caminho que poderia levá-lo, possivelmente, para Angra dos Reis.

²³⁶ Existem duas fazendas denominada Coqueiros. Uma localizada na Cachoeirinha e pertencente, no ano de 1865, ao Major Candido Ribeiro Barbosa, e outra, de propriedade de D. Maria Dias de Jesus, localizada na Serra da Bocaina, próximo à Jararaca.

²³⁷ Conforme o “Auto de Qualificação” feito no dia 23 de março de 1865. MMN/ Caixa 25/ n ° de ordem 575.

Mas, segundo o depoimento do informante, Benedito procurava o caminho para Rio Claro, em direção a Barra Mansa. Apesar de ter nascido em Angra dos Reis, Benedito, por alguma razão que o processo não esclarece, dirigia-se para Barra Mansa.

A análise dos processos envolvendo escravos fugitivos revela que a dimensão geográfica foi fundamental para determinar o êxito ou o fracasso da fuga. Em uma primeira aproximação a respeito do tema, vale sublinhar, no depoimento do informante Benedito Ascânio, que ele e José, quando estavam retornando com o animal, encontraram-se com o escravo Benedito. Esse último, após ouvir o grito de José, fugiu para o mato. Em seus depoimentos, o escravo fugitivo confirmou ter estado no “mato virgem” enquanto se encontrava fugido. Como se verá, o “mato virgem” e outros espaços agrários (as capoeiras, os cafezais etc.) foram o palco para muitas movimentações alternativas de escravos fugitivos. Foram também os locais de encontros e de construção de redes de relacionamentos. Esses espaços agrários foram palco de uma resistência furtiva, cotidiana, dos escravos em diversas situações que desafiaram a lógica senhorial de controle.

A sentença proferida pelo Juiz de direito 1º Substituto em 18 de abril de 1866 é um exemplo dos mecanismos usuais de controle em uma sociedade escravista. Benedito foi condenado a sofrer duzentos açoites, “que lhe serão aplicados na Cadeia desta Cidade; e depois de cumprida esta pena será entregue a seu senhor que se obrigará a fazê-lo trazer no pescoço um ferro por espaço de um ano (...)”.

As fugas dos escravos representaram o momento em que foi possível vislumbrar as movimentações alternativas dos cativos bem como os usos dos equipamentos – muitas vezes precários – que se encontravam à disposição dos fugitivos. Talvez a fuga fosse o momento em que os escravos mais precisavam colocar em prática o modo como eles apreenderam a espacialidade do município no qual viviam. Os fugitivos estavam inseridos nessa espacialidade como transgressores. Eles sabiam que tal inserção era dependente dos usos que eles faziam dessa mesma espacialidade. Contudo, para aqueles que não conheciam a localidade – por exemplo, os escravos oriundos do tráfico interprovincial e recém chegados a Bananal – ficava mais difícil realizar sua empreitada para longe da propriedade senhorial.

Nas ações dos escravos que descambavam para a revolta e o confronto direto contra o poder senhorial, os usos que os escravos faziam da espacialidade se constituía em evidente desafio para a ordem e a segurança públicas. As autoridades, então, preparavam-se para realizar “providências enérgicas e prontas”. O caso dos escravos Antonio José, Antônio Ferreira e Pedro, todos pertencentes ao Major Candido Ribeiro Barbosa, revela os temores que se despertavam quando existia a possibilidade de um enfrentamento direto contra o poder senhorial. A pressão que se exerceu sobre a escravaria gerou diversos momentos de tensão. Nessas ocasiões, a utilização dos objetos da cultura material e os usos alternativos dos espaços foram elementos fundamentais para os escravos tentarem encontrar formas de sobrevivência em situações adversas.

No dia 4 de janeiro de 1863, um domingo, os escravos Antonio José e Antonio Ferreira, em associação com o escravo Pedro, assassinaram Benedito Monjolo. Pedro e Benedito eram responsáveis por vigiar os dois escravos, considerados fujões, que se encontravam trabalhando, presos a ferros, por determinação do Major Candido, na roça de Benedito, localizada na Vargem Grande, próximo à casa de vivenda da Fazenda dos Coqueiros. Os três fugiram após o assassinato e pernотaram no mato, no lugar denominado Cedro. A partir daí, os escravos iniciaram uma ampla movimentação que desencadeou mais dois assassinatos: o de José Maria, no dia 7 de fevereiro, e o de um “velho” chamado Antonio Rita, no dia 8. Também no processo revelam-se duas outras ocorrências associadas especificamente à ação dos escravos Antonio José e Antonio Ferreira: a de Marcolino de Tal, que foi ferido com um tiro na mão, e o desejo dos dois escravos de assassinar seu senhor²³⁸.

Após o primeiro assassinato, os três escravos fugiram “atravessando uns cafezais” e Antonio José e Antonio Ferreira tiraram os ferros em um mato virgem. No dia 5 de janeiro, esses dois escravos retornaram à fazenda de seu senhor para tentar furtar “alguma roupa fina”. Como se viu no capítulo I, quando se analisou o controle

²³⁸ Conforme depoimento do escravo Antônio Ferreira realizado no dia 09 de março de 1863. MMN/ Caixa 23/ nº de ordem 523. Esse caso foi arquivado em várias pastas no Museu Major Novaes. Todos os depoimentos foram retirados dessa classificação, salvo quando houver outra indicação. No processo criminal, não foi possível precisar a data em que Marcolino de Tal foi ferido. Esse incidente teria acontecido por volta do dia 20 de fevereiro, portanto após os assassinatos de José Maria e Antonio Rita. Vale ressaltar que, tendo como base a documentação judiciária da Corte de apelação existente no Arquivo Nacional, Hebe Mattos utilizou-se do mesmo caso (o de Antonio José e Antonio Ferreira) em seu estudo sobre a escravidão no Sudeste no século XIX. Ver MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 43-44.

social exercido sobre os escravos a partir das roupas, esses dois escravos não conseguiram alcançar o seu intento. Após essa tentativa fracassada, partiram em direção a Barra Mansa e, no caminho para esse município, “(...) chegaram [à noite] à fazenda de Manuel Brandão além do Paraíba e a duas léguas pouco mais ou menos distante de Barra Mansa”. Nesse local, combinaram de retornar para roubar uma besta de seu senhor para venderem e conseguirem algum dinheiro. Antonio José e Antonio Ferreira retornaram então a Bananal, ficando à espera deles o cativo Pedro. Toda essa movimentação, conforme depoimento de Antonio Ferreira, teria acontecido “no espaço de quatro dias”. Após roubarem a besta, os dois escravos voltaram à fazenda de Brandão, que se localizava no município do Piraí, e aí abrigaram o animal. Nessa localidade, Antonio José e Antonio Ferreira tentaram vender a besta para algumas pessoas, inclusive para o próprio Brandão. Após algumas tentativas fracassadas, os dois escravos retornaram uma vez mais à fazenda de Brandão para “levarem a besta” e, ao aproximarem-se, suspeitaram que havia alguma escolta no lugar. Antonio José recomendou então que ao chegarem

(...) fosse [Antônio Ferreira] pegar a besta no campo, enquanto que ele Antônio José ficaria na porta para impedir que saíssem para os prender, e como a besta não deixasse pegar, saiu Antônio José para ajudar, nesse ínterim saíram muitas pessoas atrás deles, as quais deram-lhes dois tiros que não acertaram, fazendo também fogo nos mesmos Antônio José com uma garrucha, mas não lhes puderam prender, apenas tomaram-lhes a besta, e prenderam ao mulato Pedro que tinha ficado os esperando no dia anterior quando foram oferecer a besta a Caldas.

Foi então que, após esse incidente, os dois escravos decidiram retornar a Bananal, onde planejaram assassinar José Maria, camarada do Major Candido e provavelmente o líder da emboscada acima descrita. Quando chegaram novamente às terras da Fazenda dos Coqueiros, passaram a noite e o dia seguinte em um rancho de seu senhor, no mato. José Maria teria sido assassinado em um sábado, quando os dois fugitivos o esperavam “na beira do caminho junto a um cafezal”. No dia seguinte bem cedo os dois escravos planejaram “tomar algum destino, não desejando dar nas vistas, e tendo andado um pouco encontraram-se com um velho”. Foi então que, por receio de serem denunciados, Antonio Rita também foi assassinado.

Após esses acontecimentos, mais uma movimentação impressionante caracterizou a empreitada dos escravos Antonio José e Antonio Ferreira. Eles se

esconderam na mata perto da fazenda do Major Henrique. À noite – provavelmente no dia 9 de fevereiro –, ambos dirigiram-se à Fazenda Bella Vista e procuraram pelo escravo Antonio Marange (ver figura 2, abaixo). Como esse demorasse para abrir e desconfiando da situação

saíram e passando pelo Rio Manso, chegaram à casa de Bentim [?] de madrugada, aí Antônio José vendera a faca que tirara de José Maria por dois mil réis, e seguiram para Resende, parando no lugar, digo parando no Caminho no lugar Campinho para comerem, onde também Antônio José comprou meia libra de chumbo grosso, no outro dia foram ao Campo Belo, e no dia seguinte seguiram para a Província de Minas pela Estrada do Picú (...).

Figura 2 (detalhe) – Parte do trajeto dos escravos Antonio José e Antonio Ferreira, que trabalhavam na Vargem Grande, fugiram para Barra Mansa, retornaram a Bananal e depois se dirigiram para a Fazenda Bella Vista. A distância entre a Vargem Grande e a Bella Vista é de aproximadamente 12 quilômetros. Esse mapa demonstra uma parte do trajeto dos dois escravos que terminou em um bairro rural em Baependi, Minas Gerais. Sem escala. Fonte do mapa: AESP.

Diversos elementos desse longo processo estão associados à importância das questões geográficas e da cultura material para a vida dos escravos e para a realização de suas empreitadas. Em primeiro lugar, a apreensão espacial feita pelos escravos em sua vivência permitiu a eles utilizarem seus conhecimentos com o intuito de explorar os

recursos disponíveis e os espaços e os tempos permitidos e proibidos. Um trecho do depoimento de Antonio Ferreira corrobora, de modo exemplar, esse entendimento. Esse escravo disse que Pedro havia manifestado a intenção de fugir e, aproximando-se de Antonio José, disse que “se ambos estavam naquela prisão era porque queriam, e que se eles quisessem ele lhes tiraria os ferros com um machadinho do feitor, a quem ele pediria a pretexto de cortar com o mesmo com uns cabos de enxada, depois do que fugiriam todos três pois que querendo fugir e não sabendo destes caminhos por terra, queria aproveitar-se da companhia de Antonio José que os conhecia perfeitamente”. É lícito considerar que Antonio Ferreira estivesse mentindo para amenizar sua culpa no episódio. No entanto, a narrativa se dá em termos de verossimilhança e não pode ser desprezada. De acordo com esse depoimento, o escravo Pedro queria fugir e encontrou como saída associar-se aos escravos presos porque um deles, Antonio José, conhecia “perfeitamente” os “caminhos por terra”. O emprego do advérbio no depoimento é fator crucial para entender as possibilidades de fuga de um escravo. Tal uso reforça, desse modo, uma situação real, qual seja, a necessidade que os escravos tinham de conhecer caminhos para além da propriedade senhorial para que eles pudessem aumentar as possibilidades de êxito em seus planos. No caso em questão, a fuga de Pedro estaria facilitada pelos conhecimentos de Antonio José dos caminhos por terra. Vale salientar outro componente facilitador da fuga: Pedro era um escravo de roça e Antonio Ferreira um tropeiro, o que seria um elemento a mais para indicar que o primeiro conhecia menos caminhos para além da propriedade de seu senhor do que o segundo. Os escravos, assim, consideravam o uso dos espaços de plantação como estratégia de resistência e como recurso para suas ações alternativas. Tais usos eram favorecidos, em muitos casos, pela função dos escravos no processo produtivo.

Um segundo elemento geográfico desse processo criminal refere-se à impressionante movimentação desses fugitivos. Também chama a atenção a denominação dos lugares, expressa no depoimento de Antonio Ferreira. De fato, Antonio José e Antonio Ferreira conheciam muitos caminhos para além da propriedade de seu senhor. A chegada dos dois escravos do major Candido em Baependi, Província de Minas Gerais, fez Hebe Mattos denominar esse tipo de evasão de “fugas ‘para dentro’” porque elas aconteciam não em direção ao espaço urbano, mas no “sentido rural-rural”. Os fugitivos poderiam passar-se por homens livres e ter maiores

possibilidades de conseguir um emprego temporário em propriedades rurais de outros municípios. Tal forma de “assalariamento temporário” aconteceu em um momento em que crescia o número de não-brancos livres e a cor de pele estava deixando de ser elemento de suspeição e indicativo da condição escrava²³⁹.

Entre promessas de recompensas oferecidas pelo Major Candido para que matassem Antonio José e os receios despertados na vizinhança da Fazenda dos Coqueiros pelos assassinatos cometidos – andar pelas estradas e caminhos nas cercanias da referida fazenda nesse início de 1863 era um risco muito grande, como se pode ver do velho assassinado e do ferimento provocado na mão de Marcolino – as autoridades claramente se preocuparam com as movimentações desses escravos. Em relato datado de 28 de fevereiro de 1863 e dirigido ao Juiz de Direito, João Ladislau Japi-Assú de Figueiredo Mello, o Promotor Público, Bráulio Timótheo Uriostes relatou os temores produzidos pela ação de Antonio José e Antonio Ferreira. Ele afirmou que a população estava “possuída de certo terror” diante dos crimes cometidos pelos escravos sendo, portanto, necessário enviar um ofício ao chefe de polícia para pedir “providências enérgicas e prontas”. Disse ainda que era perigoso o estado de coisas e que outros males poderiam advir da situação criada pelos dois escravos, como o fato de poder servir de fama para outros cativos se rebelarem. Segundo o Promotor, a justificativa para as apreensões era devida à existência de grande número de escravos em Bananal e nos municípios circunvizinhos²⁴⁰.

²³⁹ MATTOS, Hebe Maria. op. cit. p. 43-44. Para o nosso objeto de estudo, é importante ressaltar a significativa movimentação desses dois escravos. Em seu depoimento, Antonio Ferreira informa, a certa altura, que ele e Antonio José pretendiam “tomar algum destino”. Isso parece indicar que mesmo conhecendo muitos caminhos para além da propriedade senhorial e abusando das movimentações alternativas, os dois escravos do Major Candido não sabiam muito bem para onde se dirigir. Eduardo Silva também trabalhou, com um sentido diferente do de Hebe Mattos, com a categoria de “fugas para dentro”, além de outras como “fugas para fora”, “fugas-reivindicatórias” e “fugas-rompimento”. Ver SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação”. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 62-78. Esse conjunto de “fugas” aponta para a complexidade e para a diversidade de ações feitas pelos escravos em suas estratégias de resistências.

²⁴⁰ MMN/ Caixa 21/ nº de ordem 490-A. O caso extrapolou os limites do município e foi noticiado na Corte. Ver *A Actualidade*, 15 de fevereiro de 1863, número 338, p. 3; e *A Actualidade*, 8 de março de 1863, número 358, p. 3; *A Actualidade*, 15 de março de 1863, número 365, p. 4 e *A Actualidade*, 15 de abril de 1863, número 392, p. 3. Essas edições fazem sérias críticas às autoridades de Bananal. Informa-se, no último número citado, que o Promotor Público Dr. Bráulio Uriostes foi demitido e que um dos fatores que podem ter determinado sua demissão foi o fato ocorrido na Fazenda do Major Candido, “a respeito dos quais esse funcionário não procedeu com a devida energia”. Mas também a crítica se dirige ao delegado, subdelegado e substitutos, “que nada fizeram, e continuam na inação a mais escandalosa”.

O caso revela que as autoridades dos municípios cafeeiros se preveniam para evitar o perigo das rebeliões e agiam rapidamente para reprimir as ações subversivas dos cativos. E isso pode ter representado um fator de sucesso para conter as revoltas generalizadas dos escravos em diversas localidades do Vale do Paraíba. Nesse sentido, cabe apontar que dentre as “providências enérgicas e prontas” o chefe de polícia²⁴¹ deveria ser comunicado e uma força provincial deveria ser enviada para conter a ação dos escravos do Major Candido, demonstrando que em casos como esse os vínculos entre o poder local e o poder provincial eram acionados para debelar a revolta e garantir a ordem. Também se formariam rondas para garantir a segurança da vizinhança da Fazenda dos Coqueiros e possibilitar a captura dos fugitivos. As rondas aconteceriam de duas maneiras: no âmbito privado, dentro das propriedades senhoriais, e no espaço público. Expressões como “rondar a casa” referem-se ao primeiro grupo. Segundo *A Actualidade*, por conta da ação dos escravos Antonio José e Antonio Ferreira, o Major Candido cercou-se, em sua fazenda, de “grande número de capangas, e do destacamento de permanentes” provocando, desse modo, o abandono do centro da cidade e da guarda da Cadeia²⁴². As ações como aquelas dos escravos do Major Candido causavam preocupação e exigiam a reação das autoridades e dos senhores para evitar a proliferação da rebeldia dos escravos e as revoltas generalizadas, e indicar à população local a visibilidade e a presença do poder senhorial.

Antonio José e Antonio Ferreira foram emboscados no início de abril na localidade de Vila Cristina, Comarca de Baependi. Os dois escravos encontravam-se trabalhando na propriedade de um homem chamado João Belo, com quem tinham ajustado “para fazerem um valo na estrada a mil reis a braça”. No terceiro dia de trabalho, quando recolheram-se para a “casa” de Belo e no momento em que tomavam café, chegaram três homens armados e

tomaram a porta da frente, reconhecendo ele Réu ser um desses homens um fulano Venâncio, mulato afilhado de seu Senhor, digo afilhado do Senhor dele Réu, que morou no Caminho do Retiro, o qual assim o avistou a Antonio José que estava dentro da casa disparou-lhe um tiro de trabuco, que não acertou nele Réu, correndo ele Réu e o dito Antonio José pelo portão do Quintal

²⁴¹ Sobre as atribuições do chefe de polícia, ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 223-224.

²⁴² *A Actualidade*, 8 de março de 1863, número 358, p. 3. A denúncia de abandono do policiamento da parte urbana da Cidade foi rebatida em ofício reservado dirigido ao Delegado de Polícia, Dr. João Godoy Bueno, pelo Subdelegado, o Major Henrique José da Silva Filho. O ofício encontra-se arquivado no processo criminal MMN/ Caixa 21/ nº de ordem 490-A.

digo do quintal, ao saltarem uma cerca, atirou o dito Venâncio ilegível, a Antonio José, pelas costas com uma pistola o qual tiro impossibilitou o dito Antonio José de poder correr, e indo sobre ele o dito Venâncio com uma faca de ponta acabou de matá-lo esfaqueando-o; o que ele Réu observou de um alto em que se escondeu. Disse mais que os outros dois homens da escolta também com o dito Venâncio atrás de Antonio José e dele Réu, porém não os viu atirar com as armas e somente assistiram o ato de Venâncio esfaquear o dito Antonio José. Fugindo ele Réu foi preso na Serra do Picú por três homens, os que os trouxeram para este Município, e o entregaram a seu Senhor, por ordem de quem foi remetido as autoridades e recebido na Cadeia.

O fim de Antonio José e a prisão de seu parceiro mostram a perseguição implacável que ocorria contra escravos que ousavam enfrentar diretamente o poder senhorial. As forças policiais do município e da província e os capangas do próprio senhor eram responsáveis por garantir a ordem e acabar com a rebeldia escrava e participavam, quando necessário, das ações de repressão. Em situação que causava sérias preocupações, delegados de polícia, juízes municipais, os próprios senhores de escravos com seus camaradas e a Guarda Nacional participavam, todos, das forças de repressão. Isso revela, no nível local, o funcionamento do poder senhorial, que recorria às instâncias superiores (no caso o chefe de polícia e a Presidência da Província) para garantir a ordem e evitar maiores problemas. A ação imediata da repressão significou a busca pela manutenção da ordem. E ordem, na realidade escravista dos municípios cafeeiros do século XIX, significava o bom funcionamento do espaço disciplinar das propriedades rurais. Significava também a garantia do sossego público.

Mas o caso dos escravos do major Candido revela também que a análise dos processos envolvendo escravos fugitivos mostrou que a dimensão geográfica foi fundamental para determinar as possibilidades de êxito da fuga. Nesse ponto, é possível pensar essas ações dos escravos a partir do conceito de “campo negro” desenvolvido por Flávio dos Santos Gomes. Se se considerar as possibilidades geográficas contidas na definição proposta por Gomes, é possível entender que diversos escravos construíram, de diferentes maneiras, o seu próprio “campo negro” ou, talvez, os seus “campos negros”. Esse conceito sintetiza as amplas relações que os quilombolas – escravos fugitivos, deve-se lembrar – construíram com taberneiros, mascates, lavradores, agregados, arrendatários, fazendeiros, escravos de senzalas e escravos de ganho. Ao analisar os quilombos de Iguaçu (Rio de Janeiro), que começaram a se formar no final

do século XVIII e perduraram até fins do século XIX, Gomes escreveu que tais relacionamentos

constituíram a base de uma teia maior de interesses e relações sociais diversas, por meio das quais quilombolas souberam tirar proveito, visando à manutenção de sua autonomia. Representava um verdadeiro campo negro no qual as ações dos agentes históricos envolvidos tinham lógicas próprias, entrecruzando interesses, solidariedades, tensões e conflitos.

Para Gomes, o campo negro seria, então

uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados, envolvendo, em determinadas regiões do Brasil, movimentos sociais, assim como práticas econômicas com interesses multifacetados. Tal qual uma arena social, constituiu-se palco de lutas e solidariedade conectando comunidades de fugitivos, cativos nas plantações e nas áreas urbanas vizinhas, libertos, lavradores, fazendeiros, autoridades policiais e outros tantos sujeitos que vivenciaram os *mundos da escravidão*²⁴³.

Importante observar o recorrente uso do termo “solidariedade”. As redes de solidariedade construídas pelos escravos não excluíram a existência de tensões e conflitos entre os diversos sujeitos acima mencionados. Baseando-se em ampla bibliografia e em fontes primárias concernentes aos quilombos do Iguaçu, Flávio dos Santos Gomes estudou a “complexidade das práticas econômicas dos quilombos brasileiros e suas estratégias de sobrevivência”. Ao contrário do isolamento, diversos quilombos “procuravam manter relações simbólicas com o restante da sociedade”²⁴⁴.

Partindo das fontes consultadas para esta pesquisa, é possível visualizar a perspectiva exposta por Gomes a partir de outro ângulo e considerar as relações que os escravos das senzalas desenvolveram com cativos de outras fazendas, com quilombolas e com libertos e homens livres. Os escravos das senzalas formaram, assim, seu “campo negro”, construindo relações sociais para além da propriedade de seus senhores. Para Hebe Maria Mattos, as relações familiares e comunitárias foram eixos básicos de sociabilidade para os escravos. Desse modo, os escravos puderam forjar suas expectativas de liberdade, nas últimas décadas da escravidão, a partir destes dois pressupostos: a família e a comunidade²⁴⁵. Outro eixo fundamental de sociabilidade

²⁴³ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 45.

²⁴⁴ Ibid., p. 59.

²⁴⁵ MATTOS, Hebe Maria. op. cit. p. 110.

aconteceu para além da propriedade senhorial, na vizinhança e, em alguns casos, muito longe dela. Tais relações sociais não foram, em muitos momentos, pautadas pela idéia de comunidade. Os escravos do Major Candido deveriam sentir uma relativa segurança para roubarem café e venderem ao negociante Manoel Ferreira Gonçalves. Além do mais, sabiam muito bem o horário e os caminhos que deveriam percorrer para realizar tal empreitada. São essas movimentações, autorizadas ou não pelos senhores, administradores e feitores, que produziram e estimularam uma infinidade de usos dos espaços de plantação, malgrado a lógica de vigiar e punir que existia nas fazendas cafeeiras. Nesse sentido, pode-se considerar a hipótese de que nem todos os escravos tiveram facilidades para usufruir dessas oportunidades de movimentação e de construção de redes de relacionamentos sólidas para além da propriedade senhorial.

Os processos criminais que tratam dos escravos fugitivos demonstram que muitos deles poderiam se evadir da propriedade de seus senhores e agir nas proximidades, tentando roubar para sobreviver. Para esses escravos, a fuga não foi uma longa caminhada em direção a lugares distantes. Eles fugiam e ficavam escondidos na vizinhança, procurando alimentos em propriedades rurais das redondezas ou assaltando uma casa de negócio no centro da cidade. É o que aconteceu com os escravos Justina, Domingos e Alexandre. Os três escravos foram presos porque os dois últimos roubaram a casa do negociante João Batista de Oliveira na noite de 13 para 14 de novembro de 1865. Justina, escrava pertencente a Henrique José da Silva, encontrava-se fugida por mais de um ano e vivia com Alexandre e Domingos, dois outros fugitivos pertencentes a senhores diferentes, em terras do Doutor João Paulo dos Santos Barreto. Em depoimento prestado no dia 08 de dezembro de 1865, a escrava de Henrique José da Silva afirmou que eles se encontravam acoitados no mato onde tinham “ranchos, cozinha, galinheiro, panelas e todos arranjos”. Um dos meios encontrados pelos três escravos para vencer as vicissitudes inerentes à condição de fugitivos era praticado por Alexandre, escravo que pertencia a Rodrigo Ribeiro de Miranda. Esse escravo correspondia-se, segundo Justina, com dois outros escravos do Doutor João Paulo, “os quais quase todas as noites lhe davam feijão cozido”. Dos escravos do Doutor João Paulo, o fugitivo Alexandre também comprou “um cachorrinho que estava acostumado para avisar quando fosse gente”. Ou seja, segundo o depoimento da escrava de Henrique

José da Silva, Alexandre estava determinado a permanecer como fugitivo, preparando-se de diversas formas para evitar ser capturado²⁴⁶.

Quando fugiam, os escravos procuravam acionar, sempre que possível, suas redes de relacionamentos. No entendimento dos fugitivos, isto facilitaria a sobrevivência na situação adversa em que se encontravam. Justina, em seu depoimento de 8 de dezembro, disse que, após fugir, ficou acoitada por Felipe em sua residência no centro de Bananal, próximo à Igreja Matriz. Disse Justina que Felipe

morava nessa ocasião debaixo de um sobrado da esquina do pátio da Matriz, nesta Cidade onde dormia e comia, retirando-se de madrugada para o mato até que dizendo-lhe o mesmo Felipe que já tinham falado sobre estar ele acoitando-a, teve ela respondente de não voltar, e então andando vagando por algum tempo, em uma noite na estrada perto da Cidade encontrou-se com o preto Alexandre de Rodrigo Ribeiro de Miranda, que também andava fugido (...).

E por que não considerar, nesse mesmo processo, as relações entre o forro José e Alexandre? Segundo o depoimento de Alexandre, José era seu conhecido desde criança. O forro havia guardado os produtos do roubo cometido pelos escravos na casa de negócio de João Baptista de Oliveira. José alegou não ter desconfiado da mala entregue por Alexandre e também disse não saber que seu amigo encontrava-se fugido²⁴⁷. Contudo, verifica-se que o fugitivo Alexandre conseguiu, a partir de um relacionamento pregresso de longa data, obter ajuda para esconder os produtos obtidos do assalto na casa de negócio de Oliveira. Tais relacionamentos foram importantes para que os fugitivos conseguissem sobreviver.

Mas o pensamento e a ação dos escravos fugitivos estavam rigorosamente vinculados à sua condição de “fugitivos”. A noite era o tempo de suas movimentações furtivas. Seus ambientes de sobrevivência deveriam ser necessariamente discretos e recônditos. Seriam os ranchos perdidos na imensidão das terras senhoriais, as tocas e grutas escondidas nessas mesmas terras. O acoitamento por forros, revelando talvez um relacionamento pregresso ou mesmo uma consciência de condição social, poderia ser também uma alternativa.

Justina, Alexandre e Domingos viveram por um tempo juntos em terras de grandes fazendeiros de Bananal. Quando prestou depoimento em 8 de dezembro,

²⁴⁶ MMN/ Caixa 25/ n ° de ordem 576.

²⁴⁷ Alexandre e José prestaram depoimento em 9 de dezembro de 1865.

Domingos, trabalhador escravizado de Marcos de Oliveira Arruda, proprietário da Fazenda do Bom Sucesso, localizada próxima à Fazenda Boa Vista²⁴⁸, disse que após fugir permaneceu por cerca de um mês “nas imediações da fazenda de seu senhor” quando dirigiu-se para as terras do capitão Henrique José da Silva, onde se encontrou, em um cafezal do referido Capitão, com outro escravo de nome Alexandre, pertencente a Rodrigo Ribeiro de Miranda. De imediato, o escravo Alexandre chamou a atenção de Domingos porque tinha “na cara um sinal que na Angola usam fazer”. A empreitada do fugitivo Domingos adquiriu, a partir desse momento, uma nova dimensão. Usando solitariamente até então as terras de seu senhor e as do Capitão Henrique José da Silva, Domingos foi convidado por Alexandre a se juntar a ele e à escrava Justina. Alexandre e Justina estavam então vivendo em uma “toca de pedra em uma capoeira nas terras do Major Henrique” quando Domingos recebeu o convite de Alexandre. Os três viveram, segundo o mesmo depoimento, nessa toca “por algum tempo”, até que

suspeitando serem pressentidos, mudaram-se para as terras do doutor João Paulo, onde procuraram abrigar-se em um mato da mesma Fazenda onde fizeram um Ranchinho e achavam-se vivendo do que de noite saíam a procurar, e que consistia em galinhas, e mandioca, tendo o mesmo Alexandre em uma noite comprado farinha e levado fubá.

Como se vê, a peregrinação de Domingos demonstra que ele se conservou em trânsito desde que fugira das terras de seu senhor. Segundo o Registro Paroquial de Terras de Bananal²⁴⁹, as terras de Henrique José da Silva localizavam-se na Cachoeirinha e confrontavam-se com as de Rodrigo Ribeiro de Miranda pelo lado oeste. Domingos era um escravo do Rancho Grande, que se localizava a cerca de 13 quilômetros da Cachoeirinha²⁵⁰. Portanto, enquanto Alexandre e Justina fugiram e se conservaram nas cercanias da fazenda de seus senhores, Domingos caminhara um pouco mais.

Em seu depoimento, Alexandre disse que após fugir ficou nas terras de seu senhor e depois “retirou-se para o mato do doutor João Paulo onde foi preso, vivendo aí com cinco companheiros que eram os seguintes: ele respondente, Domingos, José e Joaquim, escravos de fazendeiros do lado do Rancho, cujos nomes [dos senhores]

²⁴⁸ Para a localização dessas propriedades, ver o capítulo II.

²⁴⁹ Henrique José da Silva informou seus confrontantes no referido documento em 28 de abril de 1856. No Registro Paroquial, não existe informação acerca das terras do Doutor João Paulo. AESP. Microfilme. Código: 03.08.003.

²⁵⁰ Os mapas do capítulo II mostram a localização do Rancho Grande.

ignora, e mais a preta Justina de Henrique José da Silva Filho, e aí fizeram Ranchos vivendo de galinhas que tiravam das Fazendas”. O depoimento informa que não somente os três escravos presos viviam nas terras do doutor João Paulo. Dois outros cativos do lado do Rancho Grande, além de Domingos e Justina, conviviam no local, totalizando cinco fugitivos. Alexandre também menciona o nome de mais um escravo que o teria acompanhado na empreitada na casa de negócio de João Baptista: “o preto Antônio, que também pertence a um Fazendeiro do lado do Rancho Grande”, também teria participado do arrombamento e roubo. Alexandre faz uma descrição dos escravos que o acompanhavam, produzindo um perfil desses cativos que atuavam de modo furtivo. Segundo o escravo de Rodrigo Ribeiro de Miranda,

o preto José que fez o arrombamento é fula, alto, direito, com sinais de queimaduras nas costas, barbado e de nação conga: que o seu companheiro Joaquim é benguela, preto, ainda moço alto barbado com sinais de queimaduras nas costas; que outro companheiro de nome Antônio é mulato barbado, alto, com falha de um dente.

Chama a atenção os relacionamentos construídos pelos escravos, suas tentativas de sobrevivência e as marcas dos castigos infligidos na dupla menção às queimaduras nas costas. Excetuando-se Justina, os escravos José, Joaquim, Alexandre e Domingos eram africanos que procuravam atuar de modo furtivo²⁵¹. Tal ação evidencia a resistência dos escravos, malgrado os investimentos brutais que eram feitos sobre a mobilidade e o corpo dos cativos. Apesar das tentativas de contenção e controle, a ação senhorial nunca conseguiu debelar por completo as movimentações alternativas da escravaria.

É possível levantar três hipóteses a respeito desses escravos que fugiam e não se aventuravam para lugares distantes. A primeira delas relaciona-se ao fato de que muitos fugitivos não conheciam os caminhos em direção a outras cidades ou a lugares mais distantes; a segunda hipótese é que, como consequência, muitos não tinham para onde ir e eram forçados a sobreviver nas imediações e, por fim, outros evitavam sair das imediações porque entendiam que, mesmo na condição de fugitivos, eles poderiam conseguir, nos arredores da propriedade senhorial, acesso a recursos e a outros cativos que poderiam minimizar suas dificuldades e auxiliá-los com provimentos. Ao estudar o distrito de Natchez, em Mississippi (EUA), Anthony Kaye observou que muitos fugitivos

²⁵¹ No processo, não foi mencionada a nacionalidade do escravo Antônio.

evitavam se encontrar com escravos de outras vizinhanças porque reconheciam o local em que viviam como o espaço da solidariedade e entendiam que recorrer a ajudas para além dos limites de sua vizinhança poderia ameaçar sua empreitada²⁵². Além das hipóteses aventadas acerca dos lugares percorridos pelos fugitivos, é possível entender que os escravos que se evadiam das fazendas pensassem que na vizinhança eles também poderiam ter maiores possibilidades de sobrevivência.

Os processos criminais que tratam de escravos fugitivos mostram que as capoeiras, os matos virgens e os cafezais foram muitas vezes os locais das movimentações alternativas desses cativos. Nas capoeiras, eles podiam construir seus ranchos ou viver em tocas com alguma segurança. Contudo, dada a carência de recursos de sobrevivência, os fugitivos eram, fatalmente, forçados a recorrer a roubos no centro da cidade ou em propriedades rurais próximas. Tais crimes eram cometidos, na maior parte das vezes, de madrugada e chamavam a atenção das autoridades porque indicavam a presença de escravos fugitivos nas imediações. Cabe sublinhar ainda a localização em que viviam Alexandre e Justina quando Domingos se juntou a eles. A toca de pedra em uma capoeira talvez não seja um local escolhido sem reflexão. Os escravos sabiam que as capoeiras eram terras já usadas para o plantio do café e que foram “convertidas em vegetação secundária”. Após certo tempo de pousio, essas terras poderiam ser usadas para a lavoura de alimentos²⁵³. De acordo com a avaliação feita pelos próprios escravos, ali, nas terras de capoeira, os fugitivos poderiam construir suas tocas com relativa segurança porque avaliavam que eram terras pouco frequentadas e que não estavam sendo utilizadas para a lavoura. Eram, em suma, terra de pousio e bom lugar para se abrigar.

O caso de Justina, Domingos e Alexandre demonstra também o modo muitas vezes ocasional de surgimento de um quilombo. Três escravos, pertencentes a três senhores diferentes, encontraram-se em terras de proprietários importantes de Bananal e

²⁵² KAYE, Anthony E. Neighbourhoods and solidarity in the Natchez District of Mississippi: rethinking the antebellum slave community. *Slavery & Abolition*, London, v. 23, n. 1, p. 1-24, April, 2002. p. 16.

²⁵³ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não capitalistas de produção*. 1983. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983. Sobre as capoeiras, ver também MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 165.

passaram a viver juntos²⁵⁴. Os depoimentos nesse processo mostram que os fugitivos viviam e circulavam por capoeiras, cafezais e matos. Mas também evidenciam que a situação para esses escravos era de extrema precariedade e que as rondas eram uma constante ameaça. Sem muito esforço, é possível visualizar um cenário noturno com capoeiras, matas virgens e cafezais sendo percorridos por escravos, fugitivos ou não, que se utilizavam de modo furtivo dos espaços de plantação.

Um último dado sobre esse processo refere-se ao momento em que os três escravos fugiram. Domingos disse que se evadiu da fazenda de seu senhor “quando principiava a plantar as roças de milho deste ano”. Segundo Eloy de Andrade, “terminadas as capinas até meados de agosto, logo, às primeiras chuvas, fazia-se o plantio do milho que ia, o mais tardar, ao fim do mês de setembro”²⁵⁵. Com isso, é possível inferir que Domingos encontrava-se fugido havia três meses, mais ou menos.

Quando prestou depoimento, em 9 de dezembro de 1865, Alexandre informara que se encontrava fugido “desde o princípio da colheita de café”. Esse momento seria um período de intensos trabalhos na fazenda e, portanto, pode ser a justificativa da fuga desse escravo. Para Fragoso, nos momentos de colheita “os fazendeiros costumavam, além de forçar uma maior produtividade por parte de seus escravos, alugar escravos de outras fazendas ou contratar trabalhadores livres”²⁵⁶. A pressão sobre a escravaria aumentava nessa época do ano. Justina, por sua vez, afirmou em 8 de dezembro que fugiu “antes que levassem o milho o ano passado”. Justina encontrava-se nas imediações há um bom tempo, pelo menos um ano. Ela foi capturada em dezembro de 1865 e afirmou em depoimento que fugiu antes de *levarem* o milho o ano passado. Esses escravos parecem ter fugido em uma época em que os trabalhos nas fazendas aumentavam: a época da colheita, no caso de Justina e Alexandre, e o período de plantação, no caso de Domingos. “Levar o milho” poderia significar o início da época de colheita desse produto? Talvez sim, porém o depoimento de Justina não permite maiores inferências a esse respeito. Segundo Eloy de Andrade, as colheitas se iniciavam “em princípios de março e se prolongavam até fins de junho ou meados de julho”. Segundo o memorialista, para a colheita de milho (e também a de feijão), os trabalhos

²⁵⁴ Flávio dos Santos Gomes demonstrou que o aquilombamento em terras de proprietários rurais ocorreu em diversos municípios do Brasil. Ver os casos envolvendo proprietários de Macaé e Campos, em 1876 e 1880, respectivamente. GOMES, Flávio dos Santos. op. cit. p. 248-268.

²⁵⁵ ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989. p. 104.

²⁵⁶ Fragoso, João Luís Ribeiro. op. cit. p. 51.

com o café poderiam ser suspensos ou a escravaria poderia ser dividida em duas turmas sendo que “os melhores apanhadores e as mulheres iam para os cafezais e a outra turma seguia para a colheita daqueles cereais”. Andrade descreve da seguinte maneira o trabalho de colheita do milho:

O escravo retirava as espigas dos pés, quebrando os pedículos e as ia atirando para determinados pontos, formando montes ou *bandeiras*, distantes umas das outras algumas braças; levava-as depois às costas em jacás, presas aos ombros por alças de couro, até o terreiro, onde eram despejadas. Daí, em carros de bois, toda a colheita era conduzida para o paiol. Dos pés para as bandeiras, destas para o grande monte, deste para os carros, para os terreiros e finalmente para o paiol”²⁵⁷.

Como se depreende da narrativa do memorialista, a colheita de milho era um trabalho pesado, que exigia do escravo esforço físico significativo. Afinal, além da intensa fiscalização, também narrada por Andrade, era necessário que o escravo *levasse* o milho colhido “às costas em jacás, presas ao ombro por alças de couro”. Dada a narrativa de Eloy de Andrade, que diz que os escravos deveriam levar o milho até o terreiro, pode-se supor que Justina tivesse fugido justamente nessa época, em algum momento entre março e meados de julho de 1864. Como ela foi capturada somente em dezembro de 1865, a escrava de Henrique José da Silva teria fugido há pelo menos um ano e meio. Deve-se sublinhar que, durante todo esse tempo, ela não se dirigiu para lugares distantes, mantendo-se sempre no Município de Bananal, ora no centro da cidade, perto da Igreja Matriz, acoitada por um forro de nome Felipe, ora em companhia dos escravos Alexandre e Domingos, em terras de vários senhores. Como se vê, os depoimentos parecem indicar que Domingos, Justina e Alexandre fugiram para escapar das exigências dos trabalhos agrícolas.

Nas cidades cafeeiras do Vale do Paraíba havia, *grosso modo*, a existência de três espaços necessários para a produção e reprodução da agricultura de alimentos e da agricultura de exportação: as terras de plantação, as matas virgens e as capoeiras. Tais espaços, como se vê dos processos acima mencionados, poderiam ser utilizados de modo alternativo pelos fugitivos que formavam ranchos para viverem escondidos. A quantidade de terras era tamanha que os escravos fugitivos encontravam possibilidades

²⁵⁷ ANDRADE, Eloy de. op. cit. pp. 113-114.

de se esconder nos espaços agrários referidos por períodos que poderiam durar mais de um ano.

Como contraponto a esses deslocamentos parciais que ocorriam marcadamente nas imediações, dentro das terras senhoriais ou para o centro da cidade, tem-se a movimentação de outros cativos que se dirigiam para municípios distantes. Um motivo para realizar uma fuga era a separação de famílias. Em anúncios de jornais sobre os escravos que fugiam, os senhores especulavam sobre o paradeiro de seus cativos dizendo que eles provavelmente se encontrariam onde possuíam família²⁵⁸.

A fuga foi o momento em que os escravos vivenciaram, de modo mais radical, a necessidade de usos alternativos dos espaços de plantação. Enquanto fugitivos, os cativos precisavam a todo instante realizar movimentações furtivas e não provocar suspeição. O espaço de atuação desses escravos era limitado por sua condição civil e sua inserção no processo produtivo. Quando estavam na condição de transgressores, eles vivenciavam privações extremas que dificultavam ainda mais as ações de resistência.

Também as suspeitas senhoriais acerca do paradeiro dos fugitivos remetem, diretamente, para as localidades em que estes escravos poderiam ter relações de parentesco ou de amizade que pudessem garantir-lhes a sobrevivência. Ou seja, a mobilidade dos cativos e o conhecimento dos espaços daí advindo possibilitaram a

²⁵⁸ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*, Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 112. Os relatos de escravistas na Virginia, Estados Unidos, também conjecturam a respeito do paradeiro dos escravos fugitivos nos mesmos termos. Em 13 de janeiro de 1790, James Johnston, do Condado de Augusta (Augusta County), informava que seu escravo Ben havia fugido. Johnston acreditava que Ben havia se dirigido a Richmond, onde ele teria conhecidos, em especial um mulato livre chamado George Clarke. Outros anúncios apresentam informações semelhantes. Por exemplo, escrevendo a respeito do fugitivo Adam, seu senhor, Catesby Jones, de Northumberland County, noticiou: "I have reason to believe he is lurking about Mrs. Hodge's (as he has a wife there) or col. Turner's plantation in King-George county, of whose estate he was purchased". Em outros anúncios sobre fugitivos, o anunciante relatava os proprietários anteriores do escravo. É o caso de Alexander Baugh, do Condado de Chesterfield. Em 7 de Julho de 1790, este escravista informou que seu escravo Ben foi propriedade de um senhor chamado John Price Posey, que o vendeu para John Stockdell de Richmond. Este, por sua vez, vendeu Ben para o Coronel William Lewis, do Condado de Henrico. Após evadir-se da propriedade deste último, Ben foi vendido para Alexander Baugh e tornou a fugir. As três citações podem ser consultadas nos seguintes periódicos: *Virginia Independent Chronicle*, 13 de janeiro de 1790; *Virginia Herald and Fredericksburg Advertiser* (Timothy Green and Co.), Fredericksburg, 15 de julho de 1790 e *Virginia Independent Chronicle and General Advertiser* (Davis), Richmond, 7 de julho de 1790. Outros anúncios podem ser consultados no sítio: <<http://www2.vcdh.virginia.edu/gos/explore.html>>. Acesso em: 7 jul. 2011. Sobre as estratégias dos fugitivos, ver GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 67-93, abril, 1996.

efetivação das experiências/resistências dos escravos e formaram aquilo que se poderia chamar de geografia dos escravos. Muitos escravos organizaram relações familiares, de trabalho, de solidariedade, de embates e altercações com outros escravos e homens livres a partir dos usos da espacialidade. Os “caminhos”, o centro da cidade, os espaços agrários das fazendas (os matos virgens, as capoeiras, os morros com os pés de cafés plantados em linha) e aqueles além dos limites da propriedade senhorial foram os lugares da geografia dos escravos. Sem dúvida que o espaço de atuação de muitos escravos foi menor do que aquele dos senhores, especialmente os mais influentes politicamente. Contudo, essa locomoção dos escravos permitiu o surgimento de redes de relacionamentos independentes da supervisão dos feitores, administradores e dos proprietários de escravos.

Em um primeiro momento após a aprovação da Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871, a situação social parecia dar mostras de instabilidade. Segundo Celia Maria Marinho de Azevedo, ao se comparar os relatórios dos chefes de polícia das décadas de 1860 e 1870, é possível perceber a partir do início do segundo período “um acirramento geral das lutas dos escravos contra seus senhores, a julgar pelos grandes espaços ocupados pela descrição de crimes e revoltas, tanto nos itens especialmente dedicados ao assunto, quanto na sua inclusão entre os ‘crimes notáveis’ registrados de forma detalhada”²⁵⁹. É possível mesmo que muitas localidades possam ter experimentado um aumento da rebeldia escrava ainda no período dos intensos debates que precederam a aprovação da lei. Robert Conrad sugeriu que o aumento da rebelião, dos suicídios e dos crimes praticados por escravos depois de 1871 foram consequências da circulação de notícias vinculadas aos debates sobre a lei que libertava o ventre. O momento, especialmente no Sudeste, era tenso e episódios violentos abalavam a tranquilidade pública²⁶⁰.

²⁵⁹ AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004. p. 160.

²⁶⁰ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. pp. 130-131.

Como se vê, o contexto nacional indicava que o início da década de 1870 foi um momento de agitação e de intranquilidade pública. Isso em uma época que precedeu a vaga abolicionista da década de 1880. O fato é que a aprovação da Lei do Ventre Livre produziu insatisfação entre os proprietários rurais que se opuseram à sua aprovação. Menos de uma década após a aprovação desse diploma, os fracassos da lei eram sentidos por toda parte e no momento seguinte, de agitação abolicionista, muitos dos mesmos proprietários de escravos que se opuseram à sua aprovação serão os defensores dela, como solução definitiva para o problema da questão servil. Isso se evidenciou no momento dos debates acerca do projeto Dantas, que levaria à aprovação da Lei dos Sexagenários. Em 1884, muitos parlamentares defendiam a lei de 1871 como a melhor solução para o problema do elemento servil, uma vez que esse diploma preservava o direito de propriedade na forma da indenização e garantia a solução gradual para a questão²⁶¹.

Contudo, a criminalidade escrava da década de 1870 pode ter outros motivos que se desvinculam da aprovação da Lei do Ventre Livre. Robert W. Slenes demonstrou que nesse período a importação de escravos via tráfico interprovincial foi consideravelmente intensa. Segundo seus dados, a partir de 1872 as entradas de escravos oriundos de outras províncias aumentaram consideravelmente como decorrência do crescimento da economia exportadora²⁶². Muitos desses escravos foram protagonistas de crimes violentos, como é o caso do escravo Joaquim que, em 1875, assassinou seu senhor, Luiz Vianna de Hermógenes²⁶³.

Processos criminais das duas décadas finais da escravidão no Brasil demonstram as vicissitudes desse momento histórico, período marcado pela tensão explícita decorrente de um contexto político e social de profundas transformações. O caso envolvendo o assassinato do escravo José, pertencente ao Capitão Faustino José Correa, é um exemplo disso. Na noite de 9 para 10 de fevereiro de 1874, os escravos José e João dormiam em uma “casinha” quando o primeiro foi “mortalmente ferido”. O escravo

²⁶¹ TOPLIN, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975. p. 131-134. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008. p. 119-177.

²⁶² SLENES, Robert W. The brazilian internal slave trade, 1850-1888: regional economies, slave experience, and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter. *The chattel principle: the internal slave trade in the Americas*. New Haven & London: Yale University Press, p. 325-370, 2004. p. 327-333.

²⁶³ Sobre o escravo Joaquim, ver o capítulo II.

Domingos, ouvindo os gritos na casinha, foi ver o que estava acontecendo e imediatamente dirigiu-se à casa de vivenda para acordar seu senhor. O referido crime é mais um dos vários que aconteceram nas propriedades cafeeiras de Bananal e de todo o Sudeste cafeeiro ao longo do século XIX. E o escravo fugitivo Manoel, pertencente ao proprietário da Fazenda da Boa Vista, foi facilmente apontado como autor do crime.

O inventário do senhor desses escravos, de 1894, ajuda a compreender o espaço de vivência deles e a categoria desse escravista²⁶⁴. É possível concluir pela descrição contida no inventário que a casa de vivenda da fazenda da Boa Vista, localizada no bairro rural chamado Capitão-Mór, não deveria ter a magnificência e a carga simbólica de outras casas senhoriais de Bananal, como sua homônima, que pertenceu à família Almeida²⁶⁵. Avaliada em 1:500\$000, ela se encontrava em mau estado quando, em 1894, se realizou o inventário de seu proprietário, o Capitão Faustino José Correa. Ela era coberta de telhas e assoalhada e continha dois lanços de casas anexas, igualmente cobertas de telhas, que serviam de cozinha. Mais dois lanços de casas, com pilares de pedra e cobertas de telhas, serviam de paiol e estavam em péssimo estado. Por fim, os últimos dois lanços descritos no inventário serviam de tulha. No ano de sua morte, o mesmo Capitão tinha uma propriedade com vinte e três alqueires e meio de terras em carrascal, pastos e cultura e três alqueires e meio de terra de “capoeiras finas”. Mais um alqueire de cultura completava sua riqueza. O inventário não informa quais eram as culturas que a propriedade produzia e diz que os bens estavam penhorados por Rodrigo Pereira Leite²⁶⁶. É possível considerar que, em 1894, Faustino José Correa não fosse um homem rico e que sua propriedade estivesse em evidente declínio produtivo. Além do mau estado de sua propriedade, o único móvel descrito no inventário foi uma mesa grande com o pé quebrado e que foi avaliada em cinco mil reis.

A configuração do espaço da Fazenda da Boa Vista não deveria ser muito diferente daquela encontrada no ano de 1874, a não ser por algumas casinhas em que moravam os escravos do Capitão e, provavelmente, por estar mais conservada. O escravo fugitivo Manoel encarregou-se, ele próprio, de se entregar às autoridades de

²⁶⁴ Infelizmente, não foi encontrada a Matrícula dos escravos de Bananal, realizada como resultado de uma exigência legal prevista na Lei do Ventre Livre. Sendo assim, baseado nos dados de seu inventário, de 1894, e na sua tentativa de não perder o escravo que estava sendo julgado, pode-se inferir que esse escravista não pode ser classificado entre os grandes proprietários de escravos de Bananal.

²⁶⁵ Ver as imagens e os dados sobre a Fazenda Boa Vista no capítulo I.

²⁶⁶ Conforme inventário de 1894. MMN/ Caixa 217/ N° de ordem 4376.

Bananal, afirmando ter assassinado seu parceiro porque tinha rixas antigas com ele. Prestando depoimento no dia 12 de fevereiro, Manoel disse que assassinara José porque se encontrava aborrecido dado o fato de seu parceiro ser “o denunciante de todos e tanto que aparecendo o feixo (sic) onde dormiam, arrombado, e então este seu parceiro disse a seu senhor que eram escravos que tinham feito isso, mandando este por este motivo tirar a roupa de todos e até dinheiro que alguns tinham”. O motivo alegado por Manoel não parece ser tão simples e direto. Outras informações no depoimento revelam seu desgosto com o cativo. Quando perguntado por que motivo fugiu e não se apresentou a seu senhor, Manoel respondeu que não desejava mais servir a Faustino José Correa “visto não poder viver com maus tratos chegando a ponto de não poder possuir coisa alguma”, sendo, outrossim, capaz de suicidar-se caso fosse remetido de volta à Fazenda da Boa Vista.

Quando prestou depoimento, o fazendeiro Faustino José Correa tentou de todo modo descaracterizar a fala de Manoel. Pretendendo, de modo evidente, não perder seu escravo, o senhor disse que encontrou José Carapina “não espancado, porém ferido”. Correa afirmou que o ferimento não tinha “plausível explicação” sendo possível que fosse cometido por escravos fugitivos que queriam furtar galinhas, uma vez que José era responsável pela criação de galinhas da fazenda. Além disso, Manoel havia sido criado por José e ambos eram compadres. Esses motivos colocariam em dúvida as acusações contra o seu escravo que se entregara à Cadeia. Por fim, Correa disse atribuir à “mania da época, que é procurar o escravo a sua liberdade por meio do crime” o fato de Manoel ter fugido e se dirigido à Cadeia, alegando ter matado seu parceiro²⁶⁷.

A “mania da época” estava de fato afetando as relações entre senhores e escravos e produzindo sérias críticas à instituição da escravidão. Em artigo publicado no *Echo Bananalense* de 14 de fevereiro de 1874, um roceiro anônimo escreveu um libelo a respeito da situação do elemento servil. Nesse artigo, o missivista reclamou das “atrapalhações” decorrentes da “lei do *ventre libre*” e apresentou de modo bastante enfático a situação da escravidão no início da década de 1870. Tal diploma teria sido “um verdadeiro óleo de rícino para a fecundação rebelde do ventre escravo”. Os fazendeiros se opunham aos três pontos principais da Lei de 28 de setembro, quais sejam, o “inconveniente do *ventre libre*”, o pecúlio e a libertação pelo Fundo de

²⁶⁷ MMN/ Caixa 35/ N° de ordem 768.

Emancipação. Sobre esse último ponto, reclama o anônimo a respeito da obrigação de ir à capital da Província, relatando diversos acontecimentos desagradáveis e custosos, “para receber o que for arbitrado para sua indenização”. Tal situação fez com que ele decidisse vender todos os seus escravos²⁶⁸. A carta desse “roceiro do Caxambu”, coincidentemente publicada no mesmo mês e ano do assassinato do escravo de Faustino José Correa, expõe já a crise em que se encontrava o trabalho escravo no Brasil no início dos anos 1870. Além disso, permite entrever um momento de agitação escrava que afetava diretamente a escravidão enquanto instituição social.

Diversos fatores contribuíram para que as relações sociais baseadas no trabalho escravo se deteriorassem nas décadas de 1870 e 1880. O crescimento das ações abolicionistas, algumas caracterizadas pela “ação direta” de seus partidários, os problemas políticos e sociais decorrentes do tráfico interprovincial, o aumento da criminalidade escrava em diversas localidades do Sudeste e uma opinião pública cada vez mais crítica ao trabalho escravo, com fundamental participação da imprensa, podem ser arrolados como alguns dos fatores que vão provocar a crise da escravidão. Todos eles já foram ampla e competentemente estudados pelos historiadores²⁶⁹. Igualmente, não se pode deixar de lado as rivalidades partidárias e a instrumentalização política tanto da criminalidade escrava quanto das insurreições feita pelos partidos imperiais, como demonstrou Jonas Marçal de Queiroz²⁷⁰. Esse quadro complexo de situações demonstra a crise política e social do período.

Em tempos de crise e de questionamentos da ordem escravista, os proprietários ficavam atentos à situação política que poderia interferir na vida cotidiana e nas relações

²⁶⁸ O exemplar do jornal *Echo Bananalense* encontra-se no inventário de Luis Vianna de Hermógenes. Ver MMN/ Caixa 160/ nº de ordem 3342. O referido artigo tem o seguinte título: “Elemento servil: cartas de um roceiro do Caxambú, a seu compadre do Carioca”.

²⁶⁹ Além dos trabalhos citados de Robert Brent Toplin, Robert Conrad, Joseli M. N. Mendonça e Maria Helena Machado, vale a pena mencionar os estudos de PAPALI, Maria Aparecida C. R. *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003 e AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. op. cit. pp. 153-187. Conforme escreveu Elciene Azevedo, os escravos procuraram como recurso alternativo a pena de galés para escapar dos rigores do cativeiro, sendo que essa pena era encarada pelos cativos “quase como uma conquista, um direito, ou mesmo uma opção de vida”. AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010. p. 74. De modo que tem fundamento no contexto histórico da década de 1870 o argumento do fazendeiro Faustino José Correa.

²⁷⁰ QUEIROZ, Jonas Marçal de *Da senzala à República: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889)*. 1995. 524 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. 2v. Ver especialmente a segunda parte dessa dissertação.

de trabalho no âmbito da localidade e das suas fazendas. Nas décadas finais da escravidão, o poder senhorial continuou a utilizar estratégias de contenção das movimentações alternativas dos escravos. Como se sabe, a mecânica do poder senhorial que procurava garantir a tríade proposta por Eloy de Andrade era pautada pela brutalidade e pela organização da espacialidade que visava ao controle, além de outros elementos mais sutis – e não menos cruéis – como o paternalismo. Na década final da escravidão, à medida que a propaganda abolicionista arregimentava cada vez mais adeptos para a luta pelo fim da escravidão, os elementos que permitiam o funcionamento do poder senhorial – uso da violência, técnicas de controle da mobilidade, legislação repressiva etc – adquiriam, progressivamente, um conteúdo político e ultrapassavam os limites da propriedade senhorial e do Município. A documentação coligida comprova que as ações de contenção e controle vistas como normas a serem cumpridas para garantir a perfeita ordem, o trabalho intenso e a produção e riqueza senhoriais foram investidas de uma politização sempre crescente à medida que a vaga abolicionista se intensificava e arregimentava a opinião pública. Cada vez mais, agentes exteriores ao domínio privado do senhor sobre os escravos interferiam nas relações senhoriais e abalavam a autoridade dos proprietários de escravos. As ações dos escravos e a brutalidade da instituição extrapolaram, então, os limites da fazenda e do município e se tornaram temas para as lutas políticas a favor da abolição. Por isso que, nesse momento histórico, as movimentações dos escravos para fora das propriedades de seus senhores eram fonte de preocupação e de transtornos para os proprietários²⁷¹.

Os processos criminais mostram diversas situações que evidenciam conflitos surgidos a partir das movimentações feitas pelos escravos. O Dr. Braz Barbosa da Silva, proprietário da Fazenda Bom Retiro, possuía escravos que vendiam quitandas no centro da cidade de Bananal. Joaquim Benguela vendia quitandas de capim e Mauricio era responsável pelas de café, entre outras. Muitos desses escravos construíram, nessas idas e vindas, redes de relacionamentos que se perpetuaram no tempo. Mauricio realizava “negócios” para seu senhor no centro da cidade de Bananal. Segundo o relato do Promotor Público Adjunto, Zoroastro Nogueira Alves de Macedo, no dia 15 de outubro de 1880, Mauricio saiu da Cidade de Bananal “às 08 horas da noite mais ou menos” e

²⁷¹ Ver, por exemplo, os casos de suicídios e os casos com escravos fugitivos que foram punidos com ferros, mencionados no capítulo I.

“seguiu para a fazenda do Bom Retiro”, propriedade de seu senhor, “e no caminho esperou a Joaquim Benguela, também escravo do mesmo senhor, e o assassinou barbaramente, produzindo graves ferimentos e morte instantânea”²⁷². Em seu depoimento, esse escravo disse que retornou para a fazenda de seu senhor “pelo caminho particular do Barão de Joatinga”²⁷³, o que indica um trânsito costumeiro de escravos por fazendas de diferentes senhores.

O caso envolvendo Mauricio evidencia que o caminho para a fazenda foi o palco de um assassinato e que no centro da cidade era comum a presença de quitandeiros. Esse episódio revela um traço muito comum da sociedade escravista: a permissão concedida aos escravos de transitarem para além dos limites da propriedade de seu senhor. Também demonstra que havia um espaço de atuação que permitia às pessoas escravizadas o relacionamento com outros sujeitos. Assim, Joaquim Benguela tinha por costume depositar o dinheiro na casa do negociante Jorge Felt, onde só arrecadava aos finais de semana. Já o escravo Mauricio tinha por hábito pedir dinheiro emprestado a várias pessoas e trabalhar para quem precisasse de seus serviços. O fato de muitos dos conhecidos de Mauricio afirmarem que não emprestaram o dinheiro solicitado pelo escravo do Dr. Braz no dia do assassinato de outro escravo da Fazenda do Bom Retiro não diminui a importância da ação desse escravo. Seu hábito informa, ao contrário, que ele poderia errar nas contas das quitandas – provavelmente porque gastasse indevidamente o dinheiro – e completá-las pedindo dinheiro emprestado a várias pessoas ou mesmo, como se expressa o escravo em depoimento dado no dia 18 de outubro de 1880, “lenhando voluntariamente aos domingos, e vendendo na Cidade sua lenha que lhe dá para pagar sua Senhora e sobra para si”. Também o mesmo escravo afirmou, em depoimento de 9 de novembro do mesmo ano, que havia prestado serviço para “começar a fazer um pequeno chiqueiro”, e “trazer um feixe de bambu” a Januário Ferreira Lopes. E ainda que era o encarregado do seu Senhor de vender leitoas e que procurava “obter maior preço” para poder pagar seus empréstimos.

O mesmo depósito que o escravo Joaquim Benguela fazia na casa do comerciante Jorge Felt aparece em outro processo criminal. O escravo João Redondo, pertencente ao Major Henrique José da Silva, costumava ir ao Rancho que pertencia a

²⁷² O relato do Promotor está datado de 23 de novembro de 1880.

²⁷³ Depoimento de 16 de outubro de 1880.

José Lopes da Silva para “depositar a lenha que trazia a fim de distribuir aos seus fregueses”²⁷⁴. Os depósitos que os escravos faziam a pedido dos seus senhores ou por iniciativa própria nas casas de negociantes permitiram aos cativos o estabelecimento de contatos regulares com o mundo exterior à fazenda. As implicações desses contatos são evidentes para a concretização das ações de resistência dos escravos.

As movimentações autorizadas feitas pelos escravos deram margem para que ocorressem outras, não autorizadas. As ações senhoriais de contenção que foram inscritas no espaço material das propriedades rurais e no espaço público através de uma série de regulamentações e o uso de uma gama de equipamentos que tinham como objetivo investir sobre o corpo dos cativos para controlar a mobilidade, fiscalizar suas atitudes e coibir ações alternativas não puderam conter as movimentações furtivas realizadas pelos escravos. Como corolário desenvolveu-se uma cultura da informalidade. Muitos cativos realizavam, a mando de seus senhores, dos administradores e dos feitores, seus “serviços” e obrigações para além da propriedade senhorial e, ao mesmo tempo, procuravam conseguir para si benefícios que deveriam melhorar suas condições de cativeiro. Nesse sentido o depoimento de Mauricio é exemplar. Esse tipo de ação provocou, no contexto da escravidão, o desenvolvimento de práticas informais por parte dos escravos. Chamam-se de informais, aqui, as ações dos cativos que não estavam propriamente autorizadas ou não eram de conhecimento explícito dos senhores, administradores ou feitores. As fugas, as vendas não autorizadas e as mobilidades furtivas sempre existiram, malgrado as tentativas senhoriais de contenção e controle que se processaram na espacialidade e que atuaram no corpo dos escravos, como colocá-los no tronco para conter o movimento ou carregá-los de ferros. As atividades sociais dos escravos, fossem elas autorizadas ou não, dependeram, certamente, do conhecimento que construíram dos espaços para fora das propriedades de seus senhores. Dependeram também das redes de relacionamentos que desenvolveram. Um terceiro fator a auxiliar na sociabilidade dos escravos foi sua movimentação no espaço urbano da Cidade de Bananal. O fator urbano foi essencial para que os cativos pudessem ampliar suas redes de relacionamentos.

As palavras do advogado José Ramos da Silva, proprietário do escravo Pedro, demonstram de modo inequívoco a dicotomia existente entre o espaço rural, marcado

²⁷⁴ MMN/ Caixa 44/ n° de ordem 945. Conforme depoimento prestado em 23 de outubro de 1881.

pela disciplina da produção agrícola, e o espaço urbano, caracterizado por uma maior mobilidade e pela possibilidade de desenvolvimento de amplas redes. O escravo Pedro havia se enforcado na casa desse senhor, situada à rua do Comércio. O negociante português José Antonio de Oliveira disse, em depoimento prestado no dia 17 de dezembro de 1875, que havia contratado Pedro para fornecer-lhe água para sua casa e que durante muito tempo o dito escravo prestou o serviço. Contudo, o desaparecimento de alguns objetos de sua casa de negócio levou Oliveira a investigar e descobrir que o autor dos furtos era o escravo de Silva. Isso porque o próprio escravo havia confessado e, além disso, um seu parceiro de nome Apolinário o havia denunciado. O senhor de Pedro explicou o suicídio pelo fato de o escravo ter sido descoberto como o autor dos furtos e também pelo temor que o escravo tinha de ser enviado à roça, “onde não podia viver com a mesma folga e quase forro como vivia na Cidade”. Dependendo do ponto de vista adotado, a explicação talvez possa parecer banal ou mentirosa. Mas, mais uma vez, ela pode ser interpretada como sendo verossimilhante. Essa sociabilidade do meio urbano, em contraposição à disciplina e à vigilância do meio rural, é explícita nesse caso e também no processo criminal envolvendo os escravos do dr. Braz Barbosa da Silva. A luta pelos ganhos, por mínimos que fossem, ensejava a ocasião do furto e permitia que os escravos procurassem trabalho para aumentar seu pecúlio. Tal ação possibilitou, nas palavras da historiadora Maria Cristina C. Wissenbach, a existência de uma “microeconomia dos vinténs”. Essa realidade econômica fez com que os escravos lutassem para preservar os seus poucos e vulneráveis bens, salvaguardando-os tanto da ação dos senhores quanto da investida dos parceiros e demais homens livres²⁷⁵.

Os processos envolvendo os escravos do Dr. Braz Barbosa da Silva, do Major Henrique José da Silva e de José Ramos da Silva informam que os contatos para além da propriedade senhorial foram uma regularidade na sociedade escravista em estudo. Além disso, é preciso levar em conta que o espaço urbano apareceu como uma referência importante nos depoimentos desses processos criminais. Os escravos construíram, nessas idas e vindas, um espaço social pautado em redes de relacionamentos que em muitos momentos produziram conflitos. A mobilidade das pessoas escravizadas incluiu um espaço para fora da propriedade de seus senhores e,

²⁷⁵ Sobre a “microeconomia dos vinténs” e a sociabilidade do mundo citadino, ver WISSENBACH, Maria Cristina C. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec. 1998. O trabalho de Wissenbach estabelece muito bem as diferenças entre o espaço rural e o espaço urbano, distinguindo as possibilidades de ação em cada um desses ambientes.

consequentemente, distante da supervisão dos feitores e proprietários. Mauricio costumava vender quitandas no centro da cidade, transitava por ela, sabia caminhos para ir e vir e relacionava-se com outras pessoas. O mesmo se pode dizer para os outros escravos desses processos.

Tais relacionamentos dos escravos produziram-se pela sua mobilidade para além do espaço de plantação. Essas relações entre escravos que prestam serviços para homens livres indicam uma necessidade de trabalho que esses mesmos homens livres tinham. Em seus sítios, em suas pequenas terras, usar a mão de obra de escravos de outros senhores para fazer pequenos serviços e reparos constituía-se, por vezes, uma necessidade. Nesse sentido, os cativos aproveitavam-se para conseguir algum dinheiro ou qualquer coisa que lhes tivesse valor (fumo, açúcar, aguardente etc.). Como corolário, os escravos conseguiram um espaço de atuação maior, mais dinâmico e menos coercitivo, ampliando suas possibilidades de contatos com o mundo exterior.

Em um contexto histórico em que as relações sociais baseadas no trabalho escravo estavam sendo cada vez mais questionadas, o controle sobre a movimentação dos cativos foi um dos pressupostos para a garantia do funcionamento das fazendas cafeeiras. Porém, nos anos finais da escravidão, a questão da mobilidade dos escravos foi fator preocupante para as autoridades e para os senhores que ainda resistiam à situação nacional de desagregação. Como se viu, um dos componentes do cotidiano da escravidão foram as movimentações autorizadas ou não que os escravos faziam para além da propriedade de seus senhores. Da mobilidade não autorizada, o conhecimento dos espaços e dos tempos permitidos e proibidos foi fator determinante para o êxito das ações dos escravos. Por outro lado, foram as movimentações autorizadas que os escravos desenvolveram para além da propriedade senhorial que permitiu o contato com informações do mundo exterior. Em um contexto de conflitos políticos e de questionamentos à ordem escravista, esses contatos com as notícias do mundo exterior à propriedade senhorial poderiam permitir ações que questionassem os interesses dos proprietários rurais. Foram essas movimentações autorizadas que permitiram a Constantino saber que ele não era mais escravo por ter sido libertado pelo Fundo de Emancipação. No dia 3 de julho de 1883, Constantino estava

na apanhação do café, com os escravos do Dr. Braz Barboza da Silva, em cafezais do mesmo que se acha no mato, e como estivesse ele respondente atrasado na tarefa que tinha de dar, foi colher

em um pedaço de café que se achava no campo junto ao mesmo cafezal por assim facilitar mais a sua tarefa, e que por isso foi castigado pelo o feitor e administrador da fazenda de nome Joaquim Pernambuco, escravo do mesmo Doutor Braz, e que então saiu escondido do serviço e veio para esta Cidade procurar Justiça, visto que estava ciente que era liberto, por lhe ter dito dias antes José Galdino da Rocha, quando com ele respondente encontrou-se na estrada carregando feijão para o carro pegar.²⁷⁶

A “apanhação do café” ou colheita (ver figura 3) era, segundo Eloy de Andrade, o “rebuliço nas senzalas”. Segundo o memorialista, “os escravos – homens e mulheres – espalhavam-se pelo cafezal, depois de distribuídas as ruas pelo feitor, tocando duas fileiras de cafeeiros para cada um. Os casais colhiam o café em ruas juntas, mas a tarefa era tomada em separado e eram auxiliados, nas varreduras, pelos filhos menores”. É lícito supor que a descrição feita pelo memorialista tenha variado de acordo com a fazenda. Mas o que se constitui como regularidade é a punição física como possível consequência para aqueles que não cumpriam sua tarefa.

Figura 3 – “Colheita de café”. Fotografia de Marc Ferrez. s/d. In: ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2004. p. 114.

No processo de Constantino, vê-se pelos depoimentos das testemunhas informantes a sua situação. Manoel Ignácio, um dos escravos do Dr. Braz Barbosa da Silva, afirmou em depoimento prestado no dia 14 de julho de 1883 que Constantino estava entregue “ao feitor por seu senhor como escravo e como tal era tratado na fazenda por todos”. O escravo Carlos disse, em depoimento prestado no mesmo dia, que

²⁷⁶ MMN/ Caixa 48/ n ° de ordem 989. Depoimento do dia 3 de julho de 1883.

Constantino “estava entregue como escravo e assim era tratado”. Além disso, em seu depoimento, esse escravo informou com alguns detalhes a respeito da vigilância sobre o trabalho dos escravos no momento da colheita. O feitor, segundo o depoimento de Carlos, foi “correr o eito” após o almoço dos escravos e percebeu “um balaio vazio em uma rua de café”. Não conseguindo identificar o responsável por essa falta, o feitor “foi mandar a gente para ver de quem era o balaio, faltou o crioulo Constantino na forma”. A passagem do depoimento, relativamente truncada, permite entender os mecanismos de controle no momento da colheita do café. Em primeiro lugar, sublinhe-se a atitude do feitor de “correr o eito” para fiscalizar o trabalho dos escravos. Em seguida, ao observar uma irregularidade, o mesmo feitor mandou os escravos se formarem para a verificação do escravo ausente. Foi nesse instante que se confirmou a ausência de Constantino. Outros escravos também sustentaram a informação de que Constantino trabalhava como escravo e igualmente confirmaram os procedimentos gerais de fiscalização dos trabalhos no eito.

O processo em questão permite concluir que Constantino havia sido libertado pelo Fundo de Emancipação e que seu senhor, o Dr. Braz Barbosa da Silva, havia sonegado tal informação ao seu ex-escravo²⁷⁷. Todavia, a mobilidade que o recém liberto desenvolveu em seus tempos de cativo garantiu contatos lícitos com sujeitos de fora da propriedade – no caso o homem livre José Galdino da Rocha, que lhe comunicara, “na estrada”, sobre sua condição de liberto. De fato, infere-se da leitura do processo criminal que os dois se conheciam anteriormente a esse encontro “na estrada”. Além disso, o depoimento de Constantino se enriquece quando se observa que a Fazenda Bom Retiro localizava-se próximo ao centro da cidade de Bananal, a cerca de três quilômetros de distância em linha reta, conforme se pode observar na figura 4. Esse pode ser um fator a mais para deixar preocupado o proprietário dessa fazenda: seus escravos poderiam obter informações perigosas para o bom andamento dos trabalhos na fazenda.

²⁷⁷ Constantino foi libertado pela 3ª Quota do Fundo de Emancipação em 20 de abril de 1883. O Juiz era Antonio Luis Carlos de Toledo e José Galdino da Rocha era o escrivão. MMN/ Caixa 185/ n.º de ordem 3.765. 1º Ofício.

Figura 4 (detalhe) – Mapa que indica a localização da Fazenda Bom Retiro. A seta amarela mostra a proximidade, em linha reta, da fazenda em relação ao centro da cidade (a parte urbana). Sem escala. Fonte do mapa: AESP.

Malgrado as exigências senhoriais de contenção e controle, os cativos de uma fazenda não estavam isolados do mundo exterior, mas, ao contrário, se comunicavam com ele. Por um lado, o caso de Constantino mostra os embates relacionados ao cumprimento das exigências senhoriais de fiscalização e, por outro, os movimentos de resistência decorrentes das notícias conseguidas pelos contatos lícitos com sujeitos do mundo exterior às fazendas. Como se vê do processo em questão, a dimensão espacial foi um componente essencial do exercício do poder senhorial e da estratégia de resistência de Constantino. A rua de café e a averiguação de um balaio vazio, os escravos em forma para a fiscalização e verificação do ausente, a ação de Constantino de “sair escondido do serviço”, conforme seu depoimento, e se dirigir à “Cidade para procurar Justiça” e a constatação de que apesar de liberto, ele trabalhava como escravo, era coagido e sofria punições físicas indicam mais do que um reflexo de uma situação de desagregação do escravismo – a ação do Dr. Braz Barbosa da Silva de não comunicar a liberdade ao seu escravo é indicativo da necessidade de mão de obra no sistema agrário vigente e também revela a oposição e o desrespeito desse proprietário à lei. Todos esses elementos mostram os conflitos entre uma “geografia dos senhores” e outra “geografia dos escravos”. As questões relativas ao espaço e a seus usos estiveram presentes na fala dos sujeitos, seja para fiscalizar, seja para resistir. Desse modo, pode-se entender os embates e os conflitos em termos de uma “geografia da escravidão”. Tem-se, por um lado, os “usos que os escravos faziam dos espaços de plantação” e, por

outro, os “controles realizados por feitores, administradores e senhores sobre a mobilidade e o corpo dos cativos”²⁷⁸.

Porém, outro elemento pode ajudar a entender a atitude de Constantino. A comunicação feita por José Galdino da Rocha ao recém liberto pode ser compreendida como um dos resultados das oposições entre liberais e conservadores em Bananal, o que faz aumentar o perigo das movimentações dos escravos para além da propriedade senhorial em um contexto histórico de crise. As rivalidades entre essas duas parcialidades foram uma das características mais marcantes da década final da escravidão (1878-1888). Neste início de julho de 1883, José Galdino da Rocha era um correligionário liberal e Braz Barbosa da Silva um partidário conservador. Uma carta datada de 20 de fevereiro de 1881 e endereçada ao Presidente da Província, Dr. Laurindo Abelardo de Brito, prova o vínculo de José Galdino da Rocha com o chefe do Partido Liberal de Bananal, o comendador Antonio José Nogueira. Na missiva, Nogueira solicitava a nomeação de Rocha para o cargo de escrivão de órfãos. Além de ter “larga prática do ofício” e gozar da “confiança dos juízes e do foro em geral” devido a sua “probidade e solicitude”, Rocha era apontado pelo comendador como “um correligionário digno de ser auxiliado”²⁷⁹. Esse tipo de atuação clientelística dos poderosos locais já foi amplamente estudado por diversos pesquisadores. O Presidente da Província era um dos participantes centrais do jogo político do Império do Brasil. Afora ser o representante direto do imperador nas províncias, o Presidente Provincial tinha uma função importante na formação das redes de clientelismo que eram necessárias para garantir o poder político do partido que exercia o governo. Por outro lado, os chefes políticos das localidades atuavam para formar amplas redes de clientelismo, estendendo sua influência às instituições públicas através da nomeação de correligionários. Como salientou Graham, os escrivães e tabeliães cumpriam importantes obrigações nas ações legais. Eles tinham meios para bloquear as investigações criminais e muitos deles redigiam as decisões dos juízes nos processos

²⁷⁸ SANTOS, Marco Aurélio dos. Geografia, História, Escravidão. *Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, SC, 2013. p. 1-14. <<http://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Marco-Aurelio-dos-Santos-texto.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

²⁷⁹ AESP. Ofícios diversos de Bananal: 1876-1890. Caixa 25. Ordem 571. Pasta 3. Doc. 57. Braz Barbosa da Silva aparece como partidário conservador no *Correio Paulistano*. 04/12/1878. Edição 6613. p. 2.

criminais²⁸⁰. Daí se entende a importância de se ter correligionários exercendo esse tipo de cargo. Era um dos mecanismos que garantiriam a impunidade e a fraude processual, além de ser uma ferramenta para proteger aliados e prejudicar ou punir inimigos políticos. Segundo o *Almanak* de 1885, José Galdino da Rocha trabalhava como escrivão de órfãos, o que indica que a ação clientelística do comendador Nogueira deu, para o caso desse sujeito, um resultado positivo.

Além desse fato, é evidente que a mobilidade de Constantino permitiu que ele tivesse a possibilidade de conhecer a sua condição de liberto, fazendo-o, desse modo, questionar o tratamento dado pelo feitor. Sua nova condição civil foi, como se pode entrever do processo, sonogada pelo seu senhor, o conservador Dr. Braz Barbosa da Silva. Mas também o caso permite supor que a ação de um funcionário público liberal contra o escravo de um partidário conservador foi um dos ingredientes das lutas políticas na localidade. As ações de Constantino e de José Galdino da Rocha podem ser vistas como mais um componente da desorganização do trabalho escravo e das acirradas lutas políticas que ocorriam na localidade e no nível nacional.

Também a mobilidade de Constantino fez com que ele levasse às senzalas, para outros cativos, notícias do mundo exterior. Esse fato demonstra os riscos inerentes às movimentações autorizadas dos escravos para além da propriedade de seus senhores. Esse tipo de atitude se sobressai principalmente em um momento de crise, como esse do início da década de 1880. Cerca de 8 meses depois do incidente envolvendo o liberto Constantino, outra escrava do Dr. Braz fugiu após receber punição de sua senhora. Ao se dirigir ao centro da cidade, Paulina procurou o mesmo José Galdino da Rocha. A escrava do Dr. Braz dirigiu-se “a uma mulher que morava defronte do bilhar a qual indicou o dito Galdino que se achava na porta do bilhar e falando e guiando-se ela respondente ao dito José Galdino este respondeu que o Juiz de Direito que morava aí defronte era quem podia valer a ela respondente (...)”²⁸¹.

O processo envolvendo a escrava Paulina permite entender outros aspectos dos usos que os escravos faziam dos espaços de plantação. Paulina fugiu devido ao espancamento que recebeu no dia 20 de fevereiro de 1884, quinta-feira, por ordens de

²⁸⁰ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 283.

²⁸¹ MMN/ Caixa 48/ n° de ordem 1000.

sua senhora, D. Lusía, mulher do Dr. Braz. A escrava foi acusada por outra escrava de nome Adelaide de ser a responsável por um pagode na senzala. Sabendo disso, a senhora de Paulina ordenou a punição que aconteceu nos seguintes termos:

a senhora desta agarrou logo a respondente pelas goelas e bateu com ela respondente numa prateleira; feito o que gritou ao escravo Bernardino, feitor da fazenda, que trouxesse uma escada, um chicote, uma palmatória e um [ilegível] bacalhau, que ela dita D. Lusía queria matar de açoite a ela respondente; que tendo Bernardino trazido tudo quanto a senhora dela respondente mandara trazer, mandou aquela ao dito Bernardino amarrar na escada a ela respondente e a castigar com o bacalhau; depois disto mandou mais a senhora dela respondente que Bernardino desse muitas bordas [sic] com a palmatória e mais umas relhadas por cima da saia nela respondente o que tudo foi cumprido pelo mesmo feitor. Disse mais a respondente que depois de ter sido castigada, sua senhora a mandou para a roça com as outras escravas, dando ordem a Bernardino que trouxesse logo de tarde a ela respondente para ser mais castigada; que tendo ela respondente ouvido a sua senhora dar essa ordem ao feitor logo de tarde [ilegível], na ocasião em que as pretas foram lenhar, ela respondente escondeu-se dentro do capim e quando todas passaram ela respondente dirigiu-se a esta Cidade (...).

O depoimento de Paulina revela muitas situações recorrentes na sociedade escravista em um contexto de crise da escravidão. Um dos elementos da dominação senhorial envolveu a organização espacial das áreas rurais para efetivar o controle sobre a mão de obra. Os escravos vivenciaram concretamente, de modo indelével, essa espacialização do exercício do poder. Tal vivência exerceu na vida dos escravos um peso enorme e constituiu-se, por si mesmo, um limitador para a autonomia escrava. Um trecho do depoimento de Paulina permite entrever o modo como os escravos procuravam modificar, através de suas ações furtivas e pela sua práxis cotidiana, adquirida por meio do aprendizado, o mundo que estava estabelecido em torno deles. Um dos fatores a provocar a fúria de Dona Lusía foi o suposto pagode na senzala. Paulina foi acusada pela escrava Adelaide de ser a responsável pelo “barulho de manhã à noite, pois tinha estado de pagode lá em baixo”. O que poderia significar o “barulho de manhã à noite”? E o que significaria o “pagode lá em baixo”? O processo em questão não permite grandes esclarecimentos a respeito. Tal fato é mencionado apenas pela escrava Paulina. Quando foram interrogados, Adelaide e Bernardino nada informaram a esse respeito²⁸². Mas o fato de o pagode e o “barulho” terem sido mencionados revela

²⁸² Braz Barbosa da Silva, senhor desses escravos, foi o proprietário da Fazenda do Bom Retiro, localizada próximo ao centro da cidade de Bananal. Em todos os processos envolvendo escravos do Dr.

que eles eram de fato uma realidade e que punições poderiam acontecer para os escravos que não respeitassem algumas regras estabelecidas tanto pelos senhores, no âmbito das fazendas, quanto pelas autoridades municipais, no espaço público. O fato de a escrava Adelaide, segundo o depoimento de Paulina, ter mencionado o “barulho” revela também que essa escrava sabia como prejudicar a outra e qual o argumento que deveria utilizar para realizar tal intento.

Segundo diversos estudiosos, o pagode foi um meio de diversão dos escravos e tal ocorrência constituiu-se como um bom exemplo para se pensar a questão do espaço em uma sociedade escravista. Além de diversão, podia ser considerado como um perigo para as autoridades e para os senhores e um momento de reunião de grande número de escravos que geralmente se agrupavam “debaixo da direção dos mais velhos e, portanto, mais astutos e respeitados escravos”²⁸³. Segundo informa Stein, os “dias de pagode” eram os dias santos em que os escravos “pediam licença ao fazendeiro para fazer o caxambu”. Tais dias revelariam mesmo a articulação dos escravos e os usos que eles faziam da espacialidade. Caxambu, ou batuque²⁸⁴, eram as diversões dos escravos que se realizavam muitas vezes com a autorização e com o temor dos senhores e das autoridades. Nos momentos que precediam aos “dias de pagode”, os escravos faziam circular a notícia

Braz, é possível observar que eles estavam bem orientados quando prestavam os depoimentos. O *Almanak* de 1885 apresenta Braz Barbosa da Silva como advogado. Isso talvez explique o modo conciso e cheio de negativas das testemunhas informantes (escravos) que prestavam depoimentos favoráveis ao seu senhor. Ver *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1885*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1885. p. 1378. Sobre a fazenda do Bom Retiro, ver PORTO, L. de A. Nogueira. Fazendas de Bananal. In: RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. *O caminho novo: povoadores do Bananal*. São Paulo: Governo do Estado, 1980. p. 172.

²⁸³ STEIN, Stanley J. op. cit. p. 245.

²⁸⁴ Conforme explicam Hebe Mattos e Martha Abreu, o “batuque foi o termo genérico que a maioria dos viajantes utilizou para qualquer reunião de ‘pretos’”. Para Lilia Moritz Schwarcz, “os batuques e lundus eram o ‘espaço do outro’” porque eram os “lugares para a manifestação de uma liberdade virtual” que se afastava do cotidiano da escravidão. Camilla Agostini informa que “os arredores ou o interior das senzalas” eram “os locais de encontro para o Caxambú, onde os cativos se reuniam em torno de tambores para danças e batuques”. MATTOS, Hebe; ABREU, Marta. Jongos, registros de uma história”. In: LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo (orgs). *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007. p. 73. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 277. AGOSTINI Camilla. *Africanos no cativo e a construção de identidades no além-mar: Vale do Paraíba, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. p. 85. Ver também a nota 173, à página 91, quando essa autora distingue o jongo do caxambu. Sobre a subversão que as festas populares representavam para o espaço público, ver WISSENBACH, Maria Cristina C. op. cit. p. 201-207.

entre os escravos das fazendas vizinhas, pelas conversas nas vendas à beira da estrada, quando um escravo visitava outra fazenda a serviço do senhor, ou então a notícia se espalhava sob forma de versos enigmáticos cantados pelas turmas de trabalhadores de fazendas vizinhas, quando mourejavam no cafezal²⁸⁵.

Os escravos, em suas movimentações e em seu trabalho, faziam a notícia circular e até cantavam versos enigmáticos para dar publicidade para o evento. Estariam eles chamando, com essas ações, pessoas não autorizadas pelos senhores? O que se pode inferir é que os escravos davam um conteúdo social próprio ao momento que precedia a realização dessas festas. Porém, nem sempre as autoridades municipais concordaram com tais festejos. Já se viu que o Código de Posturas de 1865 regulava, em seu Título IX, “Da moralidade e tranquilidade pública”, os divertimentos dos escravos²⁸⁶. O Código de 1886, no Capítulo XVI, “Polícia e Segurança”, no artigo 153, proibiu igualmente “os divertimentos de cantorias e danças estrondosas, vulgarmente conhecidas por cateretê”. Os valores das multas eram idênticos aos do Código de 1865. Nas duas posturas mencionadas, o entrudo, o cateretê, os batuques, as cantorias e as danças estrondosas poderiam perturbar a segurança e a tranquilidade pública. O controle e a fiscalização aconteceriam nos espaços público e privado. Dentro das fazendas haveria proibições para os barulhos e talvez esse possa ter sido o motivo para a punição da escrava Paulina.

Pelo texto do Código de Posturas, vê-se que as proibições se davam em termos de controle da atividade escrava no espaço. Ajuntamentos, batuques, danças e algazarras poderiam permitir movimentações alternativas dentro e fora das propriedades e gerar tumultos²⁸⁷. Os escravos tinham seu espaço social controlado. Para se realizar o batuque e as danças, seriam necessários uma apropriação e um uso diferenciado (e por vezes não autorizado) da espacialidade. O espaço social constituiu um elemento importante para

²⁸⁵ STEIN, Stanley J. op. cit., p. 245-246.

²⁸⁶ Ver capítulo I.

²⁸⁷ Sobre o entrudo, o batuque, o jongo e as festas populares, ver ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo (orgs). op. cit.; STEIN, Stanley J. op. cit., capítulo VIII, “Religião e festas nas fazendas”; SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit. capítulo 10, “O Império das festas e as festas do Império”. AGOSTINI, Camilla. op. cit. p. 85-132. O estudo das festas e da religião e sua associação com as rebeliões escravas foi objeto de estudo da historiografia. Ver, por exemplo, REIS, João José. Nas Malhas do poder escravista: a invasão do candomblé do Accú. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 32-61. Ver também REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

definir como deveria acontecer o acesso ao espaço material de homens e mulheres de diferentes camadas sociais e, conseqüentemente, fixar o comportamento adequado dentro de espaços materiais específicos²⁸⁸. Desse modo, é possível entender que em sociedades escravistas, a necessidade de regulamentação e fiscalização sobre os usos da espacialidade pressupunha (a) a configuração da espacialidade como uma estratégia de poder para efetivar a dominação, o controle e a exploração dos senhores sobre o conjunto dos seus escravos e dos homens livres; (b) a tentativa de se evitarem os conflitos (brigas, revoltas, tumultos, ajuntamentos indevidos e não autorizados, comunicações suspeitas etc.) e (c) a consciência de que os escravos poderiam realizar ações furtivas na espacialidade. Os batuques poderiam representar uma ameaça na medida em que possibilitariam aos escravos a utilização dos espaços de modo alternativo.

Contudo, parece que os divertimentos proibidos nas Posturas Municipais aconteceram em alguns momentos. A legislação municipal não conseguiu debelar por completo o jongo, o cateretê e outras práticas e pode mesmo ter existido certa tolerância das autoridades e dos senhores com os divertimentos mencionados nas posturas municipais. A documentação permite entrever a referência a esses divertimentos, muitas vezes reunindo homens livres, libertos e escravos. Não foi possível, no entanto, determinar a frequência desses festejos e nem saber se houve punição, a partir do que estava disposto nas posturas, às práticas que eram apontadas nos diplomas municipais. De qualquer modo, é possível concluir que o divertimento dos escravos significou o momento em que os cativos puderam entrar em contato com homens e mulheres escravizados de outros proprietários e também com diversas outras pessoas. O que se pode afirmar é que essas festas existiram e foram praticadas pelos escravos e por homens livres. Não é difícil encontrar na documentação pesquisada a referência a esses divertimentos. É o que nos mostra o caso envolvendo o escravo Félix, pertencente ao Visconde de São Launrindo. No dia 6 de dezembro de 1885, um domingo, as testemunhas Antonio Rabelo da Silva, Benedita Vitalmo Maria de Jesus, Alfredo Julio Montes e Francisco Antonio de Oliveira, entre outras, disseram que retornavam de um cateretê quando se depararam com “dois pretos” em frente à casa de negócios de Francisco da Rosa Furtado, localizada à Rua da Boa Vista. Os “dois pretos” eram os

²⁸⁸ Delle, James A. *An archaeology of social space: analyzing coffee plantations in Jamaica's Blue Mountains*. New York: Plenum Press, 1998. p. 38-39.

escravos Adão e Félix que, segundo Silva, eram suspeitos de serem furtivos porque se encontravam em frente a uma casa de negócio em um horário inadequado – cerca de três horas da madrugada. Em depoimento prestado no dia 30 de janeiro de 1886, Adão disse que alguns escravos estavam se dirigindo da Fazenda denominada Chácara para a Fazenda das Antinhas quando ele e seu parceiro Félix “aproveitaram a ocasião e passaram na casa de negócio de Francisco Furtado, à rua da Boa Vista, para comprarem alguns objetos”. Os escravos do Visconde faziam uma movimentação autorizada e rotineira quando dois desses escravos resolveram “escapar” em direção à casa de Furtado para comprar “alguns objetos”. Por se encontrarem às três horas e meia da madrugada em frente a uma casa de negócio, os praças que voltavam de um pagode suspeitaram dos dois escravos e tentaram prendê-los. Adão foi logo subjugado e Félix resistiu à prisão e correu, ferindo com uma faca o policial Francisco Antonio de Oliveira. O policial Alfredo Julio Montes, que acompanhava Oliveira, disse que suspeitou dos dois escravos e que pensou que eles eram furtivos. Afirmou ainda que tinha “ordem das autoridades para prender escravos que andassem fora de hora pelas ruas”²⁸⁹. Isso pode ser entendido como um componente intrínseco do “sistema agrário” vigente na agricultura do café, cujo elemento fundamental foi a disciplina. Mas também esse movimento pode ser visto como resultado do momento histórico de crise da instituição escravista. Era necessário utilizar de todos os meios para evitar as ações de resistência dos escravos e os questionamentos à ordem escravista. O controle do movimento era um desses meios.

As fugas que os escravos faziam para se entregar às autoridades foram outra das formas de resistência típicas deste momento histórico de questionamentos da ordem escravista e de lutas acirradas lideradas pelos abolicionistas. Num universo de 146 processos criminais pesquisados, 9 referem-se a esse tipo de ação, sendo um da década de 1860, três da de 1870 e cinco que aconteceram no período final da escravidão²⁹⁰. O número relativo de processos é pequeno, mas a tendência de aumento crescente fica estabelecida, permitindo concluir que o contexto mais amplo de crise da escravidão,

²⁸⁹ MMN/Caixa 50/ n° de ordem 1045.

²⁹⁰ Esse número refere-se a processos de escravos que não cometeram crimes, mas que foram punidos por seus senhores ou por feitores e fugiram, entregando-se às autoridades. Existem outros processos criminais de escravos que cometeram crimes e se entregaram à Justiça, como o caso do escravo Manoel, anteriormente citado. Também se deve lembrar o caso de Constantino que, apesar de saber que era liberto, trabalhava sob coação e teve de sair escondido para “procurar justiça”.

associado a uma circulação maior das notícias oriundas do mundo exterior às fazendas fizeram os escravos, em número sempre crescente, procurarem as autoridades para se queixar de maus tratos. Dos nove processos relativos a esse tipo de evento, todos envolvem punições sofridas pelos escravos que procuraram na fuga e na Justiça uma alternativa para escapar dos rigores do cativeiro. Para Maria Helena P. T. Machado, esse tipo de ação relacionava-se ao fato de que a Justiça apresentava-se com uma imagem mais benigna do que o poder pessoal dos senhores²⁹¹. De qualquer modo, nas décadas de 1870 e 1880, o contexto político de discussões sobre a questão do elemento servil facultou a muitos escravos uma ação que contestava a violência, a excessiva exploração e o controle desmedido. Por isso que a ação de Paulina aponta para regularidades que permitem tornar inteligível o modo como os escravos reagiam a esse contexto político turbulento.

Os processos criminais envolvendo escravos nessa situação mostram como eles agiam dentro das circunstâncias impostas de controle e coação e expõem a barbárie da escravidão e as assimetrias de poder existentes no funcionamento da exploração escravista. É o que se pode entrever, por exemplo, do curto processo criminal envolvendo a escrava Claudina. No dia 30 de outubro de 1868, essa escrava, que pertencia aos órfãos do finado José Lourenço da Silva, achava-se presa na cadeia da Cidade com “algumas contusões e ferimentos”²⁹². Sem dúvida, Claudina fugiu da propriedade em que trabalhava e dirigiu-se às autoridades como forma de procurar uma saída para sua situação. Segundo a perícia, a escrava apresentava, “em diversos lugares do corpo contusões e escoriações de tamanhos e formas variadas (...)”. O processo em questão não apresenta nenhum depoimento. No entanto, a sentença do Delegado, o major Antônio de Pádua Machado, reflete bem o contexto político da década de 1860, bem como a insensibilidade e a brutalidade do regime de trabalho escravo. Essa autoridade julgou improcedente o auto do corpo de delito “por entender serem as ofensas daquelas que a Lei permite ao Senhor a respeito de escravos como no presente caso”. Por fim, o tutor dos órfãos deveria pagar as custas do processo²⁹³.

²⁹¹ MACHADO, Maria Helena P. T. op. cit. p. 77.

²⁹² Conforme convocação dos peritos para procedimento do Auto do Corpo de Delito assinada pelo Delegado de Polícia primeiro suplente em exercício, o major Antonio de Paula Machado.

²⁹³ Sentença proferida em 31 de outubro. MMN/ Caixa 28/ nº de ordem 632. O Código Criminal do Império do Brasil, em seu artigo 14, parágrafo 6º, previa a aplicação do castigo moderado pelos pais em seus filhos, pelos senhores em seus escravos e pelos mestres em seus discípulos. PIERANGELI, José

Em outro processo típico dessa natureza, o padeiro Antonio Ferreira Guimarães puniu seu escravo Joaquim, um homem casado e com quarenta e seis anos de idade. Em seu depoimento, o escravo disse que estava trabalhando numa noite de sábado para domingo quando “saiu para verter águas”. Quando voltou, “seu senhor lhe disse que o tinha chamado, ao que ele respondeu não ter ouvido, então seu senhor, zangado por isso, lançou mão da guia de amassar [pão] e com ela deu uma cacetada no braço esquerdo e outra na cabeça, apesar de ter o empregado da padaria de nome Elpídio o apadrinhado”. No dia seguinte, Guimarães ordenou que Joaquim fosse como se encontrava, machucado, vender pão e, por esse motivo, o escravo apresentou-se à Cadeia por não poder “fazer serviços na padaria como exige seu senhor”²⁹⁴. O motivo frívolo que provocou a violência contra o escravo permite entender porque o historiador Walter Johnson pensou na categoria de “humanidade escravizada”. Mesmo as necessidades humanas mais básicas eram passíveis de serem controladas e podiam ser motivos para a punição²⁹⁵. E no caso de Joaquim, não se deve levar em conta apenas sua necessidade de “verter águas”, mas também, a dar-se crédito às suas palavras, ao fato de ele não ter ouvido o chamado de seu senhor.

Outros processos criminais dessa natureza revelam elementos brutais da escravidão. Mais uma vez o Capitão Faustino José Correa, citado anteriormente, teve um de seus escravos envolvidos com a Justiça. A escrava Paulina fugiu da propriedade de seu senhor com seus dois filhos, Sebastiana e José, e se dirigiu para o centro da cidade para procurar as autoridades. A escrava afirmou em depoimento prestado no dia 17 de janeiro de 1881 que havia sido castigada “rigorosamente” por Correa e que seu senhor lhe maltratava e lhe tomava os domingos e dias santos. Vendo-se desesperada, a escrava não encontrou alternativa senão fugir para queixar-se à polícia. E Antonia, pertencente ao doutor Antonio Pinto Coelho de Barros, também procurou a Justiça reclamando do feitor da fazenda. No auto do corpo de delito, os peritos verificaram que

Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004. p. 238-239. Para Andrei Koerner, “do ponto de vista da organização social, o escravismo implicava uma distribuição espacial do poder estatal, em que uma parte deveria ser exercida diretamente pelos senhores e reconhecida como legítima pelo poder imperial. Aos senhores cabia o exercício do poder nos limites do seu domínio territorial, controlando seus escravos e outros subordinados”. KOERNER, Andrei. O impossível “panóptico tropical-escravista”: práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 35, p. 211-224, jul.-set. 2001. p. 221.

²⁹⁴ Conforme depoimento prestado no dia 26 de agosto de 1873. MMN/ Caixa 34/ nº de ordem 741.

²⁹⁵ JOHNSON, Walter. On agency. *Journal of Social history*. New York, v. 37, n. 1, p. 113-124, Fall 2003. p. 115-116.

a escrava estava vestindo “camisa e saia de algodão extremamente emporcalhadas”. Além de diversos ferimentos e tumores, o exame encontrou “sinais de sevícias antigas nas nádegas”. Essa foi umas das reclamações da escrava contra o feitor. Em depoimento, Antonia disse que fugiu da propriedade de seu senhor “porque a judiação era demais”. Mencionando ter sido punida com o relho, o bacalhau e o tronco, a escrava disse que o feitor João Soares a castigava “quase diariamente, sem o menor motivo”. Além disso, ela reclamava de ter sido seviciada em uma noite pelo mesmo feitor e que não conseguiu evitar “o ataque devido à grande debilidade em que se achava”. Malgrado esse fato, no dia seguinte ela foi enviada ao sertão com seus parceiros para plantar milho. Nessa ocasião, a escrava disse que se encontrava com as nádegas feridas e que conseguiu se recuperar com a aplicação de “toucinho cozido”. Alguns dias depois, quando se achavam novamente no sertão, o feitor mandou os escravos debulharem o milho, “impondo a cada um a obrigação de dar um alqueire de milho”. Como “ela respondente ainda se conservava fraca em virtude dos castigos recebidos e tinha o braço esquerdo [ilegível], não pode por isso debulhar o alqueire de milho pelo que o feitor ameaçou-a de castigá-la no dia seguinte”. Foi então que Antonia fugiu e se conservou no mato “por alguns dias”²⁹⁶. Após esses dias, apresentou-se à Justiça.

Os processos criminais envolvendo punições e fugas, com a consequência de os escravos aparecerem no centro da cidade para se entregarem à Justiça, são curtos e desfavoráveis aos cativos. Esses casos representam uma síntese das condições de trabalho e de vida dos escravos, sujeitos a longas jornadas de trabalho, vivendo sujos e maltrapilhos, recebendo punições físicas de toda ordem e sendo vítimas de homens igualmente rudes. Eis a dura realidade da escravidão em um mundo em que os escravos foram entendidos, do ponto de vista jurídico, com a condição de propriedade e de personalidade. Consoante Perdigão Malheiro,

em relação à lei penal, o escravo, *sujeito* do delito ou agente dele, não é *coisa*, é *pessoa*, na acepção lata do termo, é um ente humano, um homem enfim, igual pela natureza aos outros homens livres seus semelhantes. Responde, portanto, pessoal e diretamente pelos delitos que cometa; o que sempre foi sem questão. *Objeto* do delito, porém, ou paciente, cumpre distinguir. O mal de que ele pessoalmente possa ser vítima não constitui o crime de *dano*, e sim *ofensa*

²⁹⁶ Depoimento realizado no dia 26 de outubro de 1886. MMN/ Caixa 51/ n° de ordem 1065.

física, para ser punido como tal, embora o ofensor fique sujeito a indenizar o senhor; nesta última parte, a questão é de *propriedade*, mas na outra é de *personalidade*²⁹⁷.

Sendo um sujeito criado, como afirmou Malheiro, pela “ficção da lei” e tendo atributos ora de personalidade ora de propriedade vinculados à sua pessoa, o escravo, socialmente, se movimentou e atuou dentro de uma mecânica de poder que esteve inscrita na paisagem, na arquitetura e nas práticas dos sujeitos responsáveis pela dominação e pelo controle, fossem eles os próprios senhores, os administradores, os feitores ou as autoridades públicas. Todos esses elementos aparecem nos depoimentos dos escravos. O mato como local de abrigo para os fugitivos, as plantações de milho, as tarefas agrícolas que deveriam ser cumpridas, a brutalidade das punições, as condições precárias de vida, a vigilância, a submissão a prepostos grosseiros e violentos etc.

Em um regime de trabalho que se pautou pelo desejo de controlar a locomoção e o tempo dos cativos, que se apoiou na vontade de determinar os espaços permitidos e proibidos, na tentativa de distribuir os indivíduos no espaço de plantação, na constante fiscalização e nos métodos que objetivavam o controle da movimentação dos escravos, a mobilidade e o conhecimento da espacialidade constituíram-se como ferramentas importantes para que os escravos realizassem suas experiências e seus desejos pessoais. As ações dos cativos realizaram-se, em muitos momentos, longe da supervisão dos senhores e feitores. Nesse sentido, a agência escrava pode ser compreendida em termos de uma geografia construída pelos escravos porque diz respeito às práticas de espaço que efetivavam apropriações dos objetos, das técnicas, das construções, da natureza, do tempo, enfim, do mundo que cercava a vida dos sujeitos escravizados em uma realidade marcada pelo controle e pela coação. Os escravos agiram sob circunstâncias diretamente presentes em suas vidas e que foram, na grande maioria das vezes, desfavoráveis a eles.

Na documentação pesquisada, foi possível perceber que as relações sociais cotidianas dos escravos com homens livres em geral e com outros escravos aconteceram, em muitos momentos, a partir do conhecimento adquirido pelos cativos dos espaços e dos tempos permitidos e proibidos. Os cativos procuraram se apropriar do tempo e do espaço que lhes eram tomados pela mecânica do poder senhorial. Muitos

²⁹⁷ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes: Brasília: INL, 1976. Vol. 1. p. 49. Para um estudo mais detalhado acerca de Perdigão Malheiro, ver PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: juristas, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

processos criminais informam que a resistência escrava foi uma consequência das avaliações feitas pelos escravos das possibilidades de usos alternativos do tempo e do espaço. Essas estratégias dos escravos permitiu que muitos cativos pudessem acionar, em momentos não permitidos (tais como as fugas, os furtos de café etc.), as redes de relacionamentos que foram construídas ao longo da vivência cotidiana. Essa, como se vê, é uma discussão que nos direciona para o conceito de autonomia. Maria Helena P. T. Machado definiu a autonomia escrava como a existência de “possibilidades de [os escravos] usufruir[em] de períodos de tempo livre para a concretização de uma organização social e econômica independente do sistema de *plantation*”. Nesse sentido, sem dúvida que a possibilidade de ações autônomas dos escravos foi, de fato, uma realidade. Contudo, é necessário balizar melhor o conceito. Nem toda ação escrava deve ser considerada uma ação autônoma e, por conseguinte, nem toda ação autônoma deve remeter para a formação de uma comunidade escrava²⁹⁸. Os casos citados nesse capítulo mostraram que os escravos utilizavam-se do conhecimento que tinham do espaço para efetivar suas ações. Veja-se, por exemplo, o caso dos furtos de café. Sem que houvesse um conhecimento das possibilidades de uso da espacialidade, qualquer furto estaria condenado ao fracasso. Nota-se também que os escravos realizavam seus furtos às escondidas, à noite, “depois de fechadas as portas da senzala”, conforme se expressou Stanley Stein. Tal fato já seria suficiente para relativizar a autonomia escrava, afinal não se pode considerar como autônoma uma ação que acontece à noite e a desoras. Sem dúvida os escravos foram agentes cognoscitivos. Contudo, suas ações estavam vinculadas a uma série de fatores determinantes, como sua função no processo produtivo, suas redes de relacionamentos desenvolvidas para além da propriedade senhorial, suas possibilidades de êxito nos usos da espacialidade. Só a referência à autonomia não pode explicar a ação dos escravos.

Os escravos teceram relações distintas com a espacialidade. As diversas construções existentes em uma propriedade rural cafeeira, as tulhas, o terreiro, a casa de

²⁹⁸ Para uma discussão a respeito da autonomia escrava, ver MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-160, mar.-ago. 1988. A última citação encontra-se à página 153. Para um instigante contraponto, ver também o trabalho já citado de Anthony E. KAYE. Sheila de Castro Faria realizou um balanço bibliográfico a respeito da questão da “comunidade escrava” e de outras categorias correlatas e observou que os autores que trabalharam com esse conceito não realizaram uma definição do termo, usando-o “como se houvesse um consenso sobre seu significado”. Ver a esse respeito FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 22, 122-146.

vivenda, as senzalas, os caminhos entre o local de trabalho e o espaço externo à propriedade rural, os rios, os morros com os pés de café plantados, foram todos locais de relacionamentos sociais e, possivelmente, de representação simbólica. Em uma sociedade marcada pela brutal desigualdade social, o controle do espaço foi uma necessidade premente para buscar refúgios e elaborar separações²⁹⁹. Homens e mulheres escravizados relacionaram-se de modo diferente com a espacialidade. Construíram, portanto, conhecimentos e usos diversos dos espaços³⁰⁰.

Por outro lado, a ação de muitos escravos e homens livres na década final da escravidão também foi conformada pelo contexto histórico mais amplo de crise do escravismo. Casos narrados neste capítulo mostraram que as ações senhoriais de controle e contenção e a resistência escrava foram objetos de uma incessante politização e movimentaram a opinião pública. Como se viu, os usos dos espaços de plantação foram um dos componentes para o funcionamento do poder senhorial e para a ação de resistência dos escravos. Ao mesmo tempo que servia para facilitar a disciplina e o controle da escravaria, a organização da espacialidade foi fonte geradora de conflitos. Esses conflitos se potencializaram devido ao momento de crise nacional da escravidão. Ora, esse mesmo contexto nacional de crise foi imperativo para um componente fundamental da história política deste período, qual seja, as cruentas rivalidades entre os partidos políticos do Império. Rivalidades que existiam em Bananal desde pelo menos 1842, com a revolta dos liberais, mas que se ampliaram no período entre 1878 e 1888. A escravidão, como não podia deixar de ser, foi elemento crucial nessas disputas partidárias e foco central de tensões nas relações de poder construídas para garantir a “perfeita ordem”, o “trabalho intenso” e a “produção e riqueza” senhoriais. O estudo dessas disputas partidárias ajuda a compreender o momento de crise nacional da escravidão e permite entrever a mudança da espacialidade das fazendas cafeeiras, anunciando um contexto com novas relações de trabalho e novos usos dos espaços produtivos.

²⁹⁹ DELLE, James A. op. cit. pp. 23-43.

³⁰⁰ Em seu livro sobre as plantations do Sul dos Estados Unidos, Stephanie Camp afirma que “the geography of containment did not hold women and men in the same ways, nor to the same degree, and it did not impose the same toll on all. Neither did it entirely enclose bondpeople of either sex”. Ver CAMP, Stephanie M. H. op. cit. p. 34.

CAPÍTULO IV – LUTAS POLÍTICAS, ABOLICIONISMO E A DESAGREGAÇÃO DA ORDEM ESCRAVISTA: O ESPAÇO DE ATUAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS

Após a lei que suprimiu o tráfico de escravos entre a África e o Brasil (1850), e até meados da década de 60, o clima político no Império era favorável àqueles que defendiam a escravidão. Nessa época, os proprietários de escravos se sentiam protegidos pelo Estado na delicada questão do elemento servil e não vislumbravam, por parte das autoridades e do Imperador, nenhuma atitude contrária aos seus interesses. Para Tâmis Parron, o momento vivenciou um arrefecimento das publicações e das iniciativas contra a escravidão e conheceu uma significativa “estabilidade discursiva” pautada pelo silêncio do Poder Legislativo nas questões relativas ao trabalho escravo. Segundo Robert Conrad, pouco se fez a favor dos escravos e dos africanos introduzidos ilegalmente no Brasil. Seguiu-se, então, “mais de uma década de quase silêncio sobre o problema dos escravos”³⁰¹.

Mesmo as suspeitas de desembarques ilegais de africanos após a aprovação da lei de 1850 e a celeuma produzida com a ação governamental não abalaram a confiança e a segurança depositadas na existência da instituição do trabalho escravo. Em Bananal, a denúncia de um desembarque ilegal e o envolvimento de grandes potentados locais estremeceram, por breve período, as relações de poder nessa localidade. No mês de dezembro de 1852, correu a notícia da chegada de um navio com africanos e do desembarque deles em terras da Fazenda Santa Rita, pertencentes ao Comendador Joaquim José de Souza Breves. O palco do desembarque seria o porto do Bracuchy, freguesia da Ribeira, próximo a Angra dos Reis. O ocorrido explicitava o desrespeito à recém aprovada Lei Eusébio de Queirós, diploma que procurou suprimir em definitivo o contrabando negreiro, existente no país e tolerado pelas autoridades desde 1831. Os

³⁰¹ PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil: 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 299-300. Conforme Parron, um desembarque ilegal de escravos em Serinhaém, Pernambuco, no ano de 1856, rompeu por breves instantes os silêncios sobre a escravidão que caracterizaram esse período. Contudo, tal fato não impediu que a escravidão se tornasse um “não evento na agenda política imperial”, de acordo com os exemplos apresentados por esse autor. *Ibid.* pp. 300-303. Ver também sobre esse momento histórico, CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 62; TOPLIN, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975. p. 41.

africanos desembarcados teriam sido remetidos para a cidade do Bananal, e um amplo conjunto de agentes repressores foi mobilizado pelo Ministro da Justiça, José Ildefonso de Souza Ramos, para investigar a transgressão. As ações repressivas deram resultado e no dia 16 de janeiro de 1853, 10 africanos boçais e um escravo ladino foram apreendidos em Bananal, em terras da Fazenda do Resgate, então pertencentes ao delegado de polícia Manoel de Aguiar Vallim – que seria demitido do seu cargo pelo chefe de polícia interino, o sr. Joaquim Fernandes da Fonseca, no início de fevereiro. No dia 20 de janeiro, mais 33 africanos foram retidos “em uma pequena mata de propriedade de José Barbosa, ainda no município do Bananal, junto da estrada que servia de caminho para Resende e São Paulo”³⁰².

O caso Bracuhy revelou, por um lado, o interesse do governo central de fazer cumprir a nova legislação antitráfico e, por outro, expôs o conflito dos potentados locais contra a administração central. Para se defenderem, os acusados pelo tráfico ilegal de africanos argumentaram sobre o perigo das insubordinações dos escravos e sobre a insatisfação provocadas pelas intervenções e investidas das autoridades no interior das fazendas. O episódio evidenciou também que, em casos envolvendo a questão da escravatura, liberais e conservadores se uniam em uma aliança de classe que fazia esmorecer as divergências políticas. Dentre os suspeitos pelo tráfico estavam os membros do Partido Conservador Manoel de Aguiar Vallim e seu sogro, Luciano José Nogueira, e os liberais Joaquim José de Souza Breves e o Major Antônio José Nogueira. Esses dois últimos estiveram diretamente envolvidos nas revoltas liberais de 1842, sendo que Breves foi, à época, preso em Bananal³⁰³.

³⁰² ABREU, Marta. O caso Bracuhy. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 169. Ver também LOURENÇO, Thiago Campos pessoas. *O Império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim Breves*. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. p. 149-163.

³⁰³ ABREU, Marta. op. cit. p. 171-176. Sobre a prisão de Breves em Bananal e o movimento de 1842, ver HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. 2010. 387 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 311. O trabalho de Jaime Rodrigues analisa quais foram os mecanismos utilizados pelo governo imperial para garantir o contrabando de africanos após a aprovação da lei de 1831 e, por outro lado, estuda também quais foram as medidas tomadas pelo governo para coibir o tráfico após 1850. RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. da UNICAMP/CECULT, 2000. p. 131-155.

O episódio envolvendo grandes senhores de escravos em Bananal esteve inserido em um contexto singular. A historiografia aponta que o cenário brasileiro de meados do século XIX apontava para a consolidação, no âmbito do governo central, do projeto dos saquaremas. As medidas executadas pelo Gabinete conservador que ascendeu ao poder em 29 de setembro de 1848 foram o ponto culminante de uma estratégia que vinha sendo praticada desde o final da década de 1830 pela revisão conservadora e que visava à centralização do sistema judiciário e à estabilidade da ordem social, com a defesa dos interesses dos grandes proprietários e da escravidão como elementos norteadores das políticas governamentais. A composição saquarema do Ministério capitaneado pelo Presidente do Conselho, Pedro de Araújo Lima, alcançou sucesso ao tentar colocar em prática uma ordem política em que as divergências entre as elites não deveriam desestabilizar a segurança das relações sociais e o domínio político dos proprietários rurais. Medidas centralizadoras adotadas ao longo da década de 1840, como a submissão do juiz municipal, do juiz de órfãos e do promotor público ao governo central e o esvaziamento das atribuições do juiz de paz, que perdeu suas prerrogativas policiais para os delegados e subdelegados nomeados e demitidos pelo Ministro da Justiça, seriam coroadas com as políticas aplicadas pelo Gabinete conservador, a quem coube a resolução de conflitos regionais (repressão ao movimento praieiro em 1848) e a aprovação da reforma centralizadora da Guarda Nacional, além da sanção da Lei de Terras e da lei que proibia o tráfico intercontinental, ambas aprovadas em 1850. Fixadas ao longo da década de 1840 e então firmemente laureadas com as medidas do Gabinete de 29 de setembro, cujo Presidente do Conselho foi Pedro de Araújo Lima, as fundações políticas do Império brasileiro funcionariam sem grandes abalos até pelo menos o início da década de 1880, quando a vaga abolicionista e as cizânias políticas exporiam a crise não somente da instituição escravista, mas da classe social que apoiava seu poder sobre as costas do escravo. O momento de inflexão desse longo período conhecido como Segundo Reinado – se é lícito escolher um – deu-se entre 1868 e 1871. Os dois marcos basilares foram, por um lado, a reviravolta política que levou à ascensão do Gabinete de 16 de julho de 1868, quando os liberais foram afastados do poder e o conservador Visconde de Itaboraí se tornou Presidente do Conselho, e, por outro, a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871³⁰⁴.

³⁰⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a*

Os três pontos fundamentais do projeto político construído na década de 1840 foram a estruturação de um Judiciário centralizado, que pudesse estabelecer vínculos entre o governo central e as municipalidades, a defesa da escravidão e a defesa dos interesses dos grandes proprietários de escravos, especialmente daqueles vinculados à produção cafeeira. Para funcionar, o projeto político saquarema articulou os níveis imperial, provincial e local e permitiu que os políticos da corte se interligassem com os interesses dos proprietários escravistas das localidades, construindo uma rede clientelística que vincularia todas as esferas do governo. Um dos principais objetivos dessas reformas centralizadoras seria a garantia da ordem pública, com a criação de mecanismos que pudessem viabilizar o domínio da classe dos proprietários mais ricos. Nesse sentido, a aprovação da lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841 e do Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842 cumpriram um papel de importância crucial para que o projeto político dos saquaremas pudesse funcionar. Esses dois diplomas – o primeiro é a Reforma do Código do Processo Criminal, o segundo o regulamento da execução da parte policial e criminal dessa mesma lei – são exemplos fundamentais para se entender as articulações que ocorreram entre os três níveis de governo. Daí se estruturou a centralização das atividades policiais e judiciárias do Estado Imperial e, por conseguinte, as articulações entre o “local” e o “central”³⁰⁵. A lei e o Regulamento

política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 254-255. GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. Sobre as medidas adotadas pelo Gabinete de 29 de setembro, ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 183-189. O momento histórico delineado neste parágrafo não foi isento de tensões e rivalidades partidárias, como demonstra a análise feita por Tâmis Parron sobre o momento da Conciliação. Ver PARRON, Tâmis. op. cit. p. 276-287. Francisco Iglesias, ao traçar o perfil da “vida política” do Império do Brasil entre 1848 e 1868, não deixou de salientar as divisões políticas características do período. Tais dissensões produziram, em muitos momentos, longas séries de gabinetes instáveis. IGLESIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico: reações e transações, t. II, v. 3, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. p. 09-112. Já Ricardo Salles observou que após a crise política de 1868, malgrado o recrudescimento da oposição à hegemonia saquarema, “o sistema continuou funcionando de acordo com as regras estabelecidas”. SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack: revista eletrônica semestral*. Guarulhos/SP: UNIFESP, n. 4, p. 5-45, nov. 2012. Disponível em: <almanack.unifesp.br>. Acesso em: 13 jan 2013. p. 10. Um esboço da oposição à hegemonia saquarema pode ser visto em CARVALHO, José Murilo. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: _____. (org.) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 17-41.

³⁰⁵ Os efeitos da lei não se restringiram à centralização das atividades policiais e judiciárias. Para Thomas Flory, a lei de 3 de dezembro provocaria também efeitos eleitorais, uma vez que os agentes indicados pelo governo central teriam clara influência nas eleições, na elaboração das listas de votantes etc. Nesse sentido, esse autor entendeu que após as reformas da início da década de 1840, passou a vigorar um “novo sistema eleitoral” que estruturou um “sistema político viável”. FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado em el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica. 1986. p. 279-280. Esse autor

acima mencionados permitem entender como os potentados nas localidades se articularam e se movimentaram para além dos limites de suas fazendas e da política municipal. Se olharmos da perspectiva dos senhores, os vínculos entre os níveis imperial, provincial e local ajudam a entender o espaço de atuação de muitos proprietários rurais e perceber a construção de ligações firmes e confiáveis, apesar de conflituosas em muitos momentos, com diferentes níveis de governo. Os senhores de escravos da localidade se inseriam no debate público acerca de diversos temas mas, principalmente, aqueles ligados às suas atividades econômicas e aos seus interesses financeiros despertavam mais atenção.

O espaço de atuação dos senhores de escravos, com ênfase para aqueles de maior expressão política e econômica no Município, incluía duas esferas intercambiáveis. A primeira delas dizia respeito ao entorno mais próximo à sua propriedade rural. Essa foi a esfera da vizinhança, por um lado, e das questões políticas do município, por outro. A documentação coligida para esta pesquisa demonstra claramente que mesmo as questões mais próximas do fazendeiro, como aquelas que diziam respeito aos seus vizinhos, aos caminhos que eram usados pelos escravos, prepostos ou por diversos proprietários ou mesmo a algumas questões relativas à administração interna da propriedade foram, em muitos momentos e ao mesmo tempo, questões políticas diretamente relacionadas aos participantes do poder na municipalidade. Foram, enfim, uma questão de interesse público do Município e, por consequência, assunto dos grandes potentados locais. De qualquer modo, essa foi a esfera mais ligada aos interesses imediatos do proprietário rural e que pode ser denominada de esfera municipal. A segunda esfera refere-se às interconexões entre o plano local e a realidade política do Império do Brasil e da economia-mundo. Tem-se, aqui, as questões políticas mais amplas sendo acompanhadas pelos proprietários da localidade que se movimentavam para procurar interferir e defender seus interesses, sempre que esses fossem ameaçados. O conhecimento desses assuntos políticos de maior amplitude permitiu uma atuação política que garantiu e reforçou o poder dos

continua a analisar os efeitos da lei de 3 de dezembro no capítulo seguinte, denominado “La política de la justicia, 1841-1871”. Nesse capítulo, destaca a importância das nomeações e a interferência do governo central nos interesses locais e na magistratura. O papel dos juizes para garantir as conveniências do governo central e a utilização política das remoções desses profissionais para localidades distantes foram práticas que estão intimamente associadas ao funcionamento do sistema político do Império. Ibid. p. 281-307.

grandes proprietários sobre o conjunto dos escravos e homens livres. Essa foi a esfera dos interesses políticos e econômicos mais amplos dos proprietários.

Considerar o espaço de atuação dos proprietários rurais da localidade a partir dessas duas esferas permite entender a geografia senhorial caracterizada pela vinculação dos potentados locais com os níveis do governo provincial e do governo central. Permite entender, igualmente, a dominação dos potentados locais sobre o conjunto de escravos e homens livres deles dependentes.

O tema das relações políticas entre o poder local e o poder central, intermediado pelo nível provincial, não é novo na historiografia brasileira e encontra-se diretamente relacionado às interpretações acerca das características e do funcionamento do Estado Imperial. As categorias de mandonismo, coronelismo, clientelismo e patrimonialismo são determinantes, por um lado, para se compreender as relações estabelecidas entre os potentados locais e o governo central e, por outro, facilitam o entendimento de muitas manifestações de poder de diversas autoridades no Império do Brasil³⁰⁶. Isso porque o personalismo foi uma das marcas de todas essas categorias. Acompanhadas por exhibições arbitrárias, o personalismo foi, nos dizeres do *Correio Paulistano*, “a fisionomia geral de quase todas as manifestações de autoridade”. Como decorrência, as “boas amizades”, o “favoritismo” e o “compadresco político” eram condições para salvaguardar qualquer pessoa das manifestações caprichosas do poder de qualquer autoridade ou dos potentados locais. O corolário dessas práticas, tão comuns no Brasil do século XIX, era o desrespeito às leis e a fragilização das instituições, pautas sempre presentes no noticiário jornalístico do Império do Brasil³⁰⁷. Por isso muitos homens livres e dependentes se interessavam por buscar ligações com os influentes locais, os potentados dos municípios. Isso representava a garantia de proteção e, por conseguinte, freio para as ações abusivas das autoridades. Richard Graham oferece-nos um exemplo disso na prática dos recrutamentos forçados para a Guarda Nacional ou para o exército, especialmente no momento da Guerra do Paraguai (1864-1870). Segundo esse autor, esse tipo de atitude garantia apoio eleitoral e interessava aos dependentes que se sentiam protegidos. Em seus termos, “proteger alguns pobres da ameaça de recrutamento surgia como tema tão frequente nos documentos da época que se pode acreditar que a sua

³⁰⁶ Ver a discussão historiográfica sobre esse assunto em CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

³⁰⁷ *Correio Paulistano*. 24/09/1873. Edição 5113. p. 1.

verdadeira finalidade era obrigar a todos a se identificarem com quem pudesse oferecer essa ajuda”. A obediência e a lealdade dos subalternos merecia recompensa. Uma das retribuições era a proteção contra esses recrutamentos³⁰⁸.

Para os propósitos deste trabalho, a pesquisa de Richard Graham constitui-se como um bom ponto de partida para se entender as relações entre o “local” e o “central” no período entre 1850 e 1888. O mais importante a reter do trabalho desse autor são as redes de clientelismo que muitos homens influentes procuravam formar no Império do Brasil e que vinculavam, em uma via de mão dupla, os senhores poderosos na localidade e o Gabinete no poder. Nas palavras desse autor, “inspetores de quarteirão, subdelegados, delegados e oficiais da Guarda Nacional trabalhavam junto com membros do Gabinete, reforçando a ordem pública sobre os escravos e os pobres”³⁰⁹. Outros sujeitos também participavam dessas redes, tais como os juízes de órfãos, os membros da Igreja, o Presidente de Província etc. Se, por um lado, ao longo da história do Segundo Reinado (1840-1889) esse funcionamento não aconteceu de modo rigidamente mecânico, dando margem para que a oposição em muitos momentos se organizasse, é preciso considerar que, por outro, a sentença de Graham tem o mérito de chamar a atenção para aqueles que, nas localidades, operavam a política imperial do Gabinete ora no poder com vistas à manutenção da ordem. Através do mecanismo das nomeações e exonerações previsto pelas reformas centralizadoras do início da década de 1840, a nova situação política, divergente da antecessora, construía as bases sociais para facilitar a governabilidade. Por fim, entrevê-se o interesse e a importância para os potentados locais em procurar um espaço de atuação que extrapolasse os limites de sua fazenda e da política do município. Os líderes locais procuravam agir para formar vínculos mais amplos que ultrapassavam os limites do município e, nesse sentido, a Corte foi um espaço aglutinador.

³⁰⁸ GRAHAM, Richard. op. cit. p. 48. Esse assunto da dependência que muitos homens livres estabeleciam com os proprietários poderosos foi trabalhado por Maria Sylvia de Carvalho Franco, que abordou a questão da dominação pessoal sobre os homens pobres e as estratégias de inserção desses sujeitos na sociedade escravista da época. Essa autora apontou ainda as consequências eleitorais dessas práticas de dominação. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p. 65-113. Sobre as questões do recrutamento e da força policial e os conflitos que surgiam entre a Assembleia Provincial e o Presidente da Província, representante do governo central, ver DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005. p. 191-200 e p. 254-261. Thomas Flory analisou o uso político do recrutamento para fins eleitorais (ou recrutamento seletivo), prática que pode ser entendida como uma das consequências da lei de 3 de dezembro de 1841. Ver FLORY, Thomas. op. cit. p. 292-293.

³⁰⁹ GRAHAM, Richard. op. cit. p. 100.

Ora, esse espaço de atuação dos proprietários das municipalidades era decorrência direta do arranjo institucional construído a partir do Ato Adicional de 1834 e da revisão conservadora dos anos 1840. Isso porque uma característica básica da reforma constitucional de 1834, como demonstraram Thomas Flory, Miriam Dolhnikoff e Maria de Fátima Silva Gouvêa, foi a subordinação dos municípios ao governo provincial e, mais especialmente, à Assembleia Provincial. Ao mesmo tempo, a centralização do judiciário fez com que o governo central pudesse estender suas articulações e sua influência até as municipalidades. Desse modo, as relações entre o “local” e o “central” foram intermediadas pela política provincial. Esse foi um espaço importante para as manifestações e a defesa dos interesses da localidade. Segundo Gouvêa, em debates na Assembleia a respeito do orçamento municipal, por exemplo, os discursos dos deputados provinciais manifestavam as demandas da localidade. O que se destaca do trabalho dessa pesquisadora é que entre o “local” e o “central” havia um importante espaço intermediário que era o da política provincial. Seu estudo evidencia a interferência e a força dessa instância de poder nos assuntos da localidade e a importância para os potentados locais em investir na defesa dos interesses de seus municípios na Assembleia Provincial. Por isso, esse órgão de poder foi palco de diversos conflitos entre representantes de várias partes da Província. Como a atuação dos potentados locais tinha de se dirigir para as instâncias superiores, o Presidente da Província também entrava em cena como ator importante na resolução dos conflitos internos entre os potentados locais e entre os interesses dos diversos municípios. Para Miriam Dolhnikoff, o Presidente de Província não pode ser considerado um mero articulador das vontades do governo central, pois sua atuação dependia de intensa negociação com a “elite da província” [os deputados] para que os objetivos de interesse do Gabinete fossem alcançados³¹⁰. Sendo assim, pode-se falar de um espaço

³¹⁰ FLORY, Thomas. op. cit. p. 244-246. DOLHNIKOFF, Miriam. op. cit. p. 100-118. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. A expressão “relações entre o ‘local’ e o ‘central’” é empregada, neste trabalho, no sentido de articulação entre os três níveis de governo, quais sejam, o governo imperial, o governo provincial e o município. Não se pode desconsiderar a política provincial como espaço de atuação dos potentados locais que lutavam, na Assembleia Provincial, para a garantia dos interesses de seu município e para a resolução dos conflitos internos entre as diversas facções locais. Para Thomas Flory, o Ato Adicional de 1834 representou um processo de “centralização intermediária”. Essa reforma constitucional foi uma resposta dos liberais que se desesperaram em governar o país sem o controle da justiça local. Em suas palavras, “el echo de conferir esos poderes a los gobiernos provinciales sólo podría considerarse como una medida descentralizante si el gobierno central hubiera tenido esos poderes anteriormente”. O estudo de Jonas Marçal de Queiroz mostrou como os proprietários se organizavam, especialmente com a fundação de Clubes da Lavoura, para pressionar e cobrar os políticos no âmbito da Província e do

intermediário de atuação dos proprietários locais. Esse espaço será de fundamental importância para satisfazer os interesses do município e, como se verá a seguir, será um dos palcos de disputa entre as parciaisidades locais.

Desse modo, dado o funcionamento político do Estado imperial, as articulações dos potentados locais extrapolavam os limites do município e se dirigiam para a Assembleia Provincial e para o governo central. Tal dado ganha relevo se considerarmos os momentos de crise que conduziriam, entre 1868 e 1888, à abolição da escravidão no Brasil. A “esfera dos interesses políticos mais amplos” e a “esfera do município” se imiscuíam, expondo uma geografia senhorial que articulava o “local” ao “central”.

Sendo assim, pode-se entender que os vínculos que os senhores estabeleceram para além das fronteiras de suas propriedades rurais e do município foram variados. Eles poderiam se relacionar diretamente aos interesses de *status* social e reforço do *éthos* senhorial ou aos seus interesses econômicos. Os senhores tiveram, assim, um espaço de atuação muito maior em tamanho e em mobilidade do que aquele vivenciado pelos escravos e por muitos homens livres nas localidades.

Os laços de parentesco podem ser uma das chaves para se entender as características do espaço de atuação dos proprietários rurais. Uma das estratégias recorrentes dos grandes potentados do século XIX foi a utilização do casamento como ferramenta para preservar a riqueza e garantir e ampliar os negócios e os interesses familiares. O casamento era visto como um dos meios para se preservar o patrimônio familiar e o importante era que ocorresse “entre iguais”, ou seja, entre membros da mesma classe. Para os senhores abastados, isso significou também uma estratégia para manter o prestígio e ampliar as redes. Ao mesmo tempo, o casamento foi um dos meios para consolidar alianças políticas e poderia ser uma investida que ocorria entre os membros da classe senhorial na própria localidade ou entre esses e os dirigentes do Império. Por conseguinte, a política foi outro caminho para afirmar o prestígio social. A força política trazia prestígio e respeito. Casamento e prática política – fosse ela feita no

governo central. Segundo esse autor, a ideia de formar Clubes da Lavoura e confederações mais amplas se espalhou no final da década de 1870. QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Da senzala à República: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889)*. 1995. 524 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. 2v. Ver especialmente o capítulo III dessa dissertação.

município, no âmbito da Província e da Assembleia Provincial ou na Corte – foram dois pólos constituintes de um direcionamento exercitado pela classe senhorial que comprovam o espaço de atuação para além da propriedade senhorial³¹¹.

Esse espaço de atuação fez com que os senhores de escravos da localidade se interessassem pelos acontecimentos nacionais e internacionais que pudessem interferir, por um lado, nos direcionamentos da política nacional e, por outro, na esfera dos interesses imediatos e do poder local do fazendeiro. Um bom exemplo disso é uma carta escrita pelo Barão de Bella Vista, importante fazendeiro de Bananal, e que está localizada em uma das salas da casa de vivenda da fazenda de mesmo nome. Tal documento relata sobre os contatos estabelecidos por esse senhor com agentes dos Estados Unidos, em um momento em que esse país vivenciava a Guerra Civil, e informa que o espaço de atuação de muitos senhores de escravos era bastante amplo. Na missiva, enviada do Rio de Janeiro, datada de 17 de dezembro de 1862 e remetida ao Presidente da Câmara Municipal da cidade do Bananal, o Barão afirmou que procurava “auxiliar a lavoura do nosso país” enviando “uma porção de sementes de algodão herbáceo da melhor qualidade que se conhece nos Estados Unidos”. O missivista disponibilizava, desse modo, “seis sacas das ditas sementes” ao Presidente da Câmara para que se pudesse distribuir “aos senhores fazendeiros” do Município de Bananal. Revelando a intenção de beneficiar a agricultura e o desenvolvimento da lavoura do país, o Barão de Bella Vista escreveu que “com muito prazer oferecemos qualquer informação às pessoas que querem dedicar-se a este ramo de lavoura, por estarmos em correspondência direta com agentes competentes nos Estados Unidos”. As sementes poderiam ser procuradas na Rua do Pescador, número 47.

Um escravista de Bananal, que envia uma carta do Rio de Janeiro e menciona sua “correspondência direta com agentes competentes dos Estados Unidos”. São

³¹¹ MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. SALLES, Ricardo Henrique. op. cit. p. 32. Ricardo Salles menciona os vínculos que vários importantes homens do Império do Brasil estabeleceram com suas bases políticas e sociais como, por exemplo, aqueles estabelecidos pelos saquaremas Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa, que se casaram com as filhas do proprietário João Álvares de Azevedo. Ibid. p. 8. Sobre o casamento de Paulino e de outros políticos importantes, ver CARVALHO, José Murilo de. Entre a autoridade e a liberdade. In: _____. (org.) *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 11-47. Sobre os interesses recíprocos de fazendeiros de casarem suas filhas e de juízes de aceitarem esse matrimônio, facultando assim uma ampliação dos contatos dos poderosos da localidade dentro do governo e da burocracia central, ver FLORY, Thomas. op. cit. pp. 300-302. Esse autor cita também o exemplo de Paulino e os do magistrado Albino José Barbosa de Oliveira e de Firmino Rodrigues Silva.

exemplares as referências contidas nesse documento. Elas informam como muitos escravistas estavam inseridos e bem informados a respeito dos eventos no âmbito internacional e revelam como é possível conceber em um mesmo quadro analítico muitas das questões relativas à economia-mundo do espaço Atlântico no século XIX³¹².

Contudo, a iniciativa do Barão de Bella Vista parece não ter transformado a vocação cafeeira da localidade de Bananal. Em ofício de 1º de abril de 1869, os vereadores da cidade remeteram ao Presidente da Província, o Barão de Itaúna, um relatório com a descrição geográfica e econômica desse município. Nesse documento, verifica-se a preeminência do café como atividade econômica principal, ao lado da produção de diversos mantimentos, como o arroz, o milho, a farinha de mandioca e a aguardente de cana, sendo “pouca ou insignificante a plantação de algodão e fumo”³¹³.

O fracasso da iniciativa do Barão de Bella Vista não esconde, contudo, a centralidade da Corte no contexto da formação e estruturação do Estado Nacional brasileiro. A carta demonstra o vínculo que muitos senhores locais estabeleceram com a cidade do Rio de Janeiro. No conjunto documental pesquisado, notam-se de modo claro os contatos entre uma e outra localidade. Desse modo, entende-se porque Manoel de Aguiar Vallim, proprietário da Fazenda do Resgate, foi proprietário de uma casa de sobrado localizada na Rua do Conde D’Eu, número 159, e igualmente porque Maria Candida Ribeiro, uma das filhas de Candido Ribeiro Barbosa, rico proprietário da

³¹² Sublinhe-se que esse é o momento da Guerra Civil americana. Os debates sobre esse acontecimento também repercutiram no meio político brasileiro. Após o término da guerra nos Estados Unidos, D. Pedro II passou a pressionar os membros mais progressistas dos ministérios e mesmo do Conselho de Estado para reformar a escravidão. A esse respeito, ver o trabalho de PARRON, Tâmis. op. cit. p. 319-324. Robert Conrad disse que o resultado da Guerra Civil vai enfraquecer a escravatura no Brasil e despertar a oposição ao trabalho escravo. Sobre a ação de D. Pedro II como reflexo da situação do trabalho escravo no plano mundial, ver CONRAD, Robert. op. cit. p. 88-91. Para um estudo de história comparada em perspectiva atlântica, ver BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010. Ver também ZEUSKE, Michael. Comparing or interlinking? Economic comparisons of early nineteenth slave systems in the Americas in historical perspective. In: DAL LAGO, Enrico & KATSARU Constantina. *Slave systems: ancient and modern*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 148-183. TOMICH, Dale. *Through the prism of slavery. labor, capital, and world economy*. Boulder: Rowman & Littlefield, 2004. p. 56-71. Sobre a cultura de algodão na Província de São Paulo e o interesse inglês em propagar o plantio dessa cultura em outras partes do mundo com o objetivo de se “libertar da dependência quase exclusiva do mercado americano”, ver CANABRAVA, Alice P. *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. São Palo: EDUSP, Associação Nacional de História, 2011. Essa autora analisa a atuação da “Associação para o Suprimento do Algodão em Manchester”, fundada em 1857, e do superintendente da estrada de ferro Santos-Jundiaí, Jean Jacques Aubertin, no desenvolvimento da plantação de algodão na Província de São Paulo na década de 1860. Ibid. p. 79-87.

³¹³ AESP. Ofícios diversos de Bananal: 1869-1891. Caixa 35. Ordem 829. Pasta 1. Doc. 14. O ofício está assinado por Francisco Xavier Vahia Durão, Antonio Caetano de Oliveira Carvalho, Henrique José da Silva, Candido Pereira Leite e João Candido de Macedo.

Fazenda dos Coqueiros, casou-se com José Leite de Figueiredo, comissário de café no Rio de Janeiro³¹⁴. A cidade do Rio de Janeiro foi de fato um espaço de circulação importante e de estada dos senhores de muitos municípios. De lá, era possível informar-se dos acontecimentos políticos nacionais e internacionais. Lá era o local que centralizava as exportações de café e, portanto, centro aglutinador da produção cafeeira do Vale do Paraíba. Muitos proprietários rurais dos municípios cafeeiros estabeleceram vínculos fortes com comissários baseados na Corte³¹⁵. A cidade destacava-se pelo sua importância econômica e política, pelas ligações com a economia mundial e pelo cosmopolitismo que favorecia o intercâmbio de ideias e notícias. Além disso, as fontes documentais são pródigas em expor as diversas necessidades que eram atendidas na Corte. Uma delas, e de fundamental importância após 1850, era a do tráfico interno de escravos. Muitos senhores compravam diretamente os escravos oriundos do tráfico interno no mercado do Rio de Janeiro³¹⁶. Desde muitos antes de 1850, a cidade do Rio de Janeiro já mostrava sua importância como centro irradiador e distribuidor de escravos para o Sudeste e para as províncias do sul. Na era do tráfico intercontinental, os comerciantes cariocas construíram sua hegemonia controlando uma série de mecanismos que permitiram o domínio do “capital traficante carioca” nos negócios do tráfico³¹⁷.

Outros proprietários tiveram a oportunidade de expandir seu espaço de atuação para cidades próximas a Bananal. O complexo produtivo administrado por Manoel de

³¹⁴ Inventário de Manoel de Aguiar Vallim de 1878. MMN/ Caixa 170/ nº de ordem 3472. 1º Ofício. Sobre o casamento de José Leite de Figueiredo, ver RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. *O caminho novo: povoadores do Bananal*. São Paulo: Governo do Estado, 1980. p. 135. Sobre a importância da cidade do Rio de Janeiro, ver também MATTOS, Ilmar Rohloff de. op. cit. p. 62-63.

³¹⁵ Sobre os vínculos entre proprietários de café e comissários e a importância dos créditos agrícolas para financiar a produção de café, com destaque para a centralidade da Corte, ver SWEIGART, Joseph E. *Coffee factorage and the emergence of a Brazilian capital Market, 1850-1888*. New York and London: Garland Publishing, 1987. p. 66-186. Sobre os comissários, ver também FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. op. cit. p. 170-192.

³¹⁶ Não é difícil encontrar, na documentação pesquisada, escravos que foram comprados por seus senhores no Rio de Janeiro. Um dos exemplos mais dramáticos identificados nesta pesquisa é o de Joaquim, escravo de Luiz Vianna de Hermógenes. Esse caso foi analisado no capítulo II.

³¹⁷ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Dentre esses mecanismos, destacam-se a propriedade ou locação dos navios envolvidos no tráfico, a formação de estoques de mercadorias que seriam usadas no escambo na África e a montagem de um “sistema de seguros marítimos” para garantir a realização de um empreendimento marcado pela insegurança e pelo risco. Ibid., p. 120-137. Sobre a participação dos Estados Unidos no tráfico intercontinental para o Brasil, ver MARQUES, Leonardo. *Os Estados Unidos no tráfico ilegal para o Brasil. Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, SC, 2013. p. 1-20. O artigo pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos.6/leonardomarques.pdf>>. Acesso em: 29 set.2013.

Aguiar Vallim é um caso exemplar. Esse poderoso proprietário de escravos administrou um conjunto de cinco fazendas importantes. Alinhadas em continuidade, as terras desse escravista seguiam para Barra Mansa, município limítrofe a Bananal mas que se localizava na Província do Rio de Janeiro. A principal fazenda foi, sem dúvida, a Fazenda do Resgate. Conforme inventário desse escravista, essa última fazenda possuía 285.200 pés de café em uma área de aproximadamente 197 alqueires de matas virgens, capoeiras e cafezais. Na Fazenda das Três Barras havia mais 226.500 pés de café em mais ou menos 231 alqueires. No Sítio da Perapetinga existiam 25.000 pés de café em 20 alqueires e na Cruz havia 96.000 pés de café em 69 alqueires. E, como foi dito anteriormente, seu complexo produtivo estendeu-se até Barra Mansa, na Província do Rio de Janeiro, onde se localizava a Fazenda da Bocaina³¹⁸.

Outro exemplo é o do 1º comendador Antonio José Nogueira. Esse escravista, no ano de sua morte (1864), possuía 403 escravos espalhados em diversas fazendas e sítios entre Bananal e Angra dos Reis. Em um relato inusitado presente no livro de Agostinho Ramos, verifica-se quais eram os interesses de Nogueira em manter uma fazenda nesse município da Província do Rio de Janeiro. Ramos apresentou o depoimento do casal José de Paula Ramos e de Ana Maria Nogueira Ramos, ambos com quase noventa anos e parentes do comendador Nogueira que viviam em Lorena. Ramos era filho de Ernesto Ramos Nogueira, “amigo decidido do comendador Nogueira”. Segundo o depoimento do casal, Nogueira tinha muitos negócios e dentre eles “cuidava também do tráfico de negros”. Assim,

Desembarcados do navio negreiro, procedente de Loanda, Angola, Guiné – a leva de escravos transpunha a serra e na Fazenda Quimbaca, ‘era armazenada’ debaixo de uma grande pedra, lá existente, [a]ssim, numa espécie de caverna.

Aí, tais escravos, permaneciam pouco tempo, para o fim de, mais ou menos, aprenderem nossa língua, como, também, para se adaptarem à nossa alimentação, vez que, eram ‘artigos’ de comércio.

‘O mais importante, meu pai contava’ (é D. Ana Maria quem fala) – O comendador Nogueira teve notícia de que um navio pirata, ou da marinha inglesa se aproximava, procurando o navio negreiro para o fim de apresá-lo. O que faz o comendador: pessoalmente, no porto de Angra dos

³¹⁸ Conforme Inventário de 1878. MMN/ Caixa 170/ nº de ordem 3472. O registro sobre a Fazenda da Bocaina não informou o número de pés de café e nem a quantidade de terras.

Reis, mandou que apressadamente fosse descarregada a ‘carga’ e que se afundasse, logo, o dito navio. Assim foi feito³¹⁹.

O relato impressiona por vir de um livro que procura enaltecer a figura de escravistas como Nogueira, sem levar em consideração, como se pode inferir da narrativa, as condições dos escravos e a desumanidade do tráfico. De qualquer modo, é uma boa justificativa dos interesses que vinculavam proprietários escravistas de Bananal com o município de Angra dos Reis, demonstrando que o espaço de atuação desses proprietários rurais era amplo e vinculava-se, por vezes, às questões maiores do espaço Atlântico.

Por outro lado, a ligação dos senhores com outras localidades aconteceu muitas vezes através das relações familiares que ampliavam os contornos de mobilidade desses senhores. Assim, por exemplo, o inventário de Marcos de Oliveira Arruda (1881) informa que esse escravista tinha filhos residentes em São Paulo, Jundiaí e Mar de Espanha, na Província de Minas Gerais e também uma neta inventariante em Petrópolis, Província do Rio de Janeiro. Além disso, a esposa do falecido encontrava-se fora de Bananal “a passeio” na casa dos filhos, desde o “sétimo dia da morte do inventariado”³²⁰.

Como se viu, no plano político os anos de 1850 e 1860 foram um período de relativa estabilidade e de garantia para os escravistas. No entanto, acontecimentos nacionais e internacionais minariam aos poucos as bases nas quais estavam assentadas a instituição da escravidão no Brasil. Diversos historiadores já analisaram as repercussões que o resultado da Guerra Civil americana (1861-1865) produziu na classe política brasileira. O final da década de 1860 já anunciava a mudança. A crise política de 1868 e o fortalecimento das vozes de oposição aumentaram a circulação das ideias contrárias aos interesses dos proprietários escravistas. Segundo diversos estudiosos, a crise do

³¹⁹ RAMOS, Agostinho. *Pequena História do Bananal*. São Paulo: Gráfica Sangirard, 1975. p. 395-396. Deve-se sublinhar que Nogueira e outros potentes de Bananal participaram do desembarque de africanos conhecido como “caso Bracuhy”, em 1852. Nesse episódio, Nogueira foi um dos responsáveis por “distribuir” 250 “negros novos” para outras fazendas do Vale. Sem dúvida que essa distribuição esteve facilitada pelas suas propriedades em Angra dos Reis, local do desembarque dos africanos ilegalmente importados. Ver a respeito LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. op. cit. p. 152.

³²⁰ Eram eles o Dr. Marcos de Oliveira Arruda, que morava em São Paulo, o Dr. Ignácio José de Oliveira Arruda, residente em Jundiaí e D. Helena Arruda Barbosa da Silva, casada com João Barbosa da Silva e Sá e residente em Mar de Espanha, Minas Gerais. A neta chamava-se Alba Nogueira Arruda, de dezessete anos de idade e filha do finado herdeiro Boas Ignácio de Oliveira Arruda. MMN/ Caixa 12/ nº de ordem 252. 2º Ofício. Inventário de 1881.

gabinete de Zacarias de Góes (liberal), provocou um considerável desgaste da Monarquia. Já salientamos que a ascensão ao poder do conservador Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), em 16 de julho de 1868, causou uma ruptura política que foi considerada como um divisor de águas na história política da Monarquia. Os conservadores, a partir de então, exerceriam o controle do governo por dez anos³²¹. Por essa época, os clubes emancipacionistas e os jornais antiescravistas estavam contribuindo para aumentar a circulação das ideias contrárias ao trabalho escravo. Entre maio e julho de 1869, na fase final da Guerra do Paraguai, projetos reformistas que visavam a liberalizar a escravidão foram apresentados ao Poder Legislativo. A maioria desses projetos nem entrou na pauta de discussões. Contudo, no dia 25 de agosto passou a vigorar a lei que proibia os leilões públicos de escravos e a separação de casais e seus filhos com idade inferior a 15 anos. E, mais uma vez, um evento internacional levaria as discussões no Brasil a novos patamares: a Espanha aprovava, em 1870, uma lei concedendo a liberdade aos recém nascidos e aos idosos em Cuba e Porto Rico. Desenvolvia-se, portanto, um ambiente político que iria pressionar o governo e levaria à discussão de um projeto para favorecer a liberdade dos recém-nascidos – a Lei do Ventre Livre, aprovada em 28 de setembro de 1871. O debate nacional que precedeu a aprovação da referida lei foi, na avaliação de Conrad, “quase sem precedentes”³²².

Para Ricardo Salles, o período em tela marcou a “disjunção entre as percepções que fazendeiros e estadistas tinham da situação”, ou seja, dos rumos e das soluções acerca do trabalho escravo³²³. No que diz respeito aos debates que levaram à aprovação

³²¹ TOPLIN, Robert Brent. op. cit. p. 45-47; CONRAD, Robert. op. cit. p. 103-106. Sérgio Buarque de Holanda inicia seu livro sobre a Monarquia com esse evento político. Para esse autor, houve uma “recomposição de forças e programas políticos” a partir de 1868, que vai fazer crescer a oposição à Monarquia. 1868 teria sido um momento de “clivagem” na história política do regime de D. Pedro II e marcaria “o ponto de partida mais visível da deterioração do regime”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Tomo II, 5º Vol. p. 07. Francisco Iglésias entende que 1868 encerrou o período de esplendor da Monarquia e iniciou o momento de crises que levarão à queda do Imperador D. Pedro II. IGLÉSIAS, Francisco. op. cit. p. 107-112. A ruptura de 1868 foi de fato um dos eventos mais importantes da história política do Império do Brasil. É possível considerar que a partir desse momento, por intermédio do Clube Radical – grupo político composto por dissidentes do Partido Liberal – e da maçonaria, diversos atores importantes que defendiam o fim da escravidão, como Luiz Gama, Ferreira de Menezes e Rui Barbosa, iniciaram uma militância política mais intensa pela causa abolicionista. Ver a esse respeito AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010. p. 107-113.

³²² CONRAD, Robert. op. cit. p. 106-116. Ver também CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* p. 308.

³²³ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 81.

da Lei Rio Branco, conhecida como “Lei do Ventre Livre”, a disjunção ocorreu, conforme salientaram outros autores, no âmbito nacional, ou entre as regiões brasileiras. O debate do projeto sobre a “reforma do estado servil” provocou, portanto, uma desunião entre os fazendeiros de diversas partes do país e também entre os estadistas representantes de regiões onde o trabalho escravo tinha importância política e econômica declinante. A defesa da escravidão nos debates ficou majoritariamente concentrada nos representantes das regiões produtoras de café, uma decorrência da concentração de escravos nos municípios cafeicultores. Dos 45 deputados contrários à reforma na Câmara, 30 (66,7%) eram do Centro-Sul, ou seja, de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro (incluindo o Município Neutro) e São Paulo. No Senado, dos 7 contrários, 5 (71,4%) eram dessa região. As discussões também provocaram cisões internas nos dois partidos, o Liberal e o Conservador³²⁴.

Os proprietários de escravos de Bananal participaram desse debate e marcaram posição contrária à aprovação do projeto que levaria à Lei do Ventre Livre. Atentos aos acontecimentos da política nacional, esses homens temiam que a reforma em discussão pudesse interferir em seus negócios privados. Em representação sobre o “elemento servil” publicada no *Diário do Rio de Janeiro* de 22 de junho de 1871, 144 defensores da escravidão em Bananal, dentre eles um padre, o presidente da Câmara Municipal, vereadores, muitos proprietários de escravos e eleitores dos dois partidos (o Liberal e o Conservador) opuseram-se ao referido projeto de orientação emancipacionista que se

³²⁴ CONRAD, Robert. op. cit. p. 114-116. Ver também a tabela 21 à página 362. CARVALHO, José Murilo de. op. cit. p. 308-311. Não se pode deixar de mencionar outras disjunções que passaram a existir na década de 1860, fruto do recrudescimento do debate político, e que se tornaram mais explícitas após o evento de julho de 1868. Esse é um ponto importante porque senão corre-se o risco de simplificar o entendimento do processo político e empobrecer o debate acerca do mecanismo de funcionamento da política imperial. Nessa época apareceu com força uma série de discussões acerca de questões que estavam diretamente ligadas às reformas saquaremas do início da década de 1840 e aos mecanismos de funcionamento da política imperial. Sobre esses pontos e o fato de o republicanismo ter significado um retrocesso no debate político e na discussão de reformas, ver CARVALHO, José Murilo de. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove*. Centre for Brazilian Studies. University of Oxford, Working Paper. s/d. p. 1-22. Ver também SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). *Revista de Índias*, Madrid, v. 71, n. 251, p. 259-284, 2011. As mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX foram mais amplas e complexas, e não podem ser restringidas a esse ou aquele assunto. Essas mudanças provocaram crescente insatisfação e facultaram o surgimento de uma oposição ao Estado Imperial, à burocracia, ao patronato político etc. Ver a esse respeito COSTA, Emília Viotti da. Brasil: a era da reforma, 1870-1889. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. Vol. V. p. 705-760. Sobre a oposição dos cafeicultores do Vale do Paraíba à Lei do Ventre Livre e o contexto geral das representações contrárias ao projeto em discussão, ver PANG, Laura Jarnagin. *The State and agricultural clubs of Imperial Brazil, 1860-1889*. 426 f. (Doctor of Philosophy in History) – Graduate School of Vanderbilt University, Vanderbilt University, Nashville, 1980. p. 84-124.

discutia no Legislativo. A lista de assinaturas estava encabeçada por um dos grandes escravistas de Bananal, Manoel de Aguiar Vallim, membro do partido Conservador e, como se viu, um dos envolvidos no caso Bracuhy no início da década de 1850. Mais uma vez, como em 1852 no processo envolvendo o contrabando ilegal de africanos, as questões relativas ao trabalho escravo aproximavam liberais e conservadores numa união representativa dos interesses dos proprietários escravistas. Esses dois episódios da história de Bananal, separados por um hiato de cerca de dezenove anos, reforçam os vínculos incontestáveis que os proprietários de escravos tiveram com a instituição da escravidão e corrobora, uma vez mais, os elos desses homens com as bases materiais da vida social e econômica.

No entanto, no caso da *Representação*, a aproximação dos liberais com os conservadores talvez tenha sido parcial, indicando neste momento uma ruptura de interesses de classe. Chama a atenção a ausência de liberais históricos do município de Bananal entre os signatários, dentre eles o Comendador Antonio José Nogueira e o Dr. João Venâncio Alves de Macedo. O periódico *A Reforma* de 20 de junho de 1871 talvez explique a ausência. Um comunicado enviado por um correligionário “diretamente interessado na sorte da lavoura, e um dos cidadãos mais conspícuos da província de São Paulo” (seria o chefe do partido liberal, o comendador Antonio José Nogueira?), informava que os conservadores de Bananal estavam se arregimentando para levar à Câmara um protesto contra a questão do elemento servil que se discutia no Parlamento. Porém, o missivista informava que o Partido Liberal de Bananal se posicionava contra o conteúdo da *Representação* e desejava que se resolvesse “o problema da emancipação, ao que está ligado o futuro do país”. Além disso, denunciava que o delegado de polícia era o responsável por recolher as assinaturas e que “os liberais têm sido fortemente instados para assinarem o protesto”. Por fim, o missivista escreveu que

Nós aderimos aos princípios sustentados pelos liberais do senado, e não desejamos que se creia que o partido liberal daqui faz causa com a propaganda escravagista, que tememos traga as mais graves perturbações ao país, se não for sendo contrariada nos próprios centros agricultores³²⁵.

Surgido como resultado da reviravolta política de 1868 que levou ao poder o partido conservador na pessoa do visconde de Itaboraí, *A Reforma* foi o periódico lançado para defender as idéias dos liberais dissidentes, dentre eles o antigo Presidente

³²⁵ *A Reforma*. 20 de junho de 1871. n. 138. p. 1.

do Conselho e um dos derrotados com a mudança de julho de 1868, Zacarias de Gois e Vasconcelos³²⁶. A adesão aos “liberais do Senado” informa sobre os vínculos estabelecidos entre os membros do Partido Liberal em Bananal e os políticos do mesmo partido no Senado, com destaque para o senador José Thomaz Nabuco de Araujo. A avaliação dos votos dos membros do Partido Liberal no Senado quando da votação da Lei do Ventre Livre demonstra a adesão às idéias reformistas que estavam sendo discutidas. Dos 16 senadores liberais, oito votaram a favor da Lei do Ventre Livre, sete se encontravam ausentes e apenas Zacarias votou contra. O voto desse último justifica-se pelos desgostos advindos da crise política que o tirou da Presidência do Conselho, em 16 de julho de 1868. Além disso, segundo Conrad, “Zacarias não se opunha à própria lei” mas tinha ressentimentos “da iniciativa do Partido Conservador e do seu apoio a uma medida que, *por direito*, pertencia a ele e ao Partido Liberal”³²⁷. A ressalva feita ao voto de Zacarias, contudo, não esconde as divisões internas que, mesmo no Senado, o Partido Liberal enfrentava acerca da questão da “reforma do estado servil”. Alguns senadores ausentes discursaram contra o gabinete e abandonaram a votação, retirando-se para suas províncias, quando o projeto foi remetido ao Senado³²⁸.

Como entender a ausência de expressivos representantes do Partido Liberal de Bananal entre os signatários da *Representação* contra a Lei do Ventre Livre? Como se pode observar da missiva do correligionário liberal d’A *Reforma*, existia uma disjunção política entre os proprietários de escravos no tocante ao projeto em pauta. Motivos político-partidários explicam a ausência de importantes escravistas de Bananal, como a do chefe do partido liberal – comendador Antonio José Nogueira – e de seu cunhado, o dr. João Venâncio Alves de Macedo, na *Representação* encabeçada por Manuel de Aguiar Vallim. As rivalidades entre correligionários liberais e conservadores em Bananal eram severas e uma *Representação* encabeçada por um dos expoentes do Partido Conservador em Bananal, Manoel de Aguiar Vallim, permite entender o motivo

³²⁶ IGLESIAS, Francisco. op. cit. p. 112. TOPLIN, Robert Brent. op. cit. p. 46.

³²⁷ CONRAD, Robert. op. cit. p. 116. Conseguimos localizar uma manifestação pública de apoio ao senador Nabuco de Araújo assinada pelos liberais de Bananal. Tal manifestação, de 1875, elogia os seus “brilhantes discursos” proferidos no Senado, especialmente aqueles que diziam respeito “ao projeto da reforma eleitoral”. A “justa manifestação” termina da seguinte maneira: “e o Partido Liberal deste obscuro canto da nossa terra, (...) associa-se de corpo e alma aos patrióticos sentimentos de v. ex., seu ilustre chefe, assegurando-lhe toda a sua dedicação na cruzada do futuro, qualquer que seja o acometimento”. Encabeçava a lista de assinaturas o chefe do Partido Liberal de Bananal, comendador Antonio José Nogueira. *Correio Paulistano*. 31/08/1875. Edição 5669. p. 1.

³²⁸ *Discussão da Reforma do Estado Servil na Câmara dos Deputados e no Senado*. II, Apêndice, pp. 151-154.

da ausência do líder da facção rival, o comendador Antonio José Nogueira. Por outro lado, o conteúdo da reclamação do correligionário liberal de Bananal reverbera, em um momento ainda distante da vaga abolicionista que assolaria diversas regiões do país na década de 1880, a posição de alguns liberais a favor da resolução do problema da mão de obra.

Bananal foi, sem dúvida, um dos baluartes do escravismo no Brasil Imperial e, por intermédio dessa *Representação*, marcou sua contrariedade com as discussões que se travavam no Parlamento acerca do “ventre livre”, do pecúlio do escravo e do direito à alforria. O documento mostra que a vinculação dos proprietários de escravos de Bananal com as questões da política nacional e mesmo com aquelas ocorridas no plano internacional – “A face desse problema [do elemento servil] entre nós é muito diferente da que assumiu nos Estados Unidos” – foi um dos componentes da estratégia de dominação e de articulação política desses sujeitos. Os “lavradores e proprietários de escravos” de Bananal afirmavam que a extinção imediata da escravidão seria “um erro e mal de consequências incalculáveis”. Por outro lado, seria muito pior a conservação do “regime escravo desmoralizando-o completamente”. Se a primeira solução seria funesta, a segunda seria “funestíssima”. Manifestando preocupação com o “estado equívoco” em que viveria a “classe que, não sendo escrava, livre também não era, porque achava-se obrigada a serviços até os 21 anos”, e temendo o “mundo de ideias” que poderia surgir no menor livre que iria viver ao lado dos pais em cativeiro, os signatários revelaram seus temores a respeito da intromissão do poder público nas relações entre os senhores e seus escravos. Ao revelar uma preocupação hipócrita com o destino da criança com 8 anos encaminhada para os cuidados do governo, a *Representação* esclarecia que o poder público não possuía “em larga escala os estabelecimentos próprios para o tratamento e conveniente serviço dos menores”. Restaria perguntar aos signatários se os menores, escravos ou não, teriam o tratamento adequado e o “conveniente serviço” permanecendo nas fazendas cafeeiras.

Outro ponto de desgosto – “a vindita (sic) armada sobre todos os tetos” – seria a “alforria forçada” prevista no projeto. A questão do pecúlio mataria o espírito filantrópico dos fazendeiros e abriria novo campo de lutas entre os senhores e seus escravos. Citando o artigo 4º, parágrafo 2, os proprietários manifestavam preocupação com questões do tipo “o escravo tem direito a alforria por meio de seu pecúlio ou por

liberalidade de outrem”. Para os signatários da *Representação*, seria perigoso “regular as relações entre o senhor e o escravo” principalmente porque o direito de propriedade não poderia ter um de seus principais atributos – “a livre disposição do objeto” – suprimido, uma vez que ficariam à mercê de aventureiros. “Ou existe a propriedade com todas as suas qualidades essenciais, ou então não pode decididamente existir”, vaticinavam os signatários. O ideal, na visão dos defensores da escravidão em Bananal, seria marcar para o fim do século “a derradeira hora da escravidão”.

Três pontos da “Representação de Bananal” expõem a ideologia escravista desses renhidos proprietários. Para eles, a escravidão fundava-se na autoridade senhorial e na não interferência do poder impessoal do Estado nas relações entre os senhores e os escravos³²⁹. O poder público e as leis deveriam garantir, sempre, o reforço da autoridade moral do senhor. O “espírito filantrópico” seria outro ponto fundamental da ideologia escravista. Segundo a *Representação*, os senhores tinham por prática conceder aos escravos “prazos de terra para o cultivo [a roça cultivada pelos escravos]” e ao mesmo tempo proporcionar a eles “auxílios de toda a espécie” que permitiriam aos cativos o acúmulo de numerário. Um terceiro ponto da ideologia escravista estaria relacionado com uma concepção absoluta da noção de propriedade, garantindo ao proprietário “a livre disposição do objeto”.

Reforço da autoridade senhorial sem interferência externa, noção absoluta de propriedade e espírito filantrópico: eis os pilares da ideologia escravista presentes na “Representação de Bananal” de junho de 1871. Esses pilares serviriam, segundo seus signatários, para manter a ordem nas fazendas e permitiriam o controle do senhor sobre os escravos, por meio das concessões senhoriais. Os senhores tinham consciência de que o exercício do cativo era uma relação social que pressupunha o reconhecimento público. De acordo com a *Representação*, a escravidão seria “um fato filosoficamente lamentável”, mas não deixaria de ser “um fato”, uma instituição que se achava “entranhada no âmago da nação, influenciando em todas as suas vísceras”. As relações entre senhor e escravo deveriam permanecer como atualmente estavam porque as “ideias filantrópicas que tão vigorosas iam se desenvolvendo entre os lavradores”

³²⁹ Esse desejo de não interferência do Estado nas relações entre senhor e escravo relaciona-se ao “princípio da soberania doméstica”. Ver a respeito MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 65-68.

encaminhariam uma solução para o problema do elemento servil com a marcha da “ideia emancipadora”³³⁰.

A questão da legitimidade foi, portanto, um dos pontos substanciais da relação entre senhor e escravo. Assim, ao enfatizar a força moral do senhor, por um lado, e o caráter absoluto da noção de propriedade, por outro, a ideologia senhorial reforçava a questão da legitimidade do cativo no plano interno das fazendas e a legalidade do cativo como fato social. No entanto, nas décadas de 1870 e 1880, cada vez mais a defesa da escravidão se daria não com base no direito natural ou no reconhecimento de sua legitimidade, mas sim com os argumentos da legalidade que estavam vinculados ao direito positivo. Nesse momento histórico, o respeito à propriedade erigiu-se como o argumento fundamental para a defesa da escravidão. Sob a ótica senhorial, o Estado, como detentor do poder coativo, deveria servir de garante para a preservação da propriedade escrava³³¹. Por fim, cabe salientar que a *Representação* é um exemplo de como os proprietários de escravos temiam a ingerência das ações do Estado na esfera dos seus interesses imediatos.

Como se sabe, o ponto de vista exposto pela *Representação* foi derrotado e a Lei do Ventre Livre foi aprovada em 28 de setembro de 1871. A sanção dessa lei significou, para muitos escravistas, uma derrota. Por outro lado, muitos renhidos defensores da escravidão logo passaram a entender as fragilidades da lei e os benefícios políticos que poderiam ser auferidos com a defesa desse diploma como solução definitiva para a questão do elemento servil³³². Além disso, o quadro econômico nacional produziria, na década de 1870, outra disjunção importante. O comércio interprovincial de escravos provocou desequilíbrios regionais que desencadearam reações contrárias à escravidão.

³³⁰ *Diário do Rio de Janeiro*. 22 de junho de 1871. n. 171. p. 2. A *Representação de Bananal* encontra apoio nas seguintes edições: *Diário do Rio de Janeiro*. 25 de junho de 1871. n. 174. p. 2 (artigo assinado por “um lavrador”); *Diário do Rio de Janeiro*. 29 de junho de 1871. n. 178. p. 2 (defesa na Câmara dos Deputados em sessão de 28 de junho feita pelo deputado Rodrigo Silva); *Diário do Rio de Janeiro*. 27 de julho de 1871. n. 206. p. 2 (mais 20 signatários de Bananal manifestam apoio, totalizando, portanto, 164 assinaturas oriundas de Bananal); *Diário do Rio de Janeiro*. 17 de agosto de 1871. n. 227, p. 3 (apoio à *Representação de Bananal* mandada publicar por lavradores e proprietários de São Luiz do Paraitinga, comarca de Paraíba). Esses apoios indicam a extensão em que se operava a luta política dos escravistas de Bananal, com suas ligações na escala da política imperial. Sobre as representações e as tentativas dos proprietários de se organizarem contra a lei do Ventre Livre, ver o trabalho já citado de Laura Janargin Pang.

³³¹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre as mãos e os anéis: A Lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008. p. 138-159. CONRAD, Robert. op. cit. p. 119-120.

³³² TOPLIN, Robert Brent. op. cit. p. 59. CONRAD, Robert. op. cit. p. 145-146.

O declínio da população escrava foi significativamente mais acentuado em regiões que não produziam café. Nas regiões do Extremo Norte (Amazonas, Pará e Maranhão), do Nordeste e do Oeste e Sul (Mato Grosso, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a queda da população escrava foi da ordem de 34% para o período de 1874 a 1884. No Centro-Sul (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Município Neutro e São Paulo), a queda foi de aproximadamente 9%. Uma apreciação mais detalhada desses números mostra que o Município Neutro perdeu 31,8% da sua população escrava no período acima indicado. Tal decréscimo pode ser explicado, dentre outros fatores, pela tendência para a transferência dos escravos urbanos para as fazendas de café. Os dados compilados por Robert Conrad demonstram que o comércio interprovincial fez com que as regiões do Extremo Norte, do Nordeste e do Oeste e Sul perdessem escravos entre os anos de 1874 e 1884, fruto da demanda por escravos no Centro-Sul. Esses escravos iriam encontrar, nas fazendas cafeeiras dessa última região, uma nova realidade e uma nova vivência. Ora, tal conjuntura iria provocar um afastamento entre os políticos das diversas partes do país. Ao lado da vaga abolicionista da década de 1880, esse quadro político-econômico ajudaria a minar as bases políticas de apoio à escravidão no Brasil³³³.

Esse quadro geral, sem dúvidas, influenciou nas movimentações políticas dos proprietários rurais na esfera do município. O contexto da crise da escravidão produziu, em Bananal, uma situação política particular. Ao lado das vicissitudes desse momento histórico, as particularidades políticas da localidade ajudam a compor um entendimento mais detalhado e, por conseguinte, mais amplo, da crise da escravidão no Brasil. Pensar a política e as relações entre os liberais e os conservadores exige imiscuir-se nas lutas entre essas duas parcialidades – e, por conseguinte, no entendimento do processo eleitoral e na compreensão do quadro político geral da década final da escravidão – com vistas a delinear melhor o espaço de atuação da classe senhorial. O entendimento do abolicionismo em escala ampliada, tal como fizeram alguns dos estudos clássicos para o

³³³ CONRAD, Robert. op. cit. p. 351-353, Tabelas 9, 10 e 11. Tal disjunção não deve ser, contudo, sobrevalorizada. Ela de fato existiu, mas o excelente artigo de Robert W. Slenes acerca do comércio interprovincial no Brasil após 1850 demonstrou que muitos senhores de engenho do Nordeste continuaram a comprar escravos na década de 1870 e que batalhas políticas foram travadas no sentido de frear o tráfico para o Centro-Sul. Sobre esse assunto e o impacto do tráfico interno de escravos sobre as áreas urbanas, ver SLENES, Robert W. *The brazilian internal slave trade, 1850-1888: regional economies, slave experience, and the politics of a peculiar market*. In: JOHNSON, Walter. *The chattel principle: the internal slave trade in the Americas*. New Haven & London: Yale University Press. 2004.

período, adquire novo sentido se visto à luz da lógica política local. Perceber o vínculo entre o “local” e o “central” a partir da perspectiva de Bananal, ou, em outros termos, estudar as relações entre a realidade política bananalense e o âmbito da política partidária do Império do Brasil, direciona a discussão sobre o abolicionismo para novos rumos e novas problemáticas até então pouco trabalhadas pela historiografia.

Os acontecimentos de julho de 1878, desdobramento do novo período liberal que se inaugurou no Brasil com o Gabinete de 5 de janeiro desse mesmo ano, permitem entender a realidade política de Bananal na década final da escravidão. No início desse mês, o comendador Antonio José Nogueira, conhecido também como Nogueirinha, entrara pelas ruas do centro da cidade de Bananal com cerca de quinze a vinte “cavaleiros ostensivamente armados”. Chefe do Partido³³⁴ Liberal e herdeiro político de seu pai, Nogueirinha era responsável por manter “aceso o facho da política”³³⁵. A cena desse “faroeste caboclo” mostrava que a tensão era evidente nesses dias de julho, não só por causa da afronta do agressivo chefe liberal, mas também por uma série de outros episódios que ocorreram nesse mesmo mês. Dentre esses acontecimentos, destacam-se o do dia 5 de julho – em que um cidadão “foi atirado (sic), não tendo sido felizmente atingido” somente porque não cumprimentou o comendador Nogueira – e o do dia 14 – quando os inspetores de quartirão reuniram-se no centro da cidade e receberam ordem para congregar o povo no dia 1º de agosto, reforçando os boatos de que o chefe liberal pretendia “obstar materialmente a organização da mesa paroquial”³³⁶. Os partidários

³³⁴ O conceito de “partido”, na cultura política brasileira do século XIX, estava associado mais à ideia de facção ou clientela e, portanto, à definição de redes de lealdade pessoal, do que a um programa estabelecido. As lealdades pessoais e os interesses por cargos eram superiores aos programas partidários. Na acepção de uma comissão do Senado do Império do Brasil, “desgraçadamente, partido quer dizer parcialidade”. Ver GRAHAM, Richard. op. cit. p. 211. O estudo de Maria de Fátima Silva Gouvêa sobre a Província do Rio de Janeiro e os debates na Assembleia Provincial demonstrou que a vinculação com a localidade poderia ser, em alguns casos, um elemento mais forte do que a fidelidade partidária. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. op. cit. p. 187. Ver também o exemplo da nota 106.

³³⁵ RAMOS, Agostinho. op. cit. p. 272.

³³⁶ Sobre a importância de se controlar a mesa eleitoral para obter êxito na eleição ver GRAHAM, Richard. op. cit. p. 178. Um dito muito comum no século XIX dizia: “Não podemos dar a campanha eleitoral; a qualificação não é nossa”. As fraudes eleitorais iniciavam-se na qualificação dos votantes. A reunião da junta qualificadora era uma exigência legal que acontecia no terceiro domingo do mês de

conservadores de Bananal acusavam o “ardor político” de Nogueirinha, que tencionava a vitória eleitoral, procurando dificultar os preparativos para a eleição primária, marcada para o dia 5 de agosto. Segundo a reclamação dos conservadores, o comendador contava com a “conveniência das autoridades judiciárias” e mobilizava a polícia que se dirigia diariamente à Praça Municipal e fazia “exercícios marciais, perturbando o sossego público com descargas de fuzil”. Quem contestava os “abusos” era preso, ficando “um dia e mais” na Cadeia. As notícias também se referiam a atentados que estavam sendo planejados para o dia da eleição por agentes policiais com vistas a eliminar os “membros mais proeminentes da oposição” que se apresentassem para votar. Para finalizar, denunciava-se que o comendador Nogueirinha possuía mais de cem “espingardas modernas” para impedir os votantes conservadores de entrarem na Igreja para votar no dia da eleição³³⁷.

De modo assaz pedagógico, o editorial de 4 de agosto d’A *Província de São Paulo* explicou aos seus leitores o que se esperava das referidas eleições, marcadas para o dia seguinte:

Amanhã em todo o império o povo é chamado às urnas para responder por escrutínio à consulta da coroa que, usando da atribuição que a lei constitucional lhe conferiu, dissolveu a câmara temporária representante da situação conservadora e chamou ao governo os liberais.

A resposta do povo não é duvidosa: os liberais terão grande maioria na câmara nova.

Este fato, porém, será resultado mais expressivo do regime centralizador que há formado a nossa educação política e social, do que da vontade esclarecida dos cidadãos.

janeiro de cada ano. Soares de Souza denunciou as fraudes que ocorriam nessas reuniões, atestando a participação dos presidentes de Província e do Ministro do Império na corroboração das listas de qualificação falsificadas. O mesmo autor também tratou dos abusos cometidos por aqueles que controlavam a mesa eleitoral. SOARES DE SOUZA, Francisco Belisário. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979. p. 25-32. A citação acima encontra-se à página 27. O trecho “obstar materialmente a organização da mesa paroquial” pode ser interpretado como uma ação resultante da reforma eleitoral de 1875 que definiu, entre outras medidas, a “qualificação definitiva dos votantes”. Essa medida parece ter dificultado a interferência dos chefes políticos locais na definição dos votantes, tornando mais rigoroso o processo de qualificação. Anteriormente a essa lei, o procedimento era a alteração da lista de votantes do ano anterior, que poderiam ser incluídos ou excluídos. Com a nova lei, só restava mesmo trabalhar no sentido de impedir materialmente os trabalhos da mesa paroquial. GRAHAM. Richard. op. cit. p. 250.

³³⁷ AESP. Offícios diversos de Bananal: 1869-1891. Caixa 35. Ordem 829. Pasta 3. Doc. 41 e 41-A. Ofício datado de 20 de julho de 1878 e endereçado ao Presidente da Província, João Baptista Pereira.

Longe de nós o pretendermos negar maioria em favor da escola liberal; o que pensamos é que mudados os nomes às coisas, o produto da operação governamental seria da mesma força e quantidade: a resposta teria o cunho verdadeiramente conservador.

Em todo o império não é o povo livre que vai pronunciar-se, é o governo escoltando, seduzindo, corrompendo e falando por ele que leva à urna o bilhete de cumprimentos à coroa pelo acerto do ‘seu ato patriótico’.

Esta é a verdade. Mas como vivemos em um regime de ficções o processo eleitoral trás sempre a expressão de um pronunciamento popular³³⁸.

Ou seja, um dia antes das eleições, já se previa a vitória dos liberais. O conflito eleitoral de 1878 em Bananal esteve vinculado à ascensão de um Gabinete Liberal em 5 de janeiro, encerrando um período de cerca de dez anos de domínio conservador. Daí a referência d’A *Província de São Paulo* à dissolução da Câmara temporária que representava a “situação conservadora” e a previsão de vitória dos liberais para as eleições marcadas para 5 de agosto. No “regime de ficções” do parlamentarismo brasileiro, os ajustes que deveriam garantir a governabilidade do novo Gabinete passavam pela realização de eleições, com todas as suas peculiaridades.

No plano local, as querelas entre as duas parcialidades estavam acirradas, dado o conjunto de nomeações e exonerações que se produziu com o novo governo. Delegados de Polícia e outras autoridades públicas, além dos chefes locais, começaram a se envolver em entreveros públicos, exibindo à população de escravos e homens livres o *modus operandi* dos novos donos do poder. A violência que antecedeu às eleições de 5 de agosto redundou em um “convênio”, como relatou o *Correio Paulistano* de 13 de agosto. Desse acordo pacificador, saiu um arranjo eleitoral que definiu a escolha dos eleitores gerais e dos eleitores especiais. Os liberais conseguiram a maioria nas duas categorias de eleitores³³⁹.

As lealdades pessoais e as fortes cisões partidárias marcaram a prática política em diversas partes do Brasil. Em Bananal, as rivalidades entre liberais e conservadores

³³⁸ A *Província de São Paulo*. 04/08/1878. Número 1.035. p. 1.

³³⁹ *Correio Paulistano*. 17/02/1878. Edição 6384. p. 2. Essa edição apresenta as nomeações para Delegado de Polícia e três suplentes e a nomeação de três suplentes para o cargo de subdelegado. Todos os nomeados eram liberais, sendo que eles serão eleitos em 5 de agosto como eleitores (Geral e Especial). Ver a relação dos eleitos no *Correio Paulistano*. 13/08/1878. Edição 6525. p. 3-4. Essa edição fala do convênio entre as duas parcialidades.

estavam assentadas nas divisões que surgiram após a “Revolução Liberal de 1842”. Nessa época, os meio-irmãos Luciano José de Almeida e Antônio José Nogueira (pai) passaram a se enfrentar, o primeiro como conservador e o segundo como liberal. A partir de então, as desavenças familiares redundaram em confrontos políticos. Como resultado do projeto nacional implementado pelos saquaremas, no plano local muitos poderosos agiram no sentido de cooptar agentes públicos, agregados e homens livres em geral com o desígnio de conseguir benefícios pessoais e influência política. Esse aliciamento clientelístico construiu um espaço de atuação que se estendeu das terras senhoriais à máquina pública municipal, por intermédio dos escrivães, juízes, entre outros, passando pelo governo provincial e chegando à Corte.

Como se vê na árvore genealógica abaixo, Luciano José de Almeida e Antonio José Nogueira, descendentes de Luiz José de Almeida, serão os protagonistas iniciais das rivalidades partidárias que, na década final da escravidão, vão envolver diversos sujeitos das famílias dos Almeida e dos Nogueira. Todos eles eram personalidades políticas influentes e senhores de escravos.

A árvore genealógica construída destaca apenas a origem comum dos principais sujeitos que, na década final da escravidão, participarão das lutas políticas em Bananal: de um lado, os conservadores Barão de Joatinga³⁴⁰ e seus dois filhos. De outro, o chefe do Partido Liberal de Bananal, o Comendador Antonio José Nogueira, o Nogueirinha.

³⁴⁰ Sobre a trajetória individual do pai do Barão de Joatinga, José Ramos Nogueira, e seu enriquecimento devido à atividade cafeeira, ver MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. 2013. 270 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 43-52. A respeito dos casamentos entre membros das famílias Almeida e Nogueira, ver FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (org.). op. cit. p. 90-92.

ÁRVORE GENEALÓGICA: FAMÍLIA ALMEIDA NOGUEIRA³⁴¹

Luiz José de Almeida: 1º casamento

Luiz José de Almeida: 2º casamento

Legenda: (C) – Conservador (L) – Liberal

³⁴¹ A fonte principal para a construção dessa árvore genealógica foi o trabalho de Píndaro de Carvalho Rodrigues. Consultamos também os trabalhos de Agostinho Ramos e de Geraldo C. de Mello. As datas de nascimento e morte e os nomes das mulheres variam bastante nesses livros. RODRIGUES, P. de C. op. cit. p. 40-41 e p. 49. RAMOS, A. op. cit. p. 369-389. MELLO, Geraldo C. de. *Os Almeidas e os Nogueiras de Bananal*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro. s/d. p. 55-96.

Um dos desentendimentos entre liberais e conservadores desse período foi o que ocorreu em 11 de agosto de 1879. Nesse dia, o conservador José Luiz de Almeida Nogueira, político eminente, à época deputado à Assembleia Provincial e, como se percebe da árvore genealógica acima, membro de uma importante família de Bananal, foi “agredido e gravemente ferido, em plena luz do dia e junto à coletoria”. Dentre os envolvidos nas agressões ao político estavam delegados e seus suplentes, todos partidários liberais.

Almeida Nogueira costumava denunciar na Assembleia Provincial os desmandos dos liberais. Em sessão de 8 de março, reclamou do “despotismo policial” que imperava na cidade do Bananal e denunciou a falta de energia e imparcialidade das autoridades judiciárias. O deputado protestava contra a ação dos segundo e terceiro suplentes do delegado. Textualmente: “o 2º suplente em exercício [Elpídio Rodrigues Seixas] é homem ignorante e apaixonado, tem cometido muitos abusos e ainda ultimamente efetuou ilegalmente a prisão de um cidadão pacífico, fazendeiro, capitalista e eleitor, o qual, no exercício de seu direito, mandava levar ao curral do conselho animais pertencentes ao delegado e que haviam sido encontrados em terras do referido cidadão, que é o sr. José Ferreira Leão”. Segundo a denúncia de Almeida Nogueira, um conflito entre fazendeiros vizinhos teria gerado um ato arbitrário por parte do segundo suplente do delegado. O deputado finalizava dizendo que em Bananal não existia lei para as autoridades policiais³⁴².

O caso de violência física ao deputado teve ampla repercussão, gerando debates no Senado, e aos poucos a tentativa de agressão transformou-se, no *Correio Paulistano*, em tentativa de assassinato. Segundo José de Magalhães Couto, correligionário de Almeida Nogueira, no dia da agressão os liberais realizaram uma reunião para “deliberar sobre uma manifestação de aplauso ao seu chefe o comendador Nogueira”³⁴³. No jogo de versões e contraversões, típico da imprensa partidarizada do Império do Brasil, José Ramos da Silva rebateu, na *Gazeta de Notícias*, o ponto de vista dos conservadores. O entrevero teria sido tão somente uma luta “braço a braço” entre os dois. Silva reclamou nesse artigo da campanha capitaneada pelo *Monitor Paulista*,

³⁴² *Correio Paulistano*. 09/03/1879. Edição 6689. p. 2. Ver também *Correio Paulistano*. 21/03/1879. Edição 6699. p. 1-2.

³⁴³ *Correio Paulistano*. 13/08/1879. Edição 6816. p. 2 e *Correio Paulistano*. 17/08/1879. Edição 6819. p. 1.

periódico publicado em Bananal e pertencente a Almeida Nogueira. Como resultado dessas investidas do jornal dos conservadores, os liberais fizeram uma reunião “com o fim de assinarem uma manifestação de confiança e adesão” ao comendador Nogueirinha. Depois de terminada a reunião, os liberais teriam se encontrado com Almeida Nogueira em frente à coletoria e daí teria resultado a luta entre os dois³⁴⁴. O caso envolvendo Almeida Nogueira rendeu algumas homenagens à vítima, como aquela publicada no semanário *O Mequetrefe*, que estampou um retrato do ofendido (Figura 1) e denunciou os desmandos do Partido Liberal³⁴⁵.

Figura 1 – Retrato do Dr. José Luiz de Almeida Nogueira, publicado em sua homenagem e fazendo referência ao atentado que sofreu em 11 de agosto de 1879.

³⁴⁴ *Gazeta de Notícias*. 17/08/1879. Edição 225. p. 3.

³⁴⁵ *Correio Paulistano*. 24/08/1879. Edição 6825. p. 1; *Correio Paulistano*. 26/08/1879. Edição 6826. pp. 1-2; *O Mequetrefe*. 20/08/1879. Ano 5. Número 180. p. 2. O irmão de Almeida Nogueira, Pedro Ramos Nogueira, manifestou-se no *Correio Paulistano*. 27/08/1879. Edição 6827. p. 1. Ver também o artigo assinado por “C.” na página 2 dessa mesma edição. A atuação do chefe de polícia é criticada no *Correio Paulistano*. 28/08/1879. Edição 6828. p. 1 e no *Correio Paulistano*. 29/08/1879. Edição 6829. p. 1. Especialmente nesse último número, vê-se, na denúncia feita pelo *Correio Paulistano*, que os vínculos entre o Presidente da Província, o chefe de polícia e os chefes locais são usados para garantir a impunidade. Claro que essas críticas podem ser vistas com desconfiança, uma vez que o *Correio Paulistano* tinha orientação conservadora. De qualquer modo, elas revelam o funcionamento da política no século XIX, com as novas redes de clientelismo sendo construídas a cada mudança de Gabinete.

As querelas partidárias entre as duas parcialidades revelavam os elos que vinculavam a localidade à Presidência da Província e ao Gabinete ora no poder. A arena de lutas e manifestações acontecia não somente na localidade, mas também nos âmbitos provincial e da Corte. O foco das notícias veiculadas pelo *Correio Paulistano* questionou a atuação do chefe de polícia no caso envolvendo a agressão a Almeida Nogueira, sua responsabilidade para instaurar o processo e as comunicações estabelecidas entre essa autoridade e o Presidente de Província³⁴⁶. Nesse sentido, a edição de 23 de janeiro desse jornal transcreveu notícia do *Monitor Paulista* sobre esse atentado. Informou-se que o político conservador processava três pessoas que o haviam agredido. Esses réus seriam protegidos por poderosos locais e estariam seguros da impunidade de seus atos. Os “poderosos protetores” estavam agindo para a escolha dos jurados, incluindo na lista de qualificação de jurados “pessoas moral e legalmente ineptas”. Em desacordo com os artigos 28 e 29 da lei de 3 de dezembro de 1841 e dos artigos 226, 227, 229 e 233 do regulamento n° 120 de 31 de janeiro de 1842, a notícia informava como era importante que o juiz de direito, o promotor público, o presidente da câmara municipal e o delegado fossem aliados dos donos do poder. Assim, seria possível garantir um corpo de jurados condescendente e que agisse para promover a impunidade³⁴⁷.

No dia 17 de fevereiro de 1880, o *Correio Paulistano* publicou o longo recurso que o deputado José Luiz de Almeida Nogueira interpôs ao Presidente da Província. O recurso versava sobre a “indevida inscrição dos nomes de alguns cidadãos e da omissão dos de outros, na lista geral de jurados deste termo do Bananal, formada pela respectiva junta revisora do alistamento”. Com base nos artigos 101 e 102 da lei de 3 de dezembro e no artigo 234 do regulamento de 31 de janeiro, além do aviso de 14 de agosto de 1843 e do aviso de 10 de maio de 1869, o deputado conservador argumentava que a junta revisora, “ilegalmente constituída (...) organizou uma lista que por certo não satisfaz[ia] os interesses da justiça”. O deputado apresentou, então, uma lista com 46 nomes que foram “arbitrariamente omitidos na lista apurada pela junta revisora” e solicitou a exclusão de outros nomes, alguns por falta de idade legal e por falta de renda legal, outros por não residirem no termo de Bananal, outros tantos por não serem elegíveis e,

³⁴⁶ Segundo Ilmar R. de Mattos, o chefe de polícia teve suas atribuições definidas “de modo preciso” na lei n° 261 de 3 de dezembro de 1841. MATTOS, Ilmar Rohloff de. op. cit. p. 223-224.

³⁴⁷ *Correio Paulistano*. 23/01/1880. Edição 6949. p. 2.

por fim, três nomes por estarem pronunciados. Sugeriu Almeida Nogueira que o Presidente da Província determinasse que a qualificação dos jurados do ano de 1879 fosse mantida no ano de 1880, em virtude das nulidades na sua elaboração, todas elas previstas na lei de 3 de dezembro de 1841 em seu artigo 28 e no artigo 225 do Regulamento de 31 de janeiro de 1842³⁴⁸. O recurso saiu vitorioso. O Presidente da Província, dr. Laurindo Abelardo de Brito, apesar de liberal, declarou “nula a qualificação de jurados do termo do Bananal” e atestou que deveria vigorar a qualificação do ano anterior “enquanto outra não for feita”³⁴⁹.

Esses conflitos políticos entre as duas parcialidades redundaram em abusos de autoridade, como se pode inferir do caso do deputado Almeida Nogueira. Em um processo criminal envolvendo a prisão do escravo Joaquim, também se entrevê tais abusos. Em 1º de dezembro de 1879, o conservador Victorino Pedro de Alcântara Peixoto dirigiu-se ao Juiz Municipal reclamando do ato “criminoso e ilegal” praticado pelo Delegado Suplente em exercício, o liberal Hipólito da Rocha Trigueirinho. Peixoto solicitou uma ordem de *Habeas Corpus* ao Juiz em razão da prisão ilegal de seu escravo, efetuada sob as ordens do Delegado. O conservador apresentou vários argumentos que justificariam a ilegalidade da prisão como o fato de o escravo ser muito conhecido na cidade e de não ter sido encontrado praticando nenhum crime e nem cometendo infração. O próprio Delegado estaria ciente disso e esse teria sido o motivo, segundo a petição, para que até então o interrogatório não tivesse acontecido. Contudo, ainda segundo o peticionário, “abusando de sua autoridade”, Trigueirinho estava retendo o escravo na prisão, provocando, desse modo, “grave prejuízo”. O escravo estava há oito dias preso, sem processo, sendo que sua propriedade era conhecida e sem que houvesse suspeita de estar fugido.

O Delegado, por sua vez, questionou o *Habeas Corpus* impetrado por Peixoto e afirmou que o dono do escravo foi no dia seguinte avisado da prisão, sendo que até então não havia recebido ordens para soltar o escravo preso,

porque é essa a prática invariavelmente seguida nesses casos, como porque o Código de Posturas da Câmara Municipal, em seus artigos 134, 135 e 136, determina que os escravos fugidos, ou

³⁴⁸ *Correio Paulistano*. 17/02/1880. Edição 6968. pp. 1-2. O recurso está datado de 7 de fevereiro de 1880 e cita outros artigos da lei de 3 de dezembro e do Regulamento de 31 de janeiro.

³⁴⁹ *Correio Paulistano*. 23/03/1880. Edição 6998. p. 2. Datado do Palácio do Governo de São Paulo de 20 de março de 1880.

encontrados depois do toque de recolhida, sem bilhete de seu senhor, sejam recolhidos à prisão, não se podendo fazer entrega dos mesmos, senão depois de paga a multa e mais despesas³⁵⁰.

Novamente, vê-se um sutil jogo de versões e contraversões, muito peculiar às disputas partidárias travadas no Império do Brasil. Claro que não seria crível supor que as lutas entre as parcialidades estariam evidentes e seriam explicitamente mencionadas em um processo envolvendo infração das Posturas Municipais. Mas, tendo em vista a posição política antagônica dos querelados³⁵¹, é possível supor que os termos usados por Alcântara Peixoto, que se refere ao ato “criminoso e ilegal” e ao abuso de autoridade do Delegado, sejam um reflexo dos embates políticos que estamos demonstrando. O escravo Joaquim talvez estivesse ciente desses conflitos ou da injustiça de sua prisão quando, ao prestar depoimento em 3 de dezembro, afirmou que tinha se dirigido no dia em que foi preso para o bairro denominado Arranca-Barba e chegando à casa de Vicência de Tal procurou por “umas moças suas conhecidas”. Disse ainda que não se encontrava na rua, mas dentro da casa de sua conhecida quando foi preso, o que poderia indicar abuso e irregularidade na prisão. O depoimento do escravo é curto. A sentença proferida pelo juiz Antonio Manoel de Freitas indeferiu o pedido de *Habeas Corpus* e exigiu que Peixoto pagasse as multas e as despesas do processo.

Nesse embate político, os conservadores usavam a imprensa para reagir e nesse momento Trigueirinho era um dos alvos. O *Correio Paulistano* noticiou em diversas edições que o “professor público da 1ª cadeira do sexo masculino” de Bananal, Hipólito da Rocha Trigueirinho, não lecionava havia dois anos. Contudo, ele ia “percebendo os vencimentos como se tivesse mais de vinte alunos” porque recebia “atestados falsos” de seu cunhado, o “inspetor do distrito dr. Elpídio Rodrigues Seixas”³⁵². Como se viu da denúncia proferida anteriormente por Almeida Nogueira, Seixas era o segundo suplente

³⁵⁰ MMN/ Caixa 40-B/ nº de ordem 864-AI.

³⁵¹ *Correio Paulistano*. 13/08/1878. Edição 6525. pp. 3-4. Essa edição apresenta a lista dos eleitores conservadores e liberais de diversas localidades, inclusive Bananal. Dentre os eleitores especiais, encontra-se o nome do tenente Victorino P. de Almeida Peixoto, o que supomos ser um equívoco, uma que no processo seu nome está como Victorino Pedro de Alcântara Peixoto. Na edição de 14 de fevereiro de 1869, Victorino Pedro de Alcântara Peixoto recebeu 784 votos, consagrando-se eleitor conservador. *Correio Paulistano*. 14/02/1869. Edição 3802. p. 2.

³⁵² *Correio Paulistano*. 10/10/1879. Edição 6864. p. 2; *Correio Paulistano*. 11/10/1879. Edição 6865. p. 2; *Correio Paulistano*. 12/10/1879. Edição 6866. p. 2 e *Correio Paulistano*. 14/10/1879. Edição 6867. p. 2. A situação talvez só estivesse legalmente regularizada no final de dezembro, quando, por um “Ato da Presidência da Província” o mesmo Trigueirinho recebeu como concessão “Três meses de licença com ordenado para tratar de sua saúde, deixando porém substituto pago a sua custa e devidamente aprovado”. *Correio Paulistano*. 24/12/1879. Edição 6926. p. 2.

do delegado de polícia e o homem que, segundo o deputado, prendeu irregularmente a José Ferreira Leão. A notícia poderia ser lida somente como uma acusação contra possíveis irregularidades administrativas e mal uso do dinheiro público mas, à vista dessas lutas entre facções, ela adquire uma outra dimensão e pode ser compreendida como um ataque dos conservadores contra as ações dos liberais.

Os desmandos da “polícia liberal” foram alvo constante dos conservadores e o mesmo Trigueirinho foi o foco da reação desse grupo no final de 1879. O *Correio Paulistano* reproduziu em sua edição de 31 de outubro notícias do *Monitor Paulista* e do *Echo Bananalense* sobre os abusos desse Delegado³⁵³. Segundo o órgão de imprensa de Almeida Nogueira, a polícia procurava executar seus objetivos de “trucidar os adversários do governo” agindo de modo abusivo. Uma das vítimas dos excessos teria sido o “votante conservador” Olympio Leite da Costa, espancado e preso na casa de negócio de Leopoldino de Magalhães³⁵⁴.

Igualmente, o liberal Boaventura Thurler, como suplente do subdelegado, era acusado de exercer uma série de arbitrariedades. Um desses abusos deu-se no dia 29 de julho de 1882, com a prisão do sr. Mangini, redator do *Echo Bananalense*. Supostamente, a prisão ocorrera por estar ébrio o redator. Para atestar a inocência do preso, o corpo de delito foi feito pelo doutor Luiz Antônio Nogueira, liberal, e pelo doutor José Joaquim de Azevedo Brandão, conservador. Em casos como esses, era necessário, para assegurar a imparcialidade, que o atestado fosse emitido por pelo menos um partidário aliado³⁵⁵.

No ano anterior à prisão do redator do *Echo Bananalense*, em outubro de 1881, os conservadores ainda reclamavam das ações e ameaças do comendador Antonio José Nogueira, demonstrando que as rivalidades entre esses dois grupos locais eram constantes. O Barão de Joatinga, do Partido Conservador, solicitava “providências diretas” para a cidade de Bananal ao Senador Florêncio Carlos de Abreu. A ação de Nogueira era similar à descrita anteriormente. O comendador agia difundindo o terror, dirigindo-se ao centro da cidade com capangas armados e agindo com aliados no Poder

³⁵³ Infelizmente não foi possível localizar os exemplares dos periódicos bananalenses mencionados. Apenas encontramos quatro exemplares do *Echo Bananalense* no inventário do comerciante Luiz Vianna de Hermógenes, todos de 1875.

³⁵⁴ *Correio Paulistano*. 31/10/1879. Edição 6882. p. 2.

³⁵⁵ *Correio Paulistano*. 03/08/1882. Edição 7730. p. 2.

Judiciário local³⁵⁶. Por ocasião da proximidade das eleições, Almeida Nogueira reclamava contra o delegado de polícia, tenente-coronel Joaquim Silverio Nogueira Cobra, “nomeado para esse cargo logo no princípio da situação política”³⁵⁷. Nogueira Cobra assumia pela quarta vez a jurisdição com o intuito de comandar as eleições. Em todas as outras, segundo Almeida Nogueira, ocorreram desordens e violências, sendo que na última vez, às vésperas da eleição de 1º de julho de 1880, Nogueira Cobra “chamou a si a vara” e “fez sua entrada na Cidade no dia da eleição à frente de um esquadrão de cavaleiros armados”, entrando na igreja “de fitão transversal” e ordenando prisões. Temiam-se, por essas razões, desordens³⁵⁸.

O temor e as advertências dos conservadores de Bananal eram justificados pela proximidade das eleições, que se realizariam no dia 31 de outubro. Essas eleições aconteceram sob a nova lei Saraiva, que instituiu o voto direto. Segundo Richard Graham, as eleições de 1881 foram “uma das mais honestas que o Brasil conhecera”. Nesse sentido, entende-se porque, apesar das ameaças de violência e das tentativas de se dificultarem os trabalhos eleitorais, o deputado conservador pelo 3º Distrito, José Luiz de Almeida Nogueira, foi eleito. A comemoração pela vitória do político bananalense aconteceu em Lorena e uma vez mais esse acontecimento serve de exemplo para se entender como o espaço de atuação desses líderes locais ultrapassava as barreiras de seus municípios. Em um jantar político que contou com a participação de eminentes correligionários, como o chefe do mesmo partido daquela cidade, o major Francisco de Assis e Oliveira Borges, foram oferecidos diversos “toasts [brindes] políticos” a vários membros do partido conservador, entre eles o dr. Antonio Prado³⁵⁹.

Como se vê, as décadas de 1870 e 1880, além de se caracterizarem pela crise da instituição escravista, foram marcadas pelas lutas políticas entre facções. Esse ambiente político conturbado pode ser dividido claramente em três momentos. O primeiro deles, de domínio conservador, vai da ascensão do Visconde de Itaboraí, em 16 de julho de 1868, até a chegada ao poder do Visconde de Sinimbu, liberal, em 5 de janeiro de 1878.

³⁵⁶ AESP. Ofícios diversos de Bananal: 1869-1891. Caixa 35. Ordem 829. Pasta 3. Doc. 65-A.

³⁵⁷ O que significa dizer que o delegado Nogueira Cobra foi nomeado momentos depois da ascensão ao poder do Gabinete liberal comandado pelo Visconde de Sinimbu, em 5 de janeiro de 1878.

³⁵⁸ *Correio Paulistano*. 28/10/1881. Edição 7469. p. 1. Almeida Nogueira era o candidato conservador do 3º Distrito à Assembleia Geral Legislativa.

³⁵⁹ GRAHAM, Richard. op. cit. p. 264. RAMOS, Agostinho. op. cit. p. 269-270; 388. *Correio Paulistano*. 04/12/1881. Edição 7501. p. 3. *Correio Paulistano*. 06/12/1881. Edição 7502. p. 1. *Correio Paulistano*. 24/12/1881. Edição 7514. p. 2. *Correio Paulistano*. 22/12/1881. Edição 7515. p. 2.

Após quase dez anos de domínio conservador, os liberais reassumem o poder com Sinimbu, inaugurando, assim, o segundo momento, que duraria até a escolha do Barão de Cotegipe, em 20 de agosto de 1885. Por fim, a promoção de Cotegipe levaria novamente os conservadores ao poder. Esse novo momento conservador durou, praticamente, até o final do Império do Brasil. Essa periodização que segue a ordem dos gabinetes não é aleatória. Com ela verifica-se o predomínio político das facções rivais de Bananal em determinado momento e a violência política daí decorrente. Entende-se também a atuação do que se convém chamar de “polícia” – dos delegados, subdelegados etc. Os líderes de cada grupo serão, *grosso modo*, os seguintes: do lado liberal teremos, sempre, o comendador Nogueirinha auxiliado por uma infinidade de correligionários – dentre eles destacam-se o Doutor João Venâncio Alves de Macedo, cunhado do comendador, os filhos dele, Zoroastro Nogueira Alves de Macedo e Antonio de Macedo e o Doutor Francisco de Paula Ferreira; do lado conservador, distinguiam-se o Barão de Joatinga, seus filhos, Pedro Ramos Nogueira e José Luiz de Almeida Nogueira, e José de Magalhães Couto.

O importante a salientar é que, na década de 1880, muitos liberais que estiveram envolvidos direta ou indiretamente nos embates políticos usaram, para atingir seus adversários, a plataforma abolicionista como estratégia de luta. De fato, parece existir uma adesão de muitos liberais em Bananal às idéias emancipacionistas. Esse é o caso, por exemplo, do dr. Francisco de Paula Ferreira. Desde pelo menos o início da década de 1860 ele atuava em favor dos escravos, como advogado, defendendo-os em ações que muitas vezes desafiavam a autoridade senhorial. Ferreira foi o defensor, em 1862, da escrava Alexandrina, em uma ação de escravidão movida pelo comendador Antonio Barbosa da Silva, proprietário da Fazenda do Bom Retiro. Nesse processo, Ferreira, curador da Ré, afirmou que o pai do comendador³⁶⁰, homônimo de seu filho, bem como a viúva, D. Placidina Carolina Nogueira Barbosa, tratavam Alexandrina como liberta. Escreveu o curador que, após o falecimento da viúva, “continuou a Ré a residir na

³⁶⁰ Segundo L. de A. Nogueira Porto, Antônio Barbosa da Silva, conhecido como “o Baú”, fundou a Fazenda do Bom Retiro. Ele era procedente de Sabará, Minas Gerais. Ainda conforme Porto, Silva transferiu-se para Bananal em 1813, quando se casou com Placidina Carolina Nogueira, filha do Capitão Hilário Gomes Nogueira, outro grande escravista da região. Seu filho, homônimo, foi conhecido por “Barbosinha”. Braz Barbosa da Silva, por sua vez, foi filho de “Barbosinha”. Portanto, ao longo do século XIX, a sequência de transmissão da Fazenda do Bom Retiro foi essa: Antônio Barbosa da Silva, “o Baú”, Antônio Barbosa da Silva, o “Barbosinha”, e Braz Barbosa da Silva. Ver PORTO, L. DE A. Nogueira. Fazendas do Bananal. In: RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. op. cit. p. 172.

fazenda de seus ex-senhores, sempre como liberta, vestindo-se à sua custa, saindo temporariamente da fazenda sem dependência de permissão dos administradores, e voltando quando lhe parecia, sem ser chamada a serviço algum da casa como escrava”³⁶¹. Ferreira também era congregado às irmandades de São Benedito e da Boa Morte, em Bananal, e defendeu diversos escravos em ações de liberdade, principalmente após a aprovação da lei de 28 de setembro de 1871³⁶².

Em carta datada de 11 de junho de 1880, esse advogado informava que sua família estava se mudando para a cidade de Resende, “por interesses particulares”, e declarava, no entanto, que continuava a manter o “domicílio civil e político” na cidade de Bananal, exercendo aí sua “profissão de advogado”³⁶³. A informação desse sujeito na *Gazeta de Notícias* não é sem importância porque ela revela seu espaço de atuação. Além de expor seus vínculos com Resende, Ferreira continuava a manter suas atividades advocatícias em Bananal. Com certeza, esse fato explica porque ele defendeu o réu Antonio Theodoro de Leal Mesquita, um dos três homens livres que foram acusados de intentar um plano de insurreição geral dos escravos de Resende nos primeiros meses de 1881³⁶⁴. Por fim, deve-se salientar que, em 20 de agosto de 1881, o dr. Francisco de Paula Ferreira publicou um artigo na *Gazeta de Notícias* afirmando ser liberal e republicano. Posicionou-se, nesse artigo, a favor da abolição com indenização

³⁶¹ MMN/ Caixa 103/ nº de ordem 2219/ 1º Ofício. O argumento utilizado por Ferreira demonstra claramente os pressupostos de liberdade em uma sociedade escravista: o vestir-se à sua própria custa e a mobilidade que permitia a Alexandrina sair da fazenda sem ter de pedir permissão para os administradores e voltar quando lhe conviesse. Por fim, havia o fato de não ser chamada como escrava a fazer serviço (no caso o serviço de casa). Elementos importantes que se mostravam contrários a uma situação de cativo. O escravo, enquanto cativo, dependia do senhor para se vestir, tinha sua mobilidade controlada e era chamado a fazer serviços. O caso demonstra que o exercício do cativo e o da liberdade era uma relação social que pressupunha o reconhecimento público. Exercer “atos de senhor” provava a situação de escravidão e, ao contrário, “viver sobre si” comprovava a liberdade. Praticar “atos de senhor” e ter a possibilidade de “viver sobre si” são dois argumentos utilizados no campo jurídico que possibilitam entender as noções de liberdade, propriedade e posse na sociedade escravista do século XIX. Para outros exemplos relativos a essas questões, ver o caso da escrava Maria, que foi vendida a José de Souza Siqueira de Campinas em MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. op. cit. pp. 128-159. Ver também, sobre o mesmo assunto, o processo dos 80 escravos do Major Francisco Alves Moreira de Jambeiro que lutaram em um longo processo pela liberdade em MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, EDUSP, 1994. p. 27-39.

³⁶² Sobre a atuação de Francisco de Paula Ferreira como irmão de São Bento e da Boa Morte, ver RIBEIRO, Fábila Barbosa. *Caminho da Piedade, caminhos de devoção; as irmandades de pretos no Vale do Paraíba – século XIX*. 2010. 262 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 147-230.

³⁶³ *Gazeta de Notícias*. 19/06/1880. Edição 169. p.3.

³⁶⁴ Sobre o plano de insurreição de Resende e o envolvimento de Francisco de Paula Ferreira com Mesquita, ver MACHADO, Maria Helena. op. cit. p. 212.

uma vez que a questão do elemento servil deveria “decidir-se pelos meios pacíficos”³⁶⁵. Apesar dessa atuação de longa data favorável aos escravos, o dr. Francisco de Paula Ferreira não foi um sujeito que se destacou nas lutas partidárias ocorridas entre liberais e conservadores³⁶⁶.

Mas outros liberais próximos do comendador Nogueirinha fizeram uso da plataforma abolicionista para atingir partidários conservadores. Notícias a respeito do fantasma abolicionista rondando as fazendas e agindo diretamente entre os escravos podem ser encontradas na imprensa da época. Em maio de 1884, 31 escravos sequestrados pelo Banco do Brasil e que pertenciam ao espólio do finado coronel Marcos de Oliveira Arruda, antigo proprietário da Fazenda do Bom Sucesso, dirigiram-se à guarda da cadeia reclamando dos maus tratos aplicados pelo depositário Alexandre José Pereira. Segundo a notícia, a população ficou alarmada e o artigo solicitava reforço do destacamento policial uma vez que mais de sete mil cativos trabalhavam em Bananal. Foram feitas averiguações e constatou-se que a reclamação de maus tratos não tinha fundamento, sendo possível que os escravos tivessem sido “mal aconselhados por alguém”³⁶⁷. O momento histórico de crise da escravidão proporcionava notícias como essa. Não é possível ter certeza se de fato os escravos da referida fazenda foram mesmo aliciados por agentes abolicionistas. Contudo, o alerta das autoridades e dos escravistas pode ter relação com os acontecimentos políticos e as rivalidades partidárias que estamos demonstrando. Uma modalidade especial de abolicionismo surgia nesse momento, relacionada às disputas partidárias e que se utilizava da plataforma antiescravista para atingir adversários políticos. Em 2 de outubro de 1884, o *Correio Paulistano* publicou notícia de um “comunicante” de Bananal dizendo que, em virtude da proximidade da eleição geral, os liberais no poder realizavam perseguições que induziam os escravos de proprietários conservadores a dirigirem-se às autoridades para

³⁶⁵ *Gazeta de Notícias*. 20/08/1881. Edição 229. p. 3.

³⁶⁶ Agostinho Ramos escreveu um perfil diferente do dr. Francisco de Paula Ferreira. Malgrado o tom laudatório, comum a esses livros com pouco rigor científico, a biografia escrita por Ramos permite vislumbrar suas orientações liberais e entender sua posição contrária à escravidão. Nascido em Vila Rica (Ouro Preto) em 1823, mudou-se com seus pais para Resende, onde se casou com D. Felizarda Cândida de Siqueira. Músico, estudou direito na Alemanha “e recebeu grau na Universidade de Yena”. Fluente em alemão, manteve contato na Itália com Garibaldi. Um de seus 15 filhos recebeu o nome desse político italiano (Acácio Garibaldi). Foi deputado junto à Assembleia Provincial na 18ª Legislatura, entre 1868 e 1869. RAMOS, Agostinho. op. cit. p. 425-427. Provavelmente o autor conseguiu essas informações em entrevistas feitas com familiares do dr. Paula Ferreira.

³⁶⁷ *Correio Paulistano*. 11/05/1884. Edição 8319. p. 1; *Gazeta de Notícias*. 08/05/1884. Edição 130. p. 1; *Gazeta de Notícias*. 12/05/1884. Edição 133. p. 2.

reclamar contra os maus tratos recebidos. A ação era classificada de “abolicionismo oficial” porque estavam “à testa do movimento autoridades policiais e empregados públicos”. Além do caso dos 31 escravos do conservador Marcos de Oliveira Arruda, à época já falecido, na pesquisa que se realizou com os processos criminais foi possível identificar entre os anos de 1883 e 1884 apenas dois processos relativos a fuga de trabalhadores que se entregaram às autoridades reclamando de maus tratos. Os dois casos referem-se ao conservador dono da fazenda do Bom Retiro, Braz Barbosa da Silva. A amostragem é muito pequena e pode ser que a reclamação publicada no *Correio Paulistano* seja desse proprietário, uma vez que identificamos nesses dois processos o envolvimento de José Galdino da Rocha, correligionário liberal³⁶⁸. Apesar de não se ter uma amostragem significativa de processos criminais envolvendo escravos de proprietários conservadores que fugiam e se dirigiam ao centro da cidade para reclamar de maus tratos junto às autoridades, fica evidente que o abolicionismo entrara nas disputas partidárias do município como um elemento a mais para atacar adversários políticos. Contudo, à luz da pesquisa de Jonas Marçal de Queiroz, verifica-se uma diferença importante entre as disputas político-partidárias ocorridas em Campinas e em outros municípios do Oeste da Província de São Paulo e aquelas do município de Bananal. Em Campinas, ao lado dos liberais e dos conservadores, os republicanos foram uma terceira força política importante nas lutas partidárias dentro do Clube da Lavoura e fora dele, conseguindo eleger deputados para a Assembleia Provincial. No período liberal que se inaugurou em 1878, liberais e republicanos foram duas grandes forças políticas que mediram forças nas eleições e em vários projetos referentes à mão de obra, imigração, entre outros assuntos. Segundo Queiroz, as rivalidades entre essas duas agremiações deveu-se à origem comum desses dois partidos (por exemplo, Campos Salles pertenceu ao Partido Liberal até a inversão partidária de 1868 e depois transferiu-se para o Partido Republicano), que disputavam basicamente o mesmo eleitorado, e à

³⁶⁸ Sobre o “abolicionismo oficial”, ver QUEIROZ, Jonas Marçal de. op. cit. p. 98. Vol. II. Queiroz analisou as lutas político-partidárias ocorridas na Província de São Paulo no período entre 1869 e 1889. Em seu trabalho, é possível entender como esse momento histórico de crise da escravidão foi marcado pela instrumentalização política da revolta escrava. Sobre a notícia acerca do “abolicionismo oficial”, ver *Correio Paulistano*. 02/10/1884. Edição 8437. p. 1. Os dois processos criminais envolvendo o liberto pelo Fundo de Emancipação Constantino e a escrava Paulina estão localizados no MMN/ Caixa 48/ nº de ordem 989 e MMN/ Caixa 48/ nº de ordem 1000. Esses dois casos foram analisados mais detidamente no Capítulo III. Marcos de Oliveira Arruda e Braz Barbosa da Silva são identificados como conservadores no *Correio Paulistano*. 04/12/1878. Edição 6613. p. 2. Sobre o uso político das revoltas escravas, ver o artigo de VITORINO, Artur José Renda & SOUSA, Eliana Cristina Batista de. “O pássaro e a sombra”: instrumentalização das revoltas escravas pelos partidos políticos na província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 303-322, jul.-dez. de 2008.

ação dos republicanos de disputar eleições em outros níveis³⁶⁹. Em Bananal, ao contrário, o Partido Republicano não foi uma força política atuante durante o Império.

Em 18 de setembro de 1884, a *Gazeta de Notícias* informava que Zoroastro Nogueira Alves de Macedo iria fundar na cidade de Bananal um “Club Abolicionista”³⁷⁰. A notícia, se lida de modo isolado, parece indicar que o abolicionismo estava fincando raízes nesse tradicional município escravista. Contudo, sabe-se que Zoroastro de Macedo era um fervoroso liberal, muito próximo do comendador Nogueirinha. Seu pai, o Doutor João Venâncio Alves de Macedo, escravista e proprietário da fazenda da Divisa, era casado com Dona Maria Antônia Brasília Nogueira de Macedo, irmã de Nogueirinha. Portanto, Zoroastro era sobrinho do chefe do Partido Liberal de Bananal. Por sua vez, seu irmão, Antônio de Macedo, era casado com D. Auta da Gloria Nogueira de Macedo, filha do comendador Nogueirinha³⁷¹. Como explicar a criação de um “Club Abolicionista” por um homem cujas ligações com um potentado local não o desvinculava de elos fortes com a escravidão? A pergunta é premente principalmente porque o pai de Zoroastro, proprietário da fazenda da Divisa, possuía cerca de 68 escravos³⁷².

Menos de um mês após a notícia sobre a criação de um “Club Abolicionista” em Bananal, Zoroastro de Macedo enviou uma carta à redação da *Gazeta de Notícias* informando a respeito de uma tentativa de assassinato da qual teria sido vítima. No mesmo número, o conservador José Luiz de Almeida Nogueira manifestou-se contra “sonetos impressos em estilo pornográfico” que estavam sendo espalhados pela cidade e que atingiam a ele e sua família. Acusando Zoroastro como conivente “no pensamento do autor ou autores desses escritos”, Almeida Nogueira também relatou um entrevero entre Pedro Ramos Nogueira, seu irmão, e Zoroastro, e a negligência do já mencionado

³⁶⁹ QUEIROZ, Jonas Marçal de. op. cit. pp. 121-189. Vol I.

³⁷⁰ *Gazeta de Notícias*. 18/09/1884. Edição 262. p. 1.

³⁷¹ O casamento entre Antônio de Macedo e a filha do Comendador Nogueirinha ocorreu em 17 de janeiro de 1880, no oratório privado da Fazenda da Glória, de propriedade do chefe liberal. *Gazeta de Notícias*. 23/01/1880. Edição 23. p. 3.

³⁷² Conforme relato do advogado do Banco do Brasil, Antônio Caetano de Carvalho. Os dois processos envolvendo a Fazenda da Divisa serão analisados mais adiante. MMN/ Caixa 50/ nº de ordem 1054 e também MMN/ Caixa 50/ nº de ordem 1055.

subdelegado Boaventura Thurler, “que recusou fazer efetiva a prisão em flagrante do delinquente [Zoroastro] e, mais ainda auxiliar o juiz de paz em desarmá-lo”³⁷³.

Esses ataques e movimentações ocorridos em 1884 não se relacionavam somente a rivalidades partidárias antigas e a rixas pessoais que se tornaram muito evidentes em Bananal por conta das disputas entre as parciaisidades. Estavam relacionados também ao período pré-eleitoral que se aproximava. O acirramento dos ânimos nos momentos que antecederiam às eleições foi uma constante no Império do Brasil. A eleição de 1º de dezembro de 1884 confirmou a derrota dos liberais do 3º Distrito, da qual Bananal fazia parte. Essa eleição ocorreu por conta dos debates em torno do projeto Dantas envolvendo a libertação dos escravos sexagenários. O projeto de emancipação de Dantas dividira o Partido Liberal nas províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Com uma Câmara dos Deputados marcadamente opositora, Dantas pediu que D. Pedro usasse seu poder constitucional para dissolver a Câmara e convocar novas eleições. O Imperador apoiou Dantas e o impacto imediato dessa medida foi um fortalecimento do Gabinete e de D. Pedro junto à frente abolicionista. Contudo, a nova Câmara eleita não era favorável aos projetos emancipacionistas que estavam sendo defendidos pelo Gabinete, sendo que muitos dos membros eleitos eram moderados ou conservadores nos assuntos relacionados à escravidão. O ano de 1885 marcou a queda do Gabinete Dantas, no início de maio, e expôs a divisão dos liberais. O novo Gabinete liderado por Saraiva reformulou o projeto de seu antecessor, sofreu intensas críticas dos abolicionistas e marcou o fim do período liberal³⁷⁴.

A ascensão do Barão de Cotegipe em agosto de 1885 representou, no plano local, a nomeação de alguns conservadores históricos, dentre eles o Tenente Coronel Pedro Ramos Nogueira para delegado de polícia³⁷⁵. De acordo com Robert B. Toplin, a Lei Saraiva-Cotegipe [conhecida como Lei dos Sexagenários], aprovada em 28 de setembro de 1885, provocou um ponto de virada na estratégia abolicionista. A radicalização do movimento, com o recurso a atividades extraleais, seria, a partir de então, a marca principal de atuação de muitos grupos contrários à escravidão³⁷⁶. Em

³⁷³ *Gazeta de Notícias*. 18/10/1884. Edição 292. p. 1. Assinado por Zé Fardão, um dos sonetos mencionados por Almeida Nogueira encontra-se na edição da *Gazeta de Notícias*. 12/10/1884. Edição 286. p. 2.

³⁷⁴ CONRAD, Robert. op. cit. p. 263-272. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. op. cit. p. 28-34.

³⁷⁵ Ver a lista de nomeações e exonerações no *Correio Paulistano*. 15/09/1885. Edição 8718. p. 2.

³⁷⁶ TOPLIN, Robert Brent. op. cit. p. 182.

Bananal, o novo delegado iniciaria uma série de perseguições aos liberais. No período em que Pedro Ramos Nogueira esteve à frente das ações policiais, as lutas políticas adquiriram uma feição particular. Agora na oposição, alguns liberais usaram o abolicionismo para atacar os novos donos do poder. Um dos grandes embates que se pôde perceber nos anos de 1885-1887 foi entre Zoroastro de Macedo e Pedro Ramos Nogueira. Novamente a imprensa seria um dos palcos de lutas desses grupos rivais.

Zoroastro de Macedo denunciou via imprensa as perseguições que vinha sofrendo dos conservadores de Bananal. Em novembro de 1885, a *Gazeta de Notícias* publicou um telegrama dele em que dizia que o delegado Pedro Ramos Nogueira invadiu a propriedade de seu pai, o dr. João Venâncio Alves de Macedo, com cerca de 40 homens armados, e apreendeu com violência os escravos dessa fazenda, sendo que um dos escravos pertencia ao senador Carrão³⁷⁷. José Luiz Nepomuceno e o advogado do Banco do Brasil, Antônio Caetano, contestaram essa versão na edição de 14 de novembro, afirmando que a apreensão acontecera sem violência e por ordem judicial. No mesmo número, publicava-se um telegrama de Zoroastro a respeito das violências praticadas em Bananal contra os liberais. Acusava-se nominalmente o delegado Pedro Ramos de impedir as reuniões dos abolicionistas na cidade³⁷⁸.

Em 9 de dezembro de 1885, o órgão abolicionista a *Gazeta da Tarde* publicava uma carta de Zoroastro de Macedo. A missiva, dirigida a José do Patrocínio, explicitava os conflitos políticos existentes em Bananal e deixava claro que Pedro Ramos Nogueira era um dos inimigos do abolicionismo. Nos termos de Zoroastro:

Meu distinto amigo Patrocínio. Abraço-te dando a grata notícia de ter libertado, no dia 2 do corrente, um escravo de nome Caetano, de 25 anos de idade, sem ônus algum. Na cidade de

³⁷⁷ O dr. João da Silva Carrão era cunhado do comendador Nogueirinha. Casado com D. Porcina Brasília Nogueira, foi um importante político no Império do Brasil. Governou as províncias do Pará (1857-1858) e de São Paulo (1865-1866), e foi ministro da Fazenda no Gabinete de 12 de maio de 1865, cujo presidente do conselho foi o Marquês de Olinda. Esse breve histórico do senador Carrão mostra a influência e o poder dos partidários do comendador Antonio José Nogueira e as redes ligadas a esse fazendeiro. Ver MELLO, Geraldo C. de. op. cit. p. 47. As rivalidades entre Carrão e o Ministro da Agricultura Antonio Francisco de Paula e Sousa estão entre os motivos do enfraquecimento político do Marquês de Olinda e mostram as dissidências internas do Gabinete de 12 de maio. Ver a respeito IGLESIAS, Francisco. op. cit. p. 99-101.

³⁷⁸ O debate se estendeu por várias edições da *Gazeta de Notícias* entre meados de novembro e o início de dezembro. Ver *Gazeta de Notícias*. 12/11/1885. Edição 316. p. 1; *Gazeta de Notícias*. 14/11/1885. Edição 318. p. 1; *Gazeta de Notícias*. 15/11/1885. Edição 319. p. 2-3; *Gazeta de Notícias*. 22/11/1885. Edição 326. p. 3; *Gazeta de Notícias*. 23/11/1885. Edição 319. p. 2; *Gazeta de Notícias*. 04/12/1885. Edição 338. p. 3; *Gazeta de Notícias*. 06/12/1885. Edição 340. p. 2.

Bananal, onde como sabes é minha residência, prepararam-se vinganças contra mim, que sou alvo de perseguições dos sanhudos conservadores. Não querem eles que se instale o “Club Abolicionista”. Hei de o fazer ainda de estandarte da liberdade dos cativos. Não calculas o que se passa naquela cidade. Imagina os mais terríveis assaltos à segurança pública e individual, ataques de toda a natureza, e podes, sem receio de ser contestado, dizer que tudo isso se passa em pleno século XIX, naquela cidade, e que o autor de tantos desmandos é o delegado de polícia Pedro Ramos Nogueira. O governo é surdo e mudo a tantas reclamações feitas pelos liberais³⁷⁹.

Considerando as lutas políticas existentes em Bananal e a oposição de longa data entre as parcialidades, a expressão “sanhudos conservadores” e a última frase adquirem um sentido político que explicita a crise entre os dois grupos. Elas informam que os liberais desta localidade – pelo menos uma parte importante deles – estavam usando a plataforma abolicionista para atacar os conservadores no poder. Além de expor de modo evidente o vínculo com José do Patrocínio (ver figura 2) e seu jornal abolicionista, Zoroastro exprimia seu espaço de atuação, informando que a luta política extrapolava os limites territoriais do município.

Figura 2 – Fotografia de José do Patrocínio, tirada por Alberto Henschel. Fonte: ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2004. p. 90.

No mesmo número da *Gazeta da Tarde*, lia-se a respeito dos abusos e violências praticados pelo delegado de polícia. Dentre eles, encontravam-se a prisão ilegal do liberto Caetano – provavelmente o mesmo mencionado na missiva de Zoroastro –, e a

³⁷⁹ *Gazeta da Tarde*. 09/12/1885. Edição 283. p. 1.

invasão da fazenda do liberal Paula Barbosa da Silva, com o espancamento do administrador da fazenda e o roubo de cinco escravos³⁸⁰. Tendo em vista as disputas partidárias que tinham como palco diversos veículos de imprensa, é muito difícil determinar a veracidade desses acontecimentos e analisar a realidade das ações perpetradas pelas autoridades contra os liberais. É possível considerar que, se os liberais estavam se valendo da plataforma abolicionista contra os conservadores, os donos do poder agiam contra membros dessa facção e seus escravos, como se pode entrever da notícia envolvendo a invasão da fazenda de Barbosa da Silva. Outras hipóteses poderiam ser formuladas sobre esses incidentes narrados nos periódicos dessa época. Mas o que se pode inferir é que um dos campos para se verificar a luta política foi a imprensa. O impacto dessas violências e abusos repetidos de modo intermitente em diversos jornais, independentemente da realidade dessas ações e dos possíveis exageros, refletiam um campo de luta amplo, que pressionava os agentes públicos na localidade, movimentava a opinião pública e poderia servir de freio para abusos maiores e para o despotismo desmedido. A imprensa constituía-se como veículo para a disseminação de ideias e projetos políticos, bem como campo de atuação de todos os agentes políticos da localidade.

Nessa época, Zoroastro assumira definitivamente o abolicionismo como forma de militância política. Quatro processos criminais, três deles envolvendo escravos, confirmam essa atuação. Zoroastro participou diretamente em três deles, sendo que não se pode negar seu vínculo com o outro processo criminal.

O primeiro refere-se a uma ordem de *habeas corpus* que Zoroastro impetrou em favor de 35 libertos que se achavam “debaixo da pressão do cativoiro”. Todos esses libertos foram escravos do Capitão Francisco Gonçalves Pereira. Segundo os argumentos de Zoroastro, todos teriam sido libertados por seu dono com a condição de prestarem serviços por sete anos exclusivamente ao Capitão Pereira. Com o falecimento dele, os bens foram sequestrados por Leite de Campos & Cia., negociantes da Corte, incluindo os referidos escravos que foram enviados à Fazenda do Cantagalo, sendo que o depositário dos bens era Antônio Joaquim Gonçalves da Graça. Havia também em poder da viúva do Capitão Pereira mais 8 libertos, “sofrendo todos em sua liberdade, e

³⁸⁰ A notícia sobre o atentado contra o liberal Paulo Barbosa da Silva foi publicada também na *Gazeta de Notícias* através de telegrama enviado pela vítima. Ver *Gazeta de Notícias*, 08/12/1885. Edição 342. p. 1.

constrangidos ao trabalho”, totalizando 43 escravos. A petição relativa a esses oito libertos foi assinada por Francisco de Paula Aranha e iniciou-se em 6 de agosto, pouco menos de um mês depois da ação iniciada por Zoroastro³⁸¹.

Seis dias depois de peticionar ao juiz de direito acerca dos 35 libertos, Zoroastro de Macedo dirigiu-se novamente à mesma autoridade para reclamar da prisão arbitrária e sem justificativas de seu irmão, Antônio Nogueira de Macedo. O autor dessa prisão teria sido o delegado de polícia Tenente Coronel Pedro Ramos Nogueira. Segundo Zoroastro, seu irmão “retirava-se tranquilamente para sua fazenda” quando se encontrou com a polícia que estava “adrede colocada na rua da Misericórdia”. O mesmo teria sido “agredido e mutilado sem haver o menor motivo para tão grande atentado”³⁸². O delegado de polícia disse em resposta que Antônio de Macedo havia sido preso por achar-se armado e fazendo desordens em frente à casa de negócios de José Antônio de Oliveira, no bairro do Lavapés. Dirigindo-se ao local com duas praças, Ramos Nogueira encontrou-se com Antônio de Macedo, que estava cavalgando, e este dirigiu-lhe um gesto desrespeitoso. Ordenando-lhe “em alta voz” a prisão, Macedo resistiu com um chicote que trazia, mas acabou sendo preso e levado à sala das audiências, onde continuou a proferir uma série de ofensas contra Pedro Ramos Nogueira³⁸³. A sentença do juiz Antônio Ferreira França considerou a detenção legal e solicitou que ele regressasse à prisão. O processo é curto e não se pode saber quanto tempo Antônio de Macedo ficou preso. Contudo, vista à luz dos acontecimentos políticos e das rivalidades partidárias, sem dúvida essa prisão representa uma vitória parcial de Pedro Ramos Nogueira.

A prisão do irmão de Zoroastro aconteceu após o início do processo envolvendo os libertos do Capitão Pereira. Nesse caso, malgrado as alegações em contrário de Leite de Campos & Cia., o juiz Antônio Ferreira França favoreceu todos os ex-escravos. O juiz considerou como válida a liberdade concedida pelo senhor e apontou irregularidades na assinatura do contrato entre a Leite de Campos & Cia e o Capitão

³⁸¹ Conforme petição assinada por Zoroastro Nogueira Alves de Macedo em 8 de julho de 1886. MMN/ Caixa 50/ nº de ordem 1046. Conforme também petição assinada por Francisco de Paula Aranha em 6 de agosto de 1886. MMN/ Caixa 50/ nº de ordem 1056. Infelizmente não conseguimos descobrir qual era a relação entre Francisco de Paula Aranha e Zoroastro Nogueira Alves de Macedo.

³⁸² Conforme petição assinada por Zoroastro Nogueira Alves de Macedo em 14 de julho de 1886. MMN/ Caixa 50/ nº de ordem 1049.

³⁸³ Conforme resposta ao ofício do juiz de direito, assinada por Pedro Ramos Nogueira em 15 de julho de 1886.

Pereira e sua mulher. Além disso, sua sentença teve também uma orientação antiescravista, uma vez que ele percebeu que vários dos pacientes eram libertos por lei. Conforme notou Robert Brent Toplin, o período entre 1886 e 1888 foi marcado por decisões judiciais que se opunham cada vez mais aos interesses dos proprietários escravistas, inclusive aquelas baseadas na legislação de 1831 que aboliu o tráfico de escravos e considerou livres os africanos introduzidos após essa época³⁸⁴. Nesse sentido, França alegou que Marcelina, Ignácio e Thomazia eram libertos por serem sexagenários. Os escravos Israel e Ignácio foram apresentados como Elias e Antonio mas negaram ter esses nomes. O detentor, Antônio Joaquim Gonçalves da Graça, confirmou que os referidos escravos chamavam-se, de fato, Israel e Ignácio e, como não havia nenhum escravo com esses nomes matriculados em virtude da lei de 28 de setembro de 1871, os dois foram considerados livres. O caso desses dois escravos permite que se faça o seguinte questionamento: será que a empresa Leite de Campos & Cia. sabia que esses dois escravos não estavam matriculados e, prevendo que eles poderiam ser libertados por esse motivo, apresentaram os referidos escravos com o nome de dois cativos já mortos e que haviam sido efetivamente matriculados? A pergunta é pertinente e aponta para uma possível tentativa de fraude. Esses dois escravos, quando qualificados, informaram que eram conhecidos por outros nomes e não por aqueles em que foram apresentados à Justiça. A sentença de França prossegue alegando que Generosa e Maria não foram igualmente matriculadas pela referida lei de 28 de setembro de 1871 e eram, portanto, libertas. Os escravos Anacleto, Bernardo, Bonifácio, Domingos, Henrique, Joaquina, Josefa, Pedro e Tobias eram todos africanos e “nascidos depois do ano de 1831”. Tinham todos a idade de 40 anos, exceto o paciente Henrique que tinha 25 anos, quando foram matriculados em julho de 1872. Como “entraram no território do Brasil depois do ano de 1831”, eram livres.

A sentença proferida pelo mesmo juiz para os oito libertos que estavam em poder da viúva do Capitão Pereira foi mais simples e objetiva. Dizia que o senhor desses escravos havia concedido a liberdade “com a cláusula de prestação de serviços por sete anos não sendo, porém, declarado a favor de quem foi estabelecida a dita cláusula, que por isso devia ser entendida a favor somente do libertante (...)”. O

³⁸⁴ TOPLIN, Robert Brent. op. cit. 1975. pp. 196-197. Sobre a lei de 1831 e as estratégias adotadas para burlar essa legislação, ver o trabalho já citado de Jaime Rodrigues.

cativeiro para os 43 ex-escravos era, portanto, ilegal e o “constrangimento” a que estavam submetidos deveria acabar.

O caso em questão ultrapassou os limites da cidade de Bananal. A *Gazeta da Tarde*, por intermédio de seu correspondente, informava aos seus leitores em sua edição de 24 de agosto de 1886 que o juiz de direito havia concedido a ordem de *habeas corpus* a favor dos 43 libertos. Mais ainda, o mesmo correspondente comunicava a existência em Bananal de 700 sexagenários libertados por exigência da lei de 28 de setembro de 1885 e que ainda se encontravam em cativeiro³⁸⁵. O caso dos libertos do Capitão Pereira indica que era possível que sexagenários continuassem sendo submetidos ao “constrangimento ilegal” da escravidão. Principal órgão da imprensa abolicionista e dirigido por José do Patrocínio desde a morte de seu fundador, Ferreira de Menezes, a *Gazeta da Tarde* admitia diversos abolicionistas como colaboradores, dentre eles André Rebouças e um correspondente em Bananal. Esse correspondente, apesar de não ser identificado, muito provavelmente era Zoroastro de Macedo. Tratado como “nosso amigo” em alguns números³⁸⁶, Zoroastro colocava-se, nesses anos finais da escravidão, como um dos agentes abolicionistas dessa localidade. Ele foi presença constante nas páginas desse periódico³⁸⁷.

Outro caso importante que manifesta as oposições entre as parcialidades na crise do escravismo em Bananal foi o que envolveu Ana e Caetano, pertencentes ao pai de Zoroastro, dr. João Venâncio Alves de Macedo. A fazenda desse escravista, denominada Divisa, e seus escravos foram sequestrados pelo Banco do Brasil em dezembro de 1880. Segundo Zoroastro de Macedo, Ana e Caetano estavam detidos ilegalmente nessa fazenda. Os dois estavam em poder de Francisco Ramos Nogueira e o peticionário solicitava novamente uma ordem de *habeas corpus*. Uma vez mais, tem-se um caso em que um proprietário rural enfrentava problemas financeiros, estando com seus bens hipotecados. A questão é que Zoroastro alegava que seu pai havia libertado Caetano e Ana. Os dois, porém, foram presos e enviados à fazenda da Divisa, constando

³⁸⁵ *Gazeta da Tarde*. 24/08/1886. Edição 193. p. 2.

³⁸⁶ *Gazeta da Tarde*. 13/09/1886. Edição 211. p. 2.

³⁸⁷ Sobre a *Gazeta da Tarde* e a atuação de José do Patrocínio neste órgão de imprensa, ver TOPLIN, Robert Brent. op. cit. p. 68-70. CONRAD, Robert. op. cit. p. 187-189. A lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre, dizia, em seu artigo 8, parágrafo 2º, que “os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados à matrícula até um ano depois do encerramento desta, serão por este fato considerados libertos”. Eis o fundamento jurídico para libertar os escravos Israel, Ignácio, Generosa e Maria.

que Ana teria sido colocada no tronco e castigada. Conforme Zoroastro, “ambos acha[va]m-se constrangidos em sua liberdade e sofrendo as durezas do cativeiro”³⁸⁸. Francisco Ramos Nogueira detinha em seu poder os referidos pacientes – assim eles são denominados no processo – por ser “depositário nomeado no processo do sequestro em que é sequestrante o Banco do Brasil e sequestrado o dr. João Venâncio Alves de Macedo e sua mulher”³⁸⁹. Nogueira disse ainda que o Juiz Municipal, Doutor Antônio Manoel de Freitas, foi quem o nomeou para depositário dos referidos bens. Quando prestou depoimento no dia 16 de agosto, Ana disse que fora presa no início do mês por dois soldados enquanto lavava roupa no ribeirão, sendo conduzida para a fazenda da Divisa. Quando questionada em poder de quem esteve desde o dia trinta e um de maio, data da sua carta de liberdade e o início do mês de agosto, quando foi presa, Ana respondeu que

esteve em casa de João Fragoso, para onde foi a mandado do Tenente Coronel Pedro Ramos Nogueira e com o fim de arranjar ela respondente uma casa onde se alugasse para servir, e de fato esteve alugada em casa de Juca Diniz, e depois esteve alugada em casa do negociante Romão, no serviço de quem estava quando foi presa; e que quando esteve alugada nessas duas casas esteve alugada como mulher livre e não como escrava: respondeu mais que na fazenda da “Divisa” onde atualmente tem estado, acha-se em poder do detentor Francisco Ramos Nogueira.

Caetano prestou depoimento no mesmo dia e disse que, desde sua alforria, tinha estado na fazenda da Divisa em poder de Francisco Ramos Nogueira. Caetano afirmou que sua carta de liberdade tinha sido entregue a ele por sua senhora, Dona Maria Antônia, tendo sido tomada pelo Tenente Coronel Pedro Ramos Nogueira

na ocasião em que ele respondente [esteve] aqui na Cidade, no dia três de dezembro para o fim de ser conduzido para a fazenda da “Divisa”, para onde de fato foi conduzido pelo detentor Nogueira, tendo ele respondente estado preso na cadeia durante dois dias antes de ir para a dita fazenda; e que o doutor Antônio Caetano disse a ele respondente que apesar de ter sido passada carta de liberdade a seu favor, por enquanto não podia gozar da liberdade e tinha de ir trabalhar na fazenda “Divisa”.

O processo criminal apresenta várias lutas sendo travadas pelos sujeitos envolvidos. Verificam-se as lutas dos escravos e dos abolicionistas contra a escravidão e também de dois grupos: de um lado, o Tenente Coronel Pedro Ramos Nogueira, o

³⁸⁸ Conforme petição datada de 10 de agosto de 1886. MMN/ Caixa 50/ nº de ordem 1054 e também MMN/ Caixa 50/ nº de ordem 1055.

³⁸⁹ Conforme depoimento prestado em 16 de agosto de 1886.

depositário Francisco Ramos Nogueira, o Juiz Antônio Manuel de Freitas e o advogado do Banco do Brasil, Antônio Caetano de Oliveira Carvalho; de outro, Zoroastro de Macedo e o juiz Antônio Ferreira França, o mesmo do processo dos 43 libertos do Capitão Pereira. O envolvimento do delegado Pedro Ramos Nogueira é evidente nos depoimentos de Ana e Caetano e revela a ação desse conservador contra seus adversários. O processo não esclarece porque o Tenente Coronel mandou Ana para a casa de João Fragoso. Talvez Pedro Ramos quisesse vigiar os passos da liberta, impedindo-a de sair do município e facilitando sua recondução à fazenda da Divisa.

Fica evidente que, nesse momento histórico, a luta travada por Ana e Caetano por intermédio de Zoroastro se revestia de roupagens políticas. Para os renitentes defensores da escravidão, não se tratava somente de uma ordem de *habeas corpus*, mas sim de evitar que o abolicionismo abrisse precedentes jurídicos em Bananal. Por outro lado, a participação do advogado do Banco do Brasil permite supor que esse credor estava agindo ao lado do poder constituído para garantir os direitos de seu cliente diante da dívida do dr. João Venâncio e de sua mulher.

Por fim, não se pode furtar à coincidência nos acontecimentos aqui analisados: a notícia publicada pelo *Correio Paulistano* sobre os 31 escravos de Marcos de Oliveira Arruda, o caso envolvendo os 43 escravos libertados pelo Capitão Francisco Gonçalves Pereira e o processo de Caetano e Ana estão todos relacionados a fazendas hipotecadas, o que indica que a crise da escravidão foi, também, uma crise econômica. Aliada à situação nacional de desagregação do escravismo, essa situação econômica tornava-se um agravante³⁹⁰.

A luta abolicionista repercutiu no âmbito do Império do Brasil, sendo noticiada em São Paulo e na Corte. O exemplo dos escravos de Marcos de Oliveira Arruda pode remeter para o perigo da ocorrência da “ação direta”, comum nas fazendas cafeeiras do Oeste Paulista principalmente pela atuação dos caifases. Nessa parte da Província, os elos que ligavam cidades como Campinas, Amparo e Casa Branca à cidade de São Paulo e Santos indicavam a construção de uma rede ampla de atuação abolicionista que incentivava as fugas dos escravos. Do mesmo modo, a ameaça de insurreição e as

³⁹⁰ Sobre a crise econômica que afetou a cafeicultura, ver STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba – com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 255-299.

denúncias de aliciamento de escravos conformavam um quadro preocupante para a manutenção da ordem no Oeste Paulista. Conforme notaram Robert Conrad e Maria Helena Machado, as notícias de inúmeras revoltas de escravos no Oeste Paulista em 1882 indicavam a ação de abolicionistas que trabalhavam clandestinamente. A existência de escravos politizados insurgindo-se contra a ordem escravista sugeria a ação de abolicionistas agindo no meio dos escravos³⁹¹. A necessidade de mão de obra nessa área de expansão era tão premente que Conrad mostrou exemplos de fazendeiros em Mogi Mirim, Limeira e Tietê que, nos anos finais da escravidão, ainda pagavam alto para comprar escravos ou reaver fugitivos³⁹². Em Bananal, a ação de Pedro Ramos Nogueira e de outros correligionários seus procurou evitar, a todo custo, tal estado de coisas. Já o abolicionista Zoroastro de Macedo utilizava-se de uma estratégia que se poderia denominar “abolicionismo judicial”.

No caso envolvendo Caetano e Ana, a alegação do advogado do Banco do Brasil esclarece sobre o conteúdo da dívida hipotecária do pai de Zoroastro. A escritura de “dívida, obrigação e hipoteca” foi assinada na Corte, “nas Notas do Tabelião Mathias”, no dia 24 de dezembro de 1880. A dívida estava em 73 contos de réis em novembro de 1885 e, por conta do descumprimento das cláusulas do contrato hipotecário, o sequestro foi solicitado. Os bens envolviam a fazenda denominada “Divisa” e mais “quarenta escravos como acessórios”. Dentre esses escravos, encontrava-se a escrava Ana, de cinquenta e dois anos de idade e casada com o escravo Domingos. Alega o advogado que “mais tarde apareceu o escravo Caetano, crioulo, de trinta e nove anos de idade”, casado com a escrava Maximiana, “que já estava seqüestrada e posta em depósito, verificando ele declarante que o referido Caetano achava-se também na hipoteca”. O advogado do Banco do Brasil, Antônio Caetano de Carvalho, afirmou ainda em defesa de seu cliente que 68 escravos haviam sido hipotecados, mas que na data do sequestro só existiam 48 cativos, “por terem falecidos dois e os mais terem sido libertos, uns pelo

³⁹¹ CONRAD, Robert. op. cit. p. 224-225. MACHADO, Maria Helena. op. cit. p. 116-122.

³⁹² CONRAD, Robert. . op. cit. p. 162. Ver também a nota 23 na mesma página. Baseado em estudo feito sobre o mercado de escravos em Campinas, Robert W. Slenes encontrou “indícios (no movimento dos preços dos cativos segundo sexo e idade) que indicavam um comportamento econômico racional por parte da maioria dos compradores e vendedores, isto é, a vitalidade do mercado de escravos no oeste paulista nesse período refletiria não os vestígios de uma mentalidade atrasada e em vias de ser superada, mas a escolha cuidadosa e calculada de uma forma de trabalho que continuasse oferecendo boas possibilidades de lucro”. SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci Del Nero da. (org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986. p. 106-107.

fundo de emancipação e outros por serem maiores de sessenta anos”. Desses 48 escravos, somente 40 escravos haviam sido efetivamente sequestrados porque os devedores agiram para ocultar oito escravos “em lugar por ele declarante não sabido, fora do município”. Entre esses escravos ocultados, encontrava-se o escravo Caetano, o que explica porque o dr. Antônio Caetano de Carvalho disse que ele havia sido encontrado “mais tarde” e remetido posteriormente para a fazenda da Divisa. Segundo sua alegação, a fazenda da Divisa era velha, pequena e de pouco rendimento, valendo no máximo vinte contos de réis. Os escravos, pela tabela vigente³⁹³, valiam mais ou menos vinte e seis contos de réis. Portanto, os números mostravam que os devedores achavam-se “insolváveis”, isso porque eles não possuíam “outros bens fora da hipoteca que possam completar o pagamento; assim sendo, não podia[m] confiar a liberdade como conferiram sob pretexto dos bens hipotecados chegarem para o pagamento”. Portanto, as alforrias que, alega o dr. Carvalho, foram concedidas por Zoroastro, eram “nulas e sem efeito”.

Ana e Caetano eram escravos casados. Infelizmente não foi possível saber por que os dois foram libertados e seus respectivos cônjuges não conseguiram a carta de alforria. Mas foi possível saber que Ana e Caetano foram beneficiados por uma decisão favorável do juiz Antônio Ferreira França, que julgou “ilegal o constrangimento” sofrido pelos dois pacientes “em sua liberdade, não devendo estar na fazenda ‘Divisa’ sujeitos ao regime da escravidão”. Os credores, por sua vez, apelaram para o Tribunal da Relação de São Paulo, que revogou a decisão do Juiz de Direito em favor de Ana e Caetano, “visto terem sido incorporados na hipoteca feita ao Banco do Brasil da fazenda da Divisa”.

Nas disputas em torno da liberdade de Ana e Caetano, pouco se sabe sobre as opiniões que os supostos libertos teriam da situação que estavam vivendo. Contudo, é possível concluir que eles foram as maiores vítimas dessa luta política em torno da abolição da escravatura. Na *Gazeta da Tarde* de 29 de setembro de 1886, Zoroastro de

³⁹³ A tabela vigente é aquela contida no parágrafo 3º da lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, a conhecida lei dos sexagenários. Sobre as discussões em torno da elaboração desse parágrafo, ver MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. op. cit., especialmente o capítulo 3, “A lei e a escravidão: o preço da liberdade”. Robert W. Slenes escreveu sobre o colapso no mercado de escravos entre os anos de 1881 e 1883. Sem dúvida essa “quebra” influenciou nas discussões acerca do preço do escravo e contribuiu para a aprovação do referido parágrafo da lei de 1885. SLENES, Robert W. *The brazilian internal slave trade...* p. 357.

Macedo informou à redação que a liberta Ana, logo após conseguir a ordem de *habeas corpus*, “foi para a fazenda da Divisa, colocada num tronco onde recebeu 150 açoites!...”. E complementou: “neste lugar está tudo anarquizado. Única garantia é o dr. França, juiz de direito”³⁹⁴. *O Paiz* também publicou a carta de Zoroastro, perguntando: “serão ainda os flagícios (sic) legais a que se referiu o Sr. Presidente do conselho quando aludiu aos assassinatos da Paraíba do Sul?”³⁹⁵. O evento de Paraíba do Sul refere-se à punição de 300 açoites proferida por decisão judicial para quatro escravos, provocando a morte de dois deles. Segundo Robert Conrad, a discussão do evento de Paraíba do Sul por Joaquim Nabuco em *O Paiz* e a publicação do episódio em outros jornais interferiu nos debates parlamentares e provocou a abolição do açoite, em meados de outubro de 1886, malgrado o conservadorismo do Gabinete do Barão de Cotegipe e da Câmara, avessos às reformas relacionadas ao trabalho escravo³⁹⁶.

A missiva de Zoroastro foi publicada cerca de um mês após a decisão do Tribunal da Relação de São Paulo, não sendo possível saber se a punição de 150 açoites relatada por Zoroastro efetivamente aconteceu ou se a informação fazia parte do jogo político relacionado às lutas abolicionistas. Caso tenha acontecido, a punição teria ocorrido após a decisão de França (16 de agosto) ou do acórdão do Tribunal da Relação (31 de agosto)? Ou teria acontecido quando ela foi presa, colocada no tronco e castigada, conforme se pôde ler em seu depoimento? De qualquer modo, Zoroastro de Macedo explicitava que a luta abolicionista nacional havia entrado nos limites

³⁹⁴ *Gazeta da Tarde*. 29/09/1886. Edição 223. p. 2.

³⁹⁵ *O Paiz*. 29/09/1886. Edição 270. p. 1.

³⁹⁶ CONRAD, Robert. op. cit. pp. 287-289. Ver também TOPLIN, Robert Brent. op. cit. pp. 198-201. Como um Gabinete conservador e um Parlamento igualmente avesso às reformas favoráveis à solução do problema da escravidão puderam votar uma lei abolindo a pena de açoite? Mais ainda: como o próprio Barão de Cotegipe, notadamente contrário a qualquer tipo de reforma envolvendo a escravidão, pôde apoiar essa lei? Jeffrey D Needell procurou responder a essas contradições argumentando que a aprovação da referida lei foi uma consequência da crise política que o Gabinete de Cotegipe enfrentava. Nessa crise, Manuel Pinto de Sousa Dantas teve uma participação destacada na oposição a Cotegipe no Senado e na exposição das contradições desse político nas questões que remetiam ainda à aprovação da Lei dos Sexagenários. A crise foi tão séria que ameaçou a existência do Gabinete. Cotegipe, para reafirmar seu apoio político e enfraquecer a oposição, que recebia suporte do movimento abolicionista, avalizou a reforma. Além disso, a lei referia-se apenas à abolição dos açoites pelas autoridades públicas e, como o próprio Cotegipe declarou, “(...) não se vá inferir que os escravos não estejam sujeitos aos castigos moderados que podem receber de seu senhor, assim como do pai os recebe o filho, e de seus mestres o discípulo”. Após sua aprovação, a lei desferiu mais um golpe contra a escravidão, devido à leitura que os sujeitos da época fizeram a respeito do fim da pena de açoites. Para o autor, “this one incident indicates a larger truth, for it reveals how parliamentary struggle, the Abolitionist movement, and the resistance of the captives interacted”. Ver NEEDELL, Jeffrey D. Politics, Parliament, and the Penalty of the lash: The Significance of the End of Flogging in 1886. *Almanack: revista eletrônica semestral*. Guarulhos: UNIFESP, n. 4, p. 91-100, nov. de 2012. Disponível em: <almanack.unifesp.br>. Acesso em: 13 jan. 2013.

territoriais do município e se tornado de fato uma luta local. Isso, com certeza, preocupava os escravistas mais empedernidos de Bananal. Para Robert Toplin, a *Gazeta da Tarde* foi o periódico abolicionista de maior influência na década de 1880 e a virulência antiescravista desse jornal aumentou quando José do Patrocínio assumiu seu controle³⁹⁷. Por mais que os defensores da escravidão agissem na localidade para manter a ordem e o controle da situação, garantindo a permanência da mão de obra escravizada nas fazendas e efetuando rondas para promover a fiscalização e o controle da mobilidade dos escravos, a situação estava caminhando para o descontrole.

Nos anos de 1886 e 1887, as notícias veiculadas pelos jornais, principalmente a *Gazeta da Tarde*, a *Gazeta de Notícias* e o *O Paiz*, são muito semelhantes às dos anos anteriores. É comum ler sobre as lutas políticas e o tema do abolicionismo, com as perseguições e violências sendo associadas à rivalidade entre liberais e conservadores. Notícias simples e que aparentemente não teriam relevância analítica para o historiador adquirem, se contextualizadas, forte viés político. Assim, por exemplo, a *Gazeta de Notícias* publicou em 18 de julho de 1886 um relato sobre uma nova prisão de Antônio de Macedo, por ter sido acusado de fazer desordens, estar armado e agredir, no ato da prisão, a autoridade. O *habeas corpus* requerido foi-lhe negado. Ora, sabe-se que Antônio de Macedo era irmão de Zoroastro. Na edição seguinte, Zoroastro pronunciou-se dizendo que requereu corpo de delito em seu irmão, “o liberal Antônio de Macedo”³⁹⁸ e sentenciou: “continua a reinar grande agitação”. Antepor o termo “liberal” ao nome da vítima significa introduzir um conteúdo político a um evento que poderia ser visto, se lido de modo descontextualizado, como apenas uma prisão de um desordeiro. A compreensão das notícias nesses termos permite verificar a ocorrência de lutas políticas nas localidades. Não se trata de negar o fato em si, ou seja, a possível desordem que o preso pudesse estar fazendo e que justificaria, dessa maneira, sua prisão. Mas deve-se considerar que o espaço de luta política e a amplitude dessas notícias, veiculadas em periódicos na Corte, movimentavam a opinião pública e repercutiam em diversos meios.

O final de 1887 e o início de 1888 provaram para muitos defensores da escravidão que a instituição estava com os dias contados. Libertações condicionais em

³⁹⁷ TOPLIN, Robert Brent. op. cit. p. 68-69.

³⁹⁸ *Gazeta de Notícias*. 17/07/1886. Edição 198. p. 1. *Gazeta de Notícias*. 18/07/1886. Edição 199. p. 1.

massa aconteciam por toda a parte e eram exemplos da desagregação completa. Políticos importantes que em um passado recente advogaram a causa pró-escravista agora defendiam a abolição. Vários outros acontecimentos como as fugas em massa das fazendas, a agitação dos abolicionistas e a oposição dos militares provocavam crises políticas no governo imperial. A situação nacional de crise fazia muitos proprietários de escravos pensarem a respeito dos possíveis prejuízos com a abolição e dos perigos de “anarquia e de ameaça de revolução social”³⁹⁹. A mudança era visível por toda a parte. É nesse quadro nacional de instabilidade social e política que se pode entender a notícia do dia 15 de dezembro de 1887, publicada pela *Gazeta de Notícias*. Nesse dia, o jornal informou que a Sra. D. Catharina Joaquina dos Santos e seu irmão, o Sr. Francisco Carvalho dos Santos, ambos de Bananal, “libertaram todos os seus escravos com a condição de lhes prestarem serviços até 31 de dezembro de 1888, e desistiram com a mesma condição dos serviços dos ingênuos e sexagenários, cujo número se eleva[va] a mais de quarenta”. Além disso, a notícia indicava a atuação de “emancipadores” no município, como o Sr. Manuel Joaquim Rodrigues de Carvalho Junior, e informava que se acentuava o “movimento em favor dos escravizados, no sentido indicado pelo ilustre conselheiro Antonio Prado”⁴⁰⁰. Esse movimento de D. Catharina era generalizado em todo o país.

Em janeiro de 1888, Pedro Ramos Nogueira encontrava-se na capital da Província de São Paulo. Também estava na capital Pedro Ramos Nogueira de Gouvêa e sua família, que se mudavam para São Simão⁴⁰¹. Em março, o Barão de Ribeiro Barbosa, filho de Candido Ribeiro Barbosa, recebia autorização do ministério da Agricultura para “introduzir na fazenda de sua propriedade, denominada Ponto Alegre, situada no município do Bananal, 12 famílias de agricultores do norte da Itália ou Tyrol”⁴⁰². As notícias informam que as mudanças se processavam de diversas maneiras. Escravistas que se mudavam para áreas de fronteira devido ao colapso da produção cafeeira em seus municípios de origem e outros que já planejavam a recepção de

³⁹⁹ TOPLIN, Robert Brent. op. cit. p. 225.

⁴⁰⁰ Sobre a conversão de Antonio Prado à causa abolicionista, ver CONRAD, Robert. op. cit. pp. 303-304 e TOPLIN, Robert Brent. op. cit. pp. 229-232. A reportagem citada encontra-se em *Gazeta de Notícias*. 15/12/1887. Edição 349. p. 2. Sobre o movimento de migração para as áreas de fronteira, inclusive com referência à grande produtividade do município de São Simão, ver MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. *Saeculum*, n.28, jan./jun. 2014. No prelo.

⁴⁰¹ *Correio Paulistano*. 17/01/1888. Edição 9414. p. 2.

⁴⁰² *Correio Paulistano*. 09/03/1888. Edição 9457. p. 2.

imigrantes em suas propriedades. Essas notícias contrastavam ainda com o reacionarismo das autoridades policiais, provavelmente para garantir os interesses de proprietários que ainda se agarravam à escravidão, como se pode ler na *Gazeta de Notícias* de 16 de março que, em tom exclamativo, publicou que “no Bananal de S. Paulo, a 12 do corrente, foram presos cinco escravos e um deles amarrado pela polícia. Parece impossível que ainda haja destas cenas, e em S. Paulo!”⁴⁰³. A curta notícia demonstra ainda os embates em torno da escravidão e da manutenção da ordem em um contexto generalizado de transformações.

Às vésperas do 13 de maio, o *Correio Paulistano* publicou trechos do *Relatório do Presidente de Província*, Rodrigues Alves, que tratava dos núcleos coloniais. Mencionando diversos municípios como os de Bananal e Cruzeiro, o *Relatório* definiu esses núcleos como “centros de trabalhadores-proprietários, ou foco de atração de imigrantes, como se diz vulgarmente”. Mas, esclareceu, esses núcleos coloniais não se destinariam exclusivamente aos imigrantes, sendo que os trabalhadores nacionais deveriam ser igualmente contemplados. Nesse sentido, é bastante significativa a sugestão de mudança da espacialidade das propriedades rurais que se pode entrever nesse *Relatório*, tendo em vista o contexto de crise do trabalho escravo. Diz o documento que “é tempo de cuidar o fazendeiro no desmembramento de sua propriedade, pela divisão em lotes, para serem vendidos aos pequenos cultivadores. Darão assim valor à parte que reservarem para si, e terão à mão trabalhadores para auxiliarem-nos no cultivo de sua lavoura”⁴⁰⁴. Essa reconfiguração da espacialidade, anunciando um novo contexto que se avizinhava, já foi sugerida por João Luis Ribeiro Fragoso em seu trabalho sobre Paraíba do Sul. Nos inventários pós-1888, esse autor verificou que as senzalas estavam dando lugar às “casas de colonos” e que os pastos cada vez mais ocupavam o lugar dos cafezais. A formação da pecuária em municípios como os de Paraíba do Sul (e também de Bananal) não aconteceu de forma abrupta. As características do sistema agrário vigente na agricultura de exportação fez aumentar a quantidade de terras em capim, que precederam a prática da pecuária⁴⁰⁵. A persistência do quadrado, porém sem a necessidade de fechadura, e o aproveitamento das senzalas

⁴⁰³ *Gazeta de Notícias*. 16/03/1888. Edição 76. p. 2.

⁴⁰⁴ *Correio Paulistano*. 05/05/1888. Edição 9504. p. 2.

⁴⁰⁵ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não capitalistas de produção*. 1983. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983. p. 140-155.

pelos colonos já indicavam a destruição em grande escala das moradias dos escravos⁴⁰⁶. Das várias consequências dessa crise nacional que levou à Lei Áurea, pode-se mencionar a necessidade de uma reconfiguração da espacialidade das fazendas cafeeiras, com vistas à acomodação de novas relações de trabalho.

A lei de 13 de maio foi resultado de um longo processo de desagregação e de intensos combates envolvendo diversos sujeitos, com interesses e soluções variados. A escravidão acabou com a Lei Áurea, mas um dos temas do período escravista que ultrapassaram os limites temporais do 13 de maio foi o das disputas partidárias em Bananal. O resultado das rivalidades entre os sujeitos anteriormente mencionados teve um de seus momentos trágicos no dia 19 de julho de 1888. Nesse dia, tiros disparados de uma das janelas da fazenda da Gloria, pertencente ao chefe do Partido Liberal de Bananal, o comendador Nogueirinha, mataram o chefe do Partido Conservador, Pedro Ramos Nogueira, e o Dr. José Caetano Horta Barbosa. O crime, de natureza política, teve ampla repercussão, envolveu autoridades das Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, foi noticiado em diversos jornais e reverberou no Parlamento brasileiro⁴⁰⁷. Antônio Nogueira de Macedo, o irmão de Zoroastro de Macedo, e o Comendador Nogueirinha foram pronunciados nas penas dos artigos 192 e 193 do Código Criminal. O retrato publicado pela *Revista Illustrada* em sua edição de número 507 é bastante revelador das cruentas disputas facciosas da localidade. Apresentado como típico chefão local, o comendador Nogueirinha é retratado no centro da imagem, como a destacar, ao mesmo tempo, seu prestígio político, seu poder local e seu papel central como participante do homicídio. Homem baixo, “de fisionomia animada e inteligente”, olhar vivo e com barbas longas e grisalhas, Antônio José Nogueira era paralítico do lado esquerdo e tinha 61 anos à época do crime⁴⁰⁸. Logo acima, as vítimas são retratadas com olhar sereno. Abaixo, o trole em que se encontravam Horta Barbosa e Ramos Nogueira, bem como os dois pajens do segundo, vestidos e calçados, demonstrando que os escravos ainda serviam aos brancos no período pós-abolição. Ao lado do retrato do

⁴⁰⁶ Como no exemplo citado por MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 224-225.

⁴⁰⁷ Ler, por exemplo, a nota de repúdio ao assassinato publicada no *Correio Paulistano*. 22/07/1888. Edição 9566. p. 2. Ver também o relatório do chefe de polícia, José Joaquim Cardoso de Mello Junior, publicado no *Correio Paulistano*. 30/08/1888. Edição 9598. p. 1. Ver também *Gazeta de Notícias*. 15/11/1888. Edição 201. p. 1. *Gazeta de Notícias*. 15/11/1888. Edição 203. p. 3.

⁴⁰⁸ Conforme telegrama enviado à *Gazeta de Notícias*. 17/09/1888. Edição 260. p. 2. Neste telegrama, apresenta-se breve histórico da família Macedo. Antônio de Macedo, o outro acusado pelo crime e ainda foragido, havia confessado em carta ser o único autor dos assassinatos.

Comendador, a fumaça mostra o local do disparo, uma das janelas da fazenda da Gloria (Figura 3 e 4).

Figura 3 – Representação do assassinato de Pedro Ramos Nogueira e do Dr. José Caetano Horta Barbosa.

Figura 4 – Fotografia de parte do complexo de edifício da Fazenda da Gloria. O número 1 (ver seta amarela) indica a janela de onde partiram os tiros que mataram Pedro Ramos Nogueira e o Dr. José Caetano Horta Barbosa. O número 2 mostra o local na estrada em que a cerca foi colocada propositalmente para que o trole que levava as duas vítimas fosse obrigado a parar. Os dois sinais de “+” mostram o ponto em que os corpos foram encontrados. Fonte da fotografia: MMN/ Caixa 50/ nº de ordem 1055.

As lutas políticas em Bananal revelam que a identidade de classe dos proprietários rurais desse importante município cafeeiro, quando iluminada pelas trajetórias desses sujeitos, não pode ser considerada como algo monolítico, separado das experiências políticas que eles vivenciaram na localidade. Além disso, as disputas entre as parciaisidades e o uso do abolicionismo como estratégia de luta política contra os conservadores expressaram a crise dessa classe. A *Gazeta de Notícias* publicou, em sua coluna intitulada *Chroniqueta*, uma avaliação dos motivos do assassinato. Segundo o artigo, a designação do coronel Pedro Ramos Nogueira para a Guarda Nacional teria sido a “gota d’água” para a ocorrência do assassinato. A expressão “gota d’água”

pressupõe que, antes de o copo ficar cheio, muitos rancores e animosidades foram sendo gestados ao longo de anos. A coluna da *Gazeta de Notícias* resume: “a guarda nacional é uma das *fanfreluches* da pequena política das localidades como são *fanfreluches* os títulos nobiliários, as condecorações, a vice-presidência das províncias, os lugares de substituto de juiz municipal, o juizado de paz, a vereança etc”⁴⁰⁹. “Fanfreluche” significa adorno frívolo e de pouco valor. No final do Império, poderia ser comum criticar esses cargos. Mas a importância dessas frivolidades para a vida política das localidades no Império do Brasil foi muito grande. Ela está diretamente associada à violência política e à busca de prestígio baseada em uma combinação de elementos que vão desde as práticas clientelísticas que unem a vida das cidades à política imperial, dando força e representatividade simbólica aos chefes locais, até as buscas de manifestação explícita do poder desses mesmos poderosos.

Nogueirinha faleceu na prisão, em São Paulo, no dia 6 de dezembro de 1888. Segundo perfil traçado pela *Gazeta de Notícias*, o comendador Antônio José Nogueira

fora o chefe do partido liberal na cidade do Bananal por espaço de trinta anos, exercendo em todo município real influencia política. Ocupara todos os cargos de eleição popular, e quando o seu partido achava-se na governação do país era ele quem apontava o deputado provincial do distrito ou o candidato sobre quem deveriam recair os votos para a eleição geral. (...) Em política, porém, era mais do que intransigente, - arbitrário, violentíssimo. Durante o regime indireto [que vigorou até a reforma eleitoral de 1881], presidia as eleições no corpo da igreja matriz do Bananal, como juiz de paz, com o respectivo fitão traçado sobre a farda de oficial da guarda nacional (por esse tempo tinha o posto de major) – e o revólver à cintura, à mostra. Tinha a mão sobre a urna e nessa só deixava caírem os votos dos seus⁴¹⁰.

Retrato transparente da atuação política de um potentado local no Brasil do século XIX. Como se vê, o dia das eleições era o momento ritualístico em que alguns sujeitos exibiam de modo claro suas posições dentro da sociedade. Por trás desse comportamento, estava todo um contexto político que moldava identidades coletivas e modulava, sem hiatos, a história local com a história da política do Império do Brasil. Como notou Richard Graham, a propriedade de grandes extensões de terra e de escravos “demonstrava sucesso e ajudava enormemente no séquito de uma pessoa, mas o recurso crucial continuava sendo a lealdade de outros”. Graham sentencia, talvez com certo

⁴⁰⁹ *Gazeta de Notícias*. 15/11/1888. Edição 203. p. 1.

⁴¹⁰ *Gazeta de Notícias*. 07/12/1888. Edição 341. p. 1.

exagero, porém com acurado olhar sobre as práticas políticas no Império do Brasil, que “o tamanho da clientela era a medida de um homem”⁴¹¹. O prestígio de um homem relacionava-se com a clientela que ele conseguia arregimentar, com o aparato simbólico de títulos que ele podia alcançar e com a riqueza material que ele conseguia acumular. Daí vinha sua importância política como chefe local. Alguns anos depois da Proclamação da República, Lima Barreto reafirmou, em sua análise sobre a República dos Estados Unidos da Bruzundanga, o valor das fanfreluches para a prática política e o *status* social, mostrando que velhas práticas se perpetuavam em novos contextos políticos⁴¹².

⁴¹¹ GRAHAM, Richard. op. cit. p. 40. Ver também o capítulo 4, “O Teatro das eleições”.

⁴¹² BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: Ática, 1985.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um homem se confunde, gradualmente, com a forma de seu destino; um homem é, afinal, suas circunstâncias (Jorge Luis Borges, no conto *A Escrita do Deus*).

Este trabalho procurou analisar duas dimensões da geografia. A primeira delas esteve vinculada às questões do espaço, da arquitetura rural das fazendas cafeeiras, da estrutura fundiária e dos usos dos espaços de plantação. A leitura dos processos criminais demonstrou que a organização da espacialidade das propriedades rurais em um município cuja economia era baseada, fundamentalmente, na produção do café, foi um dos elementos centrais nas estratégias senhoriais de contenção e vigilância e, por outro lado, os usos dos espaços de plantação foram uma das ferramentas que os escravos usaram para resistir e buscar meios para reagir aos rigores do cativeiro. Nesse sentido, procurou-se realizar uma leitura dos processos criminais prestando atenção nas questões geográficas presentes nos depoimentos das testemunhas. O objetivo foi entender a resistência escrava e o funcionamento do poder senhorial a partir dos embates entre uma geografia senhorial, marcada por uma espacialidade de contenção e vigilância, e uma geografia dos escravos, caracterizada pelos usos alternativos dos espaços de plantação.

Essa dimensão geográfica não se restringiu à espacialidade das fazendas, mas se estendeu à vizinhança e ao município, palco para que muitos escravos construíssem suas redes de relacionamentos. Os cativos tiveram um espaço de atuação mais restrito se comparado aos homens livres, especialmente os de maior projeção política. Dependendo de sua função no processo produtivo, poderiam ampliar sua movimentação para outros municípios, como é o caso dos escravos tropeiros, que costumavam viajar para transportar o café para os portos de embarque. Dessas movimentações autorizadas surgiram outras, não autorizadas.

Mas é possível pensar em outra dimensão geográfica, vinculada à mobilidade, ao espaço de atuação dos sujeitos e à construção de redes de relacionamentos dentro e fora

das propriedades rurais. Essa dimensão envolve, com sentidos, propósitos e dinâmicas diferentes, todos os sujeitos, fossem eles senhores ricos ou de menor porte, homens livres dependentes e escravos. Essa “espacialidade política” não esteve vinculada diretamente à materialidade das fazendas cafeeiras apesar de, em muitos momentos, a vida material ter sido de fundamental importância para a movimentação e as estratégias de resistência dos escravos e para o funcionamento do poder senhorial.

A mobilidade dos homens livres apresentava uma dinâmica diferente se comparada à dos escravos. Um dado que se destaca é a atuação dos grandes fazendeiros com ampla projeção política. Como se viu, muitos desses sujeitos tinham condições de se articular com outros municípios, com a Corte e mesmo com outros países. Também contavam com o auxílio de uma infinidade de dependentes e correligionários, muitos deles usufruindo de uma mobilidade bastante significativa. Muitas vezes, o espaço de atuação de muitos desses senhores caracterizou-se pelo vínculo direto com as instituições do Estado e pelo conhecimento que eles tinham da legislação e do funcionamento da máquina pública. Igualmente, essa mobilidade e essas articulações construíram o que se poderia denominar de “espacialidade dos letrados”, porque era a da formação em Direito, a da criação, leitura e publicação em periódicos, a da correspondência com agentes da Corte e de outros países etc.

Esse espaço de atuação foi uma decorrência direta e mesmo obrigatória do arranjo institucional engendrado nas décadas de 1830 e 1840. Após a abdicação do primeiro imperador, d. Pedro I, ocorrida em 7 de abril de 1831, diversas correntes políticas lutaram para reorganizar os fundamentos institucionais do Estado Imperial. Iniciava-se então o período regencial, que duraria até a aprovação da maioria, em 1840. Nesse momento histórico, os saquaremas despontaram como líderes de um processo cujos objetivos eram a segurança, a ordem e a manutenção da escravidão. Para que seu projeto político fosse implementado, os saquaremas assumiram o poder em meados da década de 1830 e guiaram a aprovação de uma série de medidas estruturantes, como as reformas centralizadoras do Judiciário. Essa legislação foi, nas palavras de Thomas Flory, a “carta constitucional não oficial” do Partido Conservador e “a verdadeira constituição política do Império”. A partir de então, segundo Ilmar Rohloff de Mattos, ao Estado Imperial seria reservada a função de dominação, de

coação e de direção com o propósito fundamental de preservar a escravidão⁴¹³. Isso aconteceria, especialmente, com a centralização das atividades do Judiciário. Vivia-se, então, um movimento de reação a uma conjuntura de instabilidade política e social da Regência, marcada por diversas revoltas sociais, muitas delas com participação efetiva de escravos, e intensos questionamentos quanto aos rumos do Estado e da nação⁴¹⁴.

Os embates existentes nesse momento histórico produziram um arranjo institucional que determinou as características do funcionamento do Estado Imperial até 1889. Esse arranjo caracterizou-se pela combinação de dois grandes projetos institucionais: aquele que saiu da reforma constitucional de 1834 (conhecida como Ato Adicional) e o projeto dos saquaremas da virada da década de 1830 para a de 1840.

Nesse sentido, o livro de Ilmar Rohloff de Mattos apresentou, em que pese a validade de sua tese, uma orientação verticalizada, de cima para baixo, do funcionamento do Estado Imperial. Como se viu, esta pesquisa partiu do estudo de um município específico e procurou entendê-lo não a partir de uma redução da escala de observação, produzindo, dessa maneira, uma análise isolada da realidade mais ampla (um “estudo de caso”). Por esse motivo, a tese de Mattos se completou com os trabalhos que permitiram entender o funcionamento da política no Império do Brasil como uma via de mão dupla, na qual a classe senhorial do município de Bananal participou, sem nenhuma dúvida, do consenso estudado por Ilmar Mattos, agindo historicamente para

⁴¹³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 211-230. FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado em el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica. 1986. p. 282.

⁴¹⁴ O pensamento de Mattos foi seguido de perto por Ricardo Salles, para quem “a precaução contra uma possível insurreição escrava de largas proporções e de alcance antiescravista – uma possibilidade sempre cogitada depois do Haiti – foi um importante fator de soldagem de solidariedades escravistas para além do âmbito das vivências imediatas deste ou daquele senhor, nesta ou naquela região em particular”. Ao lado de outros fatores, essa “precaução conformou, enfim, uma experiência de classe coletiva, histórica, a partir da qual os proprietários individuais de escravos passaram a viver suas vidas, a situar-se no mundo – das fazendas, das vilas, das cidades, mas também do Império, da Europa e da Civilização (...)”. Essa afirmação, que considera o período de construção e de amadurecimento do Estado Imperial, *grosso modo* da década de 1830 até o início do movimento abolicionista em escala nacional, nos anos finais da década de 1870, permite entender um componente fundamental da organização do Estado nacional brasileiro, qual seja, a importância da escravidão como fator estruturante para a atuação da classe senhorial de proprietários de escravos e a robustez do consenso seguido por essa classe em torno das premissas acima apontadas. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008. pp. 45-46. Ver também SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). *Revista de Índias*, Madrid, vol. LXXI, 2011, 251: 259-284. PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. pp. 175-176. Sobre o conceito de classe senhorial, SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack: revista eletrônica semestral*. Guarulhos/SP: UNIFESP, n. 4, nov. de 2012. pp. 5-45.

construir articulações mais amplas e que vinculavam a fazenda à Província e à Corte (genericamente, o Conselho de Estado, o Senado, a Câmara, mas também os negociantes de escravos, os comissários etc.). Por outro lado, viu-se que o Estado Imperial conseguiu exercer sua influência no âmbito da localidade, especialmente com base na legislação que centralizou as nomeações dos agentes judiciários e policiais. Com esses trabalhos e a leitura dos periódicos do século XIX, especialmente aqueles do momento de crise, verificou-se a importância das redes e das articulações construídas pelos proprietários rurais para além dos limites de suas fazendas e do município.

Esse entendimento permite perceber uma apreensão espacial para o Estado Imperial, que conseguiu estender suas influências às municipalidades e que subjugou essas mesmas municipalidades às esferas do poder provincial e da Corte. Mas também é possível distinguir uma apreensão espacial para os escravos e os homens livres. Em um contexto de normalidade institucional, o jogo político do Estado Imperial acontecia com as variações partidárias executadas especialmente pelo Poder Moderador. Contudo, nas décadas finais da escravidão, os conflitos fratricidas entre famílias ou parcialidades após o período 1868-1871, aliado aos intensos questionamentos acerca da transição do trabalho escravo para o livre, expuseram um momento histórico de crise generalizada dos mecanismos jurídicos e constitucionais que embasavam o Estado Imperial.

A crise do Estado imperial que se verificou a partir desse período demonstrou que o poder senhorial e todos os seus arranjos componentes estiveram sob pressão. Entre 1868-1871 e a abolição definitiva, em maio de 1888, verificou-se uma crescente politização do problema da escravidão. Diversos setores da sociedade participaram desse debate político que, por sua vez, abalou os fundamentos do poder senhorial. Cada vez mais, agentes externos ao universo da propriedade rural passaram a questionar as diretrizes das relações entre os senhores e seus escravos. Nesse contexto, as movimentações dos escravos e os diversos preceitos coativos usados pelos senhores e seus prepostos foram objetos de controvérsia. Em suma, os embates oriundos da dialética existente entre a geografia senhorial e a geografia dos escravos ganharam uma nova dinâmica. E, nesse ponto, o abolicionismo desempenhou um papel primordial. As técnicas de contenção e controle que caracterizaram o poder dos senhores sobre os seus escravos adquiriram cada vez mais um sentido político e ultrapassaram os limites das fazendas e do município. Além disso, esse contexto histórico permitiu aos escravos que

dinamizassem seu espaço de atuação, fazendo com que eles aumentassem o trânsito entre o mundo da fazenda e as instituições do Estado através, por exemplo, da procura pelos juízes, delegados, escrivães ou também pelo recurso às Ações de Liberdade.

Por outro lado, as lutas políticas entre as parcialidades que indicam uma crise generalizada das instituições do Estado devem ser apontadas como outro aspecto importante do momento. Em todos os conflitos narrados no último capítulo, a lei de 3 de dezembro de 1841, um dos diplomas que fundamentaram a direção saquarema⁴¹⁵, esteve presente de modo incisivo, ora como instrumento de ação e manifestação do poder pelo grupo dominante, ora como recurso para evitar o despotismo. A lei de 3 de dezembro foi um dos instrumentos para que os dois lados em disputa pudessem atacar e defender. Os proprietários de escravos, conservadores ou liberais, fossem eles situação ou oposição, atuaram no âmbito dessa legislação centralizadora do judiciário erigida pelos saquaremas. Além disso, como se pode ver da atuação dos liberais e conservadores, a prática política ultrapassou o âmbito da municipalidade e, nesse sentido, a Assembleia Provincial, a Presidência Provincial e as instâncias do governo central se articularam às tensões políticas internas do município.

A geografia da escravidão entrou em crise com o recrudescimento do abolicionismo e das lutas políticas entre os partidos imperiais. Essa crise foi decorrência de uma série de fatores, alguns estruturais, como a concentração e a defesa intransigente da escravidão nas províncias cafeeiras do Sudeste. A reconfiguração da espacialidade das fazendas cafeeiras, anunciada ainda na década de 1880, foi uma das consequências da crise do sistema agrário que se baseava no uso intensivo de escravos. Em se apogeu, a espacialidade das fazendas cafeeiras funcionou de modo eficiente para garantir a perfeita ordem, o trabalho intenso e a produção e riquezas senhoriais. Malgrado as estratégias de resistência dos escravos, esse modelo organizacional teve sua eficácia. Contudo, com a crise da escravidão, todo o aparato que dava sustentação às relações sociais e políticas começou a desmoronar, anunciando o desaparecimento da geografia da escravidão no período posterior ao 13 de maio.

⁴¹⁵ Sobre a “direção saquarema” e o consenso que daí surgiu ver MATTOS, Ilmar Rohloff. op. cit. pp. 169-171.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A) FONTES MANUSCRITAS

MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO MAJOR NOVAES – CRUZEIRO/SP

PROCESSOS CRIMINAIS – DÉCADA DE 1850

1. **Localização:** Caixa 07/ n ° de ordem 202. **Natureza da ocorrência:** Furto de café da propriedade do Comendador Antônio Barbosa da Silva. Os acusados foram Manoel Bahia e João Mina. **Data da ocorrência:** Agosto de 1851.
2. **Localização:** Caixa 08/ n ° de ordem 238. **Natureza da ocorrência:** Furto de café da propriedade do Major Candido Ribeiro Barbosa feito pelos escravos do mesmo. **Réu:** Manuel Ferreira Gonçalves. **Data da ocorrência:** Junho de 1853.
3. **Localização:** Caixa 10/ n° de ordem 268. **Natureza da ocorrência:** Assassinato de Manoel, escravo do capitão Claudino José de Almeida. **Réu:** por Camilo, escravo de José Joaquim Pereira da Silva. **Data da ocorrência:** 5 de maio de 1855.
4. **Localização:** Caixa 10/ n° de ordem 277, 278 e 282. **Natureza da ocorrência:** furto de um relógio de ouro do filho do comendador. **Réu:** Francisco, escravo do comendador Antonio José Nogueira **Data da ocorrência:** junho de 1855.

PROCESSOS CRIMINAIS – DÉCADA DE 1860

1. **Localização:** Caixa 17/ n ° de ordem 422. **Natureza da ocorrência:** Injúrias verbais. **Réu:** Maria Alexandrina do Carmo e Jacintha, escrava da mesma. **Data da ocorrência:** 25 de setembro de 1860.
2. **Localização:** Caixa 18/ n° de ordem 425. **Natureza da ocorrência:** Furto na casa de negócio de José Lourenço China. **Réu:** Jerônimo, escravo de José Antonio baptista Hermida. **Data da ocorrência:** 5 de novembro de 1860.
3. **Localização:** Caixa 18/ n° de ordem 428 e Caixa 19/ n ° de ordem 462. **Natureza da ocorrência:** Furto na casa de Antonio Ramos da Silva. **Réu:** José Venâncio e Fiel, escravos do dr. José Eloy Machado. **Data da ocorrência:** 26 de novembro de 1860.

4. **Localização:** Caixa 19/ nº de ordem 444. **Natureza da ocorrência:** Escravo preso às 11:30 da noite com um punhal. Não tinha licença das autoridades e nem bilhete de seu senhor. **Réu:** Alexandre, escravo de André de Mello e Silva. **Data da ocorrência:** 18 de julho de 1861.
5. **Localização:** Caixa 19/ nº de ordem 446. **Natureza da ocorrência:** Escravo preso porque jogava búzio. Braz estava com um canivete e Joaquim com uma espingarda. Braz é forro condicional. **Réu:** Braz e Joaquim. **Data da ocorrência:** 28 de julho de 1861.
6. **Localização:** Caixa 19/ nº de ordem 449. **Natureza da ocorrência:** Escravo preso porque se encontrava com uma faca de ponta “forçando algumas mulheres”. **Réu:** Evaristo. **Data da ocorrência:** 2 de agosto de 1861.
7. **Localização:** Caixa 19/ nº de ordem 459. **Natureza da ocorrência:** João Dias de Freitas acusa Benedito João da Silva de afogar seu escravo, Eugênio, no Rio Bananal. **Vítima:** Eugênio. **Réu:** Benedito João da Silva. **Data da ocorrência:** 13 de janeiro de 1862.
8. **Localização:** Caixa 20/ nº de ordem 488 e Caixa 21/ nº de ordem 489. **Natureza da ocorrência:** assassinato de senhor. **Vítima:** Prudente Moreira Pena. **Réu:** Mathias, escravo do mesmo. **Data da ocorrência:** 01 de junho de 1862.
9. **Localização:** Caixa 20/ nº de ordem 477. **Natureza da ocorrência:** furto de café da propriedade de Maria Joaquina de Almeida. **Vítima:** Maria Joaquina de Almeida. **Réu:** José Cabinda e Eugênio. **Data da ocorrência:** Novembro de 1862.
10. **Localização:** Caixa 21/ nº de ordem 490-A, Caixa 22/ nº de ordem 521 e Caixa 23/ nº de ordem 523. **Natureza da ocorrência:** Assassinato de Benedito, escravo do Major Candido Ribeiro Barbosa, de José Maria, camarada do mesmo Major e de Antônio Rita. **Réus:** Antônio José, Antônio Ferreira e Pedro, todos pertencentes ao Major Candido. **Data da ocorrência:** janeiro/fevereiro de 1863.
11. **Localização:** Caixa 22/ nº de ordem 522. **Natureza da ocorrência:** Tentativa de assassinato de José Joaquim do Nascimento, conhecido por José Mulatinho, pelo escravo Francisco, pertencente a José Antônio de Oliveira Guimarães. **Data da ocorrência:** 9 de outubro de 1863.

12. **Localização:** Caixa 21/ nº de ordem 502. **Natureza da ocorrência:** suicídio de escravo. **Vítima:** Manoel Antonio, pertencente ao Tenente Coronel José de Magalhães Couto **Data da ocorrência:** 14 de novembro de 1863.
13. **Localização:** Caixa 22/ nº de ordem 510. **Natureza da ocorrência:** suicídio de escravo. **Vítima:** Manoel, pertencente a Pedro Ramos Nogueira, o futuro Barão de Joatinga. **Data da ocorrência:** 31 de janeiro de 1864.
14. **Localização:** Caixa 22/ nº de ordem 511. **Natureza da ocorrência:** homicídio. **Vítima:** João Apolinário. **Réu:** José Rebelo dos Santos. **Data da ocorrência:** 31 de janeiro de 1864. **Obs.:** processo que envolve homens livres (vítima e réu). Contudo, como vários escravos prestam depoimentos, foi catalogado, seguindo a metodologia de trabalho.
15. **Localização:** Caixa 23/ nº de ordem 540. **Natureza da ocorrência:** roubo. **Vítima:** José Faustino Mendes. **Réus:** João José de Magalhães Barros e seu escravo Salvador. **Data da ocorrência:** 22 de abril de 1864.
16. **Localização:** Caixa 23/ nº de ordem 537. **Natureza da ocorrência:** furto de café **Vítima:** Domingos José da Silva Monteiro. **Réus:** Jacinto e Firmono, escravos do mesmo **Data da ocorrência:** 02 de setembro de 1864.
17. **Localização:** Caixa 23/ nº de ordem 535. **Natureza da ocorrência:** Roubo cometido pelos escravos Antônio e Manoel, pertencentes a Marcos de Oliveira Arruda. **Data da ocorrência:** Domingo, 4 de dezembro de 1864.
18. **Localização:** Caixa 24/ nº de ordem 553. **Natureza da ocorrência:** homicídio. **Vítima:** Eleutério, escravo de Antonio Pinto da Silveira. **Réu:** Victor, escravo de Francisco da Silva Barreto. **Data da ocorrência:** 27 de setembro de 1865.
19. **Localização:** Caixa 25/ n ° de ordem 575 e Caixa 26/ n ° de ordem 585. **Natureza da ocorrência:** Fuga do escravo Benedito, pertencente a Antônio Luiz de Almeida e assassinato de José Sincoral do Espírito Santo, morador nas terras de D. Maria Joaquina de Almeida. **Réu:** Benedito, escravo de Antônio Luiz de Almeida. **Data da ocorrência:** 6 de março de 1865.
20. **Localização:** Caixa 25/ n ° de ordem 576. **Natureza da ocorrência:** Fuga de Alexandre, escravo de Rodrigo Ribeiro de Miranda, de Domingos, de Marcos de Oliveira Arruda e de Justina, do Capitão Henrique José da Silva e roubo na casa do negociante João Baptista de Oliveira. **Réus:** os escravos mencionados e o preto forro José. **Data da ocorrência do roubo:** 14 de novembro de 1865.

21. **Localização:** Caixa 26/ nº de ordem 586. **Natureza da ocorrência:** escravo armado com faca **Réu:** Francisco escravo de D. Maria Luiza de Almeida Godoy. **Data da ocorrência:** 27 de maio de 1866.
22. **Localização:** Caixa 26/ nº de ordem 590. **Natureza da ocorrência:** Furto de café. **Vítima:** Braz de Oliveira Arruda. **Réus:** Faustino, Leocádio, Silvestre e Francisco Caboclo. **Data da ocorrência:** 5 para 6 de agosto de 1866.
23. **Localização:** Caixa 26/ nº de ordem 591. **Natureza da ocorrência:** Furto de café. **Vítima:** Major Antônio José Nogueira. **Réu:** Mariano, escravo do mesmo. **Data da ocorrência:** 19 para 20 de agosto de 1866.
24. **Localização:** Caixa 26/ nº de ordem 593. **Natureza da ocorrência:** Morte de escrava (não se pode determinar se houve suicídio ou se ela morreu devido às punições) **Vítima:** Atília, escrava de Antonio Mauricio Gonçalves. **Data da ocorrência:** 14 de setembro de 1866.
25. **Localização:** Caixa 26/ nº de ordem 601. **Natureza da ocorrência:** suicídio **Vítima:** Paulo, D. Vicência Zeferina de Carvalho Nogueira. **Data da ocorrência:** 7 de janeiro de 1867.
26. **Localização:** Caixa 26/ nº de ordem 602. **Natureza da ocorrência:** agressão e espancamento **Vítima:** José Joaquim Tavares, por alcunha Biscoito. **Réu:** Joaquim Antonio, escravo de Antonio Caetano de Oliveira Carvalho. **Data da ocorrência:** 7 de janeiro de 1867.
27. **Localização:** Caixa 26/ nº de ordem 606. **Natureza da ocorrência:** acidente (escravo dado a bebidas espirituosas) **Vítima:** João pedreiro, escravo de Manoel Venâncio Campos da Paz. **Data da ocorrência:** 9 de abril de 1867.
28. **Localização:** Caixa 27/ nº de ordem 615. **Natureza da ocorrência:** tentativa de assassinato. **Vítima:** Roberto, escravo de Manoel de Aguiar Vallim. **Réu:** Desconhecido. **Data da ocorrência:** de 31 de agosto para 01 de setembro de 1867.
29. **Localização:** Caixa 26/ nº de ordem 617. **Natureza da ocorrência:** suicídio coletivo **Vítimas:** Prisco, Victalina e duas filhas da mesma, sendo uma recém-nascida. Todos eram escravos do Tenente Antonio Luis Carlos de Toledo. **Data da ocorrência:** 10 de outubro de 1867.

30. **Localização:** Caixa 26/ nº de ordem 632. **Natureza da ocorrência:** fuga para se entregar às autoridades. **Vítima:** Claudina, órfãos do finado José Lourenço da Silva. **Data da ocorrência:** 30 de outubro de 1868.
31. **Localização:** Caixa 30/ nº de ordem 665 e Caixa 31/ nº de ordem 674. **Natureza da ocorrência:** Assassinato do menino Theodoro José Ferreira. **Réu:** Saturnino, escravo do Tenente Coronel José de Magalhães Couto. **Data da ocorrência:** 18 de agosto de 1869.

PROCESSOS CRIMINAIS – DÉCADA DE 1870

1. **Localização:** Caixa 31/ nº de ordem 673. **Natureza da ocorrência:** Infanticídio. **Réu:** Leocádia, escrava de Virgínia Maria da Conceição e Joana, pertencente a Leandro Rodrigues dos Ouros. **Data da ocorrência:** 16 de fevereiro de 1870.
2. **Localização:** Caixa 31/ nº de ordem 676. **Natureza da ocorrência:** Indeterminado no processo. **Vítima:** Bento, escravo de Antonio Mauricio Gonçalves. **Data da ocorrência:** 13 de abril de 1870.
3. **Localização:** Caixa 31/ nº de ordem 685. **Natureza da ocorrência:** Tentativa de suicídio. **Vítima:** Benedito, escravo de Manoel Rebello Rosa. **Data da ocorrência:** 24 de outubro de 1870.
4. **Localização:** Caixa 32/ nº de ordem 695. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Réu:** Pedro, escravo do Capitão Luiz Manoel de Freitas. **Data da ocorrência:** 16 de agosto de 1871.
5. **Localização:** Caixa 32/ nº de ordem 703 e Caixa 32/ nº de ordem 704. **Natureza da ocorrência:** Assassinato da escrava Martha e fuga do escravo Francisco, ambos pertencentes ao Major Candido Ribeiro Barbosa. **Réu:** Francisco. **Data da ocorrência:** 26 de janeiro de 1872.
6. **Localização:** Caixa 33/ nº de ordem 708. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Réu:** Manoel, vulgo Dandy. **Vítima:** Francisco, escravo do Dr. David Gomes Jardim. **Data da ocorrência:** 31 de agosto de 1872.
7. **Localização:** Caixa 33/ nº de ordem 724. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Gregório, escravo de Ana Maria de Jesus. **Data da ocorrência:** 31 de maio de 1873.

8. **Localização:** Caixa 33/ nº de ordem 727. **Natureza da ocorrência:** Furto de dois escravos. **Réu:** Hipólito José de Andrade. **Data da ocorrência:** 24 de abril de 1873.
9. **Localização:** Caixa 33/ nº de ordem 728. **Natureza da ocorrência:** Suicídio **Vítima:** Luiz, escravo do Dr. Braz Barbosa da Silva. **Data da ocorrência:** 05 de maio de 1873.
10. **Localização:** Caixa 34/ nº de ordem 741. **Natureza da ocorrência:** Fuga para se entregar às autoridades. **Réu:** Joaquim, escravo de Antonio Ferreira Guimarães Francisco. **Data da ocorrência:** 24 para 25 de agosto de 1873.
11. **Localização:** Caixa 35/ nº de ordem 767 e Caixa 36/ nº de ordem 788. **Natureza da ocorrência:** Furto. **Réu:** Simão, escravo de Luiz Vianna de Hermógenes. **Data da ocorrência:** 12 de setembro de 1873.
12. **Localização:** Caixa 34/ nº de ordem 744. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Mariano, escravo de Joaquim Afonso de Carvalho. **Data da ocorrência:** 28 de setembro de 1873.
13. **Localização:** Caixa 34/ nº de ordem 745. **Natureza da ocorrência:** Fuga para se entregar às autoridades. **Vítima:** Honorato, escravo de Luiz Vianna de Hermógenes. **Data da ocorrência:** 05 de outubro de 1873.
14. **Localização:** Caixa 35/ nº de ordem 768 e Caixa 37/ nº de ordem 796. **Natureza da ocorrência:** Homicídio de escravo. **Réu:** Manoel, escravo de Faustino José Correa Junior. **Data da ocorrência:** 09 para 10 de fevereiro de 1874.
15. **Localização:** Caixa 35/ nº de ordem 756. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Vítima:** Francisco, escravo do Dr. David Gomes Jardim. **Réu:** Indeterminado no processo. **Data da ocorrência:** 16 de março de 1874.
16. **Localização:** Caixa 35/ nº de ordem 762. **Natureza da ocorrência:** Suicídio por enforcamento. **Vítima:** Maria Rosa, escrava de João Ferreira da Silva. **Data da ocorrência:** 04 de junho de 1874.
17. **Localização:** Caixa 35/ nº de ordem 763. **Natureza da ocorrência:** Suicídio por enforcamento. **Vítima:** Antonio, escravo de D. Vicencia Zeferina de Carvalho Nogueira. **Data da ocorrência:** 10 de junho de 1874.

18. **Localização:** Caixa 35/ nº de ordem 764. **Natureza da ocorrência:** Suicídio por enforcamento. **Vítima:** Abelardo, escravo de Manoel José Gomes da Costa. **Data da ocorrência:** 02 de julho de 1874.
19. **Localização:** Caixa 35/ nº de ordem 766. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Réu:** Liberto Raimundo, que espancou o escravo José Capitão, pertencente ao Tenente Victorino Pedro de Alcantara Peixoto. **Data da ocorrência:** 21 de julho de 1874.
20. **Localização:** Caixa 36/ nº de ordem 775 e Caixa 37/ nº de ordem 798. **Natureza da ocorrência:** Assassinato de feitor. **Réus:** Basílio e Simão, escravos de Luiz José Guedes. **Data da ocorrência:** 08 de setembro de 1874.
21. **Localização:** Caixa 35/ nº de ordem 770. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Réu:** Venancio, escravo de Joaquim José de Alvarenga, senhor em Rezende. **Data da ocorrência:** 20 de setembro de 1874.
22. **Localização:** Caixa 36/ nº de ordem 778. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Amaro, escravo de Francisco Ramos Nogueira. **Data da ocorrência:** 25 de novembro de 1874.
23. **Localização:** Caixa 37/ nº de ordem 791. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** José Caboré, escravo de José de Aguiar Vallim Filho. **Data da ocorrência:** 15 de maio de 1875.
24. **Localização:** Caixa 37/ nº de ordem 799 e Caixa 37/ nº de ordem 802. **Natureza da ocorrência:** Homicídio (de feitor escravo). **Réu:** Leandro, escravo do Capitão Manoel Rebello Rosa. **Data da ocorrência:** 15 de maio de 1875.
25. **Localização:** Caixa 37/ nº de ordem 793. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Augusto, escravo do Barão de Bela Vista. **Data da ocorrência:** 26 de maio de 1875.
26. **Localização:** Caixa 37/ nº de ordem 794. **Natureza da ocorrência:** Tentativa de fuga da cadeia provocando ferimentos e outras ofensas físicas. **Réus:** Manoel e Basílio, escravos de Faustino José Correa Junior e Luiz José Guedes. **Data da ocorrência:** 27 de maio de 1875.
27. **Localização:** Caixa 37/ nº de ordem 803. **Natureza da ocorrência:** Assassinato. **Réu:** Joaquim, escravo de Luiz Vianna de Hermógenes. **Data da ocorrência:** 9 de junho de 1875.

28. **Localização:** Caixa 37/ nº de ordem 806. **Natureza da ocorrência:** Tentativa de homicídio. **Vítima:** José Ferrão, escravo de Bento Antonio Vieira. **Data da ocorrência:** 27 de novembro de 1875.
29. **Localização:** Caixa 37/ nº de ordem 807. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Pedro, escravo do Dr. José Ramos da Silva. **Data da ocorrência:** 16 de dezembro de 1875.
30. **Localização:** Caixa 37/ nº de ordem 808. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Réu:** Hermenegildo, escravo de Joaquim José Domingues. **Data da ocorrência:** 19 de janeiro de 1876.
31. **Localização:** Caixa 37/ nº de ordem 811. **Natureza da ocorrência:** Fuga para se entregar às autoridades. **Vítima:** Manoel, escravo de José Alves de Souza Pereira. **Data da ocorrência:** 14 de março de 1876.
32. **Localização:** Caixa 37/ nº de ordem 813. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Réu:** Antonio, escravo de D. Candida Maria de Jesus. **Data da ocorrência:** 20 de março de 1876.
33. **Localização:** Caixa 38/ nº de ordem 814. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Vítima:** José Macuá, escravo de Augusto Ferreira Bastos. **Data da ocorrência:** 06 de abril de 1876.
34. **Localização:** Caixa 38/ nº de ordem 829. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Réu:** Francisco Pinto Gomes, vulgo Chico Formigueiro. **Vítima:** Angélica, escrava do Dr. Francisco de Paula Ferreira. **Data da ocorrência:** 30 de setembro de 1876.
35. **Localização:** Caixa 38/ nº de ordem 825. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Thereza, pertencente a Maria Joaquina de Almeida. **Data da ocorrência:** 03 de outubro de 1876.
36. **Localização:** Caixa 38/ nº de ordem 823. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Candido, escravo de Laurindo José de Almeida. **Data da ocorrência:** 08 de outubro de 1876.
37. **Localização:** Caixa 38/ nº de ordem 824. **Natureza da ocorrência:** Fuga e posterior suicídio **Vítima:** Gonçalo, pertencente ao major Candido Ribeiro Barbosa (filho). **Data da ocorrência:** 10 de outubro de 1876.

38. **Localização:** Caixa 38/ nº de ordem 828. **Natureza da ocorrência:** Suicídio
Vítima: Ana, escrava de Bento Antonio Vieira. **Data da ocorrência:** 22 de novembro de 1876.
39. **Localização:** Caixa 38/ nº de ordem 832. **Natureza da ocorrência:** Suicídio
Vítima: Romão, escravo do Tenente Manoel Francisco da Silva Veiga. **Data da ocorrência:** 03 de fevereiro de 1877.
40. **Localização:** Caixa 38/ nº de ordem 833. **Natureza da ocorrência:** Acidente (morte por afogamento) **Vítima:** Florentina, escrava da D. Alda Cardoville Barbosa de Souza Arruda. **Data da ocorrência:** 25 de novembro de 1877.
41. **Localização:** Caixa 38/ nº de ordem 837. **Natureza da ocorrência:** Homicídio (de escravo). **Réu:** Antonio, escravo de Sebastião José da Silva. **Data da ocorrência:** 02 de abril de 1877.
42. **Localização:** Caixa 39/ nº de ordem 840. **Natureza da ocorrência:** Acidente (tiro acidental de pistola) **Vítima:** Manoel, escravo de Joaquim Ribeiro da Silva. **Data da ocorrência:** 29 de julho de 1877.
43. **Localização:** Caixa 39/ nº de ordem 846 e Caixa 39/ nº de ordem 848. **Natureza da ocorrência:** Homicídio. **Réus:** Isidoro, Francisco e Manoel, escravos de João Vidal das Chagas. **Data da ocorrência:** 12 de novembro de 1877. PAREI AQUI
44. **Localização:** Caixa 40/ nº de ordem 860. **Natureza da ocorrência:** Acidente (queda acidental) **Vítima:** Germano, escravo dos herdeiros da falecida D. Rita Thereza dos Santos. **Data da ocorrência:** 30 de novembro de 1878.
45. **Localização:** Caixa 40-A/ nº de ordem 864-F. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Matheus, escravo de D. Vicencia Zeferina de Carvalho. **Data da ocorrência:** 06 de abril de 1879.
46. **Localização:** Caixa 40-A/ nº de ordem 864-I. **Natureza da ocorrência:** Acidente (com cavalo). **Vítima:** Elias, escravo do órfão Joaquim, filho de D. Ignácia Gonçalves de Aguiar. **Data da ocorrência:** 06 de junho de 1879.
47. **Localização:** Caixa 40-A/ nº de ordem 864-Z. **Natureza da ocorrência:** Acidente (ou suicídio?). **Vítima:** Clemência, escrava de João de Oliveira Guimarães. **Data da ocorrência:** 12 de setembro de 1879.
48. **Localização:** Caixa 40-A/ nº de ordem 864-AC. **Natureza da ocorrência:** suicídio. **Vítima:** Diogo, escravo do Visconde de Aguiar Toledo (antigo Barão de Bella Vista). **Data da ocorrência:** 18 de setembro de 1879.

49. **Localização:** Caixa 40-B/ nº de ordem 864-AI. **Natureza da ocorrência:** prisão de escravo por desrespeito ao toque de recolhida. **Réu:** Joaquim, escravo de Victorino Pedro de Alcântara Peixoto. **Data da ocorrência:** 23 de novembro de 1879.
50. **Localização:** Caixa 40-B/ nº de ordem 864-AG. **Natureza da ocorrência:** Homicídio. **Réu:** Eustácio, escravo de Candido Ribeiro Barbosa. **Data da ocorrência:** 1879 [O processo criminal não foi encontrado, somente a execução criminal].
51. **Localização:** Caixa 40-B/ nº de ordem 864-AK. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Jacintho, escravo de Pedro Ramos Nogueira de Gouvêa. **Data da ocorrência:** 09 de dezembro de 1879.
52. **Localização:** Caixa 40-B/ nº de ordem 864-AL. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Vítima:** Silvestre, escravo de Marcos Diniz Hilário Nogueira. **Data da ocorrência:** 25 de dezembro de 1879.

PROCESSOS CRIMINAIS – DÉCADA DE 1880

1. **Localização:** Caixa 43/ nº de ordem 921. **Natureza da ocorrência:** Homicídio. **Réu:** Amaro, escravo de Mariana Gonçalves Vilarinho. **Data da ocorrência:** 17 de fevereiro de 1880.
2. **Localização:** Caixa 41/ nº de ordem 877. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Elias, escravo de Francisco Gomes Nogueira de Sá. **Data da ocorrência:** Abril de 1880.
3. **Localização:** Caixa 41/ nº de ordem 882. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** João Benguela, escravo de Luciano José de Aguiar Vallim.. **Data da ocorrência:** 28 de maio de 1880.
4. **Localização:** Caixa 41/ nº de ordem 885. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Manoel, escravo de Bento Antonio Vieira. **Data da ocorrência:** 19 de junho de 1880.
5. **Localização:** Caixa 42/ nº de ordem 890 e Caixa 43/ nº de ordem 908. **Natureza da ocorrência:** Homicídio. **Réu:** Francisco, escravo de Pedro Ramos Nogueira de Gouveia. **Data da ocorrência:** 01 de julho de 1880.

6. **Localização:** Caixa 42/ nº de ordem 887. **Natureza da ocorrência:** Morte por afogamento da escrava Florinda, pertencente a Lourenço Justiniano da Silva **Data da ocorrência:** 03 de julho de 1880.
7. **Localização:** Caixa 42/ nº de ordem 888. **Natureza da ocorrência:** Suicídio do escravo Custódio, pertencente a Luiz Pereira Leite **Data da ocorrência:** 12 de julho de 1880.
8. **Localização:** Caixa 43/ nº de ordem 899. **Natureza da ocorrência:** Assassinato de Joaquim Benguela. **Réu:** Mauricio, escravo do Dr. Braz Barbosa da Silva. **Data da ocorrência:** 15 de outubro de 1880.
9. **Localização:** Caixa 42/ nº de ordem 897. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Réu:** Victorino, escravo do Alferes Victorino Gonçalves Pereira. **Data da ocorrência:** 03 de novembro de 1880.
10. **Localização:** Caixa 43/ nº de ordem 905. **Natureza da ocorrência:** Acidente (morte por afogamento). **Vítima:** Thomé, escravo do Tenente Coronel Joaquim Silvério Nogueira Cobra. **Data da ocorrência:** 08 de dezembro de 1880.
11. **Localização:** Caixa 43/ nº de ordem 906. **Natureza da ocorrência:** Acidente (morte por afogamento) **Vítima:** Marciano, escravo do Comendador Antonio Luiz de Almeida. **Data da ocorrência:** 28 de dezembro de 1880.
12. **Localização:** Caixa 43/ nº de ordem 912. **Natureza da ocorrência:** Fuga para se entregar às autoridades **Vítima:** Paulina, escrava do Capitão Faustino José Correa. **Data da ocorrência:** 17 de janeiro de 1881.
13. **Localização:** Caixa 43/ nº de ordem 913. **Natureza da ocorrência:** Indeterminado (escravo vítima de uma apoplexia fulminante) **Vítima:** Cipião escravo de Antonio Manoel de Oliveira. **Data da ocorrência:** 22 para 23 de janeiro de 1881.
14. **Localização:** Caixa 43/ nº de ordem 918. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas **Vítima:** Gertrudes, escrava de José Antonio Fernandes. **Data da ocorrência:** 14 de fevereiro de 1881.
15. **Localização:** Caixa 45/ nº de ordem 949. **Natureza da ocorrência:** Homicídio de escrava **Réu:** Barnabé, escravo de Joaquim José Domingues. **Data da ocorrência:** 19 de junho de 1881.

16. **Localização:** Caixa 44/ nº de ordem 937. **Natureza da ocorrência:** Fuga do escravo **Vítima:** Marcolino, pertencente ao Major José Ildefonso Pereira. **Data da ocorrência:** 14 de julho de 1881.
17. **Localização:** Caixa 46/ nº de ordem 970. **Natureza da ocorrência:** Homicídio de escravo **Réu:** Matheus, pertencente a José Leite de Figueiredo. **Data da ocorrência:** 28 de agosto de 1881.
18. **Localização:** Caixa 45/ nº de ordem 950. **Natureza da ocorrência:** Homicídio de senhor **Réu:** Felicio, pertencente a Francisco José da Silva. **Data da ocorrência:** 01 de setembro de 1881.
19. **Localização:** Caixa 44/ nº de ordem 943. **Natureza da ocorrência:** ferimento com faca. **Réu:** Marcolino, pertencente a Dona Domiciana Maria de Almeida Vallim. **Data da ocorrência:** 19 de setembro de 1881.
20. **Localização:** Caixa 44/ nº de ordem 945. **Natureza da ocorrência:** ferimentos e outras ofensas físicas. **Réu:** José Músico, pertencente à Viscondessa de Ariró. **Data da ocorrência:** 23 de outubro de 1881.
21. **Localização:** Caixa 43/ nº de ordem 916. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Réu:** Ciriaco, pertencente a José de Sousa Queirós (proprietário de Resende). **Data da ocorrência:** 31 de janeiro de 1882.
22. **Localização:** Caixa 46/ nº de ordem 971 e Caixa 48/ nº de ordem 1004. **Natureza da ocorrência:** Homicídio de escravo. **Réus:** Sebastião e Benedito, escravos de Domiciano Moreira de Oliveira. **Data da ocorrência:** 04 de março de 1882.
23. **Localização:** Caixa 46/ nº de ordem 958. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Damoz, escravo de Domiciano Pereira Leite. **Data da ocorrência:** 04 de maio de 1882.
24. **Localização:** Caixa 46/ nº de ordem 959. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas (feito nos escravos David e Zacarias, pertencentes a Manoel Rebello Rosa). **Réu:** Francisco Rodrigues, Honorio de Tal, Joaquim de Tal e Antonio Brabo. **Data da ocorrência:** 12 de junho de 1882.
25. **Localização:** Caixa 46/ nº de ordem 964. **Natureza da ocorrência:** Morte do escravo sem que se pudesse determinar a razão. **Vítima:** Manoel Rodrigues, escravo de Henrique José da Silva. **Data da ocorrência:** junho de 1882.

26. **Localização:** Caixa 48/ nº de ordem 996. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Réu:** Cipriano, escravo de Tenente Coronel Antonio de Padua Machado. **Data da ocorrência:** 22 de setembro 1882.
27. **Localização:** Caixa 46/ nº de ordem 972. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Benedito, escravo de José Leite de Figueiredo. **Data da ocorrência:** 15 de outubro de 1882.
28. **Localização:** Caixa 47/ nº de ordem 976. **Natureza da ocorrência:** Fuga e confissão de assassinato. **Réu:** Casemiro Bernardo, escravo do Dr. Braz Barbosa da Silva. **Data da ocorrência:** novembro de 1882.
29. **Localização:** Caixa 46/ nº de ordem 974. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Elizário, escravo pertencente ao espólio de Maria Joaquina de Almeida. **Data da ocorrência:** 28 de novembro de 1882.
30. **Localização:** Caixa 47/ nº de ordem 977. **Natureza da ocorrência:** Acidente. **Vítima:** Guilherme, escravo do Capitão Luiz Manoel de Freitas. **Data da ocorrência:** 08 de janeiro de 1883.
31. **Localização:** Caixa 47/ nº de ordem 980. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Benedito, escravo de Mariana de Souza Pereira. **Data da ocorrência:** 22 de fevereiro de 1883.
32. **Localização:** Caixa 47/ nº de ordem 987. **Natureza da ocorrência:** Assassinato do administrador da fazenda do Resgate, Antônio Rodrigues de Castro. **Réu:** Sebastião, escravo de D. Domiciana Maria de Almeida Vallim. **Data da ocorrência:** 26 de fevereiro de 1883.
33. **Localização:** Caixa 47/ nº de ordem 981. **Natureza da ocorrência:** Acidente (morta por afogamento). **Vítima:** Anna, liberta. **Data da ocorrência:** 01 de março de 1883.
34. **Localização:** Caixa 47/ nº de ordem 986. **Natureza da ocorrência:** Acidente (Queda) **Vítima:** do escravo Fermino, pertencente ao Comendador Antônio José Nogueira. **Data da ocorrência:** dia 20 de maio de 1883.
35. **Localização:** Caixa 48/ nº de ordem 989. **Natureza da ocorrência:** Castigo do feitor em Constantino que havia sido libertado pelo Fundo de Emancipação. **Data da ocorrência:** 3 de julho de 1883.
36. **Localização:** Caixa 48/ nº de ordem 991. **Natureza da ocorrência:** Suicídio por enforcamento de um “preto desconhecido”. **Data da ocorrência:** julho de 1883.

37. **Localização:** Caixa 48/ nº de ordem 992. **Natureza da ocorrência:** Tentativa de suicídio. **Vítima:** Marçal, escravo de Rodrigo da Costa Almeida Miranda. **Data da ocorrência:** 17 de julho de 1883.
38. **Localização:** Caixa 53/ nº de ordem 1117 e Caixa 54/ nº de ordem 1127. **Natureza da ocorrência:** Homicídio. **Réu:** Nazário, escravo de Dona Zelina Maria da Conceição. **Data da ocorrência:** 05 de agosto de 1883.
39. **Localização:** Caixa 48/ nº de ordem 999. **Natureza da ocorrência:** Fuga, captura e falecimento do escravo Fortunato, pertencente a D. Domiciana Maria de Almeida Vallim. **Data da ocorrência:** o falecimento aconteceu no dia 20 de fevereiro de 1884.
40. **Localização:** Caixa 48/ nº de ordem 1000. **Natureza da ocorrência:** Fuga da escrava Paulina, pertencente ao Dr. Braz Barbosa da Silva. **Data da ocorrência:** 20 de março de 1884.
41. **Localização:** Caixa 48/ nº de ordem 1001. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Pilatos, escravo de Antonio Pinto Coelho de Barros. **Data da ocorrência:** 06 de abril de 1884.
42. **Localização:** Caixa 49/ nº de ordem 1007. **Natureza da ocorrência:** Acidente (queda no rio Bananal). **Réu:** Lourenço, escravo de João Ferreira da Silva. **Data da ocorrência:** 22 para 23 de fevereiro de 1885.
43. **Localização:** Caixa 49/ nº de ordem 1013. **Natureza da ocorrência:** Fuga para se entregar às autoridades. **Vítima:** Maria, escrava de Antonio Manoel de Oliveira. **Data da ocorrência:** Julho de 1885.
44. **Localização:** Caixa 49/ nº de ordem 1021. **Natureza da ocorrência:** Acidente (um pau atinge a escrava na tempestade). **Vítima:** Ana, escrava do Tenente Coronel Pedro Ramos Nogueira. **Data da ocorrência:** Setembro de 1885.
45. **Localização:** Caixa 49/ nº de ordem 1020. **Natureza da ocorrência:** Suicídio. **Vítima:** Augusto, escravo de José Alvares Rubião. **Data da ocorrência:** 15 de setembro de 1885.
46. **Localização:** Caixa 49/ nº de ordem 1022. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Réus:** Manoel e Pedro, escravos de João Venâncio Alves de Macedo. **Data da ocorrência:** 03 de outubro de 1885.

47. **Localização:** Caixa 49/ nº de ordem 1025. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Réu:** Pedro, escravo de Ana Maria Ramos de Paula. **Data da ocorrência:** 25 de outubro de 1885.
48. **Localização:** Caixa 50/ nº de ordem 1045. **Natureza da ocorrência:** Prisão do escravo Adão e tentativa de prisão do escravo Felix, ambos pertencentes ao Visconde de São Laurindo. **Data da ocorrência:** 06 de dezembro de 1885.
49. **Localização:** Caixa 49/ nº de ordem 1026. **Natureza da ocorrência:** Dois libertos presos com raízes venenosas. **Réu:** Fortunato e José Maria. **Data da ocorrência:** 19 de dezembro de 1885.
50. **Localização:** Caixa 50/ nº de ordem 1036. **Natureza da ocorrência:** Acidente (escravo morto por um tiro). **Vítima:** Romão, escravo de Rodrigo da Costa Almeida Miranda. **Data da ocorrência:** 10 de abril de 1886.
51. **Localização:** Caixa 50/ nº de ordem 1056 e Caixa 51/ nº de ordem 1057. **Natureza da ocorrência:** *Habeas corpus* (libertos que se achavam debaixo da pressão do cativeiro). **Data da ocorrência:** 06 de agosto de 1886.
52. **Localização:** Caixa 50/ nº de ordem 1054 e Caixa 50/ nº de ordem 1055. **Natureza da ocorrência:** *Habeas corpus*. (Caetano e Ana, escravos do Dr. João Venâncio Alves de Macedo). **Data da ocorrência:** 10 de agosto de 1886.
53. **Localização:** Caixa 50/ nº de ordem 1046. **Natureza da ocorrência:** ação de liberdade (vários libertos que se achavam debaixo da pressão do cativeiro). **Data da ocorrência:** 1886.
54. **Localização:** Caixa 51/ nº de ordem 1064. **Natureza da ocorrência:** Ferimentos e outras ofensas físicas. **Vítima:** João Monjolo. **Data da ocorrência:** 27 de setembro de 1886.
55. **Localização:** Caixa 51/ nº de ordem 1065. **Natureza da ocorrência:** Fuga para se entregar às autoridades. **Vítima:** Antonia, escrava do Doutor Antonio Pinto Coelho de Barros. **Data da ocorrência:** Outubro de 1886.
56. **Localização:** Caixa 52/ nº de ordem 1076. **Natureza da ocorrência:** Suicídio por enforcamento **Vítima:** Valentim, pertencente ao Visconde de São Laurindo. **Data da ocorrência:** 12 de fevereiro de 1887.
57. **Localização:** Caixa 52/ nº de ordem 1077. **Natureza da ocorrência:** Margarida, escrava do Visconde de São Laurindo, morre de uma “descarga elétrica” ao

atravessar o terreiro em meio a uma tempestade. **Local da ocorrência:** Fazenda das Antinhas. **Data da ocorrência:** 15 de fevereiro de 1887.

58. **Localização:** Caixa 53/ nº de ordem 1118 e Caixa 54/ nº de ordem 1122.

Natureza da ocorrência: Homicídio (de feitor). **Réu:** Alexandre, escravo de Maria Plácida de Aguiar Magalhães. **Data da ocorrência:** 07 de setembro de 1887.

59. **Localização:** Caixa 53/ nº de ordem 1119 e Caixa 54/ nº de ordem 1123.

Natureza da ocorrência: Ferimentos e outras ofensas físicas. **Réu:** Abel escravo do Capitão Antero Celso de Camargo. **Data da ocorrência:** 19 de novembro de 1887.

CARTÓRIO DE 1º OFÍCIO

1. Caixa 60/nº de ordem 1168. 1º Ofício. Inventário de Antonio Gonçalves Ribeiro de 1850.
2. Caixa 65/nº de ordem 1294. 1º Ofício. Inventário de Joaquim Valadão de Freitas de 1851.
3. Caixa 70/nº de ordem 1426. 1º Ofício. Inventário de Tomás da Silva Lisboa de 1854.
4. Caixa 70/nº de ordem 1419. 1º Ofício. Inventário de João Batista da Câmara de 1853.
5. Caixa 71/nº de ordem 1434. 1º Ofício. Inventário de Antonio Ribeiro da Silva de 1854.
6. Caixa 72/ nº de ordem 923. Inventário de Luciano José de Almeida. 1854.
7. Caixa 73/nº de ordem 1456. 1º Ofício. Inventário do Tenente José Joaquim dos Santos de 1854.
8. Caixa 74/ nº de ordem 1459. Inventário de Padre Bento José Duarte. 1855.
9. Caixa 74/nº de ordem 1487. 1º Ofício. Inventário de Joaquim Pinto do Nascimento de 1855.
10. Caixa 75/nº de ordem 1507. 1º Ofício. Inventário de Izidoro José da Gama de 1855.

11. Caixa 76/nº de ordem 1521. 1º Ofício. Inventário de Manoel Correia Leme de 1855.
12. Caixa 76/nº de ordem 1532. 1º Ofício. Inventário de Mariana Dias da Silva de 1855.
13. Caixa 77/nº de ordem 1566. 1º Ofício. Inventário de José Pinto Cabral de 1856.
14. Caixa 85/nº de ordem 1762. 1º Ofício. Inventário de Manoel Antonio de Carvalho de 1858.
15. Caixa 86/nº de ordem 1769. 1º Ofício. Inventário de Jeronimo Alves da Silva de 1858.
16. Caixa 103/ nº de ordem 2219. Ação de escravidão movida pelo Comendador Antônio Barbosa da Silva contra Alexandrina. Data da ocorrência: 1862.
17. Caixa 141/ nº de ordem 2977. Inventário de Manoel Braz de Souza Arruda. 1869.
18. Caixa 143/ nº de ordem 3019. Inventário de Maria Arruda Barbosa. 1870.
19. Caixa 160/ nº de ordem 3342. Inventário de Luiz Vianna de Hermógenes. 1875.
20. Caixa 161/ nº de ordem 3344. Inventário de Antonio Barbosa da Silva. 1875.
21. Caixa 161/ nº de ordem 3396. Inventário do Major Candido Ribeiro Barbosa. 1875.
22. Caixa 170/ nº de ordem 3472. Inventário de Manoel de Aguiar Vallim. 1878.
23. Caixa 181/ Número de ordem 3707. Inventário de Francisco José da Silva. 1881.
24. Caixa 181/ nº de ordem 4067. Inventário da Viscondessa de Ariró. 1880.
25. Caixa 183/ nº de ordem 3725. Inventário de Dona Maria Joaquina de Almeida. 1882.
26. Caixa 183/ nº de ordem 4103. Inventário de Alda Cardoville Barbosa de Souza Arruda. 1881.
27. Caixa 183/ nº de ordem 3725. Inventário de Maria Joaquina de Almeida. 1882.

CÓDIGO DE POSTURAS

1. Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade do Bananal. 4 de Maio de 1865.
2. Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade do Bananal. 8 de Junho de 1886.

LIVRO DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS PARA SEREM LIBERTADOS PELO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO

1. Livro não catalogado e que se encontra na Prefeitura do Município de Bananal. O texto que abre o livro é o seguinte: “Esse Livro servirá no Município do Bananal para o lançamento do quadro das classificações das Famílias escravas que, na forma do § 1 do Art. 27 do Regulamento geral aprovado pelo Decreto nº 5.135, de 13 de Novembro de 1872, forem libertados pelo fundo de emancipação”.
“Suas folhas são numeradas e rubricadas pelo Empregado a quem dei comissão na conformidade do art. 31 do citado Regulamento. Tesouraria de Fazenda de São Paulo, 21 de Março de 1873”.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP)

1. Ofícios Diversos de Bananal 1835-1837. Caixa 28. Pág. 2. Docs. 62 e 62-A.
2. Ofícios Diversos de Bananal 1835-1837. Caixa 29. Ordem 823. Docs 19 e 19-A.

ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE LORENA

1. Livro de Casamentos Bananal – Escravos (1836-1890). Livro 2.

B) FONTES ESCRITAS

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO IMPÉRIO DO BRAZIL PARA 1885. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1885.

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciarias : dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II*. Rio de Janeiro : Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

ASSIS, Machado de. Pai contra mãe. In: _____ *Contos: uma antologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: Ática, 1985.

Collecção das leis do Império do Brasil. 1842. Tomo 5º. Parte 2ª. Secção 8ª.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, EDUSP, 1972. Tomo II, Vol. III.

Discussão da Reforma do Estado Servil na Câmara dos Deputados e no Senado. II, Apêndice, pp. 151-154.

LUNÉ, Antônio José Baptista de; FONSECA, Paulo Delfino da. *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873.

MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. 2 v.

PATROCÍNIO, José do. *Campanha abolicionista: coletânea de artigos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1996.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Joaquim Antão Fernandes Leão. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário de Rio de Janeiro, 1869.

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Sexta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Thomaz José Coelho de Almeida. Rio de JANEIRO: Typ. Prseverança, 1877.

Relatório apresentado à Assembléia Geral na Terceira Sessão da Décima Sétima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Buarque de Macedo. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

_____. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas e a São Paulo (1822)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SOARES DE SOUZA, Francisco Belisário. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

C) SÍTIOS CONSULTADOS

1. http://www2.vcdh.virginia.edu/gos/browse/browse_ads.php?year=1790&month=1&page=0.
2. <http://www2.vcdh.virginia.edu/gos/explore.html>.
3. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00624530#page/5/mode/1up>.
4. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k98748p/f123.image.pagination>.
5. http://openlibrary.org/books/OL6930905M/Voyage_dans_les_provinces_de_Rio_de_Janeiro_et_de_Minas_Geraes
6. <http://www.mcb.org.br/>
7. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00038100#page/3/mode/1up>
8. http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Cartografico/mapas/TemplateWebPage.php?imagem=BR_APESP_IGC_IGG_CAR_I_B_0002_001_001
9. <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/8_feliz-remanso.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

D) PERÍODICOS CONSULTADOS

O Paiz

Correio Paulistano

A Província de São Paulo

Gazeta da Tarde

Gazeta de Notícias

A Actualidade

A Reforma

E) BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. O caso Bracuhy. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

_____. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

AGOSTINI, Camilla. *Africanos no cativo e a construção de identidades no além-mar: Vale do Paraíba, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso de Carrancas. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 45-82, 1998-1999.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

AZEVEDO, Juan Dyego Marcelo. *Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade: estrutura fundiária de Bananal (1840-1850)*. Iniciação Científica (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira*. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2011. p. 1-11.

BARCIA, Manuel. *Seeds of insurrection: domination and resistance on Western Cuban plantations, 1808-1848*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008.

BENINCASA, Vladimir. *Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. 2007. 694 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. 2 v.

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

CAMP, Stephanie M. H. “I could not stay there”: enslaved women, truancy and the geography of everyday forms of resistance in the antebellum plantation south. *Slavery & Abolition*, London, v. 23, n. 3, p. 1-20, 2002.

_____. *Closer to freedom: enslaved women & everyday resistance in the plantation South*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press. 2004.

CANABRAVA, Alice P. *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. São Palo: EDUSP, Associação Naional de História, 2011.

CARRILHO, Marcos José. As fazendas de café do caminho novo da Piedade. 1994. 166 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n.1, p. 59-80, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

_____. Entre a autoridade e a liberdade. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.) *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 11-47.

_____. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José Murilo (org.) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 17-41.

_____. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove*. Centre for Brazilian Studies. University of Oxford, Working Paper. s/d. p. 1-22.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. & SCHNOOR, Eduardo. (orgs). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. *Ensaio sócio-econômico de áreas valeparaibanas*. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1984.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Emília Viotti da. Brasil: a era da reforma, 1870-1889. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. Vol. V. p. 705-760.

DELLE, James A. *An archaeology of social space: analyzing coffee plantations in Jamaica's Blue Mountains*. New York: Plenum Press, 1998.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

_____. Império e governo representativo: uma releitura. *Cadernos CRH*. Salvador, v. 21, n. 52, p. 13-23. Jan.-Abr. 2008.

ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2004.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (orgs). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 22, 122-146, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. São Paulo: Globo, 2008. 2 v.

FERRARO, Marcelo. As práticas de controle e punição na sociedade escravista cafeeicultora do Brasil oitocentista: uma análise à luz do pensamento de Michel Foucault. *Epígrafe*, São Paulo, Edição Zero, p. 7-42, 2013.

FERREIRA, Jackson. “Por hoje se acaba a lida”: suicídio escravo na Bahia (1850-1888). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 31, p. 197-234, 2004.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado em el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica. 1986.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareira cubano*. São Paulo: Hucitec/Ed. UNESP; Brasília: CNPq, 1989.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não capitalistas de produção*. 1983. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq. 1988.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 67-93, abril, 1996.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, INL, 1972.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. Another middle passage? the internal slave trade in Brazil. In: JOHNSON, Walter. *The chattel principle: the internal slave trade in the Americas*. New Haven & London: Yale University Press. 2004. p. 291-324.

_____. *Clientelismo e política do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRIFFIN, Rebecca J. “Goin’ back over there to see that girl”: competing social spaces in the lives of the enslaved in Antebellum North Carolina. *Slavery & Abolition*, London, v. 25, n. 1, p. 94-113, April, 2004.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro. Século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Tomo II, 5º Vol.

HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. 2010. 387 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

IGLESIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico: reações e transações, t. II, v. 3, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. p. 09-112.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1888)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

JOHNSON, Walter. On agency. *Journal of Social history*. New York, v. 37, n. 1, p. 113-124, Fall 2003.

_____. *The river of the dark dreams: slavery and empire in the cotton kingdom*. Cambridge, London: The Belknap Press of Harvard University Press. 2013.

KAYE, A. E. Neighbourhoods and solidarity in the Natchez District of Mississippi: rethinking the antebellum slave community. *Slavery & Abolition*, London, v. 23, n. 1, p. 1-24, April, 2002.

_____. *Joining Places: slave neighborhoods in the Old South*. The University of North Carolina Press, 2007.

KOERNER, Andrei. O impossível “panóptico tropical-escravista”: práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 35, p. 211-224, jul.-set. 2001.

_____. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX. *Lua Nova*, São Paulo, n. 68, p. 205-242. 2006.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo (orgs). *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007.

LE GOFF, Jacques. A História nova. In: _____. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes: 2001. p. 25-64.

LE MOS, Carlos A. C. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LEVY, Carlos Roberto Maciel. Johann Georg Grimm e as fazendas de café. <institutocidadeviva.org.br>.

LOURENÇO, Thiago Campos pessoas. *O Império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim Breves*. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2005.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

MCCANN, Bryan Daniel. The whip and the watch: overseers in the Paraíba Valley, Brazil. *Slavery & Abolition*, London, v. 18, n. 2, p. 30-47, 1997.

MACHADO Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas: 1830-1888*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-160, mar.-ago. 1988.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

MAGALHÃES, Juliana de Paiva. *Moçambique e Vale do Paraíba na dinâmica do comércio de escravos: diásporas e identidades étnicas, século XIX*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 29, p. 51-74, 2002.

MARINS, Paulo César Garcez. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETUBAL, Maria Alice. *Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*. São Paulo: CENPEC/Imprensa oficial, 2004. (Coleção Terra paulista: histórias, arte, costumes).

MARQUES, Leonardo. Os Estados Unidos no tráfico ilegal para o Brasil. *Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, SC, 2013. pp. 1-20.

Disponível

em:

<<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/leonardomarques.pdf>>.

Acesso em: 29 set.2013.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, jul.-dez. 2005.

_____. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-57, jan.-jun, 2006.

_____. Diáspora Africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense*, n. 7, p. 138-152, 2008. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/alb/article/view/11686/13457>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

_____. Espacio y poder em la cafeicultura esclavista de las Americas: el Vale del Paraíba em perspectiva comparada, 1760-1860. In: PIQUERAS, José Antonio (Ed.) *Trabajo libre y trabajo coactivo em sociedades de plantación*. Madrd: Siglo XXI, 2009. p. 215-252.

_____. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da Fazenda Resgate. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 83-128, jan.-jun 2010.

_____. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. *Saeculum*, n.28, jan./jun. 2014. No prelo.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe; ABREU, Marta. Jongos, registros de uma história”. In: LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo (orgs). *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: CECULT, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n.115, p.103-17, jul./dez. 1983.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL/MEC, 1982. (Coleção Departamento de Cultura, 25).

MORENO, Breno. *Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade: a estrutura de posse de escravos em Bananal (1830-1888)*. Iniciação Científica (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. 2013. 270 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Fapesp: Annablume, 1999.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOURA, Clovis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.

MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba fluminense no século XIX*. 1979. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

NEEDELL, Jeffrey D. Politics, Parliament, and the Penalty of the lash: The Significance of the End of Flogging in 1886. *Almanack: revista eletrônica semestral*. Guarulhos: UNIFESP, n. 4, p. 91-100, nov. de 2012. Disponível em: <almanack.unifesp.br>. Acesso em: 13 jan. 2013.

NORMAN JR., William C. Van. *Shade-grown slavery: the lives of slaves on coffee plantations in Cuba*. Nashville, Tennessee: Vanderbilt University Press, 2013.

PANG, Laura Jarnagin. *The State and agricultural clubs of Imperial Brazil, 1860-1889*. 426 f. (Doctor of Philosophy in History) – Graduate School of Vanderbilt University, Vanderbilt University, Nashville, 1980.

PAPALI, Maria Aparecida C. R. *Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Unicamp, 2001.

PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004.

PORTO, L. DE A. Nogueira. Fazendas do Bananal. In: RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. *O caminho novo: povoadores do Bananal*. São Paulo: Governo do Estado, 1980. p. 169-178.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Da senzala à República: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889)*. 1995. 524 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. 2v.

RAMOS, Agostinho. *Pequena História do Bananal*. São Paulo: Gráfica Sangirard, 1975.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 265-282, jan.-dez., 1996.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Fábila Barbosa. *Caminho da Piedade, caminhos de devoção; as irmandades de pretos no Vale do paraíba – século XIX*. 2010. 262 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. da UNICAMP/CECULT, 2000.

RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. *O caminho novo: povoadores do Bananal*. São Paulo: Governo do Estado, 1980.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). *Revista de Índias*, Madrid, v. 71, n. 251, p. 259-284, 2011.

_____. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack: revista eletrônica semestral*. Guarulhos/SP: UNIFESP, n. 4, p. 5-45, nov. 2012. Disponível em: <almanack.unifesp.br>. Acesso em: 13 jan 2013.

SANTOS, Marco Aurélio dos. Geografia, História, Escravidão. *Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, SC, 2013. p. 1-14. <<http://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Marco-Aurelio-dos-Santos-texto.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHNOOR, Eduardo. Das casas de morada às casas de vivenda. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (orgs). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SINGLETON, Theresa A. Slavery and spatial dialectics on Cuban coffee plantations. *World Archaeology*. v. 33, n. 1, p. 98-114, 2001.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2004.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci Del Nero da (org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

_____. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. The brazilian internal slave trade, 1850-1888: regional economies, slave experience, and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter. *The chattel principle: the internal slave trade in the Americas*. New Haven & London: Yale University Press. 2004. p. 325-370.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba – com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SWEIGART, Joseph E. *Coffee factorage and the emergence of a Brazilian capital Market, 1850-1888*. New York and London: Garland Publishing, 1987.

TAUNAY, Affonso de E. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café. S.l., 1939. 15 v.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMICH, Dale. *Through the prism of slavery. labor, capital, and world economy*. Boulder: Rowman & Littlefield, 2004.

TOPLIN, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1975.

VITORINO, Artur José Renda; SOUSA, Eliana Cristina Batista de. “O pássaro e a sombra”: instrumentalização das revoltas escravas pelos partidos políticos na província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 303-322, jul.-dez. de 2008.

WISSENBACH, Maria Cristina C. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ZEUSKE, Michael. Comparing or interlinking? Economic comparisons of early nineteenth slave systems in the Americas in historical perspective. In: DAL LAGO, Enrico; KATSARU Constantina. *Slave systems: ancient and modern*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 148-183.

ANEXOS

ANEXO 1 – PROCESSOS CRIMINAIS DE BANANAL – DÉCADA DE 1860

1860	3
1861	3
1862	3
1863	3
1864	5
1865	3
1866	4
1867	5
1868	1
1869	1
TOTAL	31

ANEXO 2 – PROCESSOS CRIMINAIS DE BANANAL – DÉCADA DE 1870

1870	3
1871	1
1872	2
1873	7
1874	9
1875	7
1876	9
1877	5
1878	2
1879	7
TOTAL	52

ANEXO 3 – PROCESSOS CRIMINAIS DE BANANAL – DÉCADA DE 1880

1880	11
1881	9
1882	9
1883	9
1884	3
1885	8
1886	6
1887	4
TOTAL	59